



DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TRAMITAÇÃO DE PROCESSO

PROCESSO Nº 10/2022

OBJETO

LICITAÇÃO COMPARTILHADA para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS

Nº 03/2022

VALOR TOTAL:

R\$ 61.669.716,39 (SESSENTA E UM MILHÕES SEISCENTOS E SESSENTA E NOVE MIL E SETECENTOS E DEZESSEIS REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS).

PRESIDENCIA.

SOLICITAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Pouso Alegre/MG, aos 24 de Janeiro de 2022.

Pregoeiro da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP.

Tendo presente à necessidade da **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência, solicito a Vossa Senhoria, a abertura de processo licitatório visando à execução da referida contratação.

Sendo o que nos cabia para o momento, reiteramos votos de estima e cordial apreço.

Atenciosamente,



Moacir Franco
Diretor Executivo da AMESP

Ao

Ilmo. Sr.

Wagner do Couto

Pregoeiro da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP.



CÓDIGO:

AME-G/DOC/LIC/01-00

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO
FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E PRÉ MOLDADOS DE CONCRETO
TERMO DE REFERÊNCIA

**DOCUMENTO
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADOS "FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE PRÉ MOLDADOS DE CONCRETO" É COMPOSTO POR 35 (TRINTA E CINCO) FOLHAS, SENDO O TERMO DE REFERÊNCIA COM 19 (DEZENOVE) FOLHAS, O ANEXO I – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA COM 3 (TRÊS) FOLHAS, ANEXO II – DEMONSTRATIVO DO BDI COM 2 (DUAS) FOLHAS, O ANEXO III – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - A.R.T. COM 3 (TRÊS) FOLHAS E O ANEXO IV – CÁLCULO DO QUANTITATIVO POR MUNICÍPIOS COM 8 (OITO) FOLHAS.

CLIENTE:

CONSÓRCIO AMESP

Associação dos Municípios da Microrregião do médio Sapucaí - AMESP

CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442

TERMO DE REFERÊNCIA:

"FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E PRÉ MOLDADOS DE CONCRETO"**1. DADOS DO EMPREENDIMENTO E DO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Licitação:	Fornecimento de Agregados Minerais e de Pré-moldados de Concreto
Local:	Região abrangida pelos municípios integrantes da AMESP
Município:	Municípios diversos - Sede em Pouso Alegre / MG
Estado:	Minas Gerais
Cliente:	CONSÓRCIO AMESP Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí
CNPJ:	20.362.307/0001-40
Responsável Técnico:	Carlos Henrique Amaral Rossi Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho CREA-MG: 46.052/D / RNP: 140295523-5
ART nº:	MG 20220865902 (REGISTRADA EM 21/01/2022)
E-mail:	eng.carlosrossi@gmail.com icthys@icthusengenharia.com
Telefone:	(35) 3025.6092
Celular:	(35) 99730.8483 / (31) 98766.8483
Data:	21 de janeiro de 2022

2. INTRODUÇÃO

Trata-se de Serviços de Engenharia Consultiva para elaboração de termo de referência, planilha orçamentária atualizada, utilizando-se as referências governamentais e cotação de mercado (quando não houver índice de referência), para a realização de processo licitatório para Registro de Ata de Preços a ser realizado pela AMESP.

3. OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, para subsidiar projetos de engenharia, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS BÁSICAS:

As especificações a seguir têm por objetivo estabelecer normas e procedimentos que devem ser obedecidos pela Empresa Contratada, nos trabalhos a serem executados. A não observância desta especificação implicará em suspensão temporária dos serviços e respectivos pagamentos, até que ela seja observada ou haja suspensão definitiva pelo Município Contratante, com as penalidades cabíveis. Integram este projeto os seguintes documentos:

- Planilha Orçamentária;
- Especificações Técnicas;
- Composição de BDI;

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA
1	AREIA FINA – POSTO JAZIDA/ FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M ³	18.000
2	AREIA GROSSA – POSTO JAZIDA/ FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M ³	18.000
99999993	AREIA MÉDIA – POSTO JAZIDA/ FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M ³	18.000

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA
1	PEDRA BRITADA Nº.0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR (COM TRANSPORTE).	M ³	18.000
2	PEDRA BRITADA Nº.1, OU PEDRISCO (9,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA /FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M ³	18.000
3	PEDRA BRITADA Nº.2, OU PEDRISCO (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M ³	9.000
4	PEDRA BRITADA OU BICA CORRIDA, NÃO CLASIFICADA (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M ³	90.000
5	PEDRA DE MÃO OU PEDRA RACHÃO PARA ARRIMO/FUNDAÇÃO, (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M ³	9.000
6	SEIXO ROLADO PARA APLICAÇÃO EM CONCRETO, (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M ³	18.000
7	PÓ DE PEDRA (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M ³	5.400

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA
1	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO, 25 CM X 25 CM, E= 10 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781) COR NATURAL.	M ²	180.000
2	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO, 25 CM X 25 CM, E= 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781) COR NATURAL.	M ²	180.000
3	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 300 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890).	M	2.700
4	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 400 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890).	M	2.700
5	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 500 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890).	M	4.500
6	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 600 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890).	M	4.500
7	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 800 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890).	M	2.700
8	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 2, PB, DN 1000 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890).	M	2.700
9	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 2, PB, DN 1200 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890).	M	2.700

5. DO LOCAL, DOS PRAZOS E DA EFETIVAÇÃO E GARANTIA DO FORNECIMENTO.**5.1. DO LOCAL:**

5.1.1 O fornecimento dos objetos licitados será dentro da área territorial de abrangência da **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP**, conforme descrição de Municípios compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos. O fornecimento será informado previamente, de acordo com as demandas, através da emissão da Ordem de Fornecimento;

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP

BORDA DA MATA

BUENO BRANDÃO

CACHOEIRA DE MINAS

CAREAÇU

CARMO DA CACHOEIRA

CAMANDUCAIA

CONGONHAL

CONCEIÇÃO DOS OUROS

ESPÍRITO SANTO DO DOURADO

ESTIVA

INCONFIDENTES

IPUIUNA

JACUTINGA

MONTE SIÃO

NATÉRCIA

PARAISÓPOLIS

POCO FUNDO

SANTA RITA DO SAPUCAÍ

SÃO BENTO ABADE

SÃO JOÃO DA MATA

SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA

SENADOR AMARAL

SENADOR JOSÉ BENTO

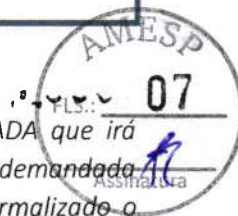
TOCOS DO MOJI

TURVOLÂNDIA

5.1.2. O material deverá ser entregue na sede do Município Consorciado, conforme a necessidade do adquirente;

5.1.3. O Licitante/Fornecedor deverá considerar a distância da sede de sua empresa (ou local de extração do agregado/produção do material) até o local de entrega de qualquer dos itens objeto desta licitação para a composição de seu custo de transporte.

5.1.3.1. A base de cálculo para o transporte dos materiais será por KM rodado, e faz-se necessária para que não exista a necessidade de ordem de fornecimento mínimo de qualquer dos materiais constantes na Ata de Registro de Preços, por parte dos Municípios consorciados.

**5.2. DA EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

- 5.2.1. O ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, apresentará as demandas para a CONTRATADA que irá elaborar, com base na Ata de Registro de Preços firmada, orçamento para cada situação demandada num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, que aprovado pelo mesmo, será formalizado o contrato no qual o(s) orçamento(s) figurará(ão) como anexo(s);
- 5.2.2. Os serviços somente serão iniciados após a assinatura do respectivo contrato pelas partes e da emissão da Ordem de Serviços pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE (ÓRGÃO PARTICIPANTE), data esta que será a base para a contagem dos prazos pactuados;
- 5.2.3. O orçamento apresentado conterá a discriminação de todos os serviços envolvidos bem como o prazo de seu desenvolvimento.

5.3. DOS PRAZOS:

- 5.3.1. A vigência da ata de registro de preço será de um ano contados de sua assinatura, de acordo com a Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 (art. 15, § 3º, III);
- 5.3.2. Eventual contrato seguirá o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ser prorrogado, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos previsto no art. 57, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;
- 5.2.3. O prazo para o fornecimento do item solicitado será de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitida pela Prefeitura consorciada

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

- 6.1. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial;
- 6.2. O objeto deste Termo de Referência deve ser executado diretamente pela empresa contratada, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da empresa contratada pelo ônus e perfeição técnica do mesmo;
- 6.3. Os objetos serão fornecidos conforme demanda, de acordo com a necessidade de cada município consorciado;
- 6.4. A empresa CONTRATADA deverá iniciar o fornecimento dos itens solicitados em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviços;
- 6.5. A demanda se dará em conformidade com o juízo de oportunidade e conveniência do órgão solicitante, mediante a expedição de Ordem de Serviços;
- 6.6. Os locais de onde se darão os fornecimentos serão determinados e comunicados a CONTRATADA por Servidor designado do Departamento de Obras do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;
- 6.7. A qualidade dos itens fornecidos, será acompanhada e fiscalizada por servidores devidamente designados pelo Departamento de Obras de cada Município;
- 6.8. Os prazos para entrega do fornecimento dos itens solicitados, serão controlados e definidos pelo Departamento de Obras ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, em reunião com o Representante Legal da empresa CONTRATADA, ouvido - sempre - o prestador de serviços, analisando-se caso a caso, de acordo com o nível de complexidade e as condições determinantes das tarefas. Após a definição dos prazos, sua inobservância acarretará as sanções administrativas de que tratam a Lei, o Edital e o Contrato;

- 6.9. Ao final de cada serviço/fornecimento, a Empresa Contratada deverá fornecer à Fiscalização do Município Contratante memória de cálculo dos serviços e relatório fotográfico impresso, contendo imagens detalhadas de todo o fornecimento, conforme ordem de serviço emitida, sendo que as fotografias deverão ser entregues em formato digital JPG;
- 6.10. A planilha de medição será preenchida em reflexo das quantidades fornecidas. Nesse contexto, o relatório fotográfico refletirá cada um dos serviços elencados na planilha de medições;
- 6.11. Juntamente com a planilha de medição e com o relatório fotográfico, a Empresa Contratada entregará memória de cálculo que justifique os quantitativos inseridos na planilha de medição;
- 6.12. A Empresa Contratada será responsável pela manutenção da ordem nas áreas sob sua responsabilidade até a conclusão do objeto;
- 6.13. Todo o aparato normativo técnico e legal envolvido com o desenvolvimento dos trabalhos deverá ser seguido, sendo de inteira responsabilidade da contratada eventuais desvios em relação às diretrizes, parâmetros ou requisitos nele estabelecidos, mesmo após recebimento pela Fiscalização do Município Contratante;
- 6.14. O fornecimento do material será vistoriado sistematicamente "sem aviso prévio", pela fiscalização do Município Contratante para verificação do atendimento quanto à quantidade e qualidade para atendimento aos serviços constantes da planilha;
- 6.15. A sua inobservância implicará na suspensão dos trabalhos até que se regularize tal situação;
- 6.16. A Empresa Contratada, ao realizar atividades próximas às vias públicas, deverá obedecer aos critérios de sinalização contidos nas normas técnicas e legislações aplicáveis;
- 6.17. A Empresa Contratada deverá dispor de material de sinalização em quantidade suficiente e em boas condições de conservação, de forma a atender a simultaneidade da execução dos serviços;
- 6.18. Os empregados deverão apresentar-se corretamente uniformizados em um só padrão, identificados e utilizando os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e EPCs (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários;
- 6.19. Fica reservado à Fiscalização do Município Contratante o direito de impedir o trabalho de todo e qualquer empregado/equipe que não estiver devidamente trajado e/ou sem a utilização dos EPIs e/ou EPCs necessários.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:

A Empresa Contratada responsável pelo fornecimento estará obrigada a:

- 7.1. Fornecer, com perfeição e segurança, todos os serviços descritos, indicados ou mencionados na Planilha Orçamentária e nesta Especificação, providenciando todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários, sendo responsável pela existência de qualquer vício, irregularidade, mesmo após término dos serviços, obrigando-se a repará-lo de imediato;
- 7.2. Comunicar, por escrito, ao Município Contratante quaisquer erros ou incoerências verificadas nas planilhas e especificações técnicas, não sendo a eventual existência de falhas neste, razão para a prestação incorreta de serviços de qualquer natureza;
- 7.3. Utilizar equipamentos modernos e eficientes e ferramentas necessárias à boa prestação dos serviços e empregar os métodos de trabalho mais eficientes e seguros, seguindo rigorosamente todas as normas correlatas;
- 7.4. Empregar profissionais devidamente habilitados na prestação dos serviços, sendo vetado subempreitar totalmente os serviços, admitindo-se subempreitadas parciais relativas a serviços especializados, uma

vez comprovada a idoneidade técnica do subempreiteiro, a critério da Fiscalização;

- 7.5. Apresentar, por escrito, à Fiscalização, antes do início das obras, o profissional responsável pela prestação dos serviços, caso este seja distinto do apresentado na licitação, devendo este apresentar as mesmas competências técnicas comprovadas por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica, registrado no CREA;
- 7.6. Apresentar, no primeiro dia de trabalho, relação do seu pessoal, em duas vias, constando nome completo e número da Carteira de Identidade de cada funcionário;
- 7.7. Excluir imediatamente de sua equipe qualquer integrante que a Fiscalização, no interesse da obra, julgue incompetente ou inadequado à consecução dos serviços, sem que se justifique, nesta situação, atraso no cumprimento dos prazos estipulados;
- 7.8. Cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas, de Previdência Social e de Seguro de Acidentes do Trabalho. Efetuar o pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços;
- 7.9. Encaminhar ao Município Contratante cronogramas, quadros demonstrativos de produção, análise de materiais, corpos de prova e outros elementos informativos relativos ao fornecimento dos materiais;
- 7.10. Todos os danos causados às instalações, pavimentações etc., em consequência dos serviços ou por necessidade deles, serão de inteira responsabilidade da Empresa Contratada, o qual deverá fazer os reparos necessários, sem ônus para o Município Contratante. Na execução dos reparos serão usados materiais novos, de primeira qualidade, iguais aos originais;
- 7.11. Em caso de dúvidas durante a execução dos trabalhos, caberá a Empresa Contratada acionar a Fiscalização do Município Contratante, a qual determinará o que julgar mais indicado, comunicando à Contratada a solução adotada;
- 7.12. As redes e tubulações de água, energia, esgotos sanitários, águas pluviais, telefônicas etc. que passem pelo local dos serviços deverão ser preservadas, ou seja, os serviços deverão ocorrer sem que seja prejudicado ou interrompido o funcionamento dos sistemas de abastecimento e serviços correspondentes ou correlatos;
- 7.13. A execução dos serviços deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas à atividade da Empresa Contratada, observadas as leis em vigor deverão ser considerados os requisitos de segurança com relação às redes elétricas, máquinas, andaimes e guinchos, presença de chamas e metais aquecidos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pedestres;
- 7.14. Compete à Empresa Contratada tomar as providências para a colocação, às expensas próprias, de placas e sinais luminosos de advertência ou orientação durante o dia e à noite;
- 7.15. A Fiscalização do Município Contratante poderá exigir da Empresa Contratada a colocação de sinais correntes que julgar necessários para a segurança de veículos e pedestres. O Município Contratante não assumirá responsabilidade por acidentes que ocorrerem nos locais dos serviços e nem atuará como mediador em conflitos que deles resultem;
- 7.16. Todo acidente ou incidente no transcorrer dos serviços, acarretando danos pessoais ou materiais, será de inteira responsabilidade da Empresa Contratada;
- 7.17. A Empresa Contratada manterá Seguro de Acidentes do Trabalho para todos os seus empregados que exerçam atividades no canteiro da obra e responderá, nos termos da legislação vigente, por qualquer acidente ocorrido com pessoal, material, instalações e equipamentos sob sua responsabilidade, bem como de terceiros, durante a execução dos serviços;



- 7.18. Ficará a cargo da Empresa Contratada o empenho do número suficiente de equipamentos para o fornecimento dos materiais dentro dos prazos estipulados pela Fiscalização; além dos equipamentos de reserva suficientes para substituir máquinas em reparo ou deficientes;
- 7.19. A Empresa Contratada será responsável pela ordem e segurança durante a prestação dos serviços, providenciará, construirá e manterá todas as barricadas e sinalização necessárias. Deverá tomar todas as providências cabíveis para a proteção da obra e segurança do público;
- 7.20. A Empresa Contratada deverá preencher todas as exigências da lei, normas e regulamentos em vigor, que afetem as instalações, sua manutenção e operação e será responsável por todas as demais demandas resultantes de má administração dos trabalhos;
- 7.21. A Empresa Contratada, durante todo o período de prestação dos serviços, deverá atender a toda a legislação referente à segurança do trabalho no que lhe couber. Em caso de acidente do trabalho, deve ser comunicado imediatamente ao Município Contratante, registrado e reportado à Secretaria do Trabalho, bem como deverão ser cumpridos todos os trâmites presentes na legislação pertinente;
- 7.22. Entregar os objetos deste PREGÃO, conforme solicitação do ORGÃO PARTICIPANTE, obedecendo aos critérios detalhados no Termo de Referência, em total conformidade com o Edital e seus Anexos;
- 7.23. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a entregar os objetos conforme exigido no Edital e em seus anexos;
- 7.24. Obriga-se a empresa contratada a manter durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.25. Paralisar, por determinação do ORGÃO PARTICIPANTE contratante, a entrega dos objetos que não esteja de acordo com Edital e seus anexos;
- 7.26. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade, e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto do Edital, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;
- 7.27. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas de correntes das atividades envolvidas no escopo dos objetos fornecidos;
- 7.28. Não ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes do Contrato, sem a prévia e expressa concordância do ORGÃO PARTICIPANTE;
- 7.29. Caberá à licitante vencedora responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a - direta ou indiretamente - causar ou provocar ao ORGÃO PARTICIPANTE contratante e a terceiros;
- 7.30. A empresa contratada obriga-se a fornecer o objeto a que se refere a Ata de Registro de Preços e as especificações descritas no Termo de Referência e no Edital, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações ou no caso de o objeto apresentar defeitos ou quaisquer outros vícios que não atendam os padrões mínimos de qualidade, ou entregue em quantidade inferior ao estabelecido pelo ORGÃO PARTICIPANTE contratante;
- 7.31. Caberá a empresa contratada substituir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem, defeitos ou quaisquer outros vícios que não atendam os padrões mínimos de qualidade, sem qualquer ônus ao ORGÃO PARTICIPANTE Contratante;

- 7.32. Permitir ao ORGÃO PARTICIPANTE contratante fiscalizar o fornecimento do objeto. A presença da fiscalização do ORGÃO PARTICIPANTE contratante não elimina e nem diminui a responsabilidade da empresa contratada para com suas obrigações contratuais e exigências demandadas;
- 7.33. A empresa contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação;
- 7.34. No ato da entrega do objeto a empresa contratada deverá fornecer ao ORGÃO PARTICIPANTE contratante o "comprovante de pesagem de cada carregamento do objeto (agregado)", onde deverá constar o local de entrega, nome do motorista condutor com a respectiva assinatura, placa do veículo, data de entrega, horário de entrega e quantidade do objeto fornecido;
- 7.35. A empresa contratada deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo ORGÃO PARTICIPANTE contratante, durante a execução do objeto;
- 7.36. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE;
- 7.37. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE;
- 7.38. Assumir, automaticamente, ao firmar a Ata de Registro de Preços, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos;
- 7.39. Resguardar a ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes do fornecimento, por força de contrato;
- 7.40. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos objetos fornecidos;
- 7.41. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE:

- 8.1. Responder às solicitações da Empresa Contratada, para deliberações relativas ao início, desenvolvimento e aprovações de etapas e fornecimentos;
- 8.2. Efetuar os pagamentos relativos aos serviços prestados nos prazos e condições previstos no edital;
- 8.3. Exercer a fiscalização dos serviços através de servidor designado para esse fim, documentando as ocorrências e manifestando-se formalmente em todos os atos relativos à execução dos serviços;
- 8.4. Prestar aos funcionários da Empresa Contratada todas as informações e esclarecimentos que sejam indispensáveis para a concretização dos serviços;
- 8.5. Comunicar à Empresa Contratada as irregularidades na execução do serviço, a fim de que a empresa adote as providências cabíveis para sanar a questão;
- 8.6. Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes no edital e nestas especificações técnicas;
- 8.7. Convocar, a qualquer momento, o preposto ou representante indicado pela empresa, para prestar esclarecimentos ou sanar dúvidas relativas à execução dos trabalhos;
- 8.8. Solicitar, sempre que entender conveniente, relatório atualizado do andamento de cada atividade dos serviços;
- 8.9. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizer necessário, de acordo com a legislação em vigor;



- 8.10. Receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários em relação aos serviços prestados pela Empresa Contratada;
- 8.11. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora;
- 8.12. Zelar pela boa qualidade dos objetos fornecidos, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso;
- 8.13. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e fiscalizar o recebimento do objeto;
- 8.14. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído;
- 8.15. Caberá a contratante rejeitar o objeto, caso o mesmo apresente deficiências e/ou irregularidades;
- 8.16. Comunicar à contratada, quaisquer irregularidades encontradas no fornecimento do objeto.

9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 9.1. Atestado(s) / Certidão (ões) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

10. DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

- 10.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma das Leis Federais nº 6.404/76 e nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que venha à substituí-lo;
- 10.2. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador;
- 10.3. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso;
- 10.4. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:
- a) Publicados em Diário Oficial; ou
 - b) Publicados em Jornal; ou
 - c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
 - d) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.
- 10.5. Os documentos relativos aos itens 10.4, deverá ser apresentado contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis;
- 10.6. A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante os indicadores abaixo calculados pelas seguintes fórmulas:



- ✓ **Índice de Liquidez Geral (ILG)** expressado da forma seguinte:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > 1,00.$$

- ✓ **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** expressado da forma seguinte:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1,00.$$

- ✓ **Grau de endividamento (GE)** expressado da forma seguinte:

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} = \text{ou} < 1,00$$

- 10.7.** Para fins de avaliação da capacidade financeira, a empresa deverá apresentar juntamente com a documentação prevista no item 10.6. o memorial dos cálculos realizados assinados pelo representante legal da empresa e pelo Contador com indicação do número do registro no CRC;
- 10.8.** Comprovação do Capital Social ou patrimônio líquido, não inferior a 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada, admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º da Lei Federal nº 10.666/93, e suas alterações;
- 10.9.** Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação judicial ou extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei Federal nº 11.101/2005, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública do Pregão, se outro prazo não constar do documento.

11. DOS VALORES, DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS E PAGAMENTOS:

11.1. DO VALOR:

- 11.1.1.** O valor de referência para o fornecimento objeto deste Termo de Referência é de **R\$ 54.522.502,47 (cinquenta e quatro milhões quinhentos e vinte e dois mil, quinhentos e dois reais e quarenta e sete centavos)**, que representa o total dos itens descritos e constantes na planilha de orçamento que integra o presente Termo, assim divididos:

- ✓ **LOTE 01:** R\$ 4.817.787,37 (quatro milhões, oitocentos e dezessete mil, setecentos e oitenta e sete reais e trinta e sete centavos);
- ✓ **LOTE 02:** R\$ 18.033.812,56 (dezoito milhões, trinta e três mil, oitocentos e doze reais e cinquenta e seis centavos); e
- ✓ **LOTE 03:** R\$ 31.670.902,54 (trinta e um milhões, seiscentos e setenta mil, novecentos e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

11.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 11.2.1.** As medições deverão ser realizadas conforme fornecimentos entregues, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido na contratação destes (devidamente aprovado e assinado pelas partes) e com a ordem de serviço ou de fornecimento recebida pela CONTRATANTE e critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado por este;



- 11.2.2.** Caberá, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, no prazo de **5 (cinco) dias** contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura, se pronunciar – justificadamente – sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até no máximo **30 (trinta) dias** após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, solicitante do serviço;
- 11.2.3.** Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida;
- 11.2.4.** Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na Planilha de Orçamento, composto dos valores pertinentes aos **Fornecimentos Entregues**, de acordo com os Preços Unitários da Planilha de Orçamento anexa;
- 11.2.5.** As medições deverão ser entregues acompanhadas de relatório fotográfico, memória de cálculo e certidões negativas, federal, estadual e municipal pertinentes;
- 11.2.6.** As medições corresponderão aos fornecimentos unitários entregues, conforme descritos na planilha de referência e comprovados pela memória de cálculo e relatório fotográfico;
- 11.2.7.** Para efeito de medições, serão verificados os elementos indispensáveis para apresentação dos relatórios e resultados de ensaios, sem, no entanto, adentrar em questionamentos quanto aos resultados, que são de inteira responsabilidade do responsável técnico pelos serviços;
- 11.2.8.** Em caso de inconsistências importantes, a Fiscalização do Município Contratante poderá solicitar revisão dos resultados dos serviços apresentados;
- 11.2.9.** Juntamente com o resultado de cada fornecimento - relatórios de ensaio, laudos ou outros - deverá ser entregue a respectiva ART quitada e assinada pelo responsável técnico indicado no procedimento licitatório ou por aquele que o substituir nos termos do edital.

11.3. DO PAGAMENTO:

- 11.3.1.** Os pagamentos serão efetuados em até no máximo 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela CONTRATADA;
- 11.3.2.** O ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE pagará à Licitante pelos fornecimentos contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados;
- 11.3.3.** A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, obedecerá a legislação do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;
- 11.3.4.** A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato;
- 11.3.5.** A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:
- 11.3.5.1.** Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual;

- 11.3.5.2. Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE e tomador dos serviços referentes à contratação;
- 11.3.5.3. Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;
- 11.3.5.4. Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos I e II, supra, conforme determinações do INSS;
- 11.3.6. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela CONTRATADA, deverão consignar no campo de identificação do destinatário os números da Ordem de Serviços e desta Ata de Registro de Preços e estar em conformidade com o cronograma estabelecido entre as partes;
- 11.3.7. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade;
- 11.3.8. A despesa referente ao fornecimento dos objetos da presente licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE signatário das Ata de Registro de Preços.

12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

- 12.1. Buscando auferir os melhores resultados para a população como um todo e para Administração Pública justificamos a escolha da licitação - **Pregão Presencial para Registro de Preços** - do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 13.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 10.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:
- a) advertência;
 - b) multa;
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 13.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 5 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis;
- 13.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela nº2 constante do item 13.6. desta cláusula;
- 13.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da Ata;
- 13.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço / Ordem de Fornecimento (O.S. / O.F.);
- 13.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Art. 86 e 87 da Lei Federal nº 10.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas nº 1 e nº 2 a seguir:



TABELA nº 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 150,00
2	R\$ 250,00
3	R\$ 350,00
4	R\$ 500,00
5	R\$ 2.500,00

TABELA nº 2		
Item	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
3	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
5	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05

Para os itens a seguir, deixar de:

6	Apresentar a ART ou RRT dos serviços para início da execução destes no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço; por dia de atraso.	01
7	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
8	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o(s) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) serviço(s), nas quantidades necessárias ao bom andamento dos serviços demandados; por dia.	04

13.7. Quando a EMPRESA CONTRATADA deixar de cumprir o(s) prazo(s) previamente estabelecido(s) para o fornecimento do objeto previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme Tabela nº 3;

13.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA à multa, conforme Tabela nº 3, a seguir:

TABELA nº 3		
GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
1	2%	Sobre o valor total estimado da Ata de Registro de Preços, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início dos serviços.
2	3%	por dia de atraso injustificado na entrega, até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
3	5%	sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso injustificado na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.



- 13.9.** *Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos;*
- 13.10.** *A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 10.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:*
- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;*
 - b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;*
 - c) demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o Município, em virtude de atos ilícitos praticados;*
 - d) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;*
 - e) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 10.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE após o recebimento da Nota de Empenho;*
 - f) apresentação, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;*
 - g) inexecução total do objeto.*
- 13.11.** *As sanções de multa podem ser aplicadas à EMPRESA CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE/GERENCIADOR e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado;*
- 13.12.** *O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA;*
- 13.13.** *Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a EMPRESA CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;*
- 13.14.** *Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;*

13.15. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE.

14. DOS PRAZOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DAS ADESÕES E DOS CONTRATOS.

14.1. A Ata de Registro de Preços e os Contratos regular-se-ão, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público;

14.2. A Ata de Registro de Preços e o Contrato poderão, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente;

14.3. A ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura;

14.4. Os contratos decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93;

14.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

15. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

15.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela empresa contratada.

15.1.1. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período de 01 (um) ano.

15.2 Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

15.3. Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta;

15.4. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata de Registro de Preços e a retribuição do ÓRGÃO PARTICIPANTE para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato;

15.4.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual;

15.4.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional;

- 15.5. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;
- 15.6. Na hipótese de a empresa detentora da Ata de Registro de Preços solicitar alteração de preço, esta terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos etc.;
- 15.6.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas;
- 15.6.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP**, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade;
- 15.7. Fica facultada a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP** realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela contratada;
- 15.8. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP**, sendo lavrado termo aditivo;
- 15.8.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, **a contratada não poderá suspender o fornecimento do objeto** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes;
- 15.8.2. A **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP** deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão;
- 15.9. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela empresa contratada;
- 15.10. O diferencial de preço entre a proposta inicial da empresa contratada e a pesquisa de mercado efetuada pela **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP** na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela contratada, serão sempre mantidos;
- 15.11. Durante a vigência do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

- 16.1. A empresa que vier a causar impedimento ao normal e legal andamento do processo licitatório, além das sanções legais previstas, será responsabilizada civilmente pelos danos e prejuízos causados ao ÓRGÃO

GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE em função da não conclusão do processo licitatório bem como do objeto pretendido;

- 16.1.1.** A participação da empresa na licitação importa na restrita aceitação das condições estabelecidas no presente Termo de Referência, no Edital e seus Anexos, que fazem parte integrante do Edital, como se nele estivessem integralmente reproduzidos;
- 16.2.** O ÓRGÃO GERENCIADOR se reserva ainda, o direito de revogar ou anular a licitação, parcial ou totalmente, bem como rejeitar qualquer proposta ou todas elas, desde que estas não atendam às condições estabelecidas no Edital, sem que caiba as proponentes o direito de qualquer reclamação ou indenização;
- 16.4.** A partir da sua entrega, as propostas serão consideradas objeto de análise, vedando-se a qualquer interessado procurar empregados do ÓRGÃO GERENCIADOR ou membros da Comissão para tratar de assuntos relacionados com a licitação, ressalvadas as hipóteses e formas previstas pela legislação pertinente;
- 16.5.** Serão consideradas desclassificadas as propostas que forem incompatíveis com os requisitos e condições fixadas neste Termo de Referência;
- 16.6.** Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao processo licitatório;
- 16.7.** A empresa proponente, durante o processo de licitação, é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados;
- 16.8.** Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Termo de Referência serão sanados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, obedecida a legislação vigente;
- 16.9.** O bloqueio/piso intertravado a ser fornecido deverá seguir às normas da NBR 9781;
- 16.10.** O tubo de concreto a ser fornecido deverá seguir às normas da NBR 8890.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

- 17.1.** A despesa referente à execução dos serviços, objeto do Termo de Referência bem como da Licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, signatário da Ata de Registro de Preços.

18. JUSTIFICATIVA.

Quanto às empresas Reunidas em Consórcio:

Quanto à vedação à participação de empresas em consórcio, na leitura do disposto no art. 33 da Lei Federal nº 10.666/93, o Tribunal de Contas de Minas Gerais, por meio do Conselheiro Hamilton Coelho nos autos do Processo nº 912078, apresentou manifestação no seguinte sentido:

O emprego, pelo legislador, da locução “quando permitida” evidência que se trata de permissão excepcional e específica, a depender do juízo de oportunidade e conveniência da Administração. É dizer: se a participação de consórcios é excepcional, algum sentido faria em exigir justificativas para sua permissão, mas jamais quanto à sua restrição. Não bastasse a inequívoca letra da lei, decorre do próprio senso comum que **a formação de consórcios de empresas só tem sentido para a possível execução de objetos extraordinários, vultosos, altamente complexos ou inauditos.**

No mesmo sentido, o TCU entendeu que:

O art. 33 da Lei de licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito de discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcios tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si) [...] (Acórdão 1.946/2006, Plenário, rel. Marcos Bemquerer Costa).

Com efeito, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio, o que não é o caso em questão, na medida em que várias empresas isoladamente apresentam condições de participar do presente certame. Tal medida visa afastar a restrição à competição, pois a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes

Quanto ao Preço Global:

O objeto foi reunido em 3 (três) LOTES por se tratar de fornecimento de materiais que independem entre si. Assim, tais fornecimentos serão licitados separadamente, para que não haja elevação dos custos, e, analisando a condição técnica e econômica da presente contratação, sendo considerados as peculiaridades, independência e natureza acessória entre os itens que a compõe, a contratação pretendida deverá ser realizada de forma global por lote.

Justifica-se, portanto, a adoção do tipo menor preço global por lote. É sabido da prevalência da licitação por itens ou lotes de itens para cada parcela do objeto quando este é divisível. Todavia, consoante se retira da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União esta medida só se dá quando não se verifica prejuízo para o conjunto ou complexo ou implique em perda de economia de escala. No mesmo sentido caminha a jurisprudência do Tribunal de Contas de Minas Gerais que admite a adoção do menor preço global quando justificada sua pertinência segundo um viés técnico.

Pouso Alegre/MG, 21 de janeiro de 2022.

**CARLOS HENRIQUE
AMARAL**
ROSSI:47143207691

Assinado de forma digital por
CARLOS HENRIQUE AMARAL
ROSSI:47143207691
Dados: 2022.01.28 12:09:26 -03'00'

CONSULTOR TÉCNICO

Carlos Henrique Amaral Rossi

Engº Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG 46.052D



CÓDIGO:

AME-G/DOC/LIC/001-00

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO
FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E PRÉ MOLDADOS DE CONCRETO
ANEXO I - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

**DOCUMENTO
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO ANEXO I – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA É PARTE INTEGRANTE DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE “FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS” E É COMPOSTO POR 3 (TRÊS) FOLHAS.

CLIENTE:

CONSÓRCIO AMESP

Associação dos Municípios da Microrregião do médio Sapucaí - AMESP

CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442

Fornecimento de Agregados Minerais

Engenharia Consultiva

LOTE 01:

ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
------	------------	--------	-----------

AGREGADOS MINERAIS - AREIA

DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E VALOR REFERENCIAL (TABELA SINAPI,

1	SICRO - JUL/21	M0080	AREIA FINA
2	SICRO - JUL/21	M0081	AREIA GROSSA
3	SICRO - JUL/21	M0028	AREIA MÉDIA

LOTE 02:

ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
------	------------	--------	-----------

AGREGADOS MINERAIS - BRITA / PEDRA

DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E VALOR REFERENCIAL (TABELA SINAPI,

1	SICRO - JUL/21	M0005	BRITA 0
2	SICRO - JUL/21	M0191	BRITA 1
3	SICRO - JUL/21	M0192	BRITA 2
4	SINAPI-NOV/21	4748	PEDRA BRITADA OU BICA CORRIDA, NAO CLASSIFICADA (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)
5	SICRO - JUL/21	M1097	PEDRA DE MAO OU PEDRA RACHAO
6	SINAPI-NOV/21	4734	SEIXO ROLADO PARA APLICACAO EM CONCRETO (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)
7	SICRO - JUL/21	M1135	PÓ DE PEDRA

Pouso Alegre/MG, 21 de janeiro de 2022.

CARLOS HENRIQUE
AMARAL
ROSSI:47143207691

CONSULT

Carlos Henriq
Engº Civil e de Se
CREA-M

Sede: Rua da Bahia, nº 1148, Bloco I, Conjunto 1330, Centro
Posto de Trabalho: Avenida São Francisco, 550 / 1, Boa Vista
e-mail: ictus@ictusengenharia.com, rossi@ictusengenharia.com
Fone: +55.35.3025.6092, Celulares: +55.31.98838.8433, +55.31.98838.8434



UNIDADE	QUANTIDADE (ESTIMADA PARA 25 MUNICÍPIOS)	UNITÁRIO	VALOR TOTAL	COM BDI 23,62%
---------	---	----------	----------------	----------------

REF.: NOVEMBRO DE 2021 / MÉDIA DE ORÇAMENTOS).

M³	18.000,00	R\$ 73,29	R\$ 1.319.133,60	R\$ 1.630.712,96
M³	18.000,00	R\$ 71,48	R\$ 1.286.719,20	R\$ 1.590.642,28
M³	18.000,00	R\$ 71,74	R\$ 1.291.402,80	R\$ 1.596.432,14

TOTAL SEM BDI: R\$ 3.897.255,60

TOTAL COM BDI: R\$ 4.817.787,37

UNIDADE	QUANTIDADE (ESTIMADA PARA 25 MUNICÍPIOS)	UNITÁRIO	VALOR TOTAL	COM BDI 23,62%
---------	---	----------	----------------	----------------

REF.: NOVEMBRO DE 2021 / MÉDIA DE ORÇAMENTOS).

M³	18.000,00	R\$ 93,67	R\$ 1.686.087,00	R\$ 2.084.340,75
M³	18.000,00	R\$ 83,66	R\$ 1.505.836,80	R\$ 1.861.515,45
M³	9.000,00	R\$ 83,61	R\$ 752.520,60	R\$ 930.265,97
M³	90.000,00	R\$ 82,92	R\$ 7.462.800,00	R\$ 9.225.513,36
M³	9.000,00	R\$ 79,31	R\$ 713.814,30	R\$ 882.417,24
M³	18.000,00	R\$ 115,47	R\$ 2.078.460,00	R\$ 2.569.392,25
M³	5.400,00	R\$ 71,96	R\$ 388.584,00	R\$ 480.367,54

TOTAL SEM BDI: R\$ 14.588.102,70

TOTAL COM BDI: R\$ 18.033.812,56

Assinado de forma digital por
CARLOS HENRIQUE AMARAL
ROSSI:47143207691
Dados: 2022.01.28 12:10:14 -03'00'

PROF. TÉCNICO
Carlos Amaral Rossi
Engenheiro de Segurança do Trabalho
C-46.052D

LOTE 03:

ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
------	------------	--------	-----------

PRÉ MOLDADOS DE CONCRETO

DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E VALOR REFERENCIAL (TABELA SINAPI,

1	SINAPI-NOV/21	0679	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO, 25 CM, E= 10 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781) COR NATURAL.
2	SINAPI-NOV/21	0712	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO, 25 CM, E= 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781) COR NATURAL.
3	SINAPI-NOV/21	40334	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM EN PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 300 MM
4	SINAPI-NOV/21	7745	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM EN PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 400 MM
5	SINAPI-NOV/21	7714	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM EN PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 500 MM
6	SINAPI-NOV/21	7725	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM EN PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE = 600 MM
7	SINAPI-NOV/21	7750	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM EN PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 800 MM
8	SINAPI-NOV/21	7765	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM EN PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 1000 MM
9	SINAPI-NOV/21	7766	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM EN PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 1200 MM

Pouso Alegre/MG, 21 de janeiro de 2022.

CARLOS HENRIQUE
AMARAL
ROSSI:47143207691

CONSULTA
Carlos Henriq
Engº Civil e de Seg
CREA-MG

Sede: Rua da Bahia, nº 1148, Bloco I, Conjunto 1330, Centro
Posto de Trabalho: Avenida São Francisco, 550 / 1, Boa Vista
e-mail: ictus@ictusengenharia.com, rossi@ictusengenharia.com
Fone: +55.35.3025.6092, Celulares: +55.31.98838.8433, +55.31.98838.8433



UNIDADE	QUANTIDADE (ESTIMADA PARA 25 MUNICÍPIOS)	UNITÁRIO	VALOR TOTAL	COM BDI 23,62%
---------	---	----------	----------------	----------------

REF.: NOVEMBRO DE 2021 / MÉDIA DE ORÇAMENTOS).

X 25	M²	180.000,00	60,26	R\$ 10.846.800,00	R\$ 13.408.814,16
X 25	M²	180.000,00	50,21	R\$ 9.037.800,00	R\$ 11.172.528,36
AIXE	M	2.700,00	R\$ 91,59	R\$ 247.293,00	R\$ 305.703,61
AIXE	M	2.700,00	R\$ 103,36	R\$ 279.072,00	R\$ 344.988,81
AIXE	M	4.500,00	R\$ 123,52	R\$ 555.840,00	R\$ 687.129,41
AIXE	M	4.500,00	R\$ 200,00	R\$ 900.000,00	R\$ 1.112.580,00
AIXE	M	2.700,00	R\$ 332,77	R\$ 898.479,00	R\$ 1.110.699,74
AIXE	M	2.700,00	R\$ 428,57	R\$ 1.157.139,00	R\$ 1.430.455,23
AIXE	M	2.700,00	R\$ 628,57	R\$ 1.697.139,00	R\$ 2.098.003,23

TOTAL SEM BDI: R\$ 25.619.562,00

TOTAL COM BDI: R\$ 31.670.902,54

Assinado de forma digital por
CARLOS HENRIQUE AMARAL
ROSSI:47143207691
Dados: 2022.01.28 12:10:37 -03'00'

OR TÉCNICO
e Amaral Rossi
uranga do Trabalho
S 46.052D

. Belo Horizonte/MG . 30.160-906
a . Pouso Alegre / MG . 37.552-094
ia.com . eng.carlosrossi@gmail.com
5.31.98766.8483 . +55.35.99730.8483

ICTHUS
ENGENHARIA



CÓDIGO:

AME-G/DOC/LIC/001-00

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO
FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E PRÉ MOLDADOS DE CONCRETO
ANEXO II – DEMONSTRATIVO DO BDI

**DOCUMENTO
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO ANEXO II – DEMONSTRATIVO DO BDI É PARTE INTEGRANTE DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE “FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS” E É COMPOSTO POR 2 (DUAS) FOLHAS.

CLIENTE:

CONSÓRCIO AMESP

Associação dos Municípios da Microrregião do médio Sapucaí - AMESP

CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442

BDI (CONFORME ACÓRDÃO N° 2622/13 e LEI N° 13.161 DE 31/08/15)

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

Base de Preços: SETOP - OUT/2021

DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS	SIGLA	PORCENTAGEM DE INCIDÊNCIA	INCIDÊNCIA
CUSTO DIRETO	CD	100,00%	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	4,67%	CD
LUCRO	L	7,30%	CD
DESPESAS FINANCEIRAS	DF	0,55%	CD
SEGUROS, GARANTIAS E RISCO	(S+G+R)	1,71%	CD
SEGUROS + GARANTIAS	S+G	0,74%	CD
RISCO	R	0,97%	CD
TRIBUTOS	I	7,15%	PV
ISS	ISS	3,50%	PV
PIS	PIS	0,65%	PV
COFINS	COFINS	3,00%	PV
CPRB	INSS	3,00%	PV

FÓRMULA :

$$BDI = \left[\frac{[(1+(AC+S+G+R)) * (1+DF) * (1+I)] - 1}{(1-(I+CPRB))} \right] - 1$$

$$BDI \text{ (NUMERADOR)} = 14,78\%$$

$$BDI \text{ (DENOMINADOR)} = 92,85\%$$

$$BDI = \left[\frac{1 + 0,1478}{0,9285} \right] - 1 = 0,2362 = 23,62\%$$

$$BDI = 23,62\%$$

AC | Administração Central - Percentual incluído no contrato para suprir gastos gerais que a empresa efetua com a sua

DF | Despesas Financeiras - Despesas financeiras são gastos relacionados à perda monetária decorrente da defasagem entre a data

R | Garantias, Riscos, Seguros e Imprevistos - Percentual incluído no contrato para suprir gastos com imprevistos, riscos etc.

L | Lucro - Percentual incluído no contrato referente ao lucro pretendido.

T | Tributos - Somatório do COFINS, PIS, ISS e INSS

Pouso Alegre/MG, 21 de janeiro de 2022.

CARLOS HENRIQUE
AMARAL
ROSSI:47143207691

Assinado de forma digital por
CARLOS HENRIQUE AMARAL
ROSSI:47143207691
Dados: 2022.01.28 12:11:04 -03'00'

CONSULTOR TÉCNICO

Carlos Henrique Amaral Rossi

Engº Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG 46.052D



CÓDIGO:

AME-G/DOC/LIC/001-00

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO
FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E PRÉ MOLDADOS DE CONCRETO
ANEXO III – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-ART

**DOCUMENTO
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO ANEXO III – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA É PARTE INTEGRANTE DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE “FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE PRÉ MOLDADOS DE CONCRETO” E É COMPOSTO POR 3 (TRÊS) FOLHAS.

CLIENTE:

CONSÓRCIO AMESP

Associação dos Municípios da Microrregião do médio Sapucaí - AMESP

CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20220865902

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

Página 1/2



1. Responsável Técnico

CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

RNP: 1402955235

Registro: **MG0000046052D MG**

Empresa contratada: **ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**

Registro: **0000027939-MG**

2. Dados do Contrato

Contratante: **Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí**

CPF/CNPJ: **20.362.307/0001-40**

RUA COMENDADOR JOSÉ GARCIA

Nº: **774**

Complemento:

Bairro: **SAUDADE - BOM JESUS**

Cidade: **POUSO ALEGRE**

UF: **MG**

CEP: **37553442**

Contrato: **01/2022-PARCIAL**

Celebrado em: **17/01/2022**

Valor: **R\$ 5.285,45**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **Orgão Público**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA COMENDADOR JOSÉ GARCIA

Nº: **774**

Complemento:

Bairro: **SAUDADE - BOM JESUS**

Cidade: **POUSO ALEGRE**

UF: **MG**

CEP: **37553442**

Data de início: **10/01/2022**

Previsão de término: **17/01/2023**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Finalidade: **OUTROS**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí**

CPF/CNPJ: **20.362.307/0001-40**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
14 - Elaboração		
38 - Especificação > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA > #4.1.2 - DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA RODOVIAS	450,00	t
38 - Especificação > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.2 - ASFÁLTICA PARA VIAS URBANAS	450,00	t
38 - Especificação > CONSTRUÇÃO CIVIL > MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL > #1.2.6 - DE APLICAÇÃO DE OUTROS MATERIAIS	221 400,00	m³
38 - Especificação > ESTRUTURAS > PRÉ-MOLDADOS E PRÉ-FABRICADOS > #2.8.5 - DE ARTEFATOS DE CONCRETO	22 500,00	m
38 - Especificação > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.1 - EM CONCRETO PARA VIAS URBANAS	11 250,00	m²
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA > #4.1.2 - DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA RODOVIAS	450,00	t
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.2 - ASFÁLTICA PARA VIAS URBANAS	450,00	t
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL > #1.2.6 - DE APLICAÇÃO DE OUTROS MATERIAIS	221 400,00	m³
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.1 - EM CONCRETO PARA VIAS URBANAS	11 250,00	m²
35 - Elaboração de orçamento > ESTRUTURAS > PRÉ-MOLDADOS E PRÉ-FABRICADOS > #2.8.5 - DE ARTEFATOS DE CONCRETO	22 500,00	m
77 - Planejamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA > #4.1.2 - DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA RODOVIAS	450,00	t
77 - Planejamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.2 - ASFÁLTICA PARA VIAS URBANAS	450,00	t
77 - Planejamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL > #1.2.6 - DE APLICAÇÃO DE OUTROS MATERIAIS	221 400,00	m³
77 - Planejamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.1 - EM CONCRETO PARA VIAS URBANAS	11 250,00	m²
77 - Planejamento > ESTRUTURAS > PRÉ-MOLDADOS E PRÉ-FABRICADOS > #2.8.5 - DE ARTEFATOS DE CONCRETO	22 500,00	m

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.silac.com.br/publico/>, com a chave: 251Dd
Impresso em: 21/01/2022 às 15:50:09 por: .ip. 177.97.206.235

www.crea-mg.org.br
Tel: 0312732

crea-mg@crea-mg.org.br
Fax:





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20220865902

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

ELABORAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PARA LICITAÇÃO - FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E PEÇAS DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO E CBUQ: TERMO DE REFERÊNCIA / ESPECIFICAÇÃO, QUANTITATIVOS E ORÇAMENTO - PARA OS MUNICÍPIOS COMPONENTES DA AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

6. Declarações

- A Resolução nº 1.094/17 instituiu o Livro de Ordem de obras e serviços que será obrigatório para a emissão de Certidão de Acervo Técnico - CAT aos responsáveis pela execução e fiscalização de obras iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2018. (Res. 1.094/Confea).

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-MG, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

7. Entidade de Classe

AEPA - Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Técnicos de Pouso Alegre e Região

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local

de

data

de

CARLOS HENRIQUE AMARAL
ROSSI-47143207691

Assinado de forma digital por CARLOS
HENRIQUE AMARAL ROSSI-47143207691
Dados: 2022.01.21 15:54:22 -03'00'

CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI - CPF: 471.432.076-91

Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - CNPJ:

Eng. Moacyr Franco
DIRETOR EXECUTIVO
AMESP

9. Informações

- * A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- * O comprovante de pagamento deverá ser apensado para comprovação de quitação.

10. Valor

Valor da ART: R\$ 88,78

Registrada em: 21/01/2022

Valor pago: R\$ 88,78

Nosso Número: 8597425841

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.at.ac.br/publicol>, com a chave: 251Dd
Impresso em: 21/01/2022 às 15:50:11 por: . ip: 177.97.206.235

www.crea-mg.org.br
Tel: 0312732

crea-mg@crea-mg.org.br
Fax:





CÓDIGO:

AME-G/DOC/LIC/001-00

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO
FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E PRÉ MOLDADOS DE CONCRETO
ANEXO IV – CÁLCULO QUANTITATIVO POR MUNICÍPIOS

**DOCUMENTO
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO ANEXO IV – CÁLCULO QUANTITATIVO POR MUNICÍPIOS É PARTE INTEGRANTE DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE “FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE PRÉ MOLDADOS DE CONCRETO” E É COMPOSTO POR 2 (DUAS) FOLHAS.

CLIENTE:

CONSÓRCIO AMESP

Associação dos Municípios da Microrregião do médio Sapucaí - AMESP

CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Para a obtenção do consumo de cada município, considerou-se o consumo médio por habitante para cada material / produto dos Lotes 1, 2 e 3 da planilha de matérias a serem licitadas, conforme abaixo:

- ✓ **Lote 1:** itens 1, 2 e 3 – considerado o consumo médio de $0,058\text{m}^3$ por habitante;
- ✓ **Lote 2:** itens 1, 2 e 6 – considerado o consumo médio de $0,058\text{m}^3$ por habitante;
itens 3 e 5 – considerado o consumo médio de $0,029\text{m}^3$ por habitante;
item 4 – considerado o consumo médio de $0,290\text{m}^3$ por habitante;
item 7 – considerado o consumo médio de $0,017\text{m}^3$ por habitante.
- ✓ **Lote 3:** itens 1 e 2 – considerado o consumo médio de $0,580\text{m}^2$ por habitante;
itens 3, 4, 7, 8 e 9 – considerado o consumo médio de $0,009\text{m}$ por habitante;
itens 5 e 6 – considerado o consumo médio de $0,015\text{m}$ por habitante.

**2. PLANILHAS DE CONSUMO PREVISTO POR MUNICÍPIO:****2.1. Lote 1 (itens 1, 2 e 3) e Lote 2 (itens 1, 2 e 6)**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANT. DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANT. POR MUNICÍPIO (M³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• Lote 1 (itens 1, 2 e 3) e Lote 2 (itens 1, 2 e 6), para os consumos de $0,058\text{m}^3$ por habitante – 18.000m^3					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	1.149	1150
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	637	640
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	673	680
4	CAREAÇU	6.826	2,21	396	400
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	707	710
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	1.266	1270
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	687	690
8	CONGONHAL	12.209	3,95	708	710
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	274	280
10	ESTIVA	11.416	3,70	662	670
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	428	430
12	IPUIUNA	10.156	3,29	589	590
13	JACUTINGA	26.538	8,60	1.539	1540
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	1.406	1410
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	274	280
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	1.238	1240
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	980	980
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	2.565	2570
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	314	320
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	159	160
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	325	330
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	311	320
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	82	90
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	239	240
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	296	300
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	17.907	18.000

2.2. Lote 2 (itens 3 e 5) - para os consumos de $0,029\text{m}^3$ por habitante – 9.000m^3

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANT. DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANT. POR MUNICÍPIO (M^3)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M^3)
• Lote 2 (itens 3 e 5), para os consumos de $0,029\text{m}^3$ por habitante – 9.000m^3					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	574	575
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	318	320
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	337	340
4	CAREAÇU	6.826	2,21	198	200
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	354	355
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	633	640
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	344	345
8	CONGONHAL	12.209	3,95	354	355
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	137	140
10	ESTIVA	11.416	3,70	331	335
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	214	220
12	IPUIUNA	10.156	3,29	295	300
13	JACUTINGA	26.538	8,60	770	770
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	703	705
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	137	140
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	619	620
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	490	490
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	1.283	1280
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	157	160
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	80	80
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	162	160
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	156	160
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	41	40
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	119	120
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	148	150
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	8.954	9.000



2.3. Lote 2 (item 4) - para os consumos de 0,290m³ por habitante – 90.000m³

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANT. DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANT. POR MUNICÍPIO (M ³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M ³)
• Lote 2 (item 4), para o consumo de 0,290m ³ por habitante – 90.000m ³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	5.745	5.750
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	3.185	3.200
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	3.367	3.400
4	CAREAÇU	6.826	2,21	1.980	2.000
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	3.536	3.550
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	6.331	6.350
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	3.437	3.450
8	CONGONHAL	12.209	3,95	3.541	3.550
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	1.371	1.400
10	ESTIVA	11.416	3,70	3.311	3.350
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	2.142	2.150
12	IPUIUNA	10.156	3,29	2.945	2.950
13	JACUTINGA	26.538	8,60	7.696	7.700
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	7.032	7.050
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	1.371	1.400
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	6.192	6.200
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	4.901	4.900
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	12.826	12.850
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	1.569	1.600
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	795	800
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	1.623	1.650
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	1.556	1.600
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	412	450
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	1.194	1.200
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	1.479	1.500
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	89.536	90.000

2.4. Lote 2 (item 7) - para os consumos de $0,017\text{m}^3$ por habitante – 5.400m^3

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANT. DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANT. POR MUNICÍPIO (M^3)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M^3)
• Lote 2 (item 7) – considerado o consumo médio de $0,017\text{m}^3$ por habitante – 5.400m^3					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	337	345
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	187	195
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	197	205
4	CAREAÇU	6.826	2,21	116	120
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	207	215
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	371	380
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	201	210
8	CONGONHAL	12.209	3,95	208	215
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	80	80
10	ESTIVA	11.416	3,70	194	200
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	126	130
12	IPUIUNA	10.156	3,29	173	180
13	JACUTINGA	26.538	8,60	451	460
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	412	420
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	80	80
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	363	370
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	287	295
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	752	760
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	92	100
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	47	50
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	95	100
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	91	95
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	24	30
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	70	70
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	87	95
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	5.249	5.400

2.5. Lote 3 (itens 1 e 2) - para os consumos de 0,580m² por habitante – 180.000m²

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANT. DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANT. POR MUNICÍPIO (M ²)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M ²)
• Lote 3 (itens 1 e 2) – considerado o consumo médio de 0,580m ² por habitante – 180.000m ²					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	11.489	11.500
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	6.370	6.400
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	6.733	6.800
4	CAREAÇU	6.826	2,21	3.959	3.400
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	7.072	7.100
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	12.662	12.700
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	6.874	6.900
8	CONGONHAL	12.209	3,95	7.081	7.100
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	2.742	2.800
10	ESTIVA	11.416	3,70	6.621	6.700
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	4.284	4.300
12	IPUIUNA	10.156	3,29	5.890	5.900
13	JACUTINGA	26.538	8,60	15.392	15.400
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	14.063	14.100
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	2.742	2.800
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	12.385	12.400
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	9.802	9.800
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	25.651	26.000
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	3.138	3.200
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	1.591	1.700
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	3.247	3.300
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	3.112	3.200
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	825	900
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	2.388	2.500
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	2.957	3.100
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	179.072	180.000



2.6. Lote 3 (itens 3, 4, 7, 8 e 9) - para os consumos de 0,009m por habitante – 2.700m

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANT. DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANT. POR MUNICÍPIO (M)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M)
• Lote 3 (itens 1 e 2) – considerado o consumo médio de aproximadamente 0,009m por habitante – 2.700m					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	170	170
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	94	95
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	100	100
4	CAREAÇU	6.826	2,21	59	60
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	105	105
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	188	190
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	102	105
8	CONGONHAL	12.209	3,95	105	105
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	41	45
10	ESTIVA	11.416	3,70	98	100
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	64	65
12	IPUIUNA	10.156	3,29	87	90
13	JACUTINGA	26.538	8,60	228	235
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	209	210
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	41	45
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	184	185
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	145	145
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	380	380
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	47	50
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	24	25
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	48	50
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	46	50
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	12	15
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	35	35
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	44	45
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	2.655	2.700



2.7. Lote 3 (itens 5 e 6) - para os consumos de 0,015m por habitante - 4.500m

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANT. DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANT. POR MUNICÍPIO (M)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M)
• Lote 3 (itens 5 e 6) – considerado o consumo médio de 0,015m por habitante – 4.500m					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	287	290
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	159	160
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	168	170
4	CAREAÇU	6.826	2,21	99	100
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	177	180
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	317	320
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	172	170
8	CONGONHAL	12.209	3,95	177	180
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	69	70
10	ESTIVA	11.416	3,70	166	170
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	107	105
12	IPUIUNA	10.156	3,29	147	145
13	JACUTINGA	26.538	8,60	385	385
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	352	350
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	69	70
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	310	310
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	245	245
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	641	645
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	78	80
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	40	40
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	81	80
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	78	80
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	21	20
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	60	60
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	74	75
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	4.477	4.500

Pouso Alegre/MG, 21 de janeiro de 2022.

CARLOS HENRIQUE
AMARAL
ROSSI:47143207691

Assinado de forma digital por
CARLOS HENRIQUE AMARAL
ROSSI:47143207691
Dados: 2022.01.28 12:11:47 -03'00'

CONSULTOR TÉCNICO
Carlos Henrique Amaral Rossi
Engº Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG 46.052D

Portaria nº 01 de 02 de Janeiro de 2.022

**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO
PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO
DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO
SAPUCAÍ – AMESP.**

O Presidente do Consórcio AMESP, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, **CONSIDERANDO** o disposto no art. 3º, Inciso IV da Lei Federal nº 10.520/02;

I - Determina que os editais de licitações deverão ser assinados pela autoridade que o expedir, no caso o Pregoeiro do Consórcio AMESP;

II - Que compete ao Consórcio AMESP instituir Comissões, para fins de organização e efetivação de seus atos administrativos,

RESOLVE:

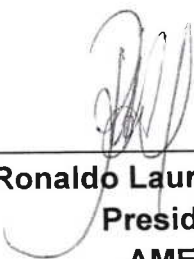
Art. 1º - Instituir o Pregoeiro e Equipe de Apoio Técnico, conforme dispositivo da Lei Federal nº 10.520\2002.

Art. 2º - Fica nomeado o funcionário para exercer as atribuições de Pregoeiro, nos termos da Lei Federal nº 10.520\2002, o **Sr. Wagner do Couto** como Pregoeiro Oficial.

Art. 3º - Ficam nomeados para compor equipe de apoio e para atuar nos processos de Pregão, nos termos da Lei Federal nº 10.520\2002, os servidores Sr. José Vitor da Rosa Júnior e Sr. Roque José dos Santos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre, em 02 de Janeiro de 2022.



Ronaldo Laurindo Bueno
Presidente
AMESP

Do Pregoeiro

Para Assessoria Jurídica

Estamos remetendo o presente referente ao Pregão Para Registro de Preços a ser instaurado, com a minuta do edital e seus anexos para análise e parecer de Vossa Senhoria.

Pouso Alegre/MG, aos 24 de Janeiro de 2022.



Wagner do Couto
Pregoeiro



AUTORIZO a abertura da Licitação na modalidade própria.

Pouso Alegre/MG, aos 24 de Janeiro de 2022.



Moacir Franco
Diretor Executivo
AMESP

Do Pregoeiro

Para Assessoria Jurídica

Estamos remetendo o presente referente ao Pregão Para Registro de Preços a ser instaurado, com a minuta do edital e seus anexos para análise e parecer de Vossa Senhoria.

Pouso Alegre/MG, aos 24 de Janeiro de 2022.



Wagner do Couto
Pregoeiro

AUTORIZO a abertura da Licitação na modalidade própria.

Pouso Alegre/MG, aos 24 de Janeiro de 2022.



Moacir Franco
Diretor Executivo
AMESP

PREAMBULO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2022.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL (POR LOTE).

ÓRGÃO REQUISITANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

DATA DE ABERTURA: 10/02/2022.

HORÁRIO: 09h00min.

I – OBJETO.

1.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** o **REGISTRO DE PREÇOS** na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.

1.2. Para o fornecimento dos objetos licitados haverá uma Ata de Registro de Preços, que será firmada entre a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP e a licitante declarada vencedora.

1.3. A **DETENTORA** da Ata de Registro de Preços a ser firmada, se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante sua vigência.

II – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO.

2.1. O fornecimento dos objetos licitados deverá ser nas condições previstas no Termo de Referência.

2.2. A empresa vencedora somente fornecerá os objetos mediante solicitação e Ordem de Serviços – OS, emitida pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE**.

III – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

3.1 A despesa referente à execução dos serviços, objeto do Termo de Referência bem como da Licitação, será empenhada na dotação orçamentária do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, signatário da Ata de Registro de Preços.



Pouso Alegre/MG, aos 24 de Janeiro de 2022.

Wagner do Couto
Pregoeiro

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2022.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL (POR LOTE).

ÓRGÃO REQUISITANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

DATA DE ABERTURA: 10/02/2022.

HORÁRIO: 09h00min.

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, pessoa jurídica de direito público na forma de Associação Pública, inscrita no CNPJ sob o nº 20.362.307/0001-40, com endereço na Rua Comendador José Garcia, n.º 774, Centro, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, através de seu Pregoeiro nomeado, nos termos da **Portaria nº 01/2022**, usando das atribuições que lhe são conferidas torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL (POR LOTE)**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, de acordo com as disposições constantes do Edital, do Termo de Referência e dos respectivos anexos. O presente Processo integra o Sistema de Licitações Compartilhadas da AMESP, nos termos do artigo 112 §1º da Lei Federal n.º 8.666/93 e do Art. 19 do Decreto Federal n.º 6.017/2007, e dele poderão decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da federação consorciados doravante denominados **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** que são:

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
BORDA DA MATA
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAREAÇU
CARMO DA CACHOEIRA
CAMANDUCAIA
CONGONHAL
CONCEIÇÃO DOS OUROS
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTIVA
INCONFIDENTES

IPUIUNA
MONTE SIÃO
JACUTINGA
NATÉRCIA
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SÃO BENTO ABADE
SÃO JOÃO DA MATA
SENADOR AMARAL
SENADOR JOSÉ BENTO
PARAISÓPOLIS
POCO FUNDO
TOCOS DO MOJI
TURVOLÂNDIA

I – INFORMAÇÕES.

1.1. As informações administrativas relativas a este **PREGÃO** poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP através do telefone nº (35) 3025-6589 ou pelo e-mail: licitacao@consorcioamesp.com.br

II – OBJETO.

2.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.

III – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

3.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente **PREGÃO**, ou ainda, para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, observado o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

3.1.1. O Pregoeiro deverá decidir sobre a impugnação, se possível, antes da abertura do certame.

3.1.2. Quando o acolhimento da impugnação implicar em alteração do Edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designado nova data para a realização deste **PREGÃO**.

3.2. A impugnação feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar deste **PREGÃO** até o trânsito em julgado da decisão.

3.3. Não serão aceitas impugnações encaminhadas por e-mail.

IV – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de (12) doze meses, contado a partir de sua assinatura.

4.2. O ORGÃO GERENCADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE não estarão obrigados a utilizarem a Ata de Registro de Preços, uma vez que ela não caracteriza compromisso de utilização, podendo revogá-la ou promover licitação específica quando julgar conveniente, nos termos da legislação pertinente, sem que caiba recurso ou qualquer pedido de indenização por parte da **DETENTORA**.

V – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

5.1. Poderão participar deste **PREGÃO** as empresas que:

5.1.1. Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado;

5.1.2. Atendam a todas as exigências deste edital;

5.2. Será vedada a participação de empresas:

5.2.1. Declaradas inidôneas para licitar e contratar com o poder público;

5.2.2. Suspensas de participar de licitações realizadas pela Associação da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP;

5.2.3. Com falência, concordata ou insolvência, judicialmente decretada;

5.2.3.1. As empresas em recuperação judicial deverão apresentar o plano de recuperação devidamente acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei Federal nº. 11.101 de 2005, bem como dos demais requisitos exigidos no edital, se for o caso, relacionados à comprovação da capacidade econômico-financeira do proponente.

5.2.4. Empresas das quais participe, seja a que título for servidor público municipal dos municípios que integram a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP.

5.2.5. Reunidas em consórcio do ramo pertinente ao objeto licitado, nacionais ou estrangeiras autorizadas a funcionar no País, conforme justificativa constante do Termo de Referência.

5.2.6. Cooperativas nos termos da Lei nº 12.690/2012 artigo 4º Inciso II e Sumula do TCU 281, o Termo de Conciliação Judicial entre o Ministério Público do Trabalho, de 05/06/2203, e o artigo 4º da IN-SLTI/MPOG 2/2008.

VI – DO CREDENCIAMENTO.

6.1. No dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste Edital, será realizado em sessão pública, o credenciamento dos representantes das licitantes, o recebimento dos envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação”.

6.1.1. Não será permitida a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.

6.1.2. Será considerada retardatária a empresa cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública após a abertura do primeiro envelope “Proposta Comercial”.

6.2. Aberta a sessão, o representante legal da licitante deverá credenciar-se junto ao Pregoeiro, devidamente munido de instrumento que o legitime a participar do **PREGÃO** e de sua cédula de identidade ou outro documento equivalente.

6.2.1. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

a) Instrumento público ou particular, pelo qual a empresa licitante tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas e para recorrer ou desistir de recurso, conforme modelo constante no Anexo I, devendo estar acompanhado contrato social ou estatuto da empresa, e no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhada de documento de eleição de seus administradores.

b) Quando o credenciamento for conferido por procurador da licitante, deverá ser, ainda, juntada cópia autenticada do respectivo instrumento de procuração, no qual deverá constar **expressamente** poderes de substabelecimento.

c) Cópia do contrato ou estatuto social da licitante, quando sua representação for feita por um de seus sócios, dirigente ou assemelhado, acompanhado da ata de eleição da diretoria, em se tratando de sociedade anônima;

6.2.2. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de exclusão sumária das representadas.

6.2.3. A documentação mencionada neste capítulo deverá ser apresentada juntamente com a Cédula de Identidade do outorgado ou documento equivalente.

6.2.4. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados. A empresa que tenha apresentado proposta, mas que não esteja devidamente representada terá sua proposta acolhida, porém, não poderá participar das rodadas de lances verbais.

VII - QUANTO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

7.1. **Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte**, visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo VII** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

VIII – RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO.

8.1. Na hora e local indicado serão observados os seguintes procedimentos pertinentes a este **PREGÃO**:

8.1.1. Credenciamento dos representantes legais das empresas interessadas em participar do certame;

8.1.2. Recebimento dos envelopes “Proposta Comercial”;

8.1.3. Abertura dos envelopes “Proposta Comercial”;

8.1.4. Desclassificação das propostas que não atenderem às exigências essenciais deste Edital e classificação provisória das demais em ordem crescente de preços;

8.1.5. Abertura de oportunidade de oferecimento de lances verbais aos representantes das empresas cujas propostas estejam classificadas no intervalo compreendido entre o menor preço e o preço superior àquele em até 10% (dez por cento);

8.1.6. Em não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 8.1.5., poderão as empresas autoras das melhores propostas, **até o máximo de 03 (três)**, oferecer novos lances verbais e sucessivos;

8.1.7. Condução de rodadas de lances verbais, sempre a partir do representante da empresa com proposta de maior preço global, em ordem decrescente de valor, respeitadas as sucessivas ordens de classificação provisória, até o momento em que não haja novos lances de preços menores aos já ofertados;

8.1.8. Na fase de lances verbais, não serão aceitos lances de valor igual ou maior ao do último, e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes;

8.1.9. Classificação definitiva das propostas em ordem crescente de preço;

8.1.10. Abertura do envelope “Documentação” apenas da empresa cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar;

8.1.11. Habilitação ou inabilitação da primeira colocada, prosseguindo-se, se for o caso, com a abertura do envelope “Documentação” da segunda classificada.

8.1.12. Proclamação da empresa vencedora pelo critério de menor preço global (por lote).

8.1.13. Abertura de oportunidade aos presentes para que manifestem sua eventual intenção de interpor recurso, registrando-se em ata a síntese das razões de recorrer.

8.1.14. Adjudicação do objeto e encaminhamento dos autos do processo à autoridade competente para homologação do certame, na hipótese de não ter havido interposição de recursos.

IX – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO.

9.1. No ato de credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, em envelopes separados, não transparentes, lacrados e rubricados no fecho, com o seguinte endereçamento:

Envelope nº. 01 “PROPOSTA COMERCIAL”.
A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio
Sapucai – AMESP.
Pregão n.º 03/2022.

Objeto: Registro de Preços – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE
CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO
MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

Licitante:

Envelope nº. 02 “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”.

A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio
Sapucai – AMESP.
Pregão n.º 03/2022.

Objeto: Registro de Preços – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE
CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO
MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

Licitante:

9.1.1. Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de motivo superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9.1.2. Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope.

9.2. O Envelope nº 01 – Proposta Comercial conterá a proposta comercial, que deverá ser apresentada preferencialmente em modelo constante do **Anexo III, bem como da Planilha Orçamentária constante do Anexo VIII**, em papel timbrado da empresa, **utilizando-se de 02 (duas) casas decimais (0,00)**, sem rasuras ou emendas, datadas e rubricadas em todas as folhas e assinada por seu representante legal.

9.2.1. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais da atividade e tributos eventualmente devidos, bem como as demais despesas diretas e indiretas, sem que caiba direito à proponente de reivindicar custos adicionais.

9.2.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

9.2.4. O prazo de validade da proposta **não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos**, contados da data de abertura dos envelopes relativos à habilitação.

9.2.5. A proposta escrita de preço deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.2.6. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço global (por lote)**, satisfeitos todos os termos estabelecidos neste ato convocatório.

9.3. Serão **DECLASSIFICADAS** as propostas:

9.3.1. Que não apresentem suas propostas por preços unitários e totais;

9.3.2. Que não atenderem às exigências do Edital e seus anexos ou da legislação aplicável;

9.3.3. Omissas ou vagas bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

9.3.4. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;

9.3.5. Serão desclassificados os lances finais e, na inexistência de lances, as propostas escritas que apresentarem preços excessivos, ou seja, superiores aos valores máximos aceitáveis, quando comparados aos preços de mercado.

9.4. **Envelope nº 02 – Documentos de Habilitação das Empresas** deverão conter a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômica – financeira, à regularidade fiscal e ao cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, em conformidade com o previsto a seguir:

9.4.1. A documentação relativa à **habilitação jurídica** consiste em:

9.4.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.4.1.2. Ato constitutivo, alterações subsequentes ou última alteração consolidada devidamente registrada, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.4.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;

9.4.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.4.1.5. Declaração assinada pelo responsável da empresa de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante do **Anexo IV**, em cumprimento do disposto no artigo 27, inciso V da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4.2. A documentação relativa à **qualificação técnica** consiste em:

9.4.2.1. Atestado(s) / Certidão (ões) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

9.5. A documentação relativa à **qualificação econômica – financeira das empresas** é a seguinte:

9.5.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação judicial ou extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei Federal nº 11.101/2005, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública do Pregão, se outro prazo não constar do documento.

9.5.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma das Leis Federais nº 6.404/76 e nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que venha à substituí-lo.

9.5.3. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

9.5.4. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

9.5.5. Serão considerados aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Publicados em Diário Oficial; ou
- b) Publicados em Jornal; ou
- c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

9.5.6. Os documentos relativos ao subitem 9.5.5. deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

9.5.7. A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante os indicadores abaixo calculados pelas seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Geral (ILG) expressado da forma seguinte:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > 1,00.$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC) expressado da forma seguinte:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1,00.$$

Grau de endividamento (GE) expressado da forma seguinte:

$$\text{GE} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} = \text{ou} < 1,00$$

9.5.8. Para fins de avaliação da capacidade financeira, a empresa deverá apresentar juntamente com a documentação prevista no item 9.5.7. a memorial dos cálculos realizados assinado pelo representante legal da empresa e pelo Contador com indicação do número do registro no CRC.

9.5.9 Comprovação do Capital Social ou patrimônio líquido, não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º da Lei Federal nº 10.666/93, e suas alterações.

9.6. A documentação relativa à **regularidade fiscal das empresas** é a seguinte:

9.6.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**;

9.6.2. Prova de inscrição no **Cadastro Estadual ou Municipal** de contribuintes da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

9.6.3. Prova de regularidade para com a Fazenda do Município da sede ou domicílio da licitante, relativa aos tributos mobiliários e imobiliários, dentro do prazo de validade.

9.6.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, dentro do prazo de validade.

9.6.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade.

9.6.6. Prova de regularidade para com a **Seguridade Social – INSS**, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade;

9.6.7. Prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS**, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade.

9.6.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura da Ata de registro de preços;

9.6.9. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, de acordo com a Lei Federal nº 12.440/2011, dentro do prazo de validade.

9.7. **As microempresas e empresas de pequeno porte**, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

9.8. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis, a contar do encerramento da sessão que o declarou vencedor**, prorrogáveis por igual período, a critério da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;

9.9. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal n.º 10.520/02.

9.10. As **certidões que não possuem especificação a respeito do prazo de validade** serão aceitas com **até 60 (sessenta) dias** da data de sua expedição.

X – VISITA TÉCNICA.

10.1. A visita técnica não é obrigatória, podendo ser realizada apenas por questão de logística, tendo em vista o número de prefeituras consorciadas.

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS.

11.1. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou em publicação de órgão da imprensa oficial, na forma da lei.

11.2. Todos os documentos expedidos pela licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

11.3. Os documentos emitidos pela internet poderão ser conferidos pelo Pregoeiro.

11.4. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ/MF. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, toda a documentação deverá estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria

natureza ou determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

XII - DOS PROCEDIMENTOS.

12.1. Os procedimentos deste **PREGÃO** serão conduzidos pelo Pregoeiro nomeado, contando com equipe de apoio, conforme determinado na **Portaria n.º 01/2022**, segundo a legislação vigente e as fases apontadas neste Edital.

12.2. Instalada a sessão pública do pregão, os interessados deverão comprovar a representação para a prática dos atos do certame, nos termos deste Edital.

12.3. Após o recebimento, será verificada a regularidade formal dos envelopes, proceder-se-á a abertura dos envelopes das propostas comerciais, que serão rubricadas e analisadas pelo pregoeiro e sua equipe de apoio. Em seguida, será dada vista das propostas a todos os representantes dos licitantes, que deverão rubricá-las, devolvendo-se ao Pregoeiro, que procederá à classificação provisória.

12.4. Após a abertura do primeiro envelope, não será admitida a participação de novas empresas proponentes.

12.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do Edital, considerando-se como tais as que não possam ser supridas no ato, por simples manifestação de vontade do representante da proponente.

12.6. Definida a classificação provisória, será registrado na ata da sessão pública, o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de empresas participantes, os preços ofertados, as propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação de sua desclassificação e a ordem de classificação provisória.

12.7. O Pregoeiro abrirá a oportunidade para oferecimento de sucessivos lances verbais, aos representantes das licitantes cujas propostas estejam compreendidas no intervalo compreendido entre o menor preço por hora e o preço superior àquele em **até 10% (dez por cento)**.

12.8. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas, serão chamados a dar lances verbais os representantes das empresas que apresentarem as melhores propostas, **até o máximo de 03 (três)**, quaisquer que sejam os preços ofertados.

12.9. Na fase de lances verbais não serão aceitos lances de igual valor ou maior ao do último e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes.

12.10. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances.

12.11. Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

12.12. Entende-se por **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

12.13. A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

12.14. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

12.15. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 12.12, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

12.16. Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

12.17. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;

12.18. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal n.º 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte.

12.19. Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, será declarada a melhor oferta àquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

12.20. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital, salvo se for devidamente comprovada e aceita pelo Pregoeiro.

12.21. O Pregoeiro poderá **negociar** com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

12.22. Se houver a negociação, o Pregoeiro examinará a **aceitabilidade do menor preço**.

12.23. Considerada aceitável a oferta de menor preço, estará concluída a fase de classificação das propostas, e será aberto o envelope de documentação da proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.

12.24. Sendo inabilitada a Proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, prosseguirá o Pregoeiro e sua equipe de apoio, com a abertura do envelope de documentação da proponente classificada em segundo lugar e assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de uma das licitantes.

12.25. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a(s) licitante(s) classificada(s) e habilitada(s) será (ao) declarada(s) vencedora(s) do certame.

12.26. Proclamada(s) a(s) vencedora(s), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o **prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso**, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar às contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada imediata vista dos autos do processo.

12.27. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insusceptíveis de aproveitamento.

12.28. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante implicará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

12.29. Julgados os recursos, será adjudicado o objeto à licitante vencedora e homologado o certame.

12.30. É facultado ao ÓRGÃO GERENCIADO, quando a adjudicatária não formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos, convocar as demais licitantes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e, preferencialmente, nas mesmas condições ofertadas pela adjudicatária.

12.31. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificadas e das classificadas não declaradas vencedoras permanecerão sob custódia do Pregoeiro até a efetiva formalização da contratação.

XIII – DOS PREÇOS E DAS COTAÇÕES.

13.1 Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela empresa contratada.

13.2. Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

13.3. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período de 01 (um) ano.

13.4 Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

13.5. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata de Registro de Preços e a retribuição do ÓRGÃO PARTICIPANTE para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

13.6. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

13.7. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

13.8. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme caso.

13.9. Na hipótese da empresa detentora da Ata de Registro de Preços solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

13.10. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela empresa contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

13.11. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

13.12. Fica facultada ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela empresa contratada.

13.13. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, sendo lavrado termo aditivo.

13.14. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, **a contratada não poderá suspender o fornecimento dos produtos** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

13.15. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

13.16. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela empresa contratada.

13.17. O diferencial de preço entre a proposta inicial da empresa contratada e a pesquisa de mercado efetuado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR na ocasião do pregão da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela contratada, serão sempre mantidos.

13.18. Durante a vigência do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

14.1. As obrigações resultantes deste Pregão constam da Ata de Registro de Preços, cuja minuta consta do **Anexo V**.

14.2. **A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses.**

14.3. O prazo para a **assinatura da Ata de Registro de Preços** será de **05 (cinco) dias** úteis, contados da convocação da adjudicatária por publicação nos meios legais.

14.4. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou procuração e cédula de identidade do representante.

14.5. O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a exclusivo critério da Administração, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que haja tempestiva e formal solicitação por parte da adjudicatária.

14.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.7. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser alterada para inclusão de Municípios que, por ventura, venham a consorciar-se a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

XV – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE.

15.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora.

15.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

15.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento do objeto desta contratação.

15.4. Zelar pela boa qualidade dos objetos fornecidos, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

15.5. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e fiscalizar o recebimento do objeto;

15.6. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído.

15.7. Caberá a contratante rejeitar o objeto, caso o mesmo apresente deficiências e/ou irregularidades.

15.8. Comunicar à empresa contratada quaisquer irregularidades encontradas no fornecimento do objeto.

XVI - DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA.

16.1. Entregar os objetos deste PREGÃO, conforme solicitação do ORGÃO PARTICIPANTE, obedecendo aos critérios detalhados no Termo de Referência, em total conformidade com o Edital e seus Anexos.

16.2. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a entregar os objetos conforme exigido no Edital e em seus anexos;

16.3. Obriga-se a proponente vencedora a manter durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.4. Paralisar, por determinação do ORGÃO PARTICIPANTE Contratante, a entrega dos objetos que não esteja de acordo com Edital e seus anexos;

16.5. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade, e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto deste Edital, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

16.6. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas de correntes das atividades envolvidas no escopo dos objetos fornecidos;

16.7. Não ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes do Contrato, sem a prévia e expressa concordância do ORGÃO PARTICIPANTE;

16.8. Caberá à licitante vencedora responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar ao ORGÃO PARTICIPANTE contratante e a terceiros.

16.9. A licitante vencedora obriga-se a fornecer o objeto a que se refere a Ata de Registro de Preços e as especificações descritas no Termo de Referência e no Edital, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações ou no caso de o objeto apresentar defeitos ou quaisquer outros vícios que não atendam os padrões mínimos de qualidade, ou entregue em quantidade inferior ao estabelecido pelo ORGÃO PARTICIPANTE Contratante.

16.10. Caberá a licitante vencedora substituir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem, defeitos ou quaisquer outros vícios que não atendam os padrões mínimos de qualidade, sem qualquer ônus ao ORGÃO PARTICIPANTE Contratante.

16.11. Permitir ao ORGÃO PARTICIPANTE contratante fiscalizar o fornecimento do objeto. A presença da fiscalização do ORGÃO PARTICIPANTE contratante não elimina e nem diminui a responsabilidade da licitante vencedora para com suas obrigações contratuais e exigências demandadas.

16.12. A licitante vencedora não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.

16.13. No ato da entrega do objeto a licitante vencedora deverá fornecer ao ORGÃO PARTICIPANTE contratante o “comprovante de pesagem de cada carregamento do objeto (agregado)”, onde deverá constar o local de entrega, nome do motorista condutor com a respectiva assinatura, placa do veículo, data de entrega, horário de entrega e quantidade do objeto fornecido.

16.14. A licitante vencedora deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo ORGÃO PARTICIPANTE contratante, durante a execução do objeto.

16.15. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

16.16. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

16.17. Assumir, automaticamente, ao firmar a Ata de Registro de Preços, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas no fornecimento, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

16.18. Resguardar a ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes do fornecimento, por força de contrato.

16.19. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos objetos fornecidos.

16.20. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor.

XVII – DOS PAGAMENTOS.

17.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

17.2. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal

devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

17.3. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

17.3.1. Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE e tomador dos serviços referentes à contratação;

b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;

c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos I e II, supra, conforme determinações do INSS.

17.4. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

17.5. A despesa referente ao fornecimento dos objetos será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

XVIII – DAS PENALIDADES.

18.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES/ÓRGÃO GERENCIADOR;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

18.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

18.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

18.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

18.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço - OS.

18.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

• **Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	R\$ 150,00
02	R\$ 250,00
03	R\$ 350,00
04	R\$ 500,00
05	R\$ 2.500,00

• **Tabela 2**

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento; por dia.	04
02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
03	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
04	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
05	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
06	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
07	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
08	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02

18.7. Quando a empresa contratada deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para o fornecimento do objeto previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme tabela 3.

18.8. O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará a empresa contratada multa, conforme tabela 3 a seguir:

• **Tabela 3**

GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
01	2%	Sobre o valor total estimado do contrato, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de fornecimento.
02	3%	Por dia de atraso na entrega, até o 30º(trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do objeto não entregue.
03	5%	Sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

18.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com o a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

18.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do contratante;
- d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do contratante após o recebimento da Nota de Empenho;
- e) apresentação, ao contratante, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- f) inexecução total do objeto.

18.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES/ÓRGÃO GERENCIADOR e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

18.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à empresa contratada.

18.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a empresa contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

18.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE Contratante.

XIX - DA RESCISÃO DO CONTRATO.

19.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR reserva-se no direito de rescindir de pleno direito, a Ata de Registro de Preços, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora, direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

- a) falência, concordata e recuperação judicial ou extrajudicial ou dissolução da adjudicatária;
- b) inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição da ata/contrato, por parte da futura contratada;
- c) a subcontratação ou cessão da ata/contrato;
- d) o não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à adjudicatária;
- e) outros, conforme previsto nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n.º 8.666 de 21/06/93.

19.2. O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, também, rescindir a futura ata/contrato, independente dos motivos relacionados nas letras "a" a "e" do subitem 19.1, por mútuo acordo.

XX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

20.1. A apresentação de proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie, para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

20.2. O presente **PREGÃO** poderá ser anulado ou revogado, nas hipóteses revistas em lei, sem que tenham as licitantes direito a qualquer indenização.

20.3. A adjudicatária deverá manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e respectivos contratos, todas as condições de habilitação.

20.4. Com base no art. 43, § 3º da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações, são facultadas ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

20.5. Os casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo Pregoeiro com a assistência de sua equipe de apoio.

20.6. As normas deste **PREGÃO** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante e nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

XXI – DOS ANEXOS.

21.1. Constituem anexos deste edital:

ANEXO I – MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III - MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO VI – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE EPP OU ME

ANEXO VIII – PLANILHA DE VALORES

Pouso Alegre/MG, aos 24 de Janeiro de 2022.



Wagner do Couto
Pregoeiro

ANEXO I

MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

(A ser elaborado em papel timbrado da licitante)

Pelo presente instrumento, a empresa.....
inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na
....., através de seu
representante legal infra-assinado, **credencia** o Sr.(a)
portador(a) da Cédula de Identidade RG nºe inscrito
no CPF/MF sob o nº, outorgando-lhe plenos
poderes para representá-la na sessão pública do **PREGÃO**, em especial para formular
lances verbais e para interpor recursos ou deles desistir.

Por oportuno, a outorgante declara, sob as penas da lei, estar cumprindo plenamente
os requisitos de habilitação, através dos documentos de habilitação, de acordo com as
exigências constantes do Edital.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal)

Obs.: Apresentar cópia do contrato social (autenticada) juntamente com este credenciamento.

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de Serviços de Engenharia Consultiva para elaboração de termo de referência, planilha orçamentária atualizada, utilizando-se as referências governamentais e cotação de mercado (quando não houver índice de referência), para a realização de processo licitatório para Registro de Ata de Preços a ser realizado pela AMESP.

2. OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, para subsidiar projetos de engenharia, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS BÁSICAS:

As especificações a seguir têm por objetivo estabelecer normas e procedimentos que devem ser obedecidos pela Empresa Contratada, nos trabalhos a serem executados. A não observância desta especificação implicará em suspensão temporária dos serviços e respectivos pagamentos, até que ela seja observada ou haja suspensão definitiva pelo Município Contratante, com as penalidades cabíveis. Integram este projeto os seguintes documentos:

- Planilha Orçamentária;
- Especificações Técnicas;
- Composição de BDI;

LOTE 01			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA
01	AREIA FINA – POSTO JAZID A/ FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M ³	18.000
02	AREIA GROSSA – POSTO JAZIDA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M ³	18.000
03	AREIA MÉDIA – POSTO JAZIDA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M ³	18.000

LOTE 02			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA
1	PEDRA BRITADA Nº.0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR (COM TRANSPORTE).	M³	18.000
2	PEDRA BRITADA Nº.1, OU PEDRISCO (9,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M³	18.000
3	PEDRA BRITADA Nº.2, OU PEDRISCO (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M³	9.000
4	PEDRA BRITADA OU BICA CORRIDA, NÃO CLASIFICADA (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M³	90.000
5	PEDRA DE MÃO OU PEDRA RACHÃO PARA ARRIMO/FUNDAÇÃO, (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M³	9.000
6	SEIXO ROLADO PARA APLICAÇÃO EM CONCRETO, (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M³	18.000
7	PÓ DE PEDRA (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M³	5.400

LOTE 03			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA
01	BLOQUETE / PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO, 25 CM X 25 CM, E= 10 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781) COR NATURAL.	M²	180.000
02	BLOQUETE / PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO, 25 CM X 25 CM, E= 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781) COR NATURAL.	M²	180.000
03	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 300 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890).	M	2.700
04	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 400 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890).	M	2.700
05	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 500 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890).	M	4.500
06	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 600 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890).	M	4.500

07	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 800 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890).	M	2.700
08	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 2, PB, DN 1000 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890).	M	2.700
09	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 2, PB, DN 1200 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890).	M	2.700

4. DO LOCAL, DOS PRAZOS E DA EFETIVAÇÃO E GARANTIA DO FORNECIMENTO.

4.1. DO LOCAL:

4.1.1 O fornecimento dos objetos licitados será dentro da área territorial de abrangência da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, conforme descrição de Municípios compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos. O fornecimento será informado previamente, de acordo com as demandas, através da emissão da Ordem de Fornecimento;

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
BORDA DA MATA
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAREAÇU
CARMO DA CACHOEIRA
CAMANDUCAIA
CONGONHAL
CONCEIÇÃO DOS OUROS
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTIVA
INCONFIDENTES
IPUIUNA
MONTE SIÃO
JACUTINGA
NATÉRCIA
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SÃO BENTO ABADE
SÃO JOÃO DA MATA
SENADOR AMARAL

SENADOR JOSÉ BENTO
PARAISÓPOLIS
POCO FUNDO
TOCOS DO MOJI
TURVOLÂNDIA

4.1.2. O material deverá ser entregue na sede do Município Consorciado, conforme a necessidade do adquirente;

4.1.3. O Licitante/Fornecedor deverá considerar a distância da sede de sua empresa (ou local de extração do agregado/produção do material) até o local de entrega de qualquer dos itens objeto desta licitação para a composição de seu custo de transporte.

4.1.3.1. A base de cálculo para o transporte dos materiais será por KM rodado, e faz-se necessária para que não exista a necessidade de ordem de fornecimento mínimo de qualquer dos materiais constantes na Ata de Registro de Preços, por parte dos Municípios consorciados.

4.2. DA EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

4.2.1. O ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, apresentará as demandas para a CONTRATADA que irá elaborar, com base na Ata de Registro de Preços firmada, orçamento para cada situação demandada num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, que aprovado pelo mesmo, será formalizado o contrato no qual o(s) orçamento(s) figurará(ão) como anexo(s);

4.2.2. Os serviços somente serão iniciados após a assinatura do respectivo contrato pelas partes e da emissão da Ordem de Serviços pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE (ÓRGÃO PARTICIPANTE), data esta que será a base para a contagem dos prazos pactuados;

4.2.3. O orçamento apresentado conterá a discriminação de todos os serviços envolvidos bem como o prazo de seu desenvolvimento.

4.3. DOS PRAZOS:

4.3.1. A vigência da ata de registro de preço será de um ano contados de sua assinatura, de acordo com a Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 (art. 15, § 3º, III);

4.3.2. Eventual contrato seguirá o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ser prorrogado, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos previsto no art. 57, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;

4.2.3. O prazo para o fornecimento do item solicitado será de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitida pela Prefeitura consorciada

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

- 5.1.** Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial;
- 5.2.** O objeto deste Termo de Referência deve ser executado diretamente pela empresa contratada, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da empresa contratada pelo ônus e perfeição técnica do mesmo;
- 5.3.** Os objetos serão fornecidos conforme demanda, de acordo com a necessidade de cada município consorciado;
- 5.4.** A empresa CONTRATADA deverá iniciar o fornecimento dos itens solicitados em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviços;
- 5.5.** A demanda se dará em conformidade com o juízo de oportunidade e conveniência do órgão solicitante, mediante a expedição de Ordem de Serviços;
- 5.6.** Os locais de onde se darão os fornecimentos serão determinados e comunicados a CONTRATADA por Servidor designado do Departamento de Obras do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;
- 5.7.** A qualidade dos itens fornecidos, será acompanhada e fiscalizada por servidores devidamente designados pelo Departamento de Obras de cada Município;
- 5.8.** Os prazos para entrega do fornecimento dos itens solicitados, serão controlados e definidos pelo Departamento de Obras ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, em reunião com o Representante Legal da empresa CONTRATADA, ouvido - sempre - o prestador de serviços, analisando-se caso a caso, de acordo com o nível de complexidade e as condições determinantes das tarefas. Após a definição dos prazos, sua inobservância acarretará as sanções administrativas de que tratam a Lei, o Edital e o Contrato;
- 5.9.** Ao final de cada serviço/fornecimento, a Empresa Contratada deverá fornecer à Fiscalização do Município Contratante memória de cálculo dos serviços e relatório fotográfico impresso, contendo imagens detalhadas de todo o fornecimento, conforme ordem de serviço emitida, sendo que as fotografias deverão ser entregues em formato digital JPG;
- 5.10.** A planilha de medição será preenchida em reflexo das quantidades fornecidas. Nesse contexto, o relatório fotográfico refletirá cada um dos serviços elencados na planilha de medições;
- 5.11.** Juntamente com a planilha de medição e com o relatório fotográfico, a Empresa Contratada entregará memória de cálculo que justifique os quantitativos inseridos na planilha de medição;
- 5.12.** A Empresa Contratada será responsável pela manutenção da ordem nas áreas sob sua responsabilidade até a conclusão do objeto;

5.13. Todo o aparato normativo técnico e legal envolvido com o desenvolvimento dos trabalhos deverá ser seguido, sendo de inteira responsabilidade da contratada eventuais desvios em relação às diretrizes, parâmetros ou requisitos nele estabelecidos, mesmo após recebimento pela Fiscalização do Município Contratante;

5.14. O fornecimento do material será vistoriado sistematicamente "sem aviso prévio", pela fiscalização do Município Contratante para verificação do atendimento quanto à quantidade e qualidade para atendimento aos serviços constantes da planilha;

5.15. A sua inobservância implicará na suspensão dos trabalhos até que se regularize tal situação;

5.16. A Empresa Contratada, ao realizar atividades próximas as vias públicas, deverá obedecer aos critérios de sinalização contidos nas normas técnicas e legislações aplicáveis;

5.17. A Empresa Contratada deverá dispor de material de sinalização em quantidade suficiente e em boas condições de conservação, de forma a atender a simultaneidade da execução dos serviços;

5.18. Os empregados deverão apresentar-se corretamente uniformizados em um só padrão, identificados e utilizando os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e EPCs (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários;

5.19. Fica reservado à Fiscalização do Município Contratante o direito de impedir o trabalho de todo e qualquer empregado/equipe que não estiver devidamente trajado e/ou sem a utilização dos EPIs e/ou EPCs necessários.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:

A Empresa Contratada responsável pelo fornecimento estará obrigada a:

6.1. Fornecer, com perfeição e segurança, todos os serviços descritos, indicados ou mencionados na Planilha Orçamentária e nesta Especificação, providenciando todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários, sendo responsável pela existência de qualquer vício, irregularidade, mesmo após término dos serviços, obrigando-se a repará-lo de imediato;

6.2. Comunicar, por escrito, ao Município Contratante quaisquer erros ou incoerências verificadas nas planilhas e especificações técnicas, não sendo a eventual existência de falhas neste, razão para a prestação incorreta de serviços de qualquer natureza;

6.3. Utilizar equipamentos modernos e eficientes e ferramentas necessárias à boa prestação dos serviços e empregar os métodos de trabalho mais eficientes e seguros, seguindo rigorosamente todas as normas correlatas;

6.4. Empregar profissionais devidamente habilitados na prestação dos serviços, sendo vetado subempreitar totalmente os serviços, admitindo-se subempreitadas parciais relativas a serviços especializados, uma vez comprovada a idoneidade técnica do subempreiteiro, a critério da Fiscalização;

- 6.5.** Apresentar, por escrito, à Fiscalização, antes do início das obras, o profissional responsável pela prestação dos serviços, caso este seja distinto do apresentado na licitação, devendo este apresentar as mesmas competências técnicas comprovadas por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica, registrado no CREA;
- 6.6.** Apresentar, no primeiro dia de trabalho, relação do seu pessoal, em duas vias, constando nome completo e número da Carteira de Identidade de cada funcionário;
- 6.7.** Excluir imediatamente de sua equipe qualquer integrante que a Fiscalização, no interesse da obra, julgue incompetente ou inadequado à consecução dos serviços, sem que se justifique, nesta situação, atraso no cumprimento dos prazos estipulados;
- 6.8.** Cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas, de Previdência Social e de Seguro de Acidentes do Trabalho. Efetuar o pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços;
- 6.9.** Encaminhar ao Município Contratante cronogramas, quadros demonstrativos de produção, análise de materiais, corpos de prova e outros elementos informativos relativos ao fornecimento dos materiais;
- 6.10.** Todos os danos causados às instalações, pavimentações etc., em consequência dos serviços ou por necessidade deles, serão de inteira responsabilidade da Empresa Contratada, o qual deverá fazer os reparos necessários, sem ônus para o Município Contratante. Na execução dos reparos serão usados materiais novos, de primeira qualidade, iguais aos originais;
- 6.11.** Em caso de dúvidas durante a execução dos trabalhos, caberá a Empresa Contratada acionar a Fiscalização do Município Contratante, a qual determinará o que julgar mais indicado, comunicando à Contratada a solução adotada;
- 6.12.** As redes e tubulações de água, energia, esgotos sanitários, águas pluviais, telefônicas etc. que passem pelo local dos serviços deverão ser preservadas, ou seja, os serviços deverão ocorrer sem que seja prejudicado ou interrompido o funcionamento dos sistemas de abastecimento e serviços correspondentes ou correlatos;
- 6.13.** A execução dos serviços deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas à atividade da Empresa Contratada, observadas as leis em vigor deverão ser considerados os requisitos de segurança com relação às redes elétricas, máquinas, andaimes e guinchos, presença de chamas e metais aquecidos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pedestres;
- 6.14.** Compete à Empresa Contratada tomar as providências para a colocação, às expensas próprias, de placas e sinais luminosos de advertência ou orientação durante o dia e à noite;
- 6.15.** A Fiscalização do Município Contratante poderá exigir da Empresa Contratada a colocação de sinais correntes que julgar necessários para a segurança de veículos e pedestres. O Município Contratante não assumirá responsabilidade por acidentes que

ocorrerem nos locais dos serviços e nem atuará como mediador em conflitos que deles resultem;

6.16. Todo acidente ou incidente no transcorrer dos serviços, acarretando danos pessoais ou materiais, será de inteira responsabilidade da Empresa Contratada;

6.17. A Empresa Contratada manterá Seguro de Acidentes do Trabalho para todos os seus empregados que exerçam atividades no canteiro da obra e responderá, nos termos da legislação vigente, por qualquer acidente ocorrido com pessoal, material, instalações e equipamentos sob sua responsabilidade, bem como de terceiros, durante a execução dos serviços;

6.18. Ficará a cargo da Empresa Contratada o empenho do número suficiente de equipamentos para o fornecimento dos materiais dentro dos prazos estipulados pela Fiscalização; além dos equipamentos de reserva suficientes para substituir máquinas em reparo ou deficientes;

6.19. A Empresa Contratada será responsável pela ordem e segurança durante a prestação dos serviços, providenciará, construirá e manterá todas as barricadas e sinalização necessárias. Deverá tomar todas as providências cabíveis para a proteção da obra e segurança do público;

6.20. A Empresa Contratada deverá preencher todas as exigências da lei, normas e regulamentos em vigor, que afetem as instalações, sua manutenção e operação e será responsável por todas as demais demandas resultantes de má administração dos trabalhos;

6.21. A Empresa Contratada, durante todo o período de prestação dos serviços, deverá atender a toda a legislação referente à segurança do trabalho no que lhe couber. Em caso de acidente do trabalho, deve ser comunicado imediatamente ao Município Contratante, registrado e reportado à Secretaria do Trabalho, bem como deverão ser cumpridos todos os trâmites presentes na legislação pertinente;

6.22. Entregar os objetos deste PREGÃO, conforme solicitação do ORGÃO PARTICIPANTE, obedecendo aos critérios detalhados no Termo de Referência, em total conformidade com o Edital e seus Anexos;

6.23 Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a entregar os objetos conforme exigido no Edital e em seus anexos;

6.24. Obriga-se a empresa contratada a manter durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.25. Paralisar, por determinação do ORGÃO PARTICIPANTE contratante, a entrega dos objetos que não esteja de acordo com Edital e seus anexos;

6.26. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade, e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto do Edital, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;

- 6.27.** Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas de correntes das atividades envolvidas no escopo dos objetos fornecidos;
- 6.28.** Não ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes do Contrato, sem a prévia e expressa concordância do ORGÃO PARTICIPANTE;
- 6.29.** Caberá à licitante vencedora responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a - direta ou indiretamente - causar ou provocar ao ORGÃO PARTICIPANTE contratante e a terceiros;
- 6.30.** A empresa contratada obriga-se a fornecer o objeto a que se refere a Ata de Registro de Preços e as especificações descritas no Termo de Referência e no Edital, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações ou no caso de o objeto apresentar defeitos ou quaisquer outros vícios que não atendam os padrões mínimos de qualidade, ou entregue em quantidade inferior ao estabelecido pelo ORGÃO PARTICIPANTE contratante;
- 6.31.** Caberá a empresa contratada substituir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem, defeitos ou quaisquer outros vícios que não atendam os padrões mínimos de qualidade, sem qualquer ônus ao ORGÃO PARTICIPANTE Contratante;
- 6.32.** Permitir ao ORGÃO PARTICIPANTE contratante fiscalizar o fornecimento do objeto. A presença da fiscalização do ORGÃO PARTICIPANTE contratante não elimina e nem diminui a responsabilidade da empresa contratada para com suas obrigações contratuais e exigências demandadas;
- 6.33.** A empresa contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação;
- 6.34.** No ato da entrega do objeto a empresa contratada deverá fornecer ao ORGÃO PARTICIPANTE contratante o "comprovante de pesagem de cada carregamento do objeto (agregado)", onde deverá constar o local de entrega, nome do motorista condutor com a respectiva assinatura, placa do veículo, data de entrega, horário de entrega e quantidade do objeto fornecido;
- 6.35.** A empresa contratada deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo ORGÃO PARTICIPANTE contratante, durante a execução do objeto;
- 6.36.** Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE;
- 6.37.** Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE;
- 6.38.** Assumir, automaticamente, ao firmar a Ata de Registro de Preços, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras

contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos;

6.39. Resguardar a ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes do fornecimento, por força de contrato;

6.40. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos objetos fornecidos;

6.41. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE:

7.1. Responder às solicitações da Empresa Contratada, para deliberações relativas ao início, desenvolvimento e aprovações de etapas e fornecimentos;

7.2. Efetuar os pagamentos relativos aos serviços prestados nos prazos e condições previstos no edital;

7.3. Exercer a fiscalização dos serviços através de servidor designado para esse fim, documentando as ocorrências e manifestando-se formalmente em todos os atos relativos à execução dos serviços;

7.4. Prestar aos funcionários da Empresa Contratada todas as informações e esclarecimentos que sejam indispensáveis para a concretização dos serviços;

7.5. Comunicar à Empresa Contratada as irregularidades na execução do serviço, a fim de que a empresa adote as providências cabíveis para sanar a questão;

7.6. Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes no edital e nestas especificações técnicas;

7.7. Convocar, a qualquer momento, o preposto ou representante indicado pela empresa, para prestar esclarecimentos ou sanar dúvidas relativas à execução dos trabalhos;

7.8. Solicitar, sempre que entender conveniente, relatório atualizado do andamento de cada atividade dos serviços;

7.9. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizer necessário, de acordo com a legislação em vigor;

7.10. Receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários em relação aos serviços prestados pela Empresa Contratada;

7.11. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora;

7.12. Zelar pela boa qualidade dos objetos fornecidos, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso;

7.13. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e fiscalizar o recebimento do objeto;

7.14. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído;

7.15. Caberá a contratante rejeitar o objeto, caso o mesmo apresente deficiências e/ou irregularidades;

7.16. Comunicar à contratada, quaisquer irregularidades encontradas no fornecimento do objeto.

8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.1. Atestado(s) / Certidão (ões) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

9. DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

9.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma das Leis Federais nº 6.404/76 e nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que venha a substituí-lo;

9.2. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador;

9.3. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso;

9.4. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Publicados em Diário Oficial; ou

b) Publicados em Jornal; ou

c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou

d) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

9.5. Os documentos relativos aos itens 10.1, 10.2 e 10.3 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador

e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis;

9.6. A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante os indicadores abaixo calculados pelas seguintes fórmulas:

- ✓ **Índice de Liquidez Geral (ILG)** expressado da forma seguinte:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > 1,00.$$

- ✓ **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** expressado da forma seguinte:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1,00.$$

- ✓ **Grau de endividamento (GE)** expressado da forma seguinte:

$$\text{GE} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} = \text{ou} < 1,00$$

9.7. Para fins de avaliação da capacidade financeira, a empresa deverá apresentar juntamente com a documentação prevista no item 10.6. o memorial dos cálculos realizados assinados pelo representante legal da empresa e pelo Contador com indicação do número do registro no CRC;

9.8. Comprovação do Capital Social ou patrimônio líquido, não inferior a 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada, admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º da Lei Federal nº 10.666/93, e suas alterações;

9.9. Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação judicial ou extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei Federal nº 11.101/2005, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública do Pregão, se outro prazo não constar do documento.

10. DOS VALORES, DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS E PAGAMENTOS:

10.1. DO VALOR:

10.1.1. O valor de referência para o fornecimento objeto deste Termo de Referência é de **R\$ 61.669.716,39 (sessenta e um milhões seiscentos e sessenta e nove mil e**

setecentos e dezesseis reais e trinta e nove centavos), que representa o total dos itens descritos e constantes na planilha de orçamento que integra o presente Termo.

10.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS:

10.2.1. As medições deverão ser realizadas conforme fornecimentos entregues, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido na contratação destes (devidamente aprovado e assinado pelas partes) e com a ordem de serviço ou de fornecimento recebida pela CONTRATANTE e critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado por este;

10.2.2. Caberá, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, no prazo de **5 (cinco) dias** contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura, se pronunciar – justificadamente – sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até no máximo **30 (trinta) dias** após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, solicitante do serviço;

10.2.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida;

10.2.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na Planilha de Orçamento, composto dos valores pertinentes aos **Fornecimentos Entregues**, de acordo com os Preços Unitários da Planilha de Orçamento anexa;

10.2.5. As medições deverão ser entregues acompanhadas de relatório fotográfico, memória de cálculo e certidões negativas, federal, estadual e municipal pertinentes;

10.2.6. As medições corresponderão aos fornecimentos unitários entregues, conforme descritos na planilha de referência e comprovados pela memória de cálculo e relatório fotográfico;

10.2.7. Para efeito de medições, serão verificados os elementos indispensáveis para apresentação dos relatórios e resultados de ensaios, sem, no entanto, adentrar em questionamentos quanto aos resultados, que são de inteira responsabilidade do responsável técnico pelos serviços;

10.2.8. Em caso de inconsistências importantes, a Fiscalização do Município Contratante poderá solicitar revisão dos resultados dos serviços apresentados;

10.2.9. Juntamente com o resultado de cada fornecimento - relatórios de ensaio, laudos ou outros - deverá ser entregue a respectiva ART quitada e assinada pelo responsável técnico indicado no procedimento licitatório ou por aquele que o substituir nos termos do edital.

10.3. DO PAGAMENTO:

10.3.1. Os pagamentos serão efetuados em até no máximo 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela CONTRATADA;

10.3.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE pagará à Licitante pelos fornecimentos contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados;

10.3.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, obedecerá a legislação do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;

10.3.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato;

10.3.5. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

10.3.5.1. Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual;

10.3.5.2. Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE e tomador dos serviços referentes à contratação;

10.3.5.3. Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;

10.3.5.4. Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos I e II, supra, conforme determinações do INSS;

10.3.6. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela CONTRATADA, deverão consignar no campo de identificação do destinatário os números da Ordem de Serviços e desta Ata de Registro de Preços e estar em conformidade com o cronograma estabelecido entre as partes;

10.3.7. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade;

10.3.8. A despesa referente ao fornecimento dos objetos da presente licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE signatário das Ata de Registro de Preços.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

11.1. Buscando auferir os melhores resultados para a população como um todo e para Administração Pública justificamos a escolha da licitação - **Pregão Presencial para Registro de Preços** - do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 10.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 5 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis;

12.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela nº2 constante do item 13.6. desta cláusula;

12.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da Ata;

12.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço / Ordem de Fornecimento (O.S. / O.F.);

12.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 10.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas nº 1 e nº 2 a seguir:

• Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	R\$ 150,00
02	R\$ 250,00
03	R\$ 350,00
04	R\$ 500,00
05	R\$ 2.500,00

• Tabela 2

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento; por dia.	04
02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04

03	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
04	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
05	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
06	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
07	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
08	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02

12.7. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos;

12.8. A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 10.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o Município, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;
- e) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 10.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE após o recebimento da Nota de Empenho;
- f) apresentação, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- g) inexecução total do objeto.

12.9. As sanções de multa podem ser aplicadas à EMPRESA CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em

licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE/GERENCIADOR e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado;

12.10. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA;

12.11. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a EMPRESA CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

12.12. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

12.13. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE.

13. DOS PRAZOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DAS ADESÕES E DOS CONTRATOS.

13.1. A Ata de Registro de Preços e os Contratos regular-se-ão, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público;

13.2. A Ata de Registro de Preços e o Contrato poderão, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente;

13.3. A ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura;

13.4. Os contratos decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93;

13.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

14.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela empresa contratada.

14.1.1. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período de 01 (um) ano.

14.2 Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

14.3. Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta;

14.4. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata de Registro de Preços e a retribuição do ÓRGÃO PARTICIPANTE para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato;

14.4.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual;

14.4.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional;

14.5. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;

14.6. Na hipótese de a empresa detentora da Ata de Registro de Preços solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.;

14.6.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas;

14.6.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP**, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade;

14.7. Fica facultada a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP** realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela contratada;

14.8. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP**, sendo lavrado termo aditivo;

14.8.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, **a contratada não poderá suspender o fornecimento do objeto** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes;

14.8.2. A **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP** deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão;

14.9. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela empresa contratada;

14.10. O diferencial de preço entre a proposta inicial da empresa contratada e a pesquisa de mercado efetuada pela **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP** na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela contratada, serão sempre mantidos;

14.11. Durante a vigência do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

15.1. A empresa que vier a causar impedimento ao normal e legal andamento do processo licitatório, além das sanções legais previstas, será responsabilizada civilmente pelos danos e prejuízos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE em função da não conclusão do processo licitatório bem como do objeto pretendido;

15.1.1. A participação da empresa na licitação importa na restrita aceitação das condições estabelecidas no presente Termo de Referência, no Edital e seus Anexos,

que fazem parte integrante do Edital, como se nele estivessem integralmente reproduzidos;

15.2. O ÓRGÃO GERENCIADOR se reserva ainda, o direito de revogar ou anular a licitação, parcial ou totalmente, bem como rejeitar qualquer proposta ou todas elas, desde que as mesmas não atendam às condições estabelecidas no Edital, sem que caiba as proponentes o direito de qualquer reclamação ou indenização;

15.4. A partir da sua entrega, as propostas serão consideradas objeto de análise, vedando-se a qualquer interessado procurar empregados do ÓRGÃO GERENCIADOR ou membros da Comissão para tratar de assuntos relacionados com a licitação, ressalvadas as hipóteses e formas previstas pela legislação pertinente;

15.5. Serão consideradas desclassificadas as propostas que forem incompatíveis com os requisitos e condições fixadas neste Termo de Referência;

15.6. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou elaborarem proposta relativa ao processo licitatório;

15.7. A empresa proponente, durante o processo de licitação, é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados;

15.8. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Termo de Referência serão sanados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, obedecida a legislação vigente;

15.9. O concreto betuminoso usinado a quente para aplicação a frio com CAP 50/70 alterado por composto retardador de cura, a base de polímero não emulsionado para tapa buraco instantâneo, não emulsionado, dispensado pintura de ligação, acondicionados em embalagens de 25KG, deverá possuir GARANTIA DE ESTOCAGEM POR 12 MESES;

15.10. O bloquete/piso intertravado a ser fornecido deverá seguir às normas da NBR 9781;

15.11. O tubo de concreto a ser fornecido deverá seguir às normas da NBR 8890.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

16.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto do Termo de Referência bem como da Licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, signatário da Ata de Registro de Preços.

17. JUSTIFICATIVA.

Quanto às empresas Reunidas em Consórcio:

Quanto à vedação à participação de empresas em consórcio, na leitura do disposto no art. 33 da Lei Federal nº 10.666/93, o Tribunal de Contas de Minas Gerais, por meio do Conselheiro Hamilton Coelho nos autos do Processo nº 912078, apresentou manifestação no seguinte sentido:

O emprego, pelo legislador, da locução "quando permitida" evidencia que se trata de permissão excepcional e específica, a depender do juízo de oportunidade e

conveniência da Administração. É dizer: se a participação de consórcios é excepcional, algum sentido faria em exigir justificativas para sua permissão, mas jamais quanto à sua restrição. Não bastasse a inequívoca letra da lei, decorre do próprio senso comum que **a formação de consórcios de empresas só tem sentido para a possível execução de objetos extraordinários, vultosos, altamente complexos ou inauditos.**

No mesmo sentido, o TCU entendeu que:

O art. 33 da Lei de licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito de discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcios tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do (certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso

contrário, concorreriam entre si) [...] (Acórdão 1.946/2006, Plenário, rel. Marcos Bemquerer Costa).

Com efeito, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio, o que não é o caso em questão, na medida em que várias empresas isoladamente apresentam condições de participar do presente certame. Tal medida visa afastar a restrição à competição, pois a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes

Quanto ao Preço Global:

O objeto foi reunido em 3 (três) LOTES por se tratar de fornecimento de materiais que independem entre si. Assim, tais fornecimentos serão licitados separadamente, para que não haja elevação dos custos, e, analisando a condição técnica e econômica da presente contratação, sendo considerados as peculiaridades, independência e natureza acessória entre os itens que a compõe, a contratação pretendida deverá ser realizada de forma global por lote.

Justifica-se, portanto, a adoção do tipo menor preço global por lote. É sabido da prevalência da licitação por itens ou lotes de itens para cada parcela do objeto quando este é divisível. Todavia, consoante se retira da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União esta medida só se dá quando não se verifica prejuízo para o conjunto ou complexo ou implique em perda de economia de escala. No mesmo sentido caminha a jurisprudência do Tribunal de Contas de Minas Gerais que admite a adoção do menor preço global quando justificada sua pertinência segundo um viés técnico.

Pouso Alegre/MG, aos 21 de janeiro de 2022.

Carlos Henrique Amaral Rossi
Engenheiro Responsável
CREA nº 46.052/D



Moacir Franco
Diretor Executivo
AMESP

ANEXO III

MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

A empresa....., estabelecida na inscrita no CNPJ/MF sob o nº propõe fornecer à ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, em estrito cumprimento ao quanto previsto no Edital da Licitação em epígrafe, os itens relacionados abaixo:

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	AREIA FINA – POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, (COM TRANSPORTE).	M³	18.000		
02	AREIA GROSSA – POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, (COM TRANSPORTE).	M³	18.000		
03	AREIA MEDIA – POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, (COM TRANSPORTE).	M³	18.000		
VALOR GLOBAL R\$					

LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	PEDRA BRITADA Nº.0 , OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M³	18.000		
02	PEDRA BRITADA Nº.1 , OU PEDRISCO (9,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M³	18.000		
03	PEDRA BRITADA Nº.2 , OU PEDRISCO (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M³	9.000		
04	PEDRA BRITADA OU BICA	M³	90.000		

	CORRIDA, NÃO CLASIFICADA (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).				
05	PEDRA DE MÃO OU PEDRA RACHÃO PARA ARRIMO/FUNDAÇÃO, (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M³	9.000		
06	SEIXO ROLADO PARA APLICAÇÃO EM CONCRETO, (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M³	18.000		
07	PÓ DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/ FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M³	5.400		
VALOR GLOBAL R\$					

LOTE 03					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	BLOQUETE / PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO, 25CM X 25CM, E=10 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781) COR NATURAL.	M²	180.000		
02	BLOQUETE / PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO, 25CM X 25CM, E=8CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781) COR NATURAL	M²	180.000		
03	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 300 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	2.700		
04	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 400 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	2.700		
05	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 500 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	4.500		
06	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 600 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	4.500		

07	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 800 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	2.700		
08	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 2, PB, DN 1000 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	2.700		
09	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 2, PB, DN 1200 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	2.700		
VALOR GLOBAL R\$					

- **Validade da Proposta: 60 dias**

Pouso Alegre/MG.....de de 2022.

(Nome e assinatura do representante legal da licitante)

RG nº.....

Cargo:

ANEXO IV

MODELO - DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ/MF o nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade RG nº e inscrito no CPF/MF sob o nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(local e data)

.....
(representante legal)

(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

PROCESSO Nº 10/2022.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022.

Aos.....dias do mês de do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, pessoa jurídica de direito público, na forma de Consórcio Público, sediada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Bairro Centro, Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 20.362.307/0001-40 neste ato representado pelo Presidente, **Sr.**, portador da Cédula de Identidade RG n.º....., devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº....., **AMESP**, e os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Município de BORDA DA MATA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Antônio Megale nº 86 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.912.023/0001-75, representado pelo Prefeito Municipal, Afonso Raimundo de Souza, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 016.718.278-13; **BUENO BRANDÃO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Pena nº 225 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.940.098/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Silvio Antônio Felix, brasileiro, casado, radialista, portador do CPF nº 876.059.376-87; **Município de CACHOEIRA DE MINAS – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça da Bandeira, nº 276 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.959/0001-92, representado pelo Prefeito Municipal, Dirceu D'Ângelo de Faria, brasileiro, casado, Servidor Público Municipal,, portador do CPF nº 563.371.836-49; **Município de CAREAÇU – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Saturnino Faria, nº 140 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.388/0001-15, representado pelo Prefeito Municipal, Tovar do Santos Barroso, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 326.963.376-91; **Município de CAMANDUCAIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Targino Vargas, nº 45 Recanto dos Ipês, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935396/0001-61, representado pelo Prefeito Municipal, Rodrigo Alves de Oliveira, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 800.117.996-68; **Município de CARMO DA CACHOEIRA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Doutor Veiga Lima, nº 582 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.240.135/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Hécio Antônio Chagas Reis, brasileiro, viúvo, produtor rural, portador do CPF nº 148.981.016-15; **Município de CONCEIÇÃO DOS OUROS – MG**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça José Maria de Souza, nº 1, inscrito no CNPJ nº 18.677.609/0001-65, representada pelo Prefeito Municipal Sr. Luís Fernando Rosa de Castro, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 589.558.106-44; **Município de CONGONHAL – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Comendador Ferreira de Matos, nº 29 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº

18.671.271/0001-34, representado pelo Prefeito Municipal, Moisés Ferreira Vaz, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 734.178.749-04, **Município de ESPÍRITO SANTO DO DOURADO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Antônio Paulino, nº 47 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.900/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Adauto Luiz Leal, brasileiro, professor, portador do CPF nº 907.199.806-15; **Município de ESTIVA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Prefeito Gabriel Rosa, nº 177 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.918/0001-04,, representado pelo Prefeito Municipal, Vagner Abílio Belizário, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 015.328.666-07; **Município de INCONFIDENTES – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Engenheiro A. Maciel, nº 190 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.028.829/0001-68, representado pela Prefeita Municipal, Rosângela Maria Dantas, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF nº 533.618.226-53; **Município de IPUUNA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua João Roberto da Silva, nº 40 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.179.226/0001-67, representado pelo Prefeito Municipal, Élder Cássio de Souza Oliva, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº 537.177.836-53; **Município de JACUTINGA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça dos Andradas, s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.914.128/0001-63, representado pelo Prefeito Municipal, Melquíades de Araújo, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 133.814.318-20; **Município de MONTE SIÃO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Maurício Zucato, nº 111 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 22.646.525/0001-31, representado pelo Prefeito Municipal, José Pocaí Júnior, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 314.366.926-87; **Município de NATÉRCIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Justino Lisboa Carneiro, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.412/0001-16, representado pelo Prefeito Municipal, Gabriel Tiago de Vilas Boas, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 085.062.066-00; **Município de PARAISÓPOLIS – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça do Centenário, nº 103 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.025.965/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Everton de Assis Ferreira, brasileiro, casado, militar, portador do CPF nº 063.815.946-67; **Município de POÇO FUNDO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Tancredo Neves, nº 3.000, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.242.792/0001-76, representado pelo Prefeito Municipal, Rosiel de Lima, brasileiro, casado, servidor público, portador do CPF nº 043.207.206-36; **Município de SANTA RITA DO SAPUCAÍ – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Cel. Joaquim Neto, nº 333 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.192.898/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Wander Wilson Chaves, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 263.533.856-68; **Município de SÃO JOÃO DA MATA – MG**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Maria José de Paiva, Nº 546 - Centro - São João da Mata/MG, inscrito no CNPJ nº 17.935.206/0001-06, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rosemiro de Paiva Muniz, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.947.326-17; **Município de SÃO BENTO ABADE – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Odilon Gadbem Santos, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.877.176/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal, Eneias Machado de Souza, brasileiro, casado, torneiro mecânico, portador do CPF nº 073.086796-08; **Município de SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA – MG**, pessoa jurídica de direito público com

sede à Praça Coronel Erasmo Cabral, nº 334 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.370/0001-13, representado pelo Prefeito Municipal, Ronaldo Laurindo Bueno, brasileiro, casado, professor, portador do CPF nº 962.095.006-25; **Município de SENADOR AMARAL – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Vereador José Alves de Resende, nº 34 Bairro Elisa Bueno, inscrito no CNPJ sob o nº 41.778.556/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Adenilson Lopez da Silveira, brasileiro, casado, comerciante portador do CPF nº 732.231.586-34; **Município de SENADOR JOSÉ BENTO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Daniel de Carvalho, nº 150 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.926/0001-42, representado pelo Prefeito Municipal, Fernando César Fernandes, brasileiro, casado, empresário portador do CPF nº 622.693.646-00; **Município de TOCOS DO MOJI – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Antônio Mariano da Silva, nº 36 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.601.656/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Givanildo José da Silva, brasileiro, casado, produtor agropecuário, portador do CPF nº 045.573.716-98; **Município de TURVOLÂNDIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Dom Otávio, nº 240 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.712.141/0001-00, representado pelo Prefeito Municipal, José Nelson Martins, brasileiro, casado, produtor rural, portador do CPF nº 852.840.336-04, doravante denominados **ORGÃO GERENCADOR / ÓRGÃO PARTICIPANTE**, e, de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, sediada na, no Município de, Estado de, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº, com Inscrição Estadual registrada sob nº, neste ato representado pelo Sr., portador da Cédula de Identidade RG nº, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº, doravante denominada **DETENTORA**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/02, bem como o Edital referido, a proposta da **DETENTORA**, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS**, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA**, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**.

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições do Edital.

1.2. A **DETENTORA** desta Ata de Registro de Preços se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

3.1. A **DETENTORA** poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo **ORGÃO GERENCADOR**, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo **ORGÃO GERENCADOR**.

3.2. A Ata de Registro de Preços e os Contratos regular-se-ão, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

3.3. A Ata de Registro de Preços e o Contrato poderão, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

3.4. **A ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

3.5. Os contratos decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93.

3.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.7. O prazo para o fornecimento do item solicitado será de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitida pela Prefeitura consorciada.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E DO PAGAMENTO.

4.1. DO VALOR.

4.1.1. O valor de referência para o fornecimento objeto desta Ata de Registro de Preços é de **R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, que representa o

total do fornecimento dos itens descritos da planilha de orçamento que integra a presente Ata de Registro de Preços.

4.2. DO PAGAMENTO.

4.2.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

4.2.2. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.2.3 A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

4.2.3.1 Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

- a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE e tomador dos serviços referentes à contratação;
- b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;
- c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos I e II, supra, conforme determinações do INSS.

4.3. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.4. A despesa referente ao fornecimento dos objetos será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

5.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela DETENTORA.

5.1.1. Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis pelo período de um ano.

5.2 Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

5.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da DETENTORA e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

5.3.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

5.5. Na hipótese da DETENTORA solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

5.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

5.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.6. Fica facultada ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela DETENTORA.

5.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP, sendo lavrado termo aditivo.

5.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a DETENTORA **não poderá suspender o fornecimento do objeto** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

5.7.2. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela DETENTORA.

5.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da DETENTORA e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela DETENTORA, serão sempre mantidos.

5.10. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, bem como do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO E DO FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. As obrigações decorrentes da aquisição dos objetos constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e a DETENTORA poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

6.2. Na hipótese da **DETENTORA** primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6.4. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

6.5. O objeto desta Ata de Registro de Preços deve ser executado diretamente pela DETENTORA, não podendo ser sub-empregado, cedido ou sub-locado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da DETENTORA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

6.6. O fornecimento será conforme demanda, de acordo com a necessidade, do ÓRGÃO PARTICIPANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO PARTICIPANTE.

7.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora.

7.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

7.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento do objeto desta contratação.

7.4. Zelar pela boa qualidade dos objetos fornecidos, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

7.5. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e fiscalizar o recebimento do objeto;

7.6. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído.

7.7. Caberá a contratante rejeitar o objeto, caso o mesmo apresente deficiências e/ou irregularidades.

7.8. Comunicar à contratada quaisquer irregularidades encontradas no fornecimento do objeto.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA.

8.1. Entregar os objetos deste PREGÃO, conforme solicitação do ORGÃO PARTICIPANTE, obedecendo aos critérios detalhados no Termo de Referência, em total conformidade com o Edital e seus Anexos.

8.2. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a entregar os objetos conforme exigido no Edital e em seus anexos;

8.3. Obriga-se a DETENTORA a manter durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.4. Paralisar, por determinação do ORGÃO PARTICIPANTE contratante, a entrega dos objetos que não esteja de acordo com Edital e seus anexos;

8.5. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade, e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto do Edital, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

8.6. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas de correntes das atividades envolvidas no escopo dos objetos fornecidos;

8.7. Não ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes do Contrato, sem a prévia e expressa concordância do ORGÃO PARTICIPANTE;

8.8. Caberá à DETENTORA responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar ao ORGÃO PARTICIPANTE contratante e a terceiros.

8.9. A DETENTORA obriga-se a fornecer o objeto a que se refere a Ata de Registro de Preços e as especificações descritas no Termo de Referência e no Edital, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações ou no caso de o objeto apresentar defeitos ou quaisquer outros vícios que não atendam os padrões mínimos de qualidade, ou entregue em quantidade inferior ao estabelecido pelo ORGÃO PARTICIPANTE contratante.

8.10. Caberá a DETENTORA substituir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem, defeitos ou quaisquer outros vícios que não atendam os padrões mínimos de qualidade, sem qualquer ônus ao ORGÃO PARTICIPANTE Contratante.

8.11. Permitir ao ORGÃO PARTICIPANTE contratante fiscalizar o fornecimento do objeto. A presença da fiscalização do ORGÃO PARTICIPANTE contratante não elimina e nem diminui a responsabilidade da DETENTORA para com suas obrigações contratuais e exigências demandadas.

8.12. A DETENTORA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.

8.13. No ato da entrega do objeto a DETENTORA deverá fornecer ao ORGÃO PARTICIPANTE contratante o "comprovante de pesagem de cada carregamento do objeto (agregado)", onde deverá constar o local de entrega, nome do motorista

condutor com a respectiva assinatura, placa do veículo, data de entrega, horário de entrega e quantidade do objeto fornecido.

8.14. A DETENTORA deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante, durante a execução do objeto.

8.15. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

5.16. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

8.17. Assumir, automaticamente, ao firmar a Ata de Registro de Preços, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas no fornecimento, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

8.18. Resguardar a ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes do fornecimento, por força de contrato.

8.19. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos objetos fornecidos.

8.20. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor.

CLÁUSULA NONA – DO TERMO CONTRATUAL.

9.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de termo contratual, podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

9.2. A recusa da DETENTORA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

9.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela DETENTORA, inclusive quanto ao preço.

9.4. O eventual contrato resultante da presente Ata de Registro de Preços poderão ser alterados nos termos do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa;

a) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

10.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

10.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

10.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço - OS.

10.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

• **Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	R\$ 150,00
02	R\$ 250,00
03	R\$ 350,00
04	R\$ 500,00
05	R\$ 2.500,00

• **Tabela 2**

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento; por dia.	04

02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
03	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
04	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
05	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
06	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
07	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
08	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02

10.7. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

10.8. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do ÓRGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE;
- d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do ORGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE após o recebimento da Nota de Empenho;
- e) apresentação, ao ORGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- f) inexecução total do objeto.

10.9. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES/ ÓRGÃO GERENCIADOR e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

10.10. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

10.11. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a DETENTORA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

10.12. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO.

11. Fica eleito o foro da cidade de Pouso Alegre/MG, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Pouso Alegre/MG,..... de de 2022.

AMESP
ORGÃO GERENCIADOR
Presidente Ronaldo Laurindo Bueno

BORDA DA MATA
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Afonso Raimundo de Souza

BUENO BRANDÃO
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Silvio Antônio Félix



CACHOEIRA DE MINAS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Dirceu D'Ângelo de Faria

CAREAÇU
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Tovar dos Santos Barroso

CAMANDUCAIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rodrigo Alves de Oliveira

CARMO DA CACHOEIRA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Hércio Antônio Chagas Reis

CONCEIÇÃO DOS OUROS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Luís Fernando Rosa de Castro

CONGONHAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Moisés Ferreira Vaz

ESPÍRITO SANTO DOURADO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Adalto Luiz Leal

ESTIVA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Vagner Abílio Belizário



INCONFIDENTES
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeita Rosângela Maria Dantas

IPUIUNA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Elder Cássio de Souza Oliva

JACUTINGA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Melquíades de Araújo

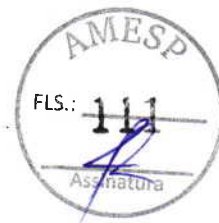
MONTE SIÃO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Pocai Júnior

NATÉRCIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Gabriel Tiago de Vilas Boas

PARAISÓPOLIS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Everton de Assis Ferreira

POÇO FUNDO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rosiel de Lima

SANTA RITA DO SAPUCAÍ
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Wander Wilson Chaves



SÃO BENTO ABADE
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Eneias Machado de Souza

SÃO JOÃO DA MATA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rosemiro de Paiva Muniz

SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ronaldo Laurindo Bueno

SENADOR AMARAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ademilson Lopes da Silveira

SENADOR JOSÉ BENTO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Fernando Cesar Fernandes

TOCOS DO MOJI
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Givanildo José da Silva

TURVOLÂNDIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Nelson Martins

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
EMPRESA DETENTORA

ANEXO VI

TERMO DE CONTRATO N° XX/2022.

PROCESSO N.º 10/2022.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2022.

Aos.....dias do mês de do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado o **MUNICÍPIO DE**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada à (Rua, Av.) Bairro cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr.....**, portador da Cédula de Identidade RG nº....., devidamente inscrita junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº doravante denominada **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)**, e, de outro lado, a empresa pessoa jurídica de direito privado, sediada na (Rua, Av.) no Município de Estado de cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº com Inscrição Estadual registrada sob nº neste ato representado pelo **Sr.....**, portador da Cédula de Identidade RG nº inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato, em face do resultado do **Pregão Para o Registro de Preços**, que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, Lei Federal n.º 10.520/02, bem como o Edital referido, a proposta da **CONTRATADA**, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O objeto do presente Contrato a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições do Edital.

1.2. A CONTRATADA se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

3.1. A CONTRATADA poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo PARTICIPANTE, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo ORGÃO PARTICIPANTE.

3.2. O Contrato regular-se-á, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

3.3. O Contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

3.4. O Contrato decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.5. O prazo para o fornecimento do item solicitado será de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitida pela Prefeitura consorciada.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E DO PAGAMENTO.

4.1. DO VALOR.

O valor para o fornecimento objeto deste Contrato é de **R\$ XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, que representa o total do fornecimento dos itens descritos da planilha de orçamento que integra o presente Contrato.

4.2. DO PAGAMENTO.

4.2.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

4.2.2. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.2.3 A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

4.2.3.1 Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE e tomador dos serviços referentes à contratação;

b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;

c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos I e II, supra, conforme determinações do INSS.

4.4. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.5. A despesa referente ao fornecimento dos objetos será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

5.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela CONTRATADA.

5.1.1. Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis pelo período de um ano.

5.2 Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

5.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram

inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do ÓRGÃO PARTICIPANTE para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

5.3.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

5.5. Na hipótese da CONTRATADA solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

5.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

5.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.6. Fica facultada ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela CONTRATADA.

5.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do ÓRGÃO GERENCIADOR, sendo lavrado termo aditivo.

5.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a CONTRATADA **não poderá suspender o fornecimento do produto e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.**

5.7.2. O ORGÃO GERENCIADOR deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela CONTRATADA.

5.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da CONTRATADA e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela CONTRATADA, serão sempre mantidos.

5.10. Durante a vigência do Contrato o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. As obrigações decorrentes da aquisição dos objetos constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e a DETENTORA poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

6.2. Na hipótese da CONTRATADA primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6.4. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

6.5. O objeto deste Contrato deve ser executado diretamente pela CONTRATADA, não podendo ser sub-empregado, cedido ou sub-locado, exceto aquilo que não se

inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da DETENTORA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

6.6. O fornecimento do objeto será conforme demanda, de acordo com a necessidade, em vias públicas urbanas e rurais e demais localidades do ÓRGÃO PARTICIPANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO PARTICIPANTE.

7.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora.

7.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

7.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento do objeto desta contratação.

7.4. Zelar pela boa qualidade dos objetos fornecidos, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

7.5. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e fiscalizar o recebimento do objeto;

7.6. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído.

7.7. Caberá a contratante rejeitar o objeto, caso o mesmo apresente deficiências e/ou irregularidades.

7.8. Comunicar à contratada quaisquer irregularidades encontradas no fornecimento do objeto.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

8.1. Entregar os objetos deste PREGÃO, conforme solicitação do ÓRGÃO PARTICIPANTE, obedecendo aos critérios detalhados no Termo de Referência, em total conformidade com o Edital e seus Anexos.

8.2. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a entregar os objetos conforme exigido no Edital e em seus anexos;

8.3. Obriga-se a empresa contratada a manter durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.4. Paralisar, por determinação do ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante, a entrega dos objetos que não esteja de acordo com Edital e seus anexos;

8.5. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade, e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto do Edital, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

8.6. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas de correntes das atividades envolvidas no escopo dos objetos fornecidos;

8.7. Não ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes do Contrato, sem a prévia e expressa concordância do ORGÃO PARTICIPANTE;

8.8. Caberá à licitante vencedora responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar ao ORGÃO PARTICIPANTE contratante e a terceiros.

8.9. A empresa contratada obriga-se a fornecer o objeto a que se refere a Ata de Registro de Preços e as especificações descritas no Termo de Referência e no Edital, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações ou no caso de o objeto apresentar defeitos ou quaisquer outros vícios que não atendam os padrões mínimos de qualidade, ou entregue em quantidade inferior ao estabelecido pelo ORGÃO PARTICIPANTE contratante.

8.10. Caberá a empresa contratada substituir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem, defeitos ou quaisquer outros vícios que não atendam os padrões mínimos de qualidade, sem qualquer ônus ao ORGÃO PARTICIPANTE Contratante.

8.11. Permitir ao ORGÃO PARTICIPANTE contratante fiscalizar o fornecimento do objeto. A presença da fiscalização do ORGÃO PARTICIPANTE contratante não elimina e nem diminui a responsabilidade da empresa contratada para com suas obrigações contratuais e exigências demandadas.

8.12. A empresa contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.

8.13. No ato da entrega do objeto a empresa contratada deverá fornecer ao ORGÃO PARTICIPANTE contratante o "comprovante de pesagem de cada carregamento do objeto (agregado)", onde deverá constar o local de entrega, nome do motorista condutor com a respectiva assinatura, placa do veículo, data de entrega, horário de entrega e quantidade do objeto fornecido.

8.14. A empresa contratada deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo ORGÃO PARTICIPANTE contratante, durante a execução do objeto.

8.15. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

8.16. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

8.17. Assumir, automaticamente, ao firmar a Ata de Registro de Preços, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas no fornecimento do objeto, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

8.18. Resguardar a ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes do fornecimento, por força de contrato.

8.19. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos objetos fornecidos.

8.20. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor.

CLÁUSULA NONA – DO TERMO CONTRATUAL.

9.1. As obrigações decorrentes deste Contrato serão formalizadas através de termo contratual, podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

9.2. A recusa da CONTRATADA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

9.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela CONTRATADA, inclusive quanto ao preço.

9.4. Os eventuais contratos resultantes do presente Contrato poderão ser alterados nos termos do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

10.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

10.4. Caso haja a inexecução total do objeto Contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

10.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço - OS.

10.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

• **Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	R\$ 150,00
02	R\$ 250,00
03	R\$ 350,00
04	R\$ 500,00
05	R\$ 2.500,00

• **Tabela 2**

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento; por dia.	04
02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
03	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
04	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05

05	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
06	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
07	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
08	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02

18.7. Quando a empresa contratada deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para o fornecimento do objeto previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme tabela 3.

18.8. O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará a empresa contratada multa, conforme tabela 3 a seguir:

• **Tabela 3**

GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
01	2%	Sobre o valor total estimado do contrato, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de fornecimento.
02	3%	Por dia de atraso na entrega, até o 30º(trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do objeto não entregue.
03	5%	Sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

10.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

10.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- d) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do ÓRGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE;

- c) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do ORGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE após o recebimento da Nota de Empenho;
- e) apresentação, ao ORGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- f) inexecução total do objeto.

11.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

11.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.

11.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

11.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO.

11. Fica eleito o foro da cidade de Pouso Alegre/MG, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Contrato e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Pouso Alegre/MG,..... de de 2022.

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
ORGÃO PARTICIPANTE**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA**

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa
(denominação da pessoa jurídica), CNPJ n.º é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2.006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão.

Pouso Alegre/MG,de.....de 2022.

Assinatura do representante

Nome:

RG n.º:

ANEXO VIII

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (Referência de Valores)

LOTE 01

AGREGADOS MINERAIS - AREIA

Item	Código	Referência	Discriminação	Unid.	Quant.	Valor – R\$		
						Unitário	Sem BDI	Com BDI
1	M0080	SICRO - JUL/21	AREIA FINA	M³	18.000,00	73,29	1.319.133,60	1.630.712,96
2	M0081	SICRO - JUL/21	AREIA GROSSA	M³	18.000,00	71,40	1.286.719,20	1.590.642,28
3	M0028	SICRO - JUL/21	AREIA MÉDIA	M³	18.000,00	71,74	1.291.402,80	1.596.432,14
TOTAL SEM BDI:							R\$ 3.897.255,60	
TOTAL COM BDI:							R\$ 4.817.787,37	

LOTE 02

AGREGADOS MINERAIS – PEDRA/BRITA

Item	Código	Referência	Discriminação	Unid.	Quant.	Valor – R\$		
						Unitário	Sem BDI	Com BDI
1	M0005	SICRO - JUL/21	BRITA 0	M³	18.000,00	93,67	1.686.087,00	2.084.340,75
2	M0191	SICRO - JUL/21	BRITA 1	M³	18.000,00	83,66	1.505.836,80	1.861.515,45
3	M0192	SICRO - JUL/21	BRITA 2	M³	9.000,00	83,61	752.520,60	930.265,97
4	4748	SINAPI- NOV/21	PEDRA BRITADA OU BICA CORRIDA, NAO CLASSIFICADA (POSTO PEDREIRA/ FORNECEDOR, SEM FRETE)	M³	90.000,00	82,92	7.462.800,00	9.225.513,36
5	M1097	SICRO - JUL/21	PEDRA DE MAO OU PEDRA RACHAO	M³	9.000,00	79,31	713.814,30	882.417,24
6	4734	SINAPI- NOV/21	SEIXO ROLADO PARA APLICACAO EM CONCRETO (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	M³	18.000,00	115,47	2.078.460,00	2.569.392,25
7	M1135	SICRO - JUL/21	PÓ DE PEDRA	M³	5.400,00	71,96	388.584,00	480.367,54
TOTAL SEM BDI:							R\$ 14.588.102,70	
TOTAL COM BDI:							R\$ 18.033.812,56	

LOTE 03
PRÉ MOLDADOS DE CONCRETO

Item	Código	Referência	Discriminação	Unid.	Quant.	Valor – R\$		
						Unitário	Sem BDI	Com BDI
1	0679	SINAPI-NOV/21	BLOQUETE / PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO, 25 CM X 25 CM, E= 10 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781) COR NATURAL.	M²	180.000,00	60,26	10.846.800,00	13.408.814,16
2	0712	SINAPI-NOV/21	BLOQUETE / PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO, 25 CM X 25 CM, E= 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781) COR NATURAL.	M²	180.000,00	50,21	9.037.800,00	11.172.528,36
3	40334	SINAPI-NOV/21	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 300 MM	M	2.700,00	91,59	247.293,00	305.703,61
4	7745	SINAPI-NOV/21	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 400 MM	M	2.700,00	103,36	279.072,00	344.988,81
5	7714	SINAPI-NOV/21	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 500 MM	M	4.500,00	123,52	555.840,00	687.129,41
6	7725	SINAPI-NOV/21	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE = 600 MM	M	4.500,00	200,00	900.000,00	1.112.580,00
7	7750	SINAPI-NOV/21	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 800 MM	M	2.700,00	332,77	898.479,00	1.110.699,74
8	7765	SINAPI-NOV/21	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 1000 MM	M	2.700,00	428,57	1.157.139,00	1.430.455,23
9	7766	SINAPI-NOV/21	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 1200 MM	M	2.700,00	628,57	1.697.139,00	2.098.003,23
TOTAL SEM BDI:							R\$ 25.619.562,00	
TOTAL COM BDI:							R\$ 31.670.902,54	

PARECER JURÍDICO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022

EMENTA: REGISTRO DE PREÇOS na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP. OBJETO ESPECIFICADO EM TERMO DE REFERÊNCIA – ANÁLISE DE EDITAL – REGULARIDADE DO PROCESSO – APROVAÇÃO DO EDITAL E RESPECTIVOS ANEXOS.

RELATÓRIO

Trata-se de Processo Administrativo que visa o registro de preços para eventual contratação de empresa PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

O Pregoeiro da AMESP Licitação encaminhou o Edital e anexos para esta Assessoria Jurídica para análise e aprovação do edital de licitação na modalidade Pregão Presencial e respectivos anexos.

Cumprindo inicialmente obter-se que, o presente parecer se restringe à análise do Edital e seus anexos sendo que, o processo licitatório deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- A solicitação do setor competente, com as devidas justificativas;
- Cópia da Portaria que designou pregoeiro e equipe de apoio para efetuar os trabalhos de Pregão Presencial no exercício de 2022;
- A Pesquisa de Preços e o preço médio apurado;
- A confirmação de disponibilidade financeira; endossado pelo Tesoureiro;
- Autorização do procedimento;
- O Edital, com a respectiva Minuta da Ata de Registro de Preços/Contrato, além do Extrato de Publicação que deverá ser publicado no Diário Eletrônico da AMM em perfeito atendimento ao artigo 4º da lei 10.520.

FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que:

Art. 37. omissis;
XXI - ressaltados os casos especificados na

legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.



A Lei Maior estabelece que as contratações realizadas pela administração pública devem ser precedidas de processo de licitação, ressalvados os casos específicos, nos termos do dispositivo acima transcrito.

Todavia quando se fala em processo de licitação, imprescindível que seja seguido o procedimento estabelecido na legislação vigente, com atenção aos requisitos lá estatuídos.

O processo de licitação, desta forma, deve atender aos requisitos legais desde a sua instauração, com o início da fase interna, até a assinatura do contrato de fornecimento de produtos ou prestação de serviços, onde se encerra a fase externa.

Para tanto, o Edital de licitação e seus anexos devem atender aos pressupostos da Lei 8.666/93 e, no caso em tela, considerando a modalidade adotada, os ditames da Lei nº 10.520/02.

O edital, por sua vez, seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei Federal n.º 8.666/93, possuindo o número de ordem em série anual, indicação do nome da repartição interessada, sendo certo, ainda, constar a expressa indicação da modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação.

Também, percebe-se que há o indicativo expresso da regência do certame, nos termos da legislação de regência, com o designativo do local, dia e hora para o recebimento dos envelopes documentação e proposta, bem como o horário para o início da abertura dos envelopes, entre outros requisitos, a saber:

1- A definição precisa do objeto, apresentada de forma clara, explicativa e genérica, inexistindo particularidade exagerada que possa afetar a ampliação da disputa no presente certame;

2- Local onde poderá ser obtido o edital;

3- Percebe-se que também há no edital de regência as condições para a assinatura do contrato e a retirada dos instrumentos, a execução do contrato e a forma para a efetiva execução do objeto da licitação;

4- Consta do mesmo as sanções para o caso de inadimplemento, devendo a Administração observar fielmente o que está literalmente disposto no edital, para o fim da aplicação de futuras penalidades;

5- Local onde poderá ser examinado e recebido o edital;

6- Condições de pagamento e critérios objetivos para o julgamento, bem assim os locais, horários e meios de comunicação em que serão fornecidos os elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação em tela;

7- Prazo e condições para o pagamento, sem quaisquer distinções;

8- É fato, ainda, constar do referenciado edital, os critérios de aceitabilidade do preço unitário, com o cumprimento dos demais requisitos exigidos por lei;

9- Demais especificações e peculiaridades da licitação.

De outra maneira, percebe-se nos autos a existência,

também, de todos os anexos que devem seguir, obrigatoriamente.

No tocante à adoção da licitação na forma compartilhada temos que a mesma está em consonância com o permissivo legal contido no § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666/97:



Art. 112. Quando o objeto do contrato interessar a mais de uma entidade pública, caberá ao órgão contratante, perante a entidade interessada, responder pela sua boa execução, fiscalização e pagamento.

§ 1º Os consórcios públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

§ 2º É facultado à entidade interessada o acompanhamento da licitação e da execução do contrato.

Registro, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual e no edital, com seus anexos, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Não se incluem no âmbito da análise desta Assessoria Jurídica os elementos técnicos pertinentes às especificações, planilhas de preços e quantitativos, etc., posto não deter conhecimento técnico e nem tampouco competência legal para tanto, sendo a presente manifestação de cunho exclusivamente jurídico e limitada aos aspectos formais do Edital e anexos.

Assim, verifica-se que o processo se encontra regular tendo sua fase interna legalmente concluída, com o Edital de Licitação e respectivos anexos atendendo ao disposto na legislação aplicável.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, e norteado pelo ordenamento jurídico em vigência, APROVO o Edital de Pregão Presencial nº 0031/2022 e respectivos anexos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, devendo ser iniciada a fase externa da licitação, tudo nos termos da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente nos termos da Lei nº 8.666/93, ressaltando que devem ser seguidos todos os procedimentos legais para tanto, devendo o Pregoeiro observar, ainda, a disponibilidade do edital aos interessados com a antecedência mínima determinada por lei, razão pela qual opino pelo prosseguimento do certame.

É o parecer, S.M.J.
Pouso Alegre, 24 de janeiro de 2022.


José Otávio Ferreira Amaral
Advogado – OAB nº 74.071-B



Pregão Presencial Para o Registro de Preços n.º 03/2022

AVISO

Wagner do Couto, Pregoeiro, torna público que se encontra à disposição dos interessados o **Edital** referente ao **PREGÃO PRESENCIAL**, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL (POR LOTE)**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, cujo objeto consiste na **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, conforme especificações e condições descritas neste Termo de Referência” e demais disposições constantes do Edital e dos respectivos anexos, aquisição do Edital através de um CD ou Pen Drive ou pelo site amesp.mg.gov.br

Data da Abertura dos Envelopes: Dia 10 de Fevereiro de 2022 às 09h00min.

Pouso Alegre/MG, aos 24 de Janeiro de 2022.


Wagner do Couto
Pregoeiro

Novas contaminações disparam em Pouso Alegre e prefeitura alerta para vacinação

DA REDAÇÃO
jordiario@gmail.com

O avanço das contaminações com a variante Ômicron, tem trazido enormes preocupações para a Prefeitura de Pouso Alegre, visto que nos últimos dias, uma explosão de novos casos e aumento significativo pela procura de atendimento na UPA, tem sido constante.

A média diária de novas contaminações, teve um salto vertiginoso e tem registrado nada menos do que 300 novas infecções por dia. Números estes que já não se via a um bom tempo.

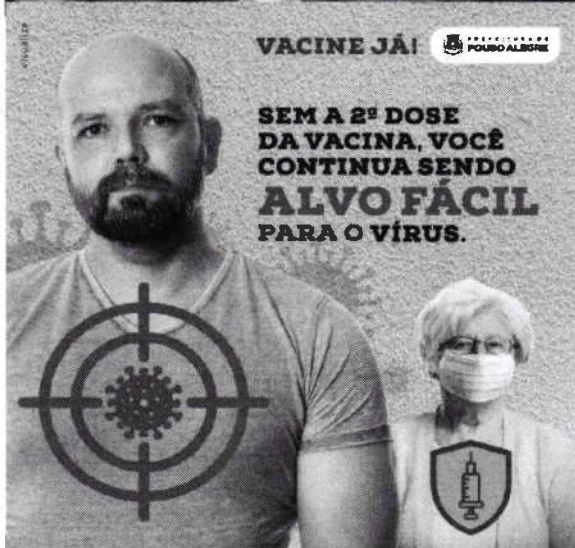
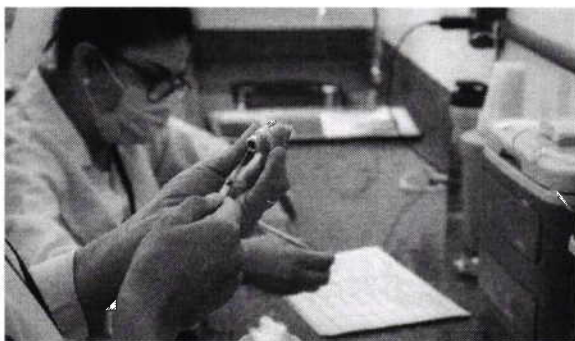
A Prefeitura de Pouso Alegre tem realizado vários mutirões de vacinação, na tentativa de frear o avanço da doença na cidade, a maior em número de casos na região e alerta a população para que sigam o calendário de vacinação e tomem as doses necessárias, seja ela a 2ª dose ou a dose de reforço.

A segunda dose da vacina Janssen contra a Covid-19 já está disponível em Pouso Alegre, desde o mês de dezembro.

Esta é uma preocupação da administração municipal e secretaria de saúde, que tem alertado também para a incidência do vírus Influenza.

A UPA já chegou a registrar mais de 400 atendimentos em um único dia, a maioria com sintomas gripais.

Podem e devem se vacinar. Pessoas que tenham tomado a segunda dose há mais de 4 meses, imunossuprimidos que tenham tomado a segunda dose há mais de 28 dias.



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO PRESENCIAL, na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA no tipo MENOR PREÇO GLOBAL (POR LOTE), objetivando o REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2022 - Objeto: "LICITAÇÃO COMPARTILHADA para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP". A sessão pública será realizada no dia 10 de Fevereiro de 2022 às 09h00min, na Sala de Licitações, situada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Centro, Pouso Alegre/MG. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 17h, mediante a apresentação de um PEN-DRIVE ou pelo site amesp.mg.gov.br para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br - Wagner do Couto - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO DOURADO - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00003/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00038/2022 - Objeto: Contratação de empresa para Fornecimento de Peças Mecânicas de Reposição e Prestação de Serviços Mecânicos Para Manutenção Preventiva e/ou Corretiva nos Veículos e Máquinas da Frota da Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Dourado (MG). O edital na íntegra encontra-se disponível no sítio eletrônico www.espdourado.mg.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do Setor de Licitações pelo Telefone (35) 3454-1000 ou pelo e-mail licita@espdourado.mg.gov.br. As Propostas Serão Recebidas Até as 09h00min do dia 09 de fevereiro de 2022. Espírito Santo do Dourado (MG), 26 de janeiro de 2022. Adalto Luis Leal - Prefeito Municipal.

JORNAL DIÁRIO

O ÚNICO DIÁRIO DE
POUSO ALEGRE E REGIÃO

A PREFEITURA APRESENTA O
**FUTURO HOSPITAL
ONCOLÓGICO DE
POUSO ALEGRE**

11.000m²
de construção

R\$ 13,7
MILHÕES

SERÃO DESTINADOS
PELA PREFEITURA

53
MUNICÍPIOS
ATENDIDOS
Uma conquista
para toda região

MAIS 100
NOVOS LEITOS
E ESTRUTURA
COMPLETA

Um sonho a se concretizar graças a doação da área de 2.800m² ao lado da UPA pela Prefeitura, além da destinação de recursos para a construção.



5
PAVIMENTOS

O empreendimento terá
5 pavimentos e será anexo
ao Hospital das Clínicas
Samuel Libânio.



Heliponto



Modernos
equipamentos

**ESTRUTURA COMPLETA
PARA TRATAMENTOS
ONCOLÓGICOS,
EXAMES E CIRURGIAS.**



PREFEITURA DE
POUSO ALEGRE

www.pousoalegre.mg.gov.br



ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO
MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO PRESENCIAL, na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA no tipo MENOR PREÇO GLOBAL (POR LOTE), objetivando o REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2022 – Objeto: “LICITAÇÃO COMPARTILHADA para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP”. A sessão pública será realizada no dia 10 de Fevereiro de 2022 às 09h00min, na Sala de Licitações, situada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Centro, Pouso Alegre/MG. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 17h, mediante a apresentação de um PEN-DRIVE ou pelo site amesp.mg.gov.br para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br

WAGNER DO COUTO
Pregoeiro.

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador:922B1A92

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 27/01/2022. Edição 3187
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>



LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA
Rodovia BR-491 km-221 nº570 – Distrito Industrial
CNPJ: 41.537.193/0001-00 IE: 004019751.00-35
CEP=37.110-000 - ELÓI MENDES/MG
TELEFAX: (35) 3264-1613 Ramal 29 e-mail: licitacao@crabi.com.br

ANEXO I

INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

Pelo presente instrumento, a empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.537.193/0001-00, com sede na Rodovia BR 491 km 221 nº 570, Distrito Industrial Elói Mendes CEP 37.110-000, através de seu representante legal infra-assinado, **credencia** o Sr.(a) Sebastião Adilson Teodoro, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº 8.327.510 e inscrito no CPF/MF sob o nº 827.792.016-49, outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do **PREGÃO**, em especial para formular lances verbais e para interpor recursos ou deles desistir.

Por oportuno, a outorgante declara, sob as penas da lei, estar cumprindo plenamente os requisitos de habilitação, através dos documentos de habilitação, de acordo com as exigências constantes do Edital.

Elói Mendes/MG, 10 de Fevereiro de 2022.

41.537.193/0001-00

Luis Otávio Crabi Indústria Ltda.
Rod. BR 49 Km 221, 570
Bairro Industrial - CEP 37.110-000
Elói Mendes - MG



LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA – EPP

Luis Otávio Crabi - Empresário
RG: MG – 21.408.027 CPF: 701.323.606-32





LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA
Rodovia BR-491 km-221 nº570 – Distrito Industrial
CNPJ: 41.537.193/0001-00 IE: 004019751.00-35
CEP=37.110-000 - ELÓI MENDES/MG
TELEFAX: (35) 3264-1613 Ramal 29 e-mail: licitacao@crabi.com.br

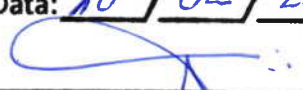
PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, empresa inscrita no CNPJ sob o nº. 41.537.193/0001-00, Inscrição Estadual nº 004019751.00-35 sediada à Rodovia BR 491, KM 221, nº 570, Distrito Industrial, CEP: 37.110-000, na cidade de Elói Mendes – MG, neste ato, representada por seu empresário LUIS OTAVIO CRABI, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado à Rua Dr Carlos Dayrell França Nº 07, no bairro Jardim Paraíso na cidade Elói Mendes – MG, CPF nº 701.323.606-32 e RG MG 21.408.027 SSP/MG, nomeia e constitui como seu bastante procurador **SEBASTIÃO ADILSON TEODORO**, brasileiro, casado, Assistente Administrativo, RG M 8.327.510-SSP/MG, CPF 827.792.016-49, residente e domiciliado na Rua Alameda das Acácias, 134, Ludovico Pavoni Elói Mendes– MG, e ao qual confere poderes para representá-la perante quaisquer Órgãos Públicos e Privados podendo assinar documentos, realizar e assinar propostas e contratos, dar lances verbais, cartas, papéis e quaisquer documentos necessários para Licitações Públicas e ou Privadas, desistir e interpor recursos, requerer, retirar documentos e certidões negativas em repartições públicas, passando os competentes recibos e praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, o que haverá por bem, firme e valioso.

Elói Mendes/MG, 25 de Janeiro 2022.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO
REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL

Data: 10 / 02 / 22


FUNCIONÁRIO

1º OFÍCIO
3264-2892



41.537.193/0001-00
Luis Otávio Crabi Indústria Ltda.
Rod. BR 49 Km 221, 570
Bairro Industrial - CEP 37.110-000
Elói Mendes - MG

LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA - EPP

Luis Otávio Crabi - Empresário
RG: MG – 21.408.027 CPF: 701.323.606-32.

SERVIÇO NOTARIAL

1º Tabelionato de Notas da Comarca de Elói Mendes - MG

Reconheço, por semelhança e assinatura de: LUIS OTAVIO CRABI
Elói Mendes, 25/01/2022

SELO DE CONSULTA: FAV67899
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 4612.5563.1986.5254

Quantidade de atos praticados: 01

Ato(s) praticado(s) por: Ana Carolina Brito de Castro Ferreira - Escrevente Autorizada

ISSQ/R\$ 0,20 Emol R\$ 7,04 T.F.U.R\$ 2,19 Valor Final R\$ 9,43

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.ijmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA: ABC08955



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

2062

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: **LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGP2100242247

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	090			CONTRATO
		208	1	EMANCIPACAO (QUANDO INSERIDA PROCESSO)
		316	1	ENQUADRAMENTO DE EPP

ELOI MENDES

Local

12 Abril 2021

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO _____
Data

Responsável

☐ NÃO _____
Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- ☒ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA-GERAL

pág. 1/11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/328.204-6	MGP2100242247	31/03/2021

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
113.724.956-06	JONATHAN PEREIRA CRABI
701.323.606-32	LUIS OTAVIO CRABI

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/11

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA



1. LUIS OTAVIO CRABI, nacionalidade BRASILEIRA, Estudante, Solteiro, data de nascimento 25/08/2003, nº do CPF 701.323.606-32, documento de identidade 21408027, SSP, MG, com domicílio / residência a RUA DR CARLOS DAYRELL FRANCA, número 7, bairro / distrito CENTRO, município ELOI MENDES - MINAS GERAIS, CEP 37.110-000 e

2. JONATHAN PEREIRA CRABI, nacionalidade BRASILEIRA, Engenheiro Civil, Solteiro, data de nascimento 11/04/1997, nº do CPF 113.724.956-06, documento de identidade 18121657, SSP, MG, com domicílio / residência a RUA GENERAL NEWTON J. DE SOUZA, número 26, bairro / distrito CENTRO, município ELOI MENDES - MINAS GERAIS, CEP 37.110-000.

Constituem uma sociedade empresária limitada, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o nome empresarial de LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA.

Parágrafo Único: A sociedade tem como nome fantasia LUIS OTAVIO CRABI.

Cláusula Segunda - O objeto social será FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO E DE ESTRUTURAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SERIE E SOB ENCOMENDA E A PRESTACAO DE SERVICOS DE APLICACAO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES E DEMAIS SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO.

Cláusula Terceira - A sede da sociedade é na RODOVIA BR 491, número 570, KM 221, bairro / distrito INDUSTRIAL, município ELOI MENDES - MG, CEP 37.110-000.

Cláusula Quarta - A sociedade iniciará suas atividades em 12/04/2021 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital social é R\$ 10.000,00 (DEZ MIL reais) dividido em 10.000 quotas no valor nominal R\$ 1,00 (UM real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

NOME	Nº DE QUOTAS	VALOR R\$
JONATHAN PEREIRA CRABI	100	100,00
LUIS OTAVIO CRABI	9.900	9.900,00
TOTAL	10.000	10.000,00

Cláusula Sexta - A administração da sociedade caberá ao administrador/sócio LUIS OTAVIO CRABI, sócio emancipado, o qual é, neste ato, investido dos poderes de administração e gerência conferidos pela Lei e por este Contrato Social para a prática de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade, tais como a utilização de seu nome empresarial e a representação plena, ativa e passiva, em juízo ou fora dele, perante fornecedores, instituições bancárias e terceiros em geral, bem como perante os Poderes Públicos Federais, Estaduais e Municipais, suas autarquias e repartições, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da Sociedade; sendo vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social, onerar ou alienar bens imóveis da Sociedade e/ou contratar empréstimos e financiamentos em prol da mesma, ou, ainda, assumir obrigações seja em favor de

MÓDULO INTEGRADOR: 7 MGP2100242247



MG12266372



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA

qualquer dos quotistas ou de terceiros.

Parágrafo Primeiro: Será sempre indispensável a prévia aprovação, em Reunião/Assembleia de Sócios, pelos votos correspondentes à maioria absoluta do capital social, no mínimo, para a prática de quaisquer atos pelo administrador que extrapolem os poderes que lhe foram conferidos na Lei, neste Contrato Social e nos demais documentos que integrarão a presente Sociedade.

Parágrafo Segundo: Ao administrador é vedado fazer-se substituir no exercício de suas funções, sendo-lhe facultado, nos limites de seus poderes, constituir mandatários da Sociedade, especificados no instrumento de mandato os atos e operações que poderão praticar. Se a ausência do administrador for definitiva a administração da Sociedade caberá a outro administrador, eleito em Reunião/Assembleia de Sócios convocada com esta finalidade, observando-se sempre o disposto no art. 1.061 do Código Civil.

Parágrafo Terceiro: As procurações outorgadas pela Sociedade, através de seu administrador, deverão especificar os atos e operações que poderão ser praticadas em nome da Sociedade, e terão vigência limitada, exceto as outorgadas com a cláusula ad judicium, que poderão ser gerais e por prazo indeterminado.

Cláusula Sétima - O(s) signatário(s) do presente ato declara(m) que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Cláusula Oitava - Em caso de falecimento, fica ajustado que poderá haver a substituição do sócio pelos seus herdeiros, desde que, estes sejam os sucessores consanguíneos em linha reta dos Sócios sem limitação de grau.

Parágrafo Primeiro: No caso de restar apenas um sócio na sociedade, este transformará a sociedade em uma empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI), sociedade unipessoal ou em empresário individual.

Cláusula Nona - O sócio Luis Otavio Crabi foi emancipado em 10 de setembro de 2019 conforme escritura pública lavrada no primeiro ofício da Comarca de Elói Mendes/MG, no livro 188, folhas 164 e 165 outorgadas pelo seus pais.

Cláusula Décima - Pode o sócio ser excluído, quando a maioria dos sócios representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa segundo artigo 1.085, caput e §1º do CC/2002.

Cláusula Décima Primeira - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros apurados.

Parágrafo Primeiro: A distribuição dos lucros poderá ser feita antecipadamente durante o exercício social.

Parágrafo Segundo: A distribuição dos lucros poderá ser realizada de modo desproporcional do percentual das quotas, conforme concordância de todos os sócios.

MÓDULO INTEGRADOR: 7 MGP2100242247



MG12266372

pág. 4/11



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/11

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA



Cláusula Décima Segunda - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, sendo ineficaz perante estes e a sociedade a alienação realizada sem a observância das regras estabelecidas neste contrato social.

Parágrafo Primeiro: O sócio que desejar alienar suas quotas, no todo ou em parte, deverá notificar por escrito o outro sócio, indicando o pretendo comprador e o valor por elas ofertado, devendo, ainda, fornecer cópia autenticada da oferta, devidamente assinada pelo terceiro interessado.

Parágrafo Segundo: Notificado, o sócio poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestar sua discordância com a alienação ou exercer direito de preferência em igualdade de condições com a proposta apresentada por terceiro.

Cláusula Décima Terceira - O administrador declara, sob as penas da lei, que não está incurso em quaisquer crimes previstos em lei ou restrições legais, que possa impedir o exercício da administração da sociedade conforme artigo 1.011, 1º do CC/2002.

Cláusula Décima Quarta - Fica eleito o foro de ELOI MENDES - MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando o(s) sócio(s) justo(s) e contratado(s), assinam o presente instrumento.

ELOI MENDES, 12 de Abril de 2021.

JONATHAN PEREIRA CRABI
Sócio

LUIS OTAVIO CRABI
Sócio/Administrador

MÓDULO INTEGRADOR: 7 MGP2100242247



MG12266372

3/3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/328.204-6	MGP2100242247	31/03/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
113.724.956-06	JONATHAN PEREIRA CRABI
701.323.606-32	LUIS OTAVIO CRABI

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 6/11



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME

LUIS OTAVIO CRABI

CPF

SEM INFORMAÇÃO.

MATRÍCULA

0455180155 2003 1 00049 173 0011882 13

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

vinete e cinco de agosto de dois mil e três

DIA MÊS ANO
25/08/2003

HORA

16:05

NATURALIDADE

Varginha - MG

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Elói Mendes-MG

LOCAL - MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF

Hospital Regional do Sul de Minas, Varginha - MG

SEXO

Masculino

FILIAÇÃO

LUIS CARLOS CRABI

SIMONE DA SILVA ALVES CRABI

AVÓS

JOSÉ BENEDITO CRABI e MARIA TERESA CRABI

OLÍMPIO ALVES COELHO e ALICE DA SILVA ALVES

GÊMEOS

NÃO

NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO

vinete e oito de agosto de dois mil e três

NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCER

Consta na margem do assento. Emancipado por Escritura Pública, lavrada no 1º Ofício de Notas desta Comarca no IV. 188, fls. 164 e 165, outorgado por seus pais. Inscrita no IV. E-03, fls. 105 sob n. 601, Elói Mendes, 10 de setembro de 2019, O Esc. Aut.: Mateus Correa de Paiva Martins."

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
RG	---	---	---	---
PIS/NIS	---	---	---	---
Passaporte	---	---	---	---
Cartão Nacional de Saúde	---	---	---	---
TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	ZONA/SEÇÃO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor	---	---	---	---
CEP Residencial	---	---	---	---
			Grupo Sanguíneo	---

A anotação de cadastro acima não dispensa a apresentação do documento original, quando exigido pelo órgão solicitante ou quando necessário para identificação de seu portador.

Elói Mendes Cartório do Registro Civil
Oficial: Ana Lucia Machado Bueno de Moraes
Rua Dr. Rocha Braga nº 75 Centro
Elói Mendes-MG. 35-3264-1509

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Elói Mendes-MG, 31 de março de 2021.

PODER JUDICIÁRIO - TJMG

CORREGEDORIA - GERAL DE JUSTIÇA

Elói Mendes Cartório do Registro Civil - MG

Selo Digital: EKS48448 - Cod. Seg.: 5951.9801 4849.6866 -

Cod. e Quantidade do(s) ato(s) Praticado(s): 1 (7802), 1

(7901) Ato(s) Praticado(s) por: - - Emol.: R\$ 43,22 -

7x Judic.: R\$ 8,20 - Total: R\$ 51,42 - ISS: R\$ 1,22

Consulte a validade no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



Assinatura do Oficial/Substituto
Ana Lucia Machado Bueno de Moraes - OFICIAL
Mateus Correa de Paiva Martins - OFICIAL SUBSTITUTO
ANA PAULA SILVEIRA - ESCRIVENTE



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 7/11

RECIBO Nº 010224121 MG-P



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/328.204-6	MGP2100242247	31/03/2021

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
113.724.956-06	JONATHAN PEREIRA CRABI
701.323.606-32	LUIS OTAVIO CRABI

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 8/11

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE REGISTRO DIGITAL



Eu, LORRANA MICAEL DE SOUZA, com inscrição ativa no(a) CRC/(MG) sob o nº 122923, expedida em 06/04/2021, inscrito no CPF nº 126.634.406-39, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

1. Certidão de nascimento de Luis. - 1 página(s)

Eloi Mendes/MG, 12 de abril de 2021.

Nome do declarante que assina digitalmente: LORRANA MICAEL DE SOUZA



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 9/11



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, de NIRE 3121220961-8 e protocolado sob o número 21/328.204-6 em 31/03/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31212209618, em 12/04/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Kassia Maria Cardoso de Paula.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
701.323.606-32	LUIS OTAVIO CRABI
113.724.956-06	JONATHAN PEREIRA CRABI

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
113.724.956-06	JONATHAN PEREIRA CRABI
701.323.606-32	LUIS OTAVIO CRABI

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
701.323.606-32	LUIS OTAVIO CRABI
113.724.956-06	JONATHAN PEREIRA CRABI

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
126.634.406-39	LORRANA MICAEL DE SOUZA

Belo Horizonte, segunda-feira, 12 de abril de 2021



Documento assinado eletronicamente por Kassia Maria Cardoso de Paula, Servidor(a) Público(a), em 12/04/2021, às 12:27 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 21/328.204-6.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 10/11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte. segunda-feira, 12 de abril de 2021



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 11/11



PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Tabelionato de Notas da Comarca de Elói Mendes - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha(s), por mimeografada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Elói Mendes, 09/02/2022

SELO DE CONSULTA: FAV68704
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 6680 9286 8019 2090

Quantidade de atos praticados: 1
Atos praticado(s) por: Daise Silva - Escrevente Autorizada
SSC: R\$ 0,20 Emol: R\$ 7,04 TFC: R\$ 2,13 Valor Final: R\$ 9,43
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA: ABC000108

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO NACIONAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO: MG-21.408.027

DATA DE EMISSÃO: 04/08/2021

NOME: LUIS OTAVIO CRABI

RELACAO: LUIS CARLOS CRABI

SIMONE DA SILVA ALVES CRABI

NATURALIDADE: VARGINHA-MG

DATA DE NASCIMENTO: 25/8/2003

DOC. QUEM NASC.: LV-49 FL-173

ELOI MENDES-MG

CPF: 701.323.606-32

ADRIANA DE BARROS MONTEIRO

DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICACAO

LEI Nº 7.116 DE 28/08/03



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIAZ
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2172258202

SEBASTIAO ADILSON TEODORO

DOC. IDENTIDADE / CPF-EMISSOR DE
M8327519 SSP MG

CPF
827.792.016-49 DATA NASCIMENTO
08/06/1971

RELAÇÃO
GERALDO TEODORO
MARIA APARECIDA DA ROCHA

PERMISSÃO ACC CAJUMA
AD

Nº REGISTRO
01845218195

VALIDADEZ
05/11/2025

1ª HABILITAÇÃO
13/12/1996

OBSERVAÇÕES

4

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
VARGINHA, MG

DATA EMISSÃO
06/11/2020

ASSINATURA DO EMISSOR
Kleyverson Rezende
Diretor DETRAN/MG

51651250291
MG583494218

MINAS GERAIS

PROIBIDO PLASTIFICAR
2172258202

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO
REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL
Data: 10 / 02 / 22
FUNCIONÁRIO



LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA
Rodovia BR-491 km-221 nº570 – Distrito Industrial
CNPJ: 41.537.193/0001-00 IE: 004019751.00-35
CEP=37.110-000 - ELÓI MENDES/MG
TELEFAX: (35) 3264-1613 Ramal 29 e-mail: licitacao@crabi.com.br

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E
DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO EDITAL**

LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 41.537.193/0001-00, com sede localizada na Rodovia BR 491 KM 221 Nº570 – Distrito Industrial, Elói Mendes/MG, CEP 37.110-00, por intermédio de seu representante legal o Sr. LUIS OTAVIO CRABI, brasileiro, solteiro, empresário, portador do Registro Geral de nº. 21.408.027 emitido pela SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº. 701.323.606-32, residente e domiciliado na Rua Dr Carlos Dayrell França Nº 07, no bairro Jardim Paraíso na cidade Elói Mendes – MG CEP 37.110-000, DECLARA, sob as penas da lei e para cumprimento do previsto no inciso VII do artigo 4º. da Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e no item 5.11 do capítulo V do Edital, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão em epígrafe.

Declara também estar de acordo com todos os termos do Edital de Licitação referente ao Pregão Presencial nº 03/2022 e de todos os seus anexos, todos de seu integral conhecimento.

Elói Mendes/MG, 10 de Fevereiro de 2022.

41.537.193/0001-00
Luis Otávio Crabi Indústria Ltda.
Rod. BR 49 Km 221, 570
Bairro Industrial - CEP 37.110-000
Elói Mendes - MG

LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA – EPP

Sebastião Adilson Teodoro – Documento que lhe outorga poderes: Procuração

CPF 827.792.016-49 e RG M-8.327.510 SSP/MG



LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA
Rodovia BR-491 km-221 nº570 – Distrito Industrial
CNPJ: 41.537.193/0001-00 IE: 004019751.00-35
CEP=37.110-000 - ELÓI MENDES/MG
TELEFAX: (35) 3264-1613 Ramal 29 e-mail: licitacao@crabi.com.br

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, CNPJ n.º 41.537.193/0001-00 é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2.006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão.

Elói Mendes/MG, 10 de Fevereiro de 2022.

41.537.193/0001-00
Luis Otávio Crabi Indústria Ltda.
Rod. BR 49 Km 221, 570
Bairro Industrial - CEP 37.110-000
Elói Mendes - MG

LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA – EPP

Sebastião Adilson Teodoro – Documento que lhe outorga poderes: Procuração
CPF 827.792.016-49 e RG M-8.327.510 SSP/MG



Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
3121220961-8	41.537.193/0001-00	12/04/2021	12/04/2021

Endereço Completo:

RODOVIA BR 491 570 KM 221 - BAIRRO INDUSTRIAL CEP 37110-000 - ELOI MENDES/MG

Objeto Social:

FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO E DE ESTRUTURAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SERIE E SOB ENCOMENDA E A PRESTACAO DE SERVICOS DE APLICACAO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES E DEMAIS SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO.

Capital Social: R\$ 10.000,00

DEZ MIL REAIS

Capital Integralizado: R\$ xxxxxxxx

xxxxxxx

Microempresa ou
Empresa de Pequeno
Porte

EMPRESA PEQUENO
PORTE
(Lei Complementar
nº123/06)

Prazo de Duração

INDETERMINADO

Sócio(s)/Administrador(es)

CPF/NIRE Nome

113.724.956-06 JONATHAN PEREIRA CRABI

701.323.606-32 LUIS OTAVIO CRABI

Término Mandato

xxxxxxx

xxxxxxx

Participação

R\$ 100,00

R\$ 9.900,00

Função

SÓCIO

SÓCIO /
ADMINISTRADOR

Status: xxxxxxxx

Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 12/04/2021

Número: 31212209618

Ato 090 - CONTRATO

Evento(s) 208 - EMANCIPACAO (QUANDO INSERIDA PROCESSO)

316 - ENQUADRAMENTO DE EPP

NADA MAIS#

Belo Horizonte, 24 de Janeiro de 2022 16:26

MARINELY DE PAULA BOMPIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C220000207752 e visualize a certidão)



22/037.776-6

Data da consulta: 24/01/2022 12:54:55

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **41.537.193/0001-00**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA**



Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 12/04/2021**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Enquadramentos no SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Não Existem

Eventos Futuros (SIMEI)

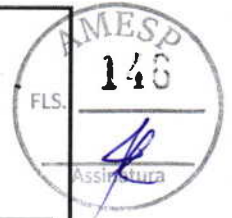
Não Existem

Voltar

Gerar PDF



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 41.537.193/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/04/2021
NOME EMPRESARIAL LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LUIS OTAVIO CRABI		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 23.30-3-01 - Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda 43.30-4-05 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores (Dispensada *) 43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente (Dispensada *)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO ROD BR 491	NÚMERO 570	COMPLEMENTO KM 221
CEP 37.110-000	BAIRRO/DISTRITO INDUSTRIAL	MUNICÍPIO ELOI MENDES
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTABILIDADE@CRABI.COM.BR		TELEFONE (35) 3264-1613
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/04/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **24/01/2022 às 15:24:45** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Secretaria de Estado de
Fazenda
de Minas Gerais

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL

DADOS CADASTRAIS

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004019751.00-35 **CPF/CNPJ:** 41.537.193/0001-00
NOME/NOME EMPRESARIAL: LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA
NOME FANTASIA: LUIS OTAVIO CRABI
CNAE PRINCIPAL / DESCRIÇÃO: 2330-3/02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção
DESMEMBRAMENTO:
CNAE SECUNDÁRIA / 2330-3/01 - Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda
DESMEMBRAMENTO:
NATUREZA JURIDICA : SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
REGIME DE RECOLHIMENTO : SIMPLES NACIONAL **CATEGORIA:** Único
DATA INSCRIÇÃO: 12/04/2021 **MEI:** não
SITUACAO INSCRIÇÃO: Ativo **DATA DA SITUAÇÃO DA** 12/04/2021

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

CEP: 37110000 **UF:** MINAS GERAIS
MUNICIPIO: ELOI MENDES
DISTRITO / POVOADO:
BAIRRO: INDUSTRIAL
LOGRADOURO: ROD BR 491
NUMERO: 570
COMPLEMENTO DO CEP:
COMPLEMENTO: KM 221

EMITIDO EM

24/01/2022 15:27:35

À
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
Pregoeiro e Equipe de Apoio

Processo licitatório n. 010/2022

Modalidade: PREGÃO nº 003/2022

CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o Sr. **Anderson Cleiton Santos de Lima**, portador da Cédula de Identidade nº M 6.647.352 SSP/MG e CPF sob nº. 800.260.446-68, a participar da licitação instaurada pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICROREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, na modalidade **PREGÃO Nº. 003/2022**, supra-referenciada, para nos representar no referido processo licitatório, podendo tomar qualquer decisão, formular nova proposta escrita apresentada, quando convocado, e, ainda, rubricar documentos, renunciar o direito de recurso e apresentar impugnação à recursos, bem como, assinar atas, recorrer de decisões administrativas, enfim praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

São Sebastião da Bela Vista (MG), 09 de Fevereiro de 2022.



Gilberto Dantas Delgado Júnior
Representante Legal
CPF: 319.471.958-08
RG: 43.947.898-4 SSP-SP

GRUPO DURO NA QUEDA



DURO NA QUEDA CONSTRU
CNPJ sob o nº 26.614.327

**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO
REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL**

Data: 10 / 02 / 22

FUNCIONÁRIO



2º Tabelionato de Notas de Pouso Alegre - MG
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de
(FGO24757) GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR
Em testemunho da verdade.
Pouso Alegre, 04/01/2022 10:47:20 9690

SELO DE CONSULTA: FGO24757
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 8080.8603.1516.5066
Quantidade de atos praticados: 01
Atos praticados por:
KARINA DELSCH KERSUL - ESCRIVENTE
Embr: R\$7,04 TR: R\$2,19 Total: R\$9,23 ISS: R\$0,33
Consulta e validação deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



Nº DA
ETIQUETA
ASM741588

PROCURAÇÃO

A empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.614.327/0001-47, com sede à Estrada São João, s/n. Zona Rural, Distrito São João em São Sebastião da Bela Vista (MG), neste ato representada pelo sócios, **GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR**, portador do RG: 43.947.898-4 - SSP-SP, inscrito no CPF: 319.471.958-08, residente e domiciliado na Rua Argentina Grossi Tonini, nº.: 230 -Apto. 304 -Bloco 9, Bairro Pão de Açúcar, Pouso Alegre -MG, CEP.: 37.555-272, pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu bastante Procurador o Senhor, **Anderson Cleiton Santos de Lima**, portador do RG M-6.647.352 emitido pela SSP/MG, inscrito no CPF: 800.260.446-68, residente e domiciliado a rua Argentina Grossi Tonini, nº 230 Aptº 304 – Bloco 9 – Bairro Pão de Açúcar – Pouso Alegre - MG, a quem confere amplos poderes para junto das Prefeituras Municipais, praticar os atos necessários para representar a outorgante nas licitações nas modalidades de Pregão Presencial, Convite, Tomada de Preços, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, assinando contratos, receber e dar quitação; podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, com validade até 31/12/2022.

São Sebastião da Bela Vista (MG), 03 de janeiro de 2.022.

2º OFÍCIO

Gilberto Dantas Delgado Junior
CPF 319.471.958-08
RG 43.947.898-4 - SSP-SP

CONFERE COM O ORIGINAL

REGIÃO DO MÉDIO NOROCCIDENTAL - AMÉRICA

ASSOCIADO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO

DATA: _____



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO
REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL

Data: 10 / 02 / 22

[Signature]
FUNCIONÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADIAS
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

MG

NOME
ANDERSON CLEITON SANTOS DE LIMA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
M6647352 SSP MG

CPF
800.260.446-68

DATA NASCIMENTO
05/11/1974

FUNÇÃO
OSVALDO JOSE DE LIMA

APARECIDA HEBE DOS SANTOS

PERMISSÃO
ACC CAT. NA
B

Nº REGISTRO
04479791068

VALIDADE
15/05/2023

1ª HABILITAÇÃO
09/10/2008

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
POUSO ALEGRE, MG

DATA EMISSÃO
17/05/2018

Alexsandro Amaro da Matta
Diretor DE-TRAN/MG

84402095569
MG534196225

ASSINATURA DO EMISSOR

MINAS GERAIS

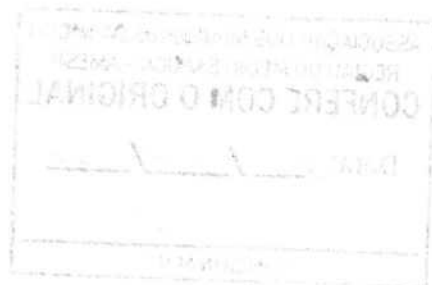
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1640625370

PROIBIDO PLASTIFICAR
1640625370

[Signature]

[Signature]

[Signature]



À
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
Pregoeiro e Equipe de Apoio

Processo licitatório n. 010/2022

Modalidade: PREGÃO nº 003/2022

DECLARAÇÃO

A empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ n.º 26.614.327/0001-47, com sede na Estrada do São João Zona Rural s/nº, Bairro São João em São Sebastião da Bela Vista - MG, relativamente ao Processo licitatório, **PREGÃO n. 003/2022**, promovido pela **Associação dos Municípios da Microregião do Médio Sapucaí - AMESP**, por meio de seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, para fins requeridos no inciso VII, do artigo 4º da lei 10.520 de 17 de Julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constante do presente Edital, Registro de Preços.

São Sebastião da Bela Vista (MG), 10 de Fevereiro de 2022.



Gilberto Dantas Delgado Júnior
Representante Legal
CPF: 319.471.958-08
RG: 43.947.898-4 SSP-SP

26.614.327/0001-47
INSC. EST. 00287047352-46
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
ESTRADA SÃO JOÃO S/Nº ZONA RURAL, CAIXA POSTAL
DISTRITO SÃO JOÃO CEP 37.567-000
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA - MG



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/341.142-3	MGP2100302425	09/04/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
319.471.958-08	GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**



VALCENIR PARONETTI DORTA, nascido em **13/04/1985**, brasileiro, empresário, solteiro, portador da cédula de identidade 33.632.117-X, expedida pela SSP/SP, e CPF sob n° **315.541.558-43**, residente e domiciliado à Fazenda Jacarequara, s/n°, bairro São João, São Sebastião da Bela Vista - MG, CEP: 37.567-000 e o senhor **VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, portador da cédula de identidade 13.946.410, expedida pela SSP/SP, e CPF sob n° **068.694.448-89**, residente e domiciliado à Estrada São João, s/n°, bairro São João, em São Sebastião da Bela Vista - MG, CEP: 37.567-000, por essa forma tem justos e combinados a alteração da SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA, que tem a Denominação Social de **“DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA”** com sede na Estrada São João, s/n°, Zona Rural CXPST 34, Bairro São João, São Sebastião da Bela Vista/MG – CEP 37.567-000, inscrita no CNPJ sob n° 26.614.327/0001-47, cujo ato constitutivo está arquivado na JUCEMG sob n° 31210756735, na data de 28/11/2016, a presente sociedade passará a se reger mediante as cláusulas e condições a seguir exaradas:

1ª Cláusula: O objeto da sociedade passa a ser: Exploração da indústria da construção civil pesada, inclusive obras públicas, Terraplanagem e Pavimentação, Tapa buraco, Remendos superficiais e profundos; Venda de concreto Usinado, Concreto Betuminoso e materiais petreos, venda de areia; Fornecimento e aplicação de concreto FCK e Concreto betuminoso usinado a quente (asfalto), comercialização de massa asfáltica; Incorporação, compra e venda de bens imóveis, não sendo exercida e intermediação imobiliária; Implantação e exploração de Usinas de produção de asfalto, Fornecimento de CBUQ, Usinagem de Concreto Betuminoso, exploração de usinas de produção de solos; Implantação, operação e manutenção de usinas de reciclagem e compostagem de resíduos sólidos urbanos; Serviços de Drenagem e Esgoto, Locação de Equipamentos com mão de obra, venda e revenda de materiais de construção próprios ou de terceiros; Transporte, carga e descarga, armazenagem e depósito de agregados da construção civil e construção pesada, minérios, máquinas e equipamentos; Construção de rodovias e ferrovias, Aluguel de Máquinas e equipamentos para construção sem operador exceto andaimes; Teste em análises técnicas, Serviços de preparação do terreno, Fabricação e comércio de produtos do refino de petróleo; Construção de rede de abastecimento de água, fabricação; Fornecimento e aplicação de concreto usinado; Construção de pontes, viadutos, bueiros celulares, barragens; Serviços de Paisagismo e Parques e Jardins; Serviços de

1

5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5

Engenharia, de Projetos, de Consultoria, e de Construções; Administração de Concessão de Uso e de Serviços Públicos, por conta própria, Administração e Empreitada, Industrialização e Comercialização de Materiais Inerentes ao Ramo; Obras Viárias de Rodovias, de Vias Férreas e Aeroportos, Edificações, Fundações; Supervisão e fiscalização de obras civis; Construção Imobiliária; Incorporação, Aproveitamento energético dos resíduos sólidos e do biogás e demais serviços inerentes e correlatos; Construção de barragens, adutoras, poços; Execução de serviços de limpeza pública compreendidos em coleta e o transporte de resíduos sólidos urbanos (domiciliar, dos serviços de saúde, industrial, oriundos de varrição manual e mecanizada de ruas, praças e logradouros públicos e feiras livres, entulhos, especiais e outros; Limpeza de vias e logradouros públicos, manutenção de áreas verdes, limpeza das “bocas de lobo”, coleta de material reciclável e coleta de grandes volumes do tipo móveis e utensílios; Limpeza e desobstrução de canais, rios e lagoas; Dragagem e Derrocagem, Aterro Hidráulico, Barragens, Represas e Diques; Montagem de Estruturas Metálicas Permanentes; Construção de Redes de Abastecimento de Água, Coletas de Esgoto e Construção Correlatas; Construção de Redes de Transportes por Dutos; Obras de Irrigação; Construção de Instalações Portuárias; Construção de Portos e Marinas; Construção de Eclusas e Canais de Navegação; Enrocamentos; Eliminação de plantas em rios e reservatórios; Edificações (construção predial e industrial); Obras de alvenaria, demolições, rebocos impermeabilizações, pinturas revestimentos, instalações, manutenção e reparação de elevadores e quaisquer outros serviços auxiliares da construção civil; Serviços de contenção de encostas; Construção de muros de arrimo; Desmonte de Rochas com explosivos; Execução de estradas, vicinais; Execução de pavimentação asfáltica, em paralelepípedo, intertravado ou de qualquer outra espécie; Fabricação, industrialização e a comercialização de artefatos e peças pré-moldadas de cimento e de concreto de todo gênero; Locação de máquinas de escavação; Serviços de Transportes de cargas; Transportes Rodoviários de Produtos Perigosos; Construção de Obras-de-Arte; Pintura para Sinalização em pistas rodoviárias e Aeroportos; Urbanização Sistemas de Iluminação e de Sinalização em vias Públicas, Rodovia, Ferrovias, Portos e Aeroportos; Obras de Artes Especiais, Pontes, Viadutos, passarelas, túneis e cortinas de concreto; Capina e Roçada; Aluguel de máquinas e Equipamentos com operador e Importação de Produtos para construção pesada, conservação e manutenção de estradas e rodovias.

**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**



2ª Cláusula: São admitidas na sociedade as empresas: **POLI PARTICIPAÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 38.310.259/0001-01 e registrada na JUCEMG sob NIRE 31600965681 na data de 02/09/2020, com sede na Estrada São João, s/nº- Sala 01, bairro São João, município São Sebastião da Bela Vista-Minas Gerais, CEP 37.567-000, neste ato representado por seu Titular **VALCENIR PARONETTI DORTA**, nascido em **13/04/1985**, brasileiro, empresário, solteiro, portador da cédula de identidade 33.632.117-X, expedida pela SSP/SP, e CPF sob n ° **315.541.558-43**, residente e domiciliado à Fazenda Jacarequara, s/nº, bairro São João, São Sebastião da Bela Vista - MG, CEP: 37.567-000 e **ARAUCARIA PARTICIPAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 38.390.224/0001-20 e registrada na JUCEMG sob NIRE 31211841116 em 09/09/2020, com sede na Est. São João, s/nº, Sala 02, bairro São João em São Sebastião da Bela Vista, CEP 37.567-000, neste ato representado por seu sócio administrador **VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA**, brasileiro, nascido em 02/07/1961, empresário, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, portador da cédula de identidade 13.946.410, expedida pela SSP/SP, e CPF sob n ° **068.694.448-89**, residente e domiciliado à Estrada São João, s/nº, bairro São João, em São Sebastião da Bela Vista - MG, CEP: 37.567-000.

3ª Cláusula: O sócio **VALCENIR PARONETTI DORTA** retira-se da sociedade, cedendo e transferindo a totalidade de suas cotas, ou seja, 9.900.000 (nove milhões e novecentas mil) cotas à empresa sócia **POLI PARTICIPAÇÕES EIRELI** que assume o ativo e passivo referente às cotas adquiridas, declara ainda o sócio **VALCENIR PARONETTI DORTA**, Ter recebido todos seus haveres (Valor de R\$ 9.900.000,00 – Nove milhões e novecentos mil Reais) junto à empresa nada tendo a reclamar ou a pedir, dando por esta quitação plena rasa e irrevogável de seus haveres junto aos sócios e a empresa. O sócio **VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA** retira-se da sociedade, cedendo e transferindo a totalidade de suas cotas, ou seja, 100.000 (cem mil) cotas à empresa sócia **ARAUCARIA PARTICIPAÇÕES LTDA** que assume o ativo e passivo referente às cotas adquiridas, declara ainda o sócio **VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA**, Ter recebido todos seus haveres (Valor de R\$ 100.000,00 – Cem mil Reais) junto à

3

5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5

empresa nada tendo a reclamar ou a pedir, dando por esta quitação plena rasa e irrevogável de seus haveres junto aos sócios e a empresa. Ficando assim distribuído o capital social da empresa:

* POLI PARTICIPAÇÕES EIRELI ...	9.900.000 quotas R\$9.900.000,00
* ARAUCARIA PARTICIPAÇÕES LTDA...	100.000 quotas R\$ 100.000,00
<hr/>	
Total subscrito	10.000.000 quotas R\$10.000.000,00

3ª Cláusula: A sociedade continua a ser administrada pelo administrador não sócio **GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR**, nascido em 01/07/1983, brasileiro, gerente de contratos, casado, portador da cédula de identidade sob nº 439478984 SSP/SP e CPF sob nº 319.471.958-08, residente e domiciliado na Rua Argentina Grossi Tonini, 230, Apto 304, bloco 9, bairro Pão de Açúcar em Pouso Alegre-MG, CEP 37.555-272, que assinará individualmente todos os papéis que envolvem a responsabilidade social, inclusive aqueles relativos à venda ou ônus de propriedades imobiliárias, do ativo fixo, com poderes e atribuições de administrar os negócios sociais autorizado ao uso do nome empresarial.

Inciso Único: Não haverá necessidade de reunião formal quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

CONSOLIDAÇÃO:

1ª Cláusula: A sociedade tem sua sede à Estrada São João, s/nº, Zona Rural CXPST 34, Bairro São João, São Sebastião da Bela Vista/MG – CEP 37.567-000, não possuindo filiais, que poderão ser criadas a qualquer tempo e qualquer local.

2ª Cláusula: A sociedade empresária limitada gira sob a denominação social de “DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA”, e a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, porém respondem solidariamente pela integralização do capital social, não respondem, entretanto, subsidiariamente, pelas obrigações



**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

sociais e o prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado e teve início de atividades na data de 21/10/2016.

3ª Cláusula: A sociedade tem como objeto social: Exploração da indústria da construção civil pesada, inclusive obras públicas, Terraplanagem e Pavimentação, Tapa buraco, Remendos superficiais e profundos; Venda de concreto Usinado, Concreto Betuminoso e materiais petreos, venda de areia; Fornecimento e aplicação de concreto FCK e Concreto betuminoso usinado a quente (asfalto), comercialização de massa asfáltica; Incorporação, compra e venda de bens imóveis, não sendo exercida e intermediação imobiliária; Implantação e exploração de Usinas de produção de asfalto, Fornecimento de CBUQ, Usinagem de Concreto Betuminoso, exploração de usinas de produção de solos; Implantação, operação e manutenção de usinas de reciclagem e compostagem de resíduos sólidos urbanos; Serviços de Drenagem e Esgoto, Locação de Equipamentos com mão de obra, venda e revenda de materiais de construção próprios ou de terceiros; Transporte, carga e descarga, armazenagem e depósito de agregados da construção civil e construção pesada, minérios, máquinas e equipamentos; Construção de rodovias e ferrovias, Aluguel de Máquinas e equipamentos para construção sem operador exceto andaimes; Teste em análises técnicas, Serviços de preparação do terreno, Fabricação e comércio de produtos do refino de petróleo; Construção de rede de abastecimento de água, fabricação; Fornecimento e aplicação de concreto usinado; Construção de pontes, viadutos, bueiros celulares, barragens; Serviços de Paisagismo e Parques e Jardins; Serviços de Engenharia, de Projetos, de Consultoria, e de Construções; Administração de Concessão de Uso e de Serviços Públicos, por conta própria, Administração e Empreitada, Industrialização e Comercialização de Materiais Inerentes ao Ramo; Obras Viárias de Rodovias, de Vias Férreas e Aeroportos, Edificações, Fundações; Supervisão e fiscalização de obras civis; Construção Imobiliária; Incorporação, Aproveitamento energético dos resíduos sólidos e do biogás e demais serviços inerentes e correlatos; Construção de barragens, adutoras, poços; Execução de serviços de limpeza pública compreendidos em coleta e o transporte de resíduos sólidos urbanos (domiciliar, dos serviços de saúde, industrial, oriundos de varrição manual e mecanizada de ruas, praças e logradouros públicos e feiras livres, entulhos, especiais e outros; Limpeza de vias e logradouros públicos, manutenção de áreas verdes, limpeza das “bocas de lobo”, coleta de material reciclável e coleta de grandes volumes do tipo móveis e utensílios; Limpeza e desobstrução de canais, rios e lagoas; Dragagem e Derrocagem, Aterro Hidráulico, Barragens,

5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5

Represas e Diques; Montagem de Estruturas Metálicas Permanentes; Construção de Redes de Abastecimento de Água, Coletas de Esgoto e Construção Correlatas; Construção de Redes de Transportes por Dutos; Obras de Irrigação; Construção de Instalações Portuárias; Construção de Portos e Marinas; Construção de Eclusas e Canais de Navegação; Enrocamentos; Eliminação de plantas em rios e reservatórios; Edificações (construção predial e industrial); Obras de alvenaria, demolições, rebocos impermeabilizações, pinturas revestimentos, instalações, manutenção e reparação de elevadores e quaisquer outros serviços auxiliares da construção civil; Serviços de contenção de encostas; Construção de muros de arrimo; Desmonte de Rochas com explosivos; Execução de estradas, vicinais; Execução de pavimentação asfáltica, em paralelepípedo, intertravado ou de qualquer outra espécie; Fabricação, industrialização e a comercialização de artefatos e peças pré-moldadas de cimento e de concreto de todo gênero; Locação de máquinas de escavação; Serviços de Transportes de cargas; Transportes Rodoviários de Produtos Perigosos; Construção de Obras-de-Arte; Pintura para Sinalização em pistas rodoviárias e Aeroportos; Urbanização Sistemas de Iluminação e de Sinalização em vias Públicas, Rodovia, Ferrovias, Portos e Aeroportos; Obras de Artes Especiais, Pontes, Viadutos, passarelas, túneis e cortinas de concreto; Capina e Roçada; Aluguel de máquinas e Equipamentos com operador e Importação de Produtos para construção pesada, conservação e manutenção de estradas e rodovias.

4ª Cláusula: O capital social é de R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais), divididos em 10.000.000 (dez milhões) de quotas de valor nominal e indivisível de R\$1,00 (um real) cada uma, já totalmente integralizado com a seguinte distribuição:

* POLI PARTICIPAÇÕES EIRELI ...	9.900.000 quotas R\$9.900.000,00
* ARAUCARIA PARTICIPAÇÕES LTDA...	100.000 quotas R\$ 100.000,00
<hr/>	
Total subscrito	10.000.000 quotas R\$10.000.000,00

5ª Cláusula: A sociedade é administrada pelo administrador não sócio **GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR**, nascido em

**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**



01/07/1983, brasileiro, gerente de contratos, casado, portador da cédula de identidade sob nº 439478984 SSP/SP e CPF sob nº 319.471.958-08, residente e domiciliado na Rua Argentina Grossi Tonini, 230, Apto 304, bloco 9, bairro Pão de Açúcar em Pouso Alegre-MG, CEP 37.555-272, que assinará individualmente todos os papéis que envolvem a responsabilidade social, inclusive aqueles relativos à venda ou ônus de propriedades imobiliárias, do ativo fixo, com poderes e atribuições de administrar os negócios sociais autorizado ao uso do nome empresarial.

Inciso Único: Não haverá necessidade de reunião formal quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

6ª Cláusula: Os sócios devem realizar, ao menos uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, Reunião dos Sócios com o objetivo de:

I – tomar as contas do Administrador e deliberar sobre o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico;

II – designar administradores, quando for o caso;

III – tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

IV - A convocação para a Reunião dos Sócios será feita mediante aviso por escrito, contra recibo, contendo a ordem do dia, hora, data e local de realização, ou por correspondência enviada ao endereço constante do preâmbulo, com aviso de recebimento (AR) assinado pelo responsável no local, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

V - Fica dispensada a convocação para a Reunião dos Sócios nos termos previstos no item IV, quando todos os sócios se declararem, por escrito, e mediante assinaturas, cientes da ordem do dia, hora, data e local de realização da Reunião dos Sócios.

VI - Ficam saneadas eventuais falhas convocatórias na hipótese de comparecimento da unanimidade dos sócios na Reunião.

7

5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5

VII - A Reunião dos Sócios instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, e, em segunda convocação, com qualquer número de sócios.

VIII - Os quóruns de deliberação das matérias levadas à Reunião de Sócios serão aqueles dispostos na legislação societária vigente.

IX - Dispensa-se a Reunião dos Sócios quando todos eles decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto da mesma.

7ª Cláusula: Desde que não haja oposição expressa de detentores de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social, é permitida a cessão de quotas, seja dos sócios entre si, seja dos sócios para terceiros.

I - Para o exercício da oposição de que trata a sétima cláusula, basta que o(s) sócio(s) detentor(es) de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social não assine(m) a alteração contratual que formalize a operação pretendida. Assim, é válida e apta para o registro a alteração contratual que tenha a assinatura do(s) sócio(s) titular(es) de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social, ainda que seja este o cedente.

8ª Cláusula: Qualquer sócio poderá sair da sociedade, a qualquer tempo, sem que tal situação importe sua dissolução.

I - O sócio que desejar sair da sociedade deverá notificar os demais sócios com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias, comunicando sua intenção e solicitando a apuração de seus haveres, os quais deverão ser pagos pela sociedade em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juros de até 1% (um por cento) ao mês e correção monetária segundo o IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas.



**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

II - Os haveres mencionados no item I deverão ser apurados através de balanço especial, o qual deverá ser levantado com base na avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis, deduzindo-se as obrigações constantes do passivo da sociedade.

III - No caso de falecimento de qualquer sócio, a admissão de herdeiros, de legatários, do cônjuge ou do companheiro é condicionada ao consentimento expresso de titulares de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social.

IV - No caso de falecimento de sócio detentor de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social, caberá aos legatários e aos herdeiros em linha reta ou em linha colateral, segundo a ordem de vocação hereditária, optar pelo recebimento do valor correspondente às quotas que ele detinha no capital da sociedade, ou pelo ingresso na mesma, na condição de sócios.

V - Na hipótese de ser vedada a entrada de herdeiros, de legatários, do cônjuge ou do companheiro pelos sócios remanescentes, ou caso eles não se interessem em ser admitidos como sócios, o valor correspondente às quotas que o falecido detinha no capital social será apurado e pago aos mesmos mediante redução do capital da sociedade, observados os critérios de cálculo e forma de pagamento previstos nos itens I e II.

9ª Cláusula: O exercício social será de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

I - Em 31 de dezembro será levantado o Balanço Patrimonial, que deverá ser submetido à deliberação dos sócios reunidos para tal finalidade.

II - Os lucros e perdas serão distribuídos conforme deliberado em Reunião dos Sócios, podendo-se decidir, contudo, pela destinação total ou parcial dos mesmos para reservas ou para o capital social.

III - Admite-se, ainda, a critério dos sócios, a distribuição dos lucros antes mesmo do término do exercício social, conforme sejam apurados em balancetes intermediários.

5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5

10ª Cláusula: O administrador declara não estar incurso em qualquer impedimento legal para participar da sociedade ou exercer funções de administração, nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

11ª Cláusula: Os casos omissos no presente instrumento, que não puderem ser resolvidos amigavelmente pelos sócios, serão resolvidos de conformidade com a legislação vigente aplicável à matéria, especialmente o Código Civil.

12ª Cláusula: Aplicam-se à sociedade as regras da sociedade simples, naquilo que não for regulado pelo presente contrato social e pelo capítulo das sociedades limitadas previsto no Código Civil.

13ª Cláusula: Fica estabelecida e determinada a comarca e foro da cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, para qualquer decisão de litígio que venha a surgir na administração ou entre os sócios da empresa, ou entre esta e terceiros;

E, por estarem assim justos e contratados, o presente instrumento é assinado em 1 (uma) via.

São Sebastião da Bela Vista-MG, 11 de janeiro de 2021.

VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA, que assina o presente instrumento através do certificado digital.

VALCENIR PARONETTI DORTA, que assina o presente instrumento através do certificado digital.

**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**



POLI PARTICIPAÇÕES EIRELI, neste ato representado por seu Titular **VALCENIR PARONETTI DORTA**, que assina o presente instrumento através do certificado digital.

ARAUCARIA PARTICIPAÇÕES LTDA, neste ato representado por seu Titular **VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA**, que assina o presente instrumento através do certificado digital.

GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR, que assina o presente instrumento através do certificado digital.

A large, stylized handwritten signature in blue ink.

A large, stylized handwritten signature in blue ink.

A large, stylized handwritten signature in blue ink.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

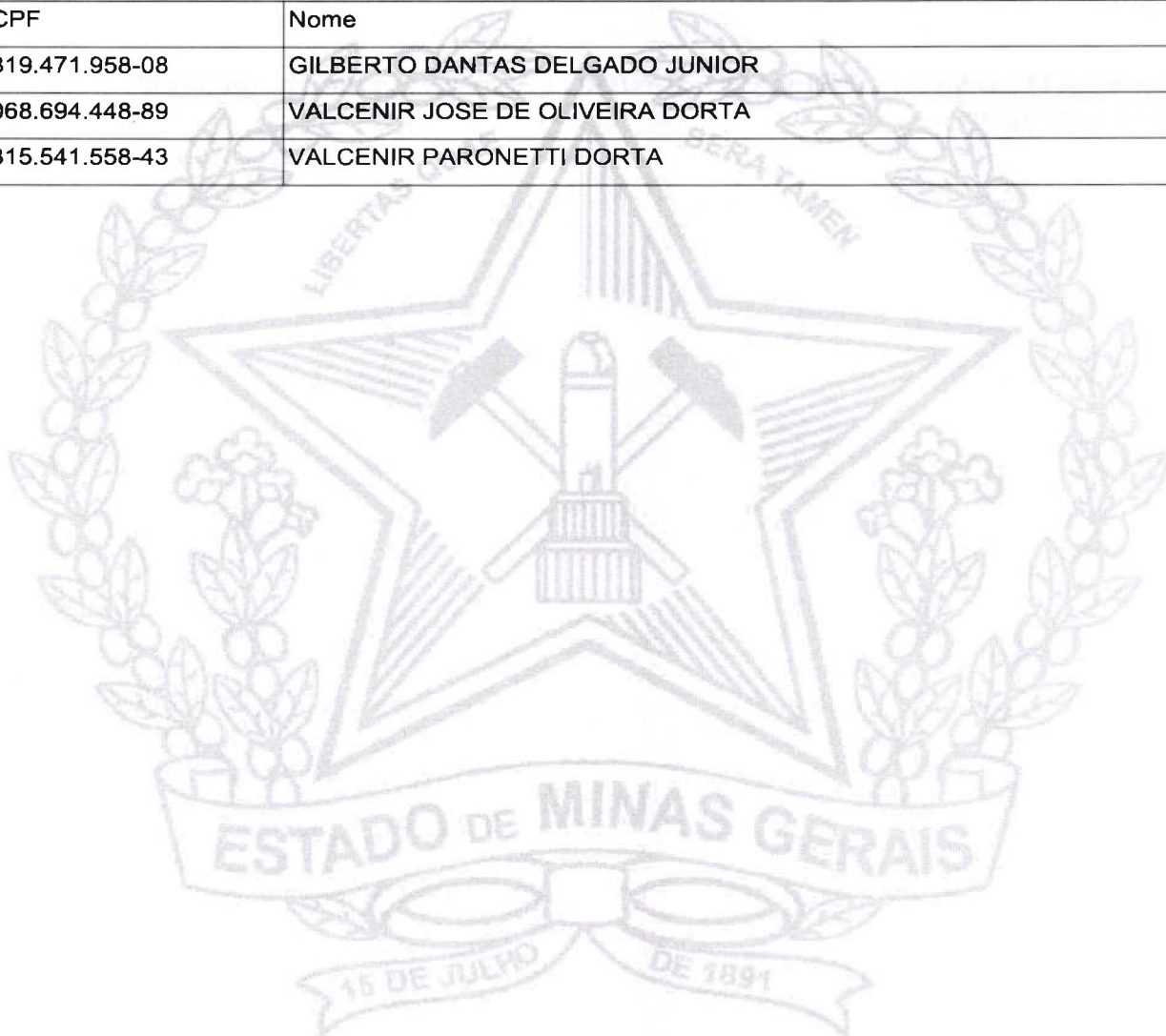
Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/341.142-3	MGP2100302425	09/04/2021

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
319.471.958-08	GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR
068.694.448-89	VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA
315.541.558-43	VALCENIR PARONETTI DORTA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte, segunda-feira, 12 de abril de 2021

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA, de NIRE 3121075673-5 e protocolado sob o número 21/341.142-3 em 09/04/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8471251, em 12/04/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Edineia Maria de Souza.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
319.471.958-08	GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
068.694.448-89	VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA
315.541.558-43	VALCENIR PARONETTI DORTA
319.471.958-08	GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR

Belo Horizonte, segunda-feira, 12 de abril de 2021



Documento assinado eletronicamente por Edineia Maria de Souza, Servidor(a) Público(a), em 12/04/2021, às 16:54 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 21/341.142-3.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. segunda-feira, 12 de abril de 2021:

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO INTERIORE
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CORTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

SP

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2303886366

NOME
GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR

DOC. IDENTIFICAÇÃO/ORG. EMISSOR/UF
439478984 SSP SP

CPF
319.471.958-08

DATA NASCIMENTO
01/07/1983

FILIAÇÃO
GILBERTO DANTAS DELGADO
TANIA MARIA SANTOS DELGADO

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
02256497596

VALIDADE
29/11/2031

Pº HABILITAÇÃO
22/03/2002

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SANTOS, SP

DATA EMISSÃO
01/12/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

51160575658
SP008408443

SÃO PAULO

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

[Handwritten signatures in blue ink]



[41.537.193/0001-00]

Luis Otávio Crabi Indústria Ltda.

Rod. BR 49 Km 221, 570

Bairro Industrial - CEP 37.110-000

Elói Mendes - MG

[41.537.193/0001-00]

Luis Otávio Crabi Indústria Ltda.

Rod. BR 49 Km 221, 570

Bairro Industrial - CEP 37.110-000

Elói Mendes - MG

[41.537.193/0001-00]

Luis Otávio Crabi Indústria Ltda.

Rod. BR 49 Km 221, 570

Bairro Industrial - CEP 37.110-000

Elói Mendes - MG

LICITANTE: LUIS OTÁVIO CRABI INDUSTRIA LTDA
RODOVIA BR 491 KM 221 Nº 570 - DISTRITO INDUSTRIAL

CNPJ: 41.537.193/0001-00 IE: 004019751.00-35

CEP: 37110-000 ELÓI MENDES - MG

TELEFAX: (35) 3264-1618 ou (35) 3212-3751 e-mail: licitacao@crabi.com.br

LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA
Rodovia BR-491 Km-221 nº570 – Distrito Industrial
CNPJ: 41.537.193/0001-00 IE: 004019751.00-35
CEP=37.110-000 - ELÓI MENDES/MG
TELEFAX: (35) 3264 – 1613 Ramal 26 e-mail: licitacao@crabi.com.br



ANEXO III

PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2022.

Razão Social: LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA CNPJ: 41.537.193/0001-00 Inscrição Estadual: 004019751.00-35

Endereço: Rodovia BR-491 KM 221 nº 570 Distrito Industrial Município/UF: Elói Mendes/MG Cep: 37.110-000

Fone/Fax: (35) 3264-1613 e-mail: licitacao@crabi.com.br

Banco: Sicoob Credivar

Agência: 3180-1

Conta Corrente: 41.209-0

Objeto: Constitui objeto deste PREGÃO o REGISTRO DE PREÇOS na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

A empresa CRABI INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRÉ-MOLDADOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELLI, estabelecida na Avenida do Contorno nº 4240 Vila Murad, Varginha/MG inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.125.546/0001-01, propõe fornecer à ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, em estrito cumprimento ao quanto previsto no Edital da Licitação em epígrafe, os itens relacionados abaixo:

LOTE 03

PRÉ MOLDADOS DE CONCRETO

n	Qtde	Cód	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	2E+05	679	M²	BLOQUETE / PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO, 25 CM X 25 CM, E= 10 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781) COR NATURAL.	CRABI	R\$ 60,08	R\$ 10.814.400,00
2	2E+05	712	M²	BLOQUETE / PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO, 25 CM X 25 CM, E= 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781) COR NATURAL.	CRABI	R\$ 50,10	R\$ 9.018.000,00
3	2700	40334	M	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 300 MM	CRABI	R\$ 79,00	R\$ 213.300,00
4	2700	7745	M	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 400 MM	CRABI	R\$ 98,00	R\$ 264.600,00
5	4500	7714	M	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 500 MM	CRABI	R\$ 119,90	R\$ 539.550,00
6	4500	7725	M	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE = 600 MM	CRABI	R\$ 184,00	R\$ 828.000,00
7	2700	7750	M	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 800 MM	CRABI	R\$ 298,00	R\$ 804.600,00
8	2700	7765	M	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 1000 MM	CRABI	R\$ 390,00	R\$ 1.053.000,00
9	2700	7766	M	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 1200 MM	CRABI	R\$ 620,00	R\$ 1.674.000,00

TOTAL GERAL POR EXTENSO: Vinte e cinco milhões e duzentos e nove mil e quatrocentos e cinquenta reais

R\$ 25.209.450,00

Validade da Proposta: 60 dias

O fornecimento dos objetos licitados será dentro da área territorial de abrangência da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, conforme descrição de Municípios compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos. O fornecimento será informado previamente, de acordo com as demandas, através da emissão da Ordem de Fornecimento. O prazo para o fornecimento do item solicitado será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitida pela Prefeitura consorciada.

Os pagamentos serão efetuados em até no máximo 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela CONTRATADA.

Elói Mendes, 10 de Fevereiro de 2022.

41.537.193/0001-00

Luis Otávio Crabi Indústria Ltda.

Rod. BR 49 Km 221, 570

Bairro Industrial - CEP 37.110-000

Elói Mendes - MG

LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA - EPP

Sebastião Adilson Teodoro – Documento que lhe outorga poderes. Procuração
CPF 827.792.016-49 e RG M-8.327.510 SSP/MG



LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA
Rodovia BR-491 km-221 nº570 – Distrito Industrial
CNPJ: 41.537.193/0001-00 IE: 004019751.00-35
CEP=37.110-000 - ELÓI MENDES/MG
TELEFAX: (35) 3264-1613 Ramal 29 e-mail: licitacao@crabi.com.br

DECLARAÇÃO

LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 41.537.193/0001-00, sediada na Rodovia BR 491 Km 221 nº570 – Distrito Industrial Elói Mendes-MG.

Declaramos que estamos cientes e aceitamos todas as condições da licitação supra, e que nos submetemos às disposições regulamentares e legais sobre a licitação e especialmente, subordinada a Lei Federal, nº 10.520/02 subsidiariamente a Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Declaramos também que em nossa proposta de preços estão computados todos os encargos sociais e fiscais, frete até o destino, lucros e quaisquer outras despesas incidentes sobre os produtos desta licitação.

Declaramos ainda, que nos responsabilizamos pela autenticidade e veracidade dos documentos e informações apresentadas para a presente licitação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Elói Mendes/MG, 10 de Fevereiro de 2022.

[41.537.193/0001-00]

Luis Otávio Crabi Indústria Ltda.

Rod. BR 49 Km 221, 570

Bairro Industrial - CEP 37 110-000

Elói Mendes - MG

LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA – EPP

Sebastião Adilson Teodoro – Documento que lhe outorga poderes: Procuração
CPF 827.792.016-49 e RG M-8.327.510 SSP/MG



ANDO MONTANHAS

GRUPO DURO NA QUEDA



DREIRA - PORTO AREIA - TERRAPLANAGEM - TRANSPORTE

Pedreira

(35) 3427-3351

Concreteira

BRMIX

(35) 3425-4181

www.grupoduronaqueda.com.br



Rodovia da Faisqueira - Km 09

Rodovia JK BR-459,

À
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
Pregoeiro e Equipe de Apoio

Processo licitatório n. 010/2022

Modalidade: PREGÃO nº 003/2022

A empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.614.327/0001-47, estabelecida à Estrada São João, Zona Rural s/nº bairro São João, na cidade de São Sebastião da Bela Vista - MG, vem pela presente apresentar em anexo, sua proposta de preços para a contratação.

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	AREIA FINA – POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, (COM TRANSPORTE).	M³	18.000	R\$ 90,50	R\$ 1.629.000,00
02	AREIA GROSSA – POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, (COM TRANSPORTE).	M³	18.000	R\$ 88,00	R\$ 1.584.000,00
03	AREIA MEDIA – POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, (COM TRANSPORTE).	M³	18.000	R\$ 88,00	R\$ 1.584.000,00
VALOR GLOBAL R\$					R\$ 4.797.000,00

LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	PEDRA BRITADA Nº.0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M³	18.000	R\$ 115,70	R\$ 2.082.600,00
02	PEDRA BRITADA Nº.1, OU PEDRISCO (9,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M³	18.000	R\$ 103,40	R\$ 1.861.200,00
03	PEDRA BRITADA Nº.2, OU PEDRISCO (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M³	9.000	R\$ 103,30	R\$ 929.700,00
04	PEDRA BRITADA OU BICA CORRIDA, NÃO CLASIFICADA (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M³	90.000	R\$ 102,50	R\$ 9.225.000,00
05	PEDRA DE MÃO OU PEDRA RACHÃO PARA ARRIMO/ FUNDAÇÃO, (POSTO	M³	9.000	R\$ 98,00	R\$ 882.000,00

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 26.614.327/0001-47

	PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).				
06	SEIXO ROLADO PARA APLICAÇÃO EM CONCRETO, (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M³	18.000	R\$ 142,70	R\$ 2.568.600,00
07	PÓ DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/ FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M³	5.400	R\$ 88,90	R\$ 480.060,00
VALOR GLOBAL R\$					R\$ 18.029.160,00

LOTE 03					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	BLOQUETE / PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO, 25CM X 25CM, E=10 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781) COR NATURAL.	M²	180.000	R\$ 74,40	R\$ 13.392.000,00
02	BLOQUETE / PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO, 25CM X 25CM, E=8CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781) COR NATURAL	M²	180.000	R\$ 62,00	R\$ 11.160.000,00
03	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 300 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	2.700	R\$ 113,20	R\$ 305.640,00
04	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 400 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	2.700	R\$ 127,70	R\$ 344.790,00
05	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 500 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	4.500	R\$ 152,60	R\$ 686.700,00
06	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 600 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	4.500	R\$ 247,20	R\$ 1.112.400,00
07	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 800 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	2.700	R\$ 411,30	R\$ 1.110.510,00
08	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 2, PB, DN 1000 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	2.700	R\$ 529,70	R\$ 1.430.190,00
09	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 2, PB, DN 1200 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	2.700	R\$ 777,00	R\$ 2.097.900,00
VALOR GLOBAL R\$					R\$ 31.640.130,00

O preço global proposto para a contratação é de **R\$ 54.466.290,00** (Cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil e duzentos e noventa reais), conforme planilha de preços anexa.



DUORO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 26.614.327/0001-47

DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO

Agencia: 4537

Banco: Caixa Econômica Federal

Conta Corrente: 592-0

Destinatário: DUORO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.

Prazo de Execução: Conforme Edital. **Condição de Pagamento:** Conforme Edital.

Declaro que no preço ofertado encontra-se incluídos todos os tributos, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, insumos, impostos e lucro, ou seja, todas as despesas diretas e indiretas, que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto deste processo licitatório.

Validade da proposta: **60 (sessenta) dias**

São Sebastião da Bela Vista (MG), 10 de Fevereiro de 2022.


Gilberto Dantas Delgado Júnior
Representante Legal
CPF: 319.471.958-08 RG: 43.947.898-4 SSP-SP


26.614.327/0001-47
INSC. EST. 00287047300-46
DUORO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
ESTRADA SÃO JOÃO S/Nº ZONA RURAL CAIXA POSTAL 31
DISTRITO SÃO JOÃO CEP 37.567-000
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA - MG



TERMO DE LANCES PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022

OBJETO: LICITAÇÃO COMPARTILHADA para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

TERMO DE LANCE- LOTE 01

Empresas Classificadas	LUIS OTÁVIO CRABI INDÚSTRIA LTDA	DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
Proposta da Empresa	Sem Proposta	R\$ 4.797.000,00
01		Sem Lance
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		



FLS.: 169
Pouso Alegre/MG, aos 10 de Fevereiro de 2022.

Wagner do Couto
Pregoeiro

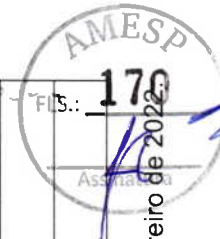


TERMO DE LANCES PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2022

OBJETO: LICITAÇÃO COMPARTILHADA para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

TERMO DE LANCE- LOTE 01

Empresas Classificadas	LUIS OTÁVIO CRABI INDÚSTRIA LTDA	DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
Proposta da Empresa	Sem Proposta	R\$ 4.707.000,00
01		Sem Lance
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		



Pouso Alegre/MG, aos 10 de Fevereiro de 2022

Wagner do Couto
Pregoeiro



TERMO DE LANCES PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022

OBJETO: LICITAÇÃO COMPARTILHADA para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

TERMO DE LANCE- LOTE 02		
Empresas Classificadas	LUIS OTÁVIO CRABI INDÚSTRIA LTDA	DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
Proposta da Empresa	Sem Proposta	R\$ 18.029.160,00
01		R\$ 18.025.000,00
02		Sem Lance
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		

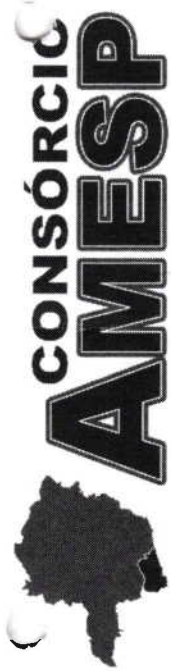
Pouso Alegre/MG, aos 10 de Fevereiro de 2022.

Wagner do Couto
Pregoeiro

171

FLS.: 4

Assinatura



TERMO DE LANCES PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022

OBJETO: LICITAÇÃO COMPARTILHADA para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

TERMO DE LANCE- LOTE 03

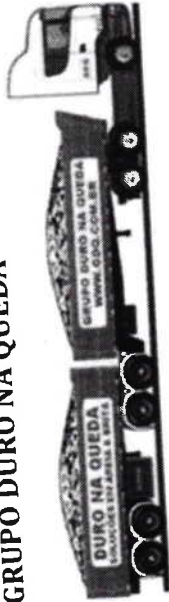
Empresas Classificadas	LUIS OTÁVIO CRABI INDÚSTRIA LTDA	DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
Proposta da Empresa	R\$ 25.209.450,00	R\$ 31.640.130,00
01	R\$ 24.990.000,00	R\$ 25.000.000,00
02	R\$ 24.948.000,00	R\$ 24.950.000,00
03	Inabilitada	Sem Lance
04		Valor Negociado
05		R\$ 24.948.000,00
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
Lances Efetuados (R\$)		



Pouso Alegre/MG, aos 10 de Fevereiro de 2022.

Wagner do Couto
Pregoeiro

GRUPO DURO NA QUEDA



DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA,
CNPJ sob o nº 26.614.327/0001-47
Email: licitação@gdq.com.br



Associação dos Municípios da Micro
Região do Médio Sapucaí - AMESP
- PROTOCOLO -
Em, 16 / 02 / 22
Horas: 09:00

À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO n. 010/2022
PREGÃO N. 003/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP.

CNPJ: 26.614.327/0001-47
ABERTURA: 10/02/2022 ÀS 09:00 HORAS

26.614.327/0001-47
INSC. EST. 0028704790-90

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

ESTRADA SÃO JOÃO S/N, ZONA RURAL, CAIXA POSTAL 34
DISTRITO SÃO JOÃO CEP 37.567-000
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA - MG

Estrada São João, S/N, Zona Rural
Bairro: Distrito São João, São Sebastião da Bela Vista/MG
Caixa Postal - 34 CEP: 37.567-000 - Tel 035 3427 3351



A
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP

Processo n. 010/2022

Pregão: 003/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP.



DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.
CNPJ 26.614.327/0001-47

Data de abertura: 10/02/2022

Hora: 09:00

Estrada São João , S/N, Zona Rural
Bairro: Distrito São João, São Sebastião da Bela Vista/MG
Caixa Postal – 34 CEP: 37.567-000

Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)	
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 31210756735			Código da Natureza Jurídica 2062	
Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio				

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

 MGP2100302425

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2001	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR

SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA
Local

9 Abril 2021
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL
☐ DECISÃO SINGULAR
 ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO

 Data _____ Responsável _____

☐ NÃO

 Data _____ Responsável _____

Processo em Ordem
A decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

____/____/____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

____/____/____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

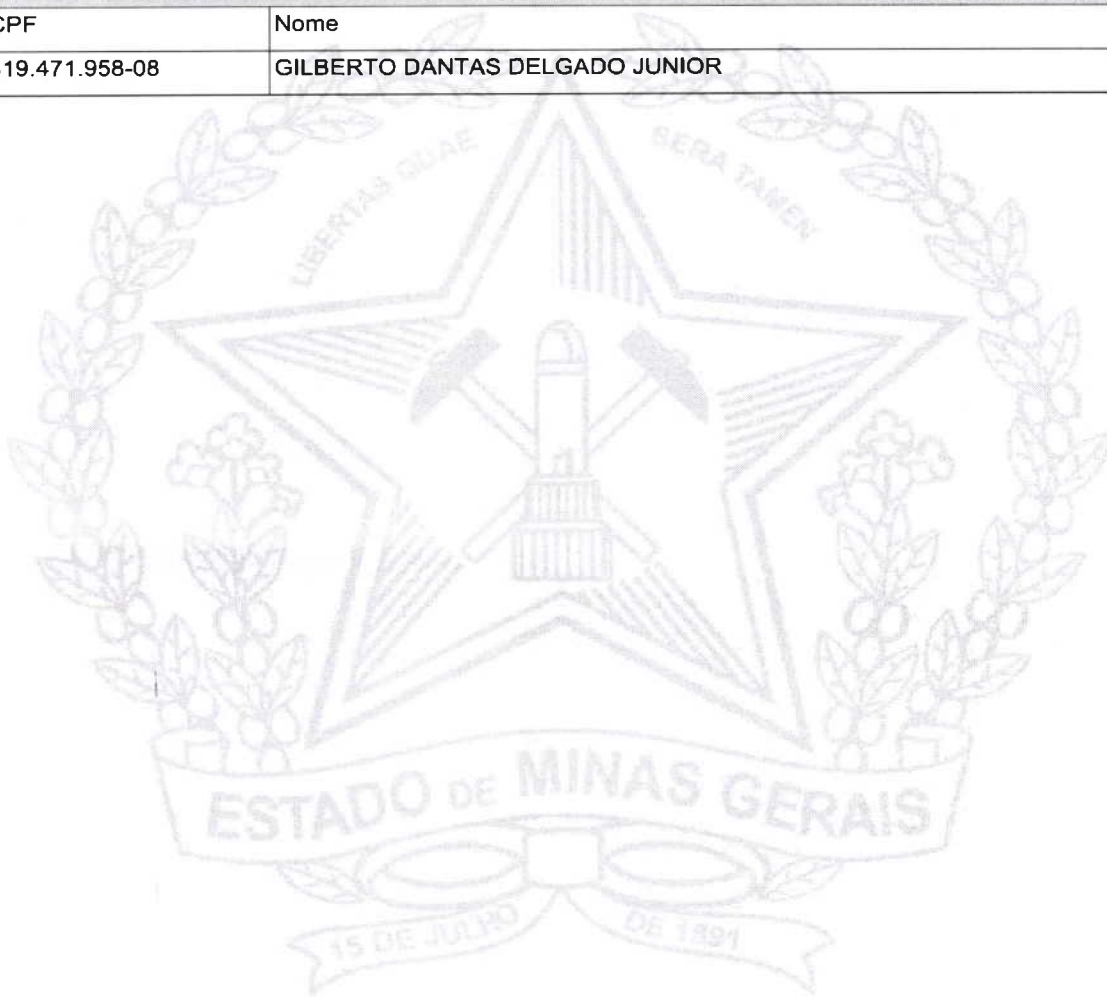


Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/341.142-3	MGP2100302425	09/04/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
319.471.958-08	GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA-GERAL

pág. 2/16



**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

VALCENIR PARONETTI DORTA, nascido em **13/04/1985**, brasileiro, empresário, solteiro, portador da cédula de identidade 33.632.117-X, expedida pela SSP/SP, e CPF sob n° **315.541.558-43**, residente e domiciliado à Fazenda Jacarequara, s/n°, bairro São João, São Sebastião da Bela Vista - MG, CEP: 37.567-000 e o senhor **VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, portador da cédula de identidade 13.946.410, expedida pela SSP/SP, e CPF sob n° **068.694.448-89**, residente e domiciliado à Estrada São João, s/n°, bairro São João, em São Sebastião da Bela Vista - MG, CEP: 37.567-000, por essa forma tem justos e combinados a alteração da SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA, que tem a Denominação Social de **“DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA”** com sede na Estrada São João, s/n°, Zona Rural CXPST 34, Bairro São João, São Sebastião da Bela Vista/MG – CEP 37.567-000, inscrita no CNPJ sob n° 26.614.327/0001-47, cujo ato constitutivo está arquivado na JUCEMG sob n° 31210756735, na data de 28/11/2016, a presente sociedade passará a se reger mediante as cláusulas e condições a seguir exaradas:

1ª Cláusula: O objeto da sociedade passa a ser: Exploração da indústria da construção civil pesada, inclusive obras públicas, Terraplanagem e Pavimentação, Tapa buraco, Remendos superficiais e profundos; Venda de concreto Usinado, Concreto Betuminoso e materiais petreos, venda de areia; Fornecimento e aplicação de concreto FCK e Concreto betuminoso usinado a quente (asfalto), comercialização de massa asfáltica; Incorporação, compra e venda de bens imóveis, não sendo exercida e intermediação imobiliária; Implantação e exploração de Usinas de produção de asfalto, Fornecimento de CBUQ, Usinagem de Concreto Betuminoso, exploração de usinas de produção de solos; Implantação, operação e manutenção de usinas de reciclagem e compostagem de resíduos sólidos urbanos; Serviços de Drenagem e Esgoto, Locação de Equipamentos com mão de obra, venda e revenda de materiais de construção próprios ou de terceiros; Transporte, carga e descarga, armazenagem e depósito de agregados da construção civil e construção pesada, minérios, máquinas e equipamentos; Construção de rodovias e ferrovias, Aluguel de Máquinas e equipamentos para construção sem operador exceto andaimes; Teste em análises técnicas, Serviços de preparação do terreno, Fabricação e comércio de produtos do refino de petróleo; Construção de rede de abastecimento de água, fabricação; Fornecimento e aplicação de concreto usinado; Construção de pontes, viadutos, bueiros celulares, barragens; Serviços de Paisagismo e Parques e Jardins; Serviços de

1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL

pág. 3/16



**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

Engenharia, de Projetos, de Consultoria, e de Construções; Administração de Concessão de Uso e de Serviços Públicos, por conta própria, Administração e Empreitada, Industrialização e Comercialização de Materiais Inerentes ao Ramo; Obras Viárias de Rodovias, de Vias Férreas e Aeroportos, Edificações, Fundações; Supervisão e fiscalização de obras civis; Construção Imobiliária; Incorporação, Aproveitamento energético dos resíduos sólidos e do biogás e demais serviços inerentes e correlatos; Construção de barragens, adutoras, poços; Execução de serviços de limpeza pública compreendidos em coleta e o transporte de resíduos sólidos urbanos (domiciliar, dos serviços de saúde, industrial, oriundos de varrição manual e mecanizada de ruas, praças e logradouros públicos e feiras livres, entulhos, especiais e outros; Limpeza de vias e logradouros públicos, manutenção de áreas verdes, limpeza das “bocas de lobo”, coleta de material reciclável e coleta de grandes volumes do tipo móveis e utensílios; Limpeza e desobstrução de canais, rios e lagoas; Dragagem e Derrocagem, Aterro Hidráulico, Barragens, Represas e Diques; Montagem de Estruturas Metálicas Permanentes; Construção de Redes de Abastecimento de Água, Coletas de Esgoto e Construção Correlatas; Construção de Redes de Transportes por Dutos; Obras de Irrigação; Construção de Instalações Portuárias; Construção de Portos e Marinas; Construção de Eclusas e Canais de Navegação; Enrocamentos; Eliminação de plantas em rios e reservatórios; Edificações (construção predial e industrial); Obras de alvenaria, demolições, rebocos impermeabilizações, pinturas revestimentos, instalações, manutenção e reparação de elevadores e quaisquer outros serviços auxiliares da construção civil; Serviços de contenção de encostas; Construção de muros de arrimo; Desmonte de Rochas com explosivos; Execução de estradas, vicinais; Execução de pavimentação asfáltica, em paralelepípedo, intertravado ou de qualquer outra espécie; Fabricação, industrialização e a comercialização de artefatos e peças pré-moldadas de cimento e de concreto de todo gênero; Locação de máquinas de escavação; Serviços de Transportes de cargas; Transportes Rodoviários de Produtos Perigosos; Construção de Obras-de-Arte; Pintura para Sinalização em pistas rodoviárias e Aeroportos; Urbanização Sistemas de Iluminação e de Sinalização em vias Públicas, Rodovia, Ferrovias, Portos e Aeroportos; Obras de Artes Especiais, Pontes, Viadutos, passarelas, túneis e cortinas de concreto; Capina e Roçada; Aluguel de máquinas e Equipamentos com operador e Importação de Produtos para construção pesada, conservação e manutenção de estradas e rodovias.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**



2ª Cláusula: São admitidas na sociedade as empresas: **POLI PARTICIPAÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 38.310.259/0001-01 e registrada na JUCEMG sob NIRE 31600965681 na data de 02/09/2020, com sede na Estrada São João, s/nº- Sala 01, bairro São João, município São Sebastião da Bela Vista-Minas Gerais, CEP 37.567-000, neste ato representado por seu Titular **VALCENIR PARONETTI DORTA**, nascido em **13/04/1985**, brasileiro, empresário, solteiro, portador da cédula de identidade 33.632.117-X, expedida pela SSP/SP, e CPF sob n ° **315.541.558-43**, residente e domiciliado à Fazenda Jacarequara, s/nº, bairro São João, São Sebastião da Bela Vista - MG, CEP: 37.567-000 e **ARAUCARIA PARTICIPAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 38.390.224/0001-20 e registrada na JUCEMG sob NIRE 31211841116 em 09/09/2020, com sede na Est. São João, s/nº, Sala 02, bairro São João em São Sebastião da Bela Vista, CEP 37.567-000, neste ato representado por seu sócio administrador **VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA**, brasileiro, nascido em 02/07/1961, empresário, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, portador da cédula de identidade 13.946.410, expedida pela SSP/SP, e CPF sob n ° **068.694.448-89**, residente e domiciliado à Estrada São João, s/nº, bairro São João, em São Sebastião da Bela Vista - MG, CEP: 37.567-000.

3ª Cláusula: O sócio **VALCENIR PARONETTI DORTA** retira-se da sociedade, cedendo e transferindo a totalidade de suas cotas, ou seja, 9.900.000 (nove milhões e novecentas mil) cotas à empresa sócia **POLI PARTICIPAÇÕES EIRELI** que assume o ativo e passivo referente às cotas adquiridas, declara ainda o sócio **VALCENIR PARONETTI DORTA**, Ter recebido todos seus haveres (Valor de R\$ 9.900.000,00 – Nove milhões e novecentos mil Reais) junto à empresa nada tendo a reclamar ou a pedir, dando por esta quitação plena rasa e irrevogável de seus haveres junto aos sócios e a empresa. O sócio **VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA** retira-se da sociedade, cedendo e transferindo a totalidade de suas cotas, ou seja, 100.000 (cem mil) cotas à empresa sócia **ARAUCARIA PARTICIPAÇÕES LTDA** que assume o ativo e passivo referente às cotas adquiridas, declara ainda o sócio **VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA**, Ter recebido todos seus haveres (Valor de R\$ 100.000,00 – Cem mil Reais) junto à





**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

empresa nada tendo a reclamar ou a pedir, dando por esta quitação plena rasa e irrevogável de seus haveres junto aos sócios e a empresa. Ficando assim distribuído o capital social da empresa:

* POLI PARTICIPAÇÕES EIRELI ...	9.900.000 quotas R\$9.900.000,00
* ARAUCARIA PARTICIPAÇÕES LTDA...	100.000 quotas R\$ 100.000,00
<hr/>	
Total subscrito	10.000.000 quotas R\$10.000.000,00

3ª Cláusula: A sociedade continua a ser administrada pelo administrador não sócio **GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR**, nascido em 01/07/1983, brasileiro, gerente de contratos, casado, portador da cédula de identidade sob nº 439478984 SSP/SP e CPF sob nº 319.471.958-08, residente e domiciliado na Rua Argentina Grossi Tonini, 230, Apto 304, bloco 9, bairro Pão de Açúcar em Pouso Alegre-MG, CEP 37.555-272, que assinará individualmente todos os papéis que envolvem a responsabilidade social, inclusive aqueles relativos à venda ou ônus de propriedades imobiliárias, do ativo fixo, com poderes e atribuições de administrar os negócios sociais autorizado ao uso do nome empresarial.

Inciso Único: Não haverá necessidade de reunião formal quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

CONSOLIDAÇÃO:

1ª Cláusula: A sociedade tem sua sede à Estrada São João, s/nº, Zona Rural CXPST 34, Bairro São João, São Sebastião da Bela Vista/MG – CEP 37.567-000, não possuindo filiais, que poderão ser criadas a qualquer tempo e qualquer local.

2ª Cláusula: A sociedade empresária limitada gira sob a denominação social de “DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA”, e a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, porém respondem solidariamente pela integralização do capital social, não respondem, entretanto, subsidiariamente, pelas obrigações

4



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA-GERAL

pág. 6/16



**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

sociais e o prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado e teve início de atividades na data de 21/10/2016.

3ª Cláusula: A sociedade tem como objeto social: Exploração da indústria da construção civil pesada, inclusive obras públicas, Terraplanagem e Pavimentação, Tapa buraco, Remendos superficiais e profundos; Venda de concreto Usinado, Concreto Betuminoso e materiais petreos, venda de areia; Fornecimento e aplicação de concreto FCK e Concreto betuminoso usinado a quente (asfalto), comercialização de massa asfáltica; Incorporação, compra e venda de bens imóveis, não sendo exercida e intermediação imobiliária; Implantação e exploração de Usinas de produção de asfalto, Fornecimento de CBUQ, Usinagem de Concreto Betuminoso, exploração de usinas de produção de solos; Implantação, operação e manutenção de usinas de reciclagem e compostagem de resíduos sólidos urbanos; Serviços de Drenagem e Esgoto, Locação de Equipamentos com mão de obra, venda e revenda de materiais de construção próprios ou de terceiros; Transporte, carga e descarga, armazenagem e depósito de agregados da construção civil e construção pesada, minérios, máquinas e equipamentos; Construção de rodovias e ferrovias, Aluguel de Máquinas e equipamentos para construção sem operador exceto andaimes; Teste em análises técnicas, Serviços de preparação do terreno, Fabricação e comércio de produtos do refino de petróleo; Construção de rede de abastecimento de água, fabricação; Fornecimento e aplicação de concreto usinado; Construção de pontes, viadutos, bueiros celulares, barragens; Serviços de Paisagismo e Parques e Jardins; Serviços de Engenharia, de Projetos, de Consultoria, e de Construções; Administração de Concessão de Uso e de Serviços Públicos, por conta própria, Administração e Empreitada, Industrialização e Comercialização de Materiais Inerentes ao Ramo; Obras Viárias de Rodovias, de Vias Férreas e Aeroportos, Edificações, Fundações; Supervisão e fiscalização de obras civis; Construção Imobiliária; Incorporação, Aproveitamento energético dos resíduos sólidos e do biogás e demais serviços inerentes e correlatos; Construção de barragens, adutoras, poços; Execução de serviços de limpeza pública compreendidos em coleta e o transporte de resíduos sólidos urbanos (domiciliar, dos serviços de saúde, industrial, oriundos de varrição manual e mecanizada de ruas, praças e logradouros públicos e feiras livres, entulhos, especiais e outros; Limpeza de vias e logradouros públicos, manutenção de áreas verdes, limpeza das “bocas de lobo”, coleta de material reciclável e coleta de grandes volumes do tipo móveis e utensílios; Limpeza e desobstrução de canais, rios e lagoas; Dragagem e Derrocagem, Aterro Hidráulico, Barragens,

5



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL

pág. 7/16



**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

Represas e Diques; Montagem de Estruturas Metálicas Permanentes; Construção de Redes de Abastecimento de Água, Coletas de Esgoto e Construção Correlatas; Construção de Redes de Transportes por Dutos; Obras de Irrigação; Construção de Instalações Portuárias; Construção de Portos e Marinas; Construção de Eclusas e Canais de Navegação; Enrocamentos; Eliminação de plantas em rios e reservatórios; Edificações (construção predial e industrial); Obras de alvenaria, demolições, rebocos impermeabilizações, pinturas revestimentos, instalações, manutenção e reparação de elevadores e quaisquer outros serviços auxiliares da construção civil; Serviços de contenção de encostas; Construção de muros de arrimo; Desmonte de Rochas com explosivos; Execução de estradas, vicinais; Execução de pavimentação asfáltica, em paralelepípedo, intertravado ou de qualquer outra espécie; Fabricação, industrialização e a comercialização de artefatos e peças pré-moldadas de cimento e de concreto de todo gênero; Locação de máquinas de escavação; Serviços de Transportes de cargas; Transportes Rodoviários de Produtos Perigosos; Construção de Obras-de-Arte; Pintura para Sinalização em pistas rodoviárias e Aeroportos; Urbanização Sistemas de Iluminação e de Sinalização em vias Públicas, Rodovia, Ferrovias, Portos e Aeroportos; Obras de Artes Especiais, Pontes, Viadutos, passarelas, túneis e cortinas de concreto; Capina e Roçada; Aluguel de máquinas e Equipamentos com operador e Importação de Produtos para construção pesada, conservação e manutenção de estradas e rodovias.

4ª Cláusula: O capital social é de R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais), divididos em 10.000.000 (dez milhões) de quotas de valor nominal e indivisível de R\$1,00 (um real) cada uma, já totalmente integralizado com a seguinte distribuição:

* POLI PARTICIPAÇÕES EIRELI ...	9.900.000 quotas R\$9.900.000,00
*ARAUCARIA PARTICIPAÇÕES LTDA...	100.000 quotas R\$ 100.000,00
<hr/>	
Total subscrito	10.000.000 quotas R\$10.000.000,00

5ª Cláusula: A sociedade é administrada pelo administrador não sócio **GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR**, nascido em

6



**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

01/07/1983, brasileiro, gerente de contratos, casado, portador da cédula de identidade sob nº 439478984 SSP/SP e CPF sob nº 319.471.958-08, residente e domiciliado na Rua Argentina Grossi Tonini, 230, Apto 304, bloco 9, bairro Pão de Açúcar em Pouso Alegre-MG, CEP 37.555-272, que assinará individualmente todos os papéis que envolvem a responsabilidade social, inclusive aqueles relativos à venda ou ônus de propriedades imobiliárias, do ativo fixo, com poderes e atribuições de administrar os negócios sociais autorizado ao uso do nome empresarial.

Inciso Único: Não haverá necessidade de reunião formal quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

6ª Cláusula: Os sócios devem realizar, ao menos uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, Reunião dos Sócios com o objetivo de:

I – tomar as contas do Administrador e deliberar sobre o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico;

II – designar administradores, quando for o caso;

III – tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

IV - A convocação para a Reunião dos Sócios será feita mediante aviso por escrito, contra recibo, contendo a ordem do dia, hora, data e local de realização, ou por correspondência enviada ao endereço constante do preâmbulo, com aviso de recebimento (AR) assinado pelo responsável no local, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

V - Fica dispensada a convocação para a Reunião dos Sócios nos termos previstos no item IV, quando todos os sócios se declararem, por escrito, e mediante assinaturas, cientes da ordem do dia, hora, data e local de realização da Reunião dos Sócios.

VI - Ficam saneadas eventuais falhas convocatórias na hipótese de comparecimento da unanimidade dos sócios na Reunião.



**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**



VII - A Reunião dos Sócios instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, e, em segunda convocação, com qualquer número de sócios.

VIII - Os quóruns de deliberação das matérias levadas à Reunião de Sócios serão aqueles dispostos na legislação societária vigente.

IX - Dispensa-se a Reunião dos Sócios quando todos eles decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto da mesma.

7ª Cláusula: Desde que não haja oposição expressa de detentores de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social, é permitida a cessão de quotas, seja dos sócios entre si, seja dos sócios para terceiros.

I - Para o exercício da oposição de que trata a sétima cláusula, basta que o(s) sócio(s) detentor(es) de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social não assine(m) a alteração contratual que formalize a operação pretendida. Assim, é válida e apta para o registro a alteração contratual que tenha a assinatura do(s) sócio(s) titular(es) de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social, ainda que seja este o cedente.

8ª Cláusula: Qualquer sócio poderá sair da sociedade, a qualquer tempo, sem que tal situação importe sua dissolução.

I - O sócio que desejar sair da sociedade deverá notificar os demais sócios com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias, comunicando sua intenção e solicitando a apuração de seus haveres, os quais deverão ser pagos pela sociedade em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juros de até 1% (um por cento) ao mês e correção monetária segundo o IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas.





**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

II - Os haveres mencionados no item I deverão ser apurados através de balanço especial, o qual deverá ser levantado com base na avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis, deduzindo-se as obrigações constantes do passivo da sociedade.

III - No caso de falecimento de qualquer sócio, a admissão de herdeiros, de legatários, do cônjuge ou do companheiro é condicionada ao consentimento expresso de titulares de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social.

IV - No caso de falecimento de sócio detentor de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social, caberá aos legatários e aos herdeiros em linha reta ou em linha colateral, segundo a ordem de vocação hereditária, optar pelo recebimento do valor correspondente às quotas que ele detinha no capital da sociedade, ou pelo ingresso na mesma, na condição de sócios.

V - Na hipótese de ser vedada a entrada de herdeiros, de legatários, do cônjuge ou do companheiro pelos sócios remanescentes, ou caso eles não se interessem em ser admitidos como sócios, o valor correspondente às quotas que o falecido detinha no capital social será apurado e pago aos mesmos mediante redução do capital da sociedade, observados os critérios de cálculo e forma de pagamento previstos nos itens I e II.

9ª Cláusula: O exercício social será de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

I - Em 31 de dezembro será levantado o Balanço Patrimonial, que deverá ser submetido à deliberação dos sócios reunidos para tal finalidade.

II - Os lucros e perdas serão distribuídos conforme deliberado em Reunião dos Sócios, podendo-se decidir, contudo, pela destinação total ou parcial dos mesmos para reservas ou para o capital social.

III - Admite-se, ainda, a critério dos sócios, a distribuição dos lucros antes mesmo do término do exercício social, conforme sejam apurados em balancetes intermediários.





**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

10ª Cláusula: O administrador declara não estar incurso em qualquer impedimento legal para participar da sociedade ou exercer funções de administração, nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

11ª Cláusula: Os casos omissos no presente instrumento, que não puderem ser resolvidos amigavelmente pelos sócios, serão resolvidos de conformidade com a legislação vigente aplicável à matéria, especialmente o Código Civil.

12ª Cláusula: Aplicam-se à sociedade as regras da sociedade simples, naquilo que não for regulado pelo presente contrato social e pelo capítulo das sociedades limitadas previsto no Código Civil.

13ª Cláusula: Fica estabelecida e determinada a comarca e foro da cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, para qualquer decisão de litígio que venha a surgir na administração ou entre os sócios da empresa, ou entre esta e terceiros;

E, por estarem assim justos e contratados, o presente instrumento é assinado em 1 (uma) via.

São Sebastião da Bela Vista-MG, 11 de janeiro de 2021.

VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA, que assina o presente instrumento através do certificado digital.

VALCENIR PARONETTI DORTA, que assina o presente instrumento através do certificado digital.

10



**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**



POLI PARTICIPAÇÕES EIRELI, neste ato representado por seu Titular **VALCENIR PARONETTI DORTA**, que assina o presente instrumento através do certificado digital.

ARAUCARIA PARTICIPAÇÕES LTDA, neste ato representado por seu Titular **VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA**, que assina o presente instrumento através do certificado digital.

GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR, que assina o presente instrumento através do certificado digital.

11



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 13/16



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

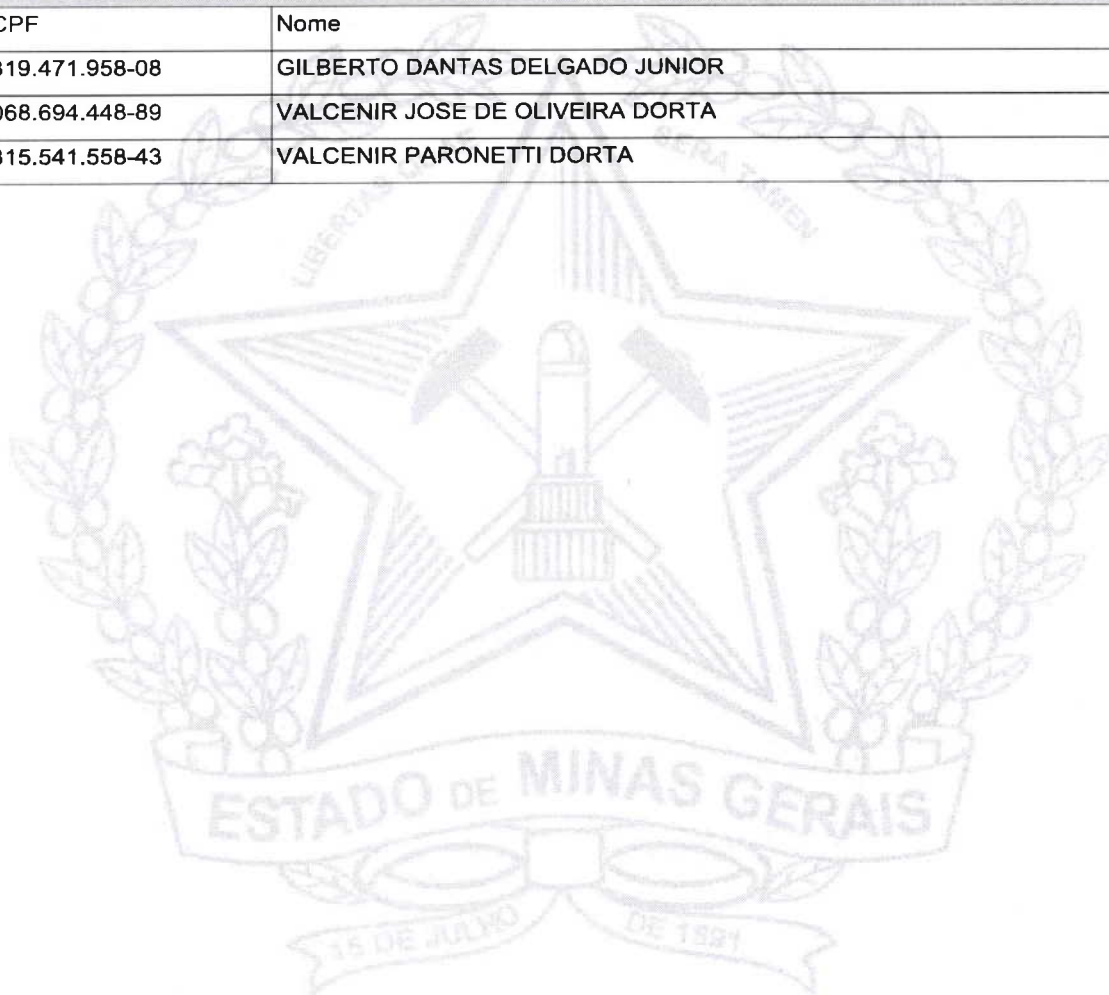


Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/341.142-3	MGP2100302425	09/04/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
319.471.958-08	GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR
068.694.448-89	VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA
315.541.558-43	VALCENIR PARONETTI DORTA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 14/16



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA, de NIRE 3121075673-5 e protocolado sob o número 21/341.142-3 em 09/04/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8471251, em 12/04/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Edineia Maria de Souza.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
319.471.958-08	GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
068.694.448-89	VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA
315.541.558-43	VALCENIR PARONETTI DORTA
319.471.958-08	GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR

Belo Horizonte, segunda-feira, 12 de abril de 2021



Documento assinado eletronicamente por Edineia Maria de Souza, Servidor(a) Público(a), em 12/04/2021, às 16:54 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 21/341.142-3.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E56931480C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 15/16



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte, segunda-feira, 12 de abril de 2021



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 26.614.327/0001-47

À
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
Pregoeiro e Equipe de Apoio

Processo licitatório n. 010/2022

Modalidade: PREGÃO nº 003/2022

DECLARAÇÃO

A empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.**, com sede na Estrada do São João Zona Rural s/nº, Bairro São João, São Sebastião da Bela Vista/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 26.614.327/0001-47, vem através de seu representante legal infra-assinado, em atenção à Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, **DECLARA** expressamente, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII, a saber:

"(...) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos."

São Sebastião da Bela Vista (MG), 10 de Fevereiro de 2022.



Gilberto Dantas Delgado Júnior
Representante Legal
CPF: 319.471.958-08
RG: 43.947.898-4 SSP-SP

26.614.327/0001-47
INSC. EST. 00287047300-46
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
ESTRADA SÃO JOÃO S/Nº ZONA RURAL, CAIXA POSTAL
DISTRITO SÃO JOÃO CEP 37.567-000
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA - MG



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de Capacitação Técnica e Conduta Comercial, que a empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA**, sediada na Estrada São João, s/nº – Zona Rural/Distrito São João – São Sebastião da Bela Vista – MG, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.614.327/0001-47 e I.E nº 002870473.00-46, é fornecedora da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Bela Vista/MG **de cascalho, bica corrida e afins**. Declaramos ainda, que a empresa cumpriu rigorosamente com as suas obrigações. Portanto, NADA TEMOS QUE Á DESABONE.

E pôr ser expressão da verdade, firmamos o presente ATESTADO.

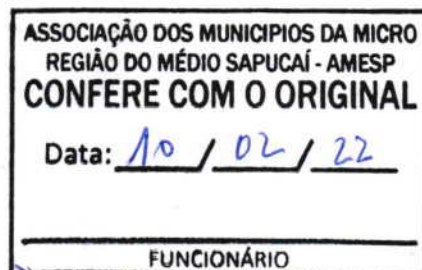
São Sebastião da Bela Vista/MG, 10 de janeiro de 2017.

Rita de Cássia Souza e Silva

Rita de Cássia Souza e Silva

Diretora Municipal de Licitações

Rita de Cássia S. Silva
Setor de Licitações





Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420200004802

Atividade em andamento

FLS.: _____

Página 1/1

Assinatura

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**.....
Registro: **04.0.0000186678**..... RNP: **1413899536**.....
Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**.....

Número ART: **14202000000006039093** Tipo de ART: **Obra/Serviço - Nova ART...** Registrada em: **22/5/2020**
Forma de Registro: **Inicial**..... Participação Técnica: **Individual**.....
Empresa Contratada: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA**.....

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE**..... CPF/CNPJ: **18675983000121**.
Logradouro: **RUA CARIJÓS**..... Nº: **45**.....
Complemento: Bairro: **CENTRO**.....
Cidade: **POUSO ALEGRE**..... UF: **MG**..... CEP: **37550-050**
Contrato: **086/2020**..... celebrado em Vinculado à ART:
Valor do contrato: **R\$ 2961664,34**..... Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**.....
Ação institucional: Nº:
Endereço da obra/serviço: **AVENIDA NOROESTE**.....
Complemento: Bairro: **SANTA EDWIGES - RIBEIRÃO DAS MORTES**.....
Cidade: **POUSO ALEGRE**..... UF: **MG**..... CEP: **37552-484**

Início: **6/5/2020**.. Situação: **ATIVIDADE EM ANDAMENTO** Coord. Geográficas:
Finalidade: **INFRAESTRUTURA**..... Código:
Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE**..... CPF/CNPJ: **18675983000121**.
Atividade Técnica: **EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO SANEAMENTO DRENAGEM**, Quantidade **927,93**,
Unidade m; **EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO OUTRAS FINALIDADES - GRUPO A(CIVIL)**
TERRAPLENAGEM, Quantidade **22146,76**, Unidade m³; **EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO**
TRANSPORTES PAVIMENTAÇÃO, Quantidade **19427,69**, Unidade m²; **EXECUÇÃO DE**
OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES SINALIZAÇÃO, Quantidade **1020,90**, Unidade m².....

Observações
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA AVENIDA NOROESTE EM POUSO ALEGRE MG.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0480350 a 0480354, o documento contendo 5 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420200004802/2020

01/09/2020, 10:01:55

1420200004802

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral 1500 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-001

Telefone: (31) 3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



Pouso Alegre 20 de agosto de 2020

A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, inscrita no CNPJ nº 18.675.983/0001-21, situada a Rua dos Carijós, nº 45, bairro Centro em Pouso Alegre - MG, atesta que a empresa Duro na Queda Construções Ltda, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista - MG, através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D, RNP 1413899536 realizou os serviços descritos abaixo, de acordo com o processo Administrativo nº 002/2020, Concorrência Pública nº 003/2020, cujo objeto é **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA NOROESTE NO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG."**

ADMINISTRAÇÃO LOCAL E INSTALAÇÃO DA OBRA					
B	SETOP	ED-50139	CONTAINER (6,0X2,3X2,5M) COM ISOLAMENTO TÉRMICO - ESCRITÓRIO COM AR CONDICIONADO E SANITÁRIO COMPLETO	MÊS	3,00
C	SETOP	ED-50142	CONTAINER (6,0X2,3X2,5M) COM ISOLAMENTO TÉRMICO - VESTIÁRIO COM QUATRO (4) CHUVEIROS, TRÊS (3) SANITÁRIOS, UM (1) LAVATÓRIO E UM (1) MICTÓRIO COMPLETO	MÊS	3,00
D	SETOP	ED-5014	CONTAINER (6,0X2,3X2,5M) COM ISOLAMENTO TÉRMICO - DEPÓSITO E FERRAMENTARIA COM LAVATÓRIO	MÊS	3,00



E	SINAPI	93565	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	3,00
F	SINAPI	100316	AUXILIAR DE ALMOXARIFE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	3,00
IMPLANTAÇÃO DA VIA					
SERVIÇOS PRELIMINARES					
1.1	SINAPI	99058	LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA. AF_10/2018	UNID	28,80
1.2	SINAPI	73859/1	DESMATAMENTO E LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO TRATOR DE ESTEIRAS	M²	21418,23
TERRAPLENAGEM					
2.1	SINAPI	79473	CORTE E ATERRO COMPENSADO	M³	10152,91
2.2	SETOP	ED-51105	ESCAVAÇÃO E CARGA MECANIZADA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M³	11993,85
2.3	SETOP	RO-40249	COMPACTAÇÃO DE ATERRO A 95% PROCTOR NORMAL	M³	10152,91
2.4	SINAPI	83344	ESPALHAMENTO DE MATERIAL EM BOTA FORA, COM UTILIZACAO DE TRATOR DE ESTEIRAS DE 165 HP	M³	9729,90
2.5	SINAPI	95877	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_12/2016	M³XKM	76866,21
PAVIMENTAÇÃO					
3.1	SETOP	RO-41081	REGULARIZAÇÃO DO SUB-LEITO (PROCTOR NORMAL)	M²	30065,70
3.2	SINAPI	73817/2	EMBASAMENTO DE MATERIAL GRANULAR - RACHAO	M³	1489,86
3.3	SINAPI	72924	BASE DE SOLO - BRITA (50/50), MISTURA EM USINA, COMPACTACAO 100% PROCTOR MODIFICADO, EXCLUSIVE ESCAVACAO, CARGA E TRANSPORTE	M³	2468,28
3.4	C1	COMP SINAPI	BASE DE SOLO - BRITA (85/15), MISTURA EM USINA, COMPACTACAO 100% PROCTOR MODIFICADO, EXCLUSIVE ESCAVACAO, CARGA E TRANSPORTE	M³	1371,27
3.5	SINAPI	95877	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_12/2016	M³XKM	8826,85
3.6	SETOP	RO-51228	IMPRIMAÇÃO (EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO)	M²	4571,65
3.7	SETOP	RO-51229	PINTURA DE LIGAÇÃO (EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO)	M²	4571,65
3.8	SETOP	RO-41376	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA DISTANCIA MEDIA DE TRANSPORTE >=50,10 KM	TXKM	1612,65
3.9	SETOP	ED-7623	EXECUÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), MASSA COMERCIAL, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DOS AGREGADOS E MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DA MASSA ASFÁLTICA ATÉ A PISTA	M³	223,20



3.10	SETOP	RO-14032	TRANSPORTE DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE. DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE <= 10,0 KM (VOLUME COMPACTADO)	M³XKM	223,20
4.0			DRENAGEM		
4.1			MOVIMENTAÇÃO DE TERRA		
4.1.1			ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALAS		
4.1.1.1	SINAPI	ED-51112	1ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALAS COM DESCARGA COM DESCARGA LATERAL 1,50 M<H<= 3,00 M	M³	2451,20
4.1.1.2	SETOP	ED-51113	1ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALAS COM DESCARGA COM DESCARGA LATERAL 3,0 M<H<= 5,00 M	M³	437,91
4.1.2			ATERRO/REATERRO DE VALAS COM OU S/COMPACTAÇÃO		
4.1.2.1	SINAPI	93369	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³ / POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA DE 1,5 A 2,5 M, PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	M³	1330,06
4.1.2.2	SINAPI	93370	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³ / POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA ATÉ 1,5 M, PROFUNDIDADE DE 3,0 A 4,5 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	M³	1381,84
4.1.3			COMPACTAÇÃO E APIOAMENTO		
4.1.3.1	SETOP	RO-40249	COMPACTAÇÃO DE ATERRO A 95% PROCTOR NORMAL	M³	1522,21
4.1.4			CARGA, DESCARGA E/OU TRANSPORTE DE MATERIAIS		
4.1.4.1	SINAPI	95877	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_12/2016	M³XKM	2258,88
4.3			FUNDAÇÕES		
4.3.1			LASTRO/FUNDAÇÕES DIVERSAS		
4.3.1.1	SINAPI	73817/2	EMBASAMENTO DE MATERIAL GRANULAR - RACHAO	M³	416,79
4.3.1.2	SINAPI	94106	LASTRO COM PREPARO DE FUNDO, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA. AF_06/2016	M³	194,30
4.3.1.3	SINAPI	95877	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_12/2016	M³XKM	1038,86
4.4			ASSENTAMENTO DE TUBOS E PEÇAS		
4.4.1			FORNEC. E/OU ASSENT. DE TUBO DE CONCRETO COM JUNTA ARGAMASSADA		
4.4.1.1	SINAPI	12576	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-3, PB, DN 400 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	254,54
4.4.1.2	SINAPI	7725	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, PB, DN 600 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	577,72
4.4.1.3	SINAPI	12578	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-3, PB, DN 600 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	89,67



4.4.1.4	SINAPI	92809	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	M	254,54
4.4.1.5	SINAPI	92811	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	M	577,72
4.4.1.6	SINAPI	92824	JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	M	89,67
4.4.1.7	SINAPI	12580	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-3, PB, DN 800 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	52,74
4.4.1.8	SINAPI	7753	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, PB, DN 1000 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	7,88
4.4.1.9	SINAPI	92813	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	M	52,74
4.4.1.10	SINAPI	92815	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	M	7,88
4.4.1.11	SINAPI	94884	ASSENTAMENTO DE TUBO DE PEAD CORRUGADO DE DUPLA PAREDE PARA REDE COLETORA DE ESGOTO, DN 1500 MM, JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA, INSTALADO EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_06/2016	M	115,50
4.5			DRENAGEM/OBRAS DE CONTENÇÃO/POÇOS DE VISITA		
4.5.1			POÇO DE VISITA/BOCAS DE LOBO/CX. DIVERSAS		
4.5.1.1	SINAPI	73891/2	ESGOTAMENTO COM MOTO-BOMBA AUTOESCOVANTE	H	146,41
4.5.1.2	SETOP	ED-48631	POÇO DE VISITA PARA REDE TUBULAR TIPO A DN 600, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA FORA	UNID	11,00
4.5.1.3	SETOP	ED-48654	POÇO DE VISITA PARA REDE TUBULAR TIPO C DN 800, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA FORA	UNID	1,00
4.5.1.4	SETOP	ED-48656	POÇO DE VISITA PARA REDE TUBULAR TIPO C DN 1000, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA FORA	UNID	1,00



4.5.1.5	SETOP	ED-48568	CHAMINÉ DE POÇO DE VISITA TIPO "A", EM ALVENARIA COM DEGRAUS DE AÇO CA-50	M	11,00
4.5.1.6	SETOP	ED-48549	BOCA DE LOBO SIMPLES (TIPO A - FERRO FUNDIDO), QUADRO, GRELHA E CANTONEIRA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA-FORA	UNID	13,00
4.5.1.8	SETOP	ED-48666	TAMPÃO FERRO FUNDIDO PARA POÇO DE VISITA	UNID	13,00

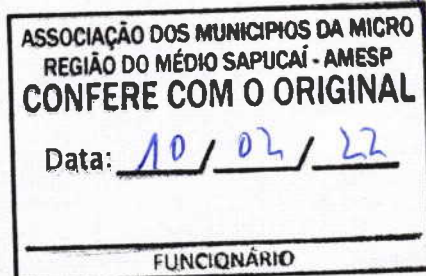
As obras estão sendo executadas na Avenida Noroeste em Pouso Alegre. As obras se iniciaram no dia 07/05/2020.

Os serviços foram desenvolvidos com excelente qualidade técnica em obediência aos normativos vigentes e na conformidade com os prazos estabelecidos, nada havendo que possa desaboná-lo.

Rodrigo Teixeira de Oliveira

CREA nº: 5062990258

Gerente de Infraestrutura e Obras





Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420190007604

Atividade em andamento



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**.....

Registro: **04.0.0000186678**..... RNP: **1413899536**.....

Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**.....

Número ART: **14201900000005459937** Tipo de ART: **Obra/Serviço - Nova ART**... Registrada em:

Forma de Registro: **Substituição**..... Participação Técnica: **Individual**.....

Empresa Contratada: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA**.....

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE**..... CPF/CNPJ: **18675983000121**.....

Logradouro: **RUA CARLIJOS**..... Nº: **45**.....

Complemento: Bairro: **CENTRO**.....

Cidade: **POUSO ALEGRE**..... UF: **MG**..... CEP: **37550-050**.....

Contrato: **66/2018**..... celebrado em Vinculado à ART: **14201800000004676795**.....

Valor do contrato: **R\$ 1498000,00**..... Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**.....

Ação institucional:

Endereço da obra/serviço: **ESTRADA VIA DE ACESSO A UNIDADE FABRIL DA ACG DO BRASIL**..... Nº:

Complemento: Bairro: **DISTRITO INDUSTRIAL**.....

Cidade: **POUSO ALEGRE**..... UF: **MG**..... CEP: **37560-000**.....

Início: **26/7/2018**. Situação: **ATIVIDADE EM ANDAMENTO** Coord. Geográficas:

Finalidade: **INFRAESTRUTURA**..... Código:

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE**..... CPF/CNPJ: **18675983000121**.....

Atividade Técnica: **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO SANEAMENTO DRENAGEM**, Quantidade **116,45**, Unidade **m**; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO OUTRAS FINALIDADES - GRUPO A(CIVIL)**

TERRAPLENAGEM, Quantidade **5086,81**, Unidade **m³**; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO**

TRANSPORTES PAVIMENTACAO, Quantidade **11404,48**, Unidade **m²**; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE**

OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES CALCAMENTO, Quantidade **4587,30**, Unidade **m²**; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE**

OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES SINALIZACAO, Quantidade **774,82**, Unidade **m²**.....

Observações

EXECUÇÃO DO ACESSO (TREVO) DA EMPRESA ACG DO BRASIL.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0425520 a 0425524, o documento contendo 5 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420190007604/2019

14/11/2019, 12:01:55

1420190007604

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-001

Telefone: (31) 3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br





Pouso Alegre 14 de Agosto de 2019

A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, inscrita no CNPJ nº 18.675.983/0001-21, situada a Rua dos Carijós, nº 45, bairro Centro em Pouso Alegre - MG, atesta que a empresa Duro na Queda Construções Ltda, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista - MG, através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D, RNP 1413899536 realizou os serviços descritos abaixo, de acordo com o processo licitatório nº 128/2018, pregão nº 40/2018, cujo objeto é "Contratação de empresa para execução de obra de via de acesso a unidade fabril da ACG do Brasil, no distrito industrial, no município de Pouso Alegre"

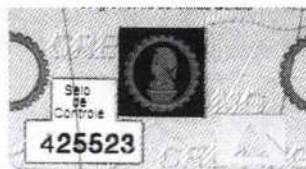
1			INSTALAÇÕES DA OBRA		
1.1	SUDECAP	41.01	ESCRITÓRIOS		
1.1.1	SUDECAP	41.01.01	EXECUÇÃO DE ESCRITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF 02/2016	M²	10,00
1.1.2	SUDECAP	41.01.02	EXECUÇÃO DE DEPÓSITO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO	M²	200,00
1.1.3	SUDECAP	41.01.04	EXECUÇÃO DE SANITÁRIO E VESTIÁRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF 02/2016	M²	40,00
2			SERVIÇOS PRELIMINARES		
2.1	SUDECAP	03.01	DESMATAMENTO DESTOCAMENTO E LIMPEZA DE TERRENO		
2.1.1	SINAPI	73686	LOCACAO DA OBRA, COM USO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS, INCLUSIVE NIVELADOR	M	1237,52
2.1.2	DER SP	22.01.04 DER SP	DERRUBADA E DEST.ARV.C/PERIMETRO>78CM	UNID	146,00
2.1.3	SINAPI	73859/001	DESMATAMENTO E LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO TRATOR DE ESTEIRAS	M²	5520,60



2.1.4	SINAPI	73672	DESMATAMENTO E LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM ARVORES ATÉ Ø 15CM, UTILIZANDO TRATOR DE ESTEIRAS	M²	584,54
2.1.5	SINAPI	92970	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM UTILIZAÇÃO DE MARTELO PERFURADOR, ESPESSURA ATÉ 15 CM, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE	M²	3127,78
2.1.6	SINAPI	83358	TRANSPORTE DE PAVIMENTAÇÃO REMOVIDA (RODOVIAS NÃO URBANAS) - 10 KM	M³XKM	4691,67
2.1.7	SINAPI	95880	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_12/2016	t*km	2346,26
3			TERRAPLENAGEM		
3.1	SUDECAP	03.01	DESMATAMENTO DESTOCAMENTO E LIMPEZA DE TERRENO		
3.1.1	SINAPI	79473	CORTE E ATERRO COMPENSADO	m³	5086,81
3.1.2	SINAPI	74005/002	COMPACTAÇÃO MECÂNICA C/ CONTROLE DO GC >= 95% DO PN (ÁREAS) (C/MONIVELADORA 140 HP E ROLO COMPRESSOR VIBRATORIO 80 HP)	m³	469,16
3.1.3	SINAPI	83344	ESPALHAMENTO DE MATERIAL EM BOTA FORA, COM UTILIZAÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRAS DE 165 HP	m³	4148,49
3.1.4	SINAPI	95880	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_12/2016	t*km	11754,05
4			PAVIMENTAÇÃO		
4.1	SUDECAP		REGULARIZAÇÃO, SUB BASE E BASE E CAPA ASFÁLTICA		
4.1.1	SINAPI	72961	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO ATÉ 20 CM DE ESPESSURA	m²	11404,48
4.1.2	SINAPI	83356	TRANSPORTE COMERCIAL DE BRITA (DISTÂNCIA DE 8,5KM + 10%)	M³XKM	9548,06
4.1.3	SINAPI	72924	BASE DE SOLO - BRITA (50/50), MISTURA EM USINA, COMPACTAÇÃO 100% PROCTOR MODIFICADO, EXCLUSIVE ESCAVACAO, CARGA E TRANSPORTE	m³	2042,37
4.1.4	SINAPI	83356	TRANSPORTE COMERCIAL DE BRITA (DISTÂNCIA DE 8,5KM + 10%)	M³XKM	13381,56
4.1.5	SINAPI	96396	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE COM BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2017	m³	715,59
4.1.6	SINAPI	96401	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO COM ASFALTO DILUÍDO CM-30. AF_09/2017	m²	11404,48



4.1.7	SINAPI	96402	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO LIGANTE COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C. AF_09/2017	m²	11404,48
4.1.8	SINAPI	72887	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA (DISTÂNCIA DE 16KM + 10%)	m³xkm	10035,94
4.1.9	SINAPI	95996	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), BINDER, COM ESPESSURA DE 5,0 CM - EXCLUSIVE TRANSPORTE. AF_03/2017	m³	570,22
4.1.10	SINAPI	94342	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	m³	229,37
4.1.11	SINAPI	92393	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_12/2015	m²	4587,30
4.1.12	SINAPI	72891	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE MISTURA BETUMINOSA A QUENTE, COM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3, DESCARGA EM VIBRO-ACABADORA	m³	570,22
5	DRENAGEM				
5.1	DRENAGEM SUPERFICIAL E PROFUNDA				
5.1.1	SINAPI	94268	GUIA (MEIO-FIO) E SARIETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO COM EXTRUSORA, GUIA 12,5 CM BASE X 22 CM ALTURA, SARIETA 30 CM BASE X 8,5 CM ALTURA. AF_06/2016	m	2426,74
5.1.2	SINAPI	92212	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	m	53,30
5.1.3	SINAPI	92214	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	m	25,00
5.1.4	SINAPI	92216	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/201	m	38,15



5.1.5	SINAPI	92811	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 500 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	m	698,00
5.1.6	SINAPI	92813	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2016	m	25,00
5.1.7	SINAPI	92815	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2017	m	38,15
5.1.8	SUDECAP	19.08.01	BERÇO EM CONCRETO MOLDADO IN LOCO TRAÇO 1:3:6, INCLUSIVE LANÇAMENTO	M³	138,00
5.1.9	SUDECAP	19.08.01	FORMA PARA BERÇO DE CONCRETO, EM TÁBOA INCLUSIVE DESFORMA	M²	753,00
5.1.10	SINAPI	4718	PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE (Lastro)	m³	14,98
5.1.11	SUDECAP	19.11.01	BOCA DE LOBO SIMPLES (BLTC) EXCLUSIVE QUADRA E GRELHA	UNID	19,00
5.1.12	SUDECAP	19.11.02	BOCA DE LOBO DUPLA (BLTD) EXCLUSIVE QUADRA E GRELHA	UNID	12,00
5.1.13	SUDECAP	19.12.01	ALTEAMENTO PARA BOCA DE LOBO SIMPLES	M	19,00
5.1.14	SUDECAP	19.12.02	ALTEAMENTO PARA BOCA DE LOBO SIMPLES	M	19,00
5.1.15	SUDECAP	19.13.01	CONJUNTO QUADRO E GRELHA PARA BOCA DE LOBO SIMPLES (BLTC) FERRO FUNDIDO	UNID	19,00
5.1.16	SUDECAP	19.13.02	CONJUNTO QUADRO E GRELHA PARA BOCA DE LOBO DUPLA (BLTC) FERRO FUNDIDO	UNID	12,00
5.1.17	SUDECAP	19.15.02	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA E TAMPA DE CONCRETO, FUNDO DE BRITA DN 500 MM	UNID	19,00
5.1.18	SUDECAP	19.19.02	POÇO DE VISITA PARA REDE TUBULAR TIPO A DN500, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA FORA	UNID	20,00
5.1.19	SUDECAP	19.21.01	CHAMINÉ DE POÇO DE VISITA TIPO "A", EM ALVENARIA COM DEGRAUS DE AÇO CA-50	M	20,00



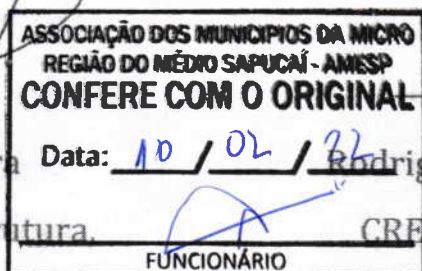
5.1.20	SUDECAP	19.21.02	CHAMINÉ DE POÇO DE VISITA TIPO "B", EM ALVENARIA COM DEGRAUS DE AÇO CA-51	M	20,00
5.1.21	SUDECAP	19.22.02	TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO PARA POÇO DE VISITA	UNID	20,00
5.1.22	SUDECAP	19.22.03	REBAIXAMENTO DE TAMPA POÇO DE VISITA INCLUSO MÃO DE OBRA E TRANSPORTE DO MATERIAL RETIRADO (20 CM)	UNID	20,00
5.1.23	SUDECAP	19.22.04	ALTEAMENTO DE TAMPA POÇO DE VISITA INCLUSO MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DO MATERIAL (20 CM)	UNID	20,00
5.1.24	SUDECAP	19.23.02	DESCIDA D'ÁGUA TIPO CALHA DN 500, EXCLUSIVE BOTA FORA DN 500 MM	M	98,00
5.1.25	SUDECAP	19.25.02	DRENO TIPO B, MANTADRENANTE, BRITA 3, TUBO POROSO D=15CM, L=50CM, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO E BOTAFORA	M	850,00
5.1.26	SINAPI	94040	ESCORAMENTO DESCONTÍNUO MADEIRA ROLIÇADA DE 6 AC 10 CM (H=3,21À4,50M)	M²	5489,00
5.1.27	SINAPI	94052	ESCORAMENTO METÁLICO TUBULAR CONVENCIONAL (H=1,80À3,20M) COM ACESSÓRIOS PARA LAJES E VIGAS MACIÇAS, EXCLUSIVE TRANSPORTE E MONTAGEM (ALUGUEL MENSAL)	M³*MÊS	9587,35
5.1.28	SUDECAP	19.53.01	LASTRO DE PEDRA BRITADA (BRITA 2 OU 3 APILOADO MANUALMENTE)	M³	4289,00
5.1.29	SUDECAP	05.16.01	TUBO CA 1 PARA POÇO DE BOMBEAMENTO DN 400 MM	UNID	27,00
5.1.30	SUDECAP	05.17.09	ALA DE GALERIA CELULAR B=2.00 M	UNID	25,00
5.1.31	SUDECAP	05.19.01	GRELHA PARA PV DE CANAL	UNID	26,00
6			PLANTIO DE GRAMA GRAMAS		
6.4	SINAPI	74236/001	PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACAS - INCLUSIVE PREPARO DO SOLO	m²	3077,80
6.5	SINAPI	74236/002	PLANTIO DE GRAMA AMENDOIM - INCLUSIVE PREPARO DO SOLO	m²	2631,05

As obras foram executadas na via de acesso a empresa ACG do Brasil, Distrito Industrial de Pouso Alegre. Iniciou-se as obras em 26/07/2018.

Rinaldo Lima Oliveira

Secretário de Infraestrutura,

Obras e Serviços Públicos



Data: 10/02/22

Rodrigo Teixeira de Oliveira

CREA nº: 5092990258

Gerente de Infraestrutura



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420190005506

Atividade concluída

Página 1/1

Assinatura

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON.....
Registro: 04.0.0000186678..... RNP: 1413899536.....
Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL.....

Número ART: 14201900000005460329.. Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART.....
Registrada em: Baixada em: 30/7/2019.....
Forma de Registro: Substituição..... Participação Técnica: Individual.....
Empresa Contratada: DURO NA QUEDA CONSTRUcoes LTDA.....

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA..... CPF/CNPJ: 18712133000156
Logradouro: PRAÇA SANTA ISABEL..... Nº: 18....
Complemento: Bairro: CENTRO.....
Cidade: HELIODORA..... UF: MG..... CEP: 37484-000
Contrato: 177/2018..... celebrado em Vinculado à ART: 14201900000004988693
Valor do contrato: R\$ 403948,50..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO.....
Ação institucional:
Endereço da obra/serviço: VIA DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO..... Nº:
Complemento: Bairro: DIVERSOS.....
Cidade: HELIODORA..... UF: MG..... CEP: 37484-000

Data Início: 27/8/2018. Conclusão efetiva: 30/7/2019. Coord. Geográficas:
Finalidade: INFRAESTRUTURA..... Código:
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA..... CPF/CNPJ: 18712133000156
Atividade Técnica: EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO SANEAMENTO DRENAGEM , Quantidade 8,16 ,
Unidade m; EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES CALÇAMENTO , Quantidade 5850,00 ,
Unidade m²; EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES SINALIZACAO , Quantidade 5,74 ,
Unidade m².....

Observações

EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES, SINALIZAÇÃO E DRENAGEM NO MUNICÍPIO DE HELIODORA CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 180/2018, TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0414983 a 0414984, o documento contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420190005506/2019

04/09/2019, 11:16:56

1420190005506

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-917

Telefone: (31)3299-8700 - Ouvidoria: 0800-283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA
Estado de Minas Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA MG

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HELIODORA MG, estabelecida na Praça Santa Isabel nº18 Centro, Heliódora – MG, CEP 37.484.000, inscrita no CNPJ/MF 18.712.133/0001-56.

Contratada: Do outro, DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita sob o CNPJ/MF nº. 26.614.327/0001-47, com sede na Estrada São João, s/nº, Zona Rural, bairro São João, na cidade de São João da Bela Vista/MG - CEP 37567-000.

A contratante acima citada atesta para os devidos fins que se fizerem necessário que a contratada também acima citada, executou através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D e RNP 1413899536, os serviços abaixo relacionados.

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1			OBRAS VIÁRIAS		
1.1			PAVIMENTAÇÃO		
1.1.1	SINAPI	72961	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO ATÉ 20 CM DE ESPESURA	M²	5850,00
1.1.2	SINAPI	92394	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESURA 8 CM. AF_12/2015	M²	5302,00
1.1.3	SINAPI	93590	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ACIMA DE 30KM (UNIDADE: M3XKM). AF_04/2016	M³XKM	21293,78
1.2			MEIO FIO E SARJETA		
1.2.1	SINAPI	94267	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA "IN LOCO" EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, GUIA 13 CM BASE X 22 CM ALTURA, SARJETA 30 CM BASE X 8,5 CM ALTURA. AF_06/2016	M	1819,00
1.2.2	SINAPI	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	96,00
1.3			CALÇADAS E RAMPAS		
1.3.1	SINAPI	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M³	30,77
1.3.2	SINAPI	38135	LADRILHO HIDRAULICO, *20 X 20* CM, E= 2 CM, TATIL ALERTA OU DIRECIONAL, AMARELO	M²	4,68

Praça Santa Isabel, nº 18 - Centro - CEP 37484-000 - Heliódora-MG - Tel. (35) 3457-1262



PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA
Estado de Minas Gerais

1.4 SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
1.4.1	SINAPI	73916/2	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM	UNID.	1,00
1.4.2	COMPOSIÇÃO	001	FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO SEMI REFLETIVA	M²	5,74
1.5 PLACA DE OBRA					
1.5.1	SINAPI	74209/1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M²	2,50
1.6 DRENAGEM					
1.6.1	SINAPI	90105	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO) COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_01/2015	M³	7,31
1.6.2	SINAPI	93378	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA ATÉ 0,8 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	M³	5,15
1.6.3	SINAPI	92210	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	8,16
1.6.4	SINAPI	83659	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA TIJOLO MACICO, REVESTIDA C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3, SOBRE LASTRO DE CONCRETO 10CM E TAMPA DE CONCRETO ARMADO	UNID.	2,00

A obra executada foi a Execução de pavimentação em blocos em diversas vias do município de Heliadora MG. Os serviços se iniciaram no dia 27/08/2018 e se encerraram no dia 30/07/2019.

Heliadora 01/08/2019

Alex Leopoldino de Lima

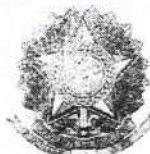
Prefeito

CPF nº 738.984.496-53

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO
REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL
Data: 10/02/22

FUNCIONÁRIO

Praça Santa Isabel, nº 18 - Centro - CEP 37484-000 - Heliadora-MG - Tel. (35) 3457-1262



Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA-MG
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420180005683

Atividade concluída

Página 1/1

208

Assinatura

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**.....
Registro: **04.0.0000186678**..... RNP: **1413899536**.....
Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**.....

Número ART: **14201700000004054604**.. Tipo de ART: **Obra/Serviço - Nova ART**.....
Registrada em: **19/9/2017**..... Baixada em: **21/6/2018**.....
Forma de Registro: **Inicial**..... Participação Técnica: **Individual**.....
Empresa Contratada: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA**.....

Contratante: **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TURVOLÂNDIA**..... CPF/CNPJ: **18712141000100**
Logradouro: **RUA IDELFONSO VENTURA DE CARVALHO**..... Nº: **49**.....
Complemento: Bairro: **CENTRO**.....
Cidade: **TURVOLÂNDIA**..... UF: **MG**..... CEP: **37496-000**
Contrato: **69/2017**..... celebrado em Vinculado à ART:
Valor do contrato: **R\$ 296788,95**..... Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**.....
Ação Institucional:
Endereço da obra/serviço: **VIA VIAS URBANAS DIVERSAS**..... Nº:
Complemento: **LOT. SÃO JOSÉ**..... Bairro: **CAMPO DO ROSÁRIO**.....
Cidade: **TURVOLÂNDIA**..... UF: **MG**..... CEP: **37496-000**

Data início: **11/9/2017**. Conclusão efetiva: **21/6/2018**. Coord. Geográficas:
Finalidade: **INFRAESTRUTURA**..... Código:
Proprietário: **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TURVOLÂNDIA**..... CPF/CNPJ: **18712141000100**
Atividade Técnica: **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO SANEAMENTO DRENAGEM**, Quantidade **207,60**,
Unidade m; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTAÇÃO**, Quantidade **4419,86**,
Unidade m²; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES SINALIZAÇÃO**, Quantidade **129,86**,
Unidade m².....

Observações

CONTRATO Nº **830081/2016** PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS. MINISTÉRIO DAS CIDADES/PLANEJAMENTO URBANO.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0349488 a 0349490, o documento contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420180005683/2018

03/08/2018, 15:32:04

1420180005683

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que compõe o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-917

Telefone: (31)3298-8700 - Ouvidoria: 0800 045 273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



ATESTADO



A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TURVOLÂNDIA inscrita no CNPJ 18.712.141/0001-00, situada a Praça Dom Otávio nº 240, Bairro Centro na cidade de Turvolândia/MG, atesta para os devidos fins que se fizerem necessário que a empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista - MG, executou através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D e RNP 1413899536, os serviços abaixo relacionados, através de planilha.

1	M	PLACA DE OBRA		
1.1	A	INSTALAÇÕES DE PLACA DE OBRA		
1.1.1	C 74209/1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2	2,5
2	M	EXEC. SUBLEITO, LEITO, SUB BASE E BASE (2,00X1,25)		
2.1	A	EXECUÇÃO DE SUB LEITO		
2.1.1	C 72961	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	4.419,86
2.2	A	EXECUÇÃO DE BASE		
2.2.1	C 73711	BASE PARA PAVIMENTACAO COM BRITA CORRIDA, INCLUSIVE COMPACTACAO	M3	662,98
2.2.2	C 72887	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA	M3XKM	15049,65
3	A	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA		
3.1	A	IMPRIMAÇÃO E VARRIÇÃO		
3.1.1	C 72945	IMPRIMACAO DE BASE DE PAVIMENTACAO COM ADP CM-30	M2	4419,86
3.1.2	C 93176	TRANSPORTE DE MATERIAL ASFALTICO, COM CAMINHÃO COM CAPACIDADE DE 30000 L EM RODOVIA PAVIMENTADA PARA DISTÂNCIAS MÉDIAS DE TRANSPORTE SUPERIORES A 100 KM. AF_02/2016	TXKM	1665,41
3.2	A	CAPA		
3.2.1	72965	FABRICAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE(CBUQ),CAP 50/70, EXCLUSIVE TRANSPORTE	T	318,23
3.2.2	C 95303	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3 DE MASSA ASFALTICA PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA	M3XKM	8559,06



4	A	CALÇADAS (INCLUSO RAMPAS)		
4.1	A	CALÇADA, E=7cm (INCLUSO RAMPAS E PISO TÁTIL DE ALERTA)		
4.1.1	C 94991	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M3	133,96
4.1.2	I 38135	LADRILHO HIDRAULICO, *20 X 20* CM, E= 2 CM, TATIL ALERTA OU DIRECIONAL, AMARELO	M2	17,28
5	M	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL		
5.1	A	FAIXA AMARELA CONTÍNUA - CENTRAL , L=10cm		
5.1.1	C 72947	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	M2	65,06
5.2	A	FAIXA DE PEDESTRES - L = 0,30 - BRANCO, CONFORME PROJETO		
5.2.1	C 72947	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	M2	62,4
5.3	A	PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO - R1		
5.3.1	I 34723	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M2	2,4
5.3.2	I 21015	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 80 MM (3"), E = 3,35 MM, *7,32* KG/M (NBR 5580)	M	24
6	M	DRENAGEM		
6.1	A	TUBOS , ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E REATERRO		
6.1.1	C 92910	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	48,80
6.1.2	C 92211	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 500 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	158,80
6.1.3	C 90105	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1.5 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO) COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_01/2015	M3	206,14
6.1.4	C 94907	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA. AF_06/2016	M2	161,20
6.1.5	C 93378	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA ATÉ 0,8 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	M3	168,83
6.2	A	BOCA DE LOBO		
6.2.1	C 83659	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA TIJOLO MACICO, REVESTIDA C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3, SOBRE LASTRO DE CONCRETO 10CM E TAMPA DE CONCRETO ARMADO	M2	5

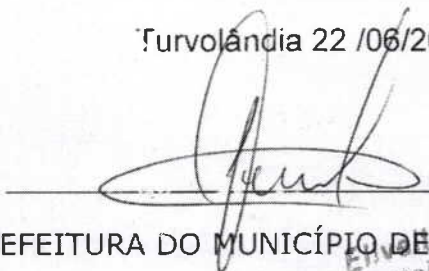


A obra executada foi a primeira etapa de drenagem, pavimentação e sinalização de vias do loteamento São José no bairro Campo do Rosário em Turvolândia MG, nas seguintes ruas:

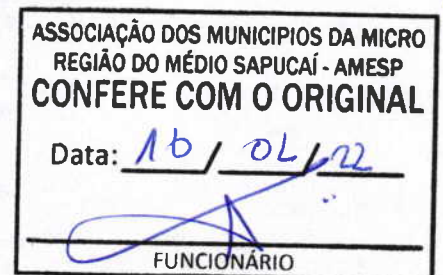
- Valter Garcia Domingues;
- Maria Garcia Domingues
- Célia do Carmo Garcia;
- Valdomiro Garcia Domingues;
- Vereador Joaquim Garcia Domingues.

Os serviços se iniciaram no dia 11/09/2017 e terminaram em 21/06/2018.

Turvolândia 22 /06/2018


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TURVOLÂNDIA
ELIVELTO CARVALHO CPF: 994.146.006-04

PREFEITO MUNICIPAL





Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420200003310

Atividade concluída



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**.....
Registro: **04.0.0000186678**..... RNP: **1413899536**.....
Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**.....

Número ART: **1420200000005900725**.. Tipo de ART: **Obra/Serviço - Nova ART**.....
Registrada em: **2/3/2020**..... Baixada em: **28/5/2020**.....
Forma de Registro: **Inicial**..... Participação Técnica: **Individual**.....
Empresa Contratada: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA**.....

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ**..... CPF/CNPJ: **18025940000109**
Logradouro: **AVENIDA DOUTOR JERSON DIAS**..... Nº: **500**..
Complemento: Bairro: **ESTIVA**.....
Cidade: **ITAJUBÁ**..... UF: **MG**..... CEP: **37500-279**

Contrato: celebrado em Vinculado à ART:
Valor do contrato: **R\$ 7852138,93**..... Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**.....
Ação institucional:
Endereço da obra/serviço: **AVENIDA DIVERSAS RUAS**..... Nº:
Complemento: Bairro: **DIVERSOS BAIRROS**.....
Cidade: **ITAJUBÁ**..... UF: **MG**..... CEP: **37500-001**

Data Início: **18/2/2020**. Conclusão efetiva: **28/5/2020**. Coord. Geográficas:

Finalidade: **INFRAESTRUTURA**..... Código:

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ**..... CPF/CNPJ: **18025940000109**

Atividade Técnica: **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO SANEAMENTO REDE PLUVIAL**, Quantidade **1528,13**, Unidade **m**; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO OUTRAS FINALIDADES - GRUPO A(CIVIL)** **CONTENCOES DE ENCOSTAS**, Quantidade **259,00**, Unidade **m³**; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO EDIFICAÇÕES ACESSIBILIDADE**, Quantidade **2376,48**, Unidade **m²**; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTACAO**, Quantidade **84811,59**, Unidade **m²**; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES SINALIZACAO**, Quantidade **7054,03**, Unidade **m²**.....

Observações

EXECUÇÃO DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO, ACESSIBILIDADE E GABIONAMENTO DOS LOTES A E B DO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES - SEMOB.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0463150 a 0463156, o documento contendo 7 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420200003310/2020

03/07/2020, 14:32:01

1420200003310

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-917

Telefone: (31) 3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0213 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ MG

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ MG, estabelecida na Avenida Doutor Jerson Dias, nº 500, bairro Estiva, Itajubá - MG, CEP 37.500-279, inscrita no CNPJ/MF 18.025.940/0001-09.

Contratada: Do outro, DURO NA QUEDA CONSTRUCOES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita sob o CNPJ/MF nº.26.614.327/0001-47, com sede na Estrada São João, s/nº, Zona Rural, bairro São João, na cidade de São João da Bela Vista/MG - CEP 37567-000.

A contratante acima citada atesta para os devidos fins que se fizerem necessário que a contratada também acima citada, executou através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D e RNP 1413899536, os serviços abaixo relacionados, através da ART nº5900725.



LOTE A			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1.0	PAVIMENTAÇÃO		
1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M ²	9,00
1.1.2	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO COM UTILIZAÇÃO DE MARTELO PERFURADOR, ESPESSURA ATÉ 15 CM, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE	M ²	445,95
1.1.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M ³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE M ³ XKM) AF 12/2016	M ³ XKM	111,49
1.1.4	RETIRADA DE MEIO FIO COM EMPILHAMENTO	M	717,37
1.2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA		
1.2.1	ESCAVAÇÃO E CARGA DE MATERIAL DE 1A CATEGORIA, UTILIZANDO TRATOR D ESTEIRAS 110 A 160 HP COM LAMINA, PESO OPERACIONAL 13 T E PA CARREGADEIRA COM 170 HP	M ³	350,00
1.2.2	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB LEITO ATÉ 20 CM DE ESPESSURA	M ²	24848,65
1.2.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M ³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE M ³ XKM) AF 12/2016	M ³ XKM	2187,50
1.3	BASE PARA PAVIMENTAÇÃO		
1.3.1	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE OU SUB BASE COM BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE AF 09/2017	M ³	2832,90
1.3.2	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE OU SUB BASE DE SOLO BRITA NA PROPORÇÃO (85/15) - EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE AF 09/2017	M ³	5665,80
1.3.3	TRANSPORTE COMERCIAL DE BRITA	M ³ XKM	42493,45
1.3.4	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M ³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE M ³ XKM) AF 12/2016	M ³ XKM	110483,10



1.4	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA		
1.4.1	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR 2C	M ²	7863,54
1.4.2	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAMADA DE ROLAMENTO, COM ESPESSURA DE 4,00 CM - EXCLUSIVE TRANSPORTE AF 03/2017.	M ³	314,54
1.4.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M ³ DE MASSA ASFÁLTICA PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA	M ³ XKM	22017,92
2.0	RECAPEAMENTO		
2.1	RECAPEAMENTO ASFÁLTICO		
2.1.1	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR 2C	M ²	11209,59
2.1.2	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAMADA DE ROLAMENTO, COM ESPESSURA DE 4,00 CM - EXCLUSIVE TRANSPORTE AF 03/2017.	M ³	448,38
2.1.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M ³ DE MASSA ASFÁLTICA PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA	M ³ XKM	31386,89
3.0	DRENAGEM		
3.1	DRENAGEM SUPERFICIAL		
3.1.1	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA) PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO) AF 06/2016	M	7,45
3.2	MICRODRENAGEM DE ÁGUA PLUVIAL		
3.2.1	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,5 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE UMA COMPOSIÇÃO POR RECHO) COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (0,8 M ³ /111HP), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA AF 01/2015	M ³	152,00
3.2.2	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. DE 3,0 M ATÉ 4,5 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE UMA COMPOSIÇÃO POR RECHO) COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (0,8 M ³ /111HP), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA AF 01/2016	M ³	2615,05
3.2.3	TRANSPORTE DE ESCORAMENTO DE VALAS POR BLINDAGEM	KM	470,00
3.2.4	ESCORAMENTO DE VALAS POR BLINDAGEM 4,8X3,0 M ESTRONCAS DE 2,0 M	EQUIP*MÊS	13,50
3.2.5	FORNECIMENTO E LANÇAMENTO DE PEDRA DE MÃO	M ³	65,66
3.2.6	LASTRO COM PREPARO DE FUNDO, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA AF 06/2016	M ³	65,66
3.2.7	AGULHAMENTO FUNDO DE VALAS C/MACO 30 KG PEDRA DE MÃO H= 30 CM	M ²	656,63



3.2.8	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE AGUAS PLUVIAIS DIAMETRO DE 300 MM JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NIVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO AF 12/2015	M	180,39
3.2.9	BDCC - BUEIRO DUPLO CELULAR DE CONCRETO PARA ATERRO DE ALTURA DE ATÉ 5,00 METROS, 2,00 X 2,00, PADRÃO D3R/MG, EXECUÇÃO E FORNECIMENTO EM LOCAL COM ALTO NIVEL DE INTERFERÊNCIA	M	5,80
3.2.10	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE AGUAS PLUVIAIS DIAMETRO DE 1200 MM JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NIVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO AF 12/2016	M	449,59
3.2.11	POÇO DE VISITA PARA DRENAGEM PLUVIAL, EM CONCRETO ESTRUTURAL, DIMENSÕES INTERNAS DE 90X150X80 CM(LARGXCOMPXALT), PARA REDES DE 600 MM, EXCLUSOS TAMPÃO E CHAMINÊ	UNIDADE	8,00
3.2.12	CAIXA PARA BOCA DE LOBO COMBINADA COM GRELHA RETANGULAR, EM ALVENARIA, COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS 1,3X1X1,2 AF 05/2018	UNIDADE	6,00
3.2.14	CHAMINÊ CIRCULAR PARA POÇO DE VISITA PARA ESGOTO EM CONCRETO PRÉ MOLDADO DIÂMETRO INTERNO = 0,6 M AF 05/2018	M	8,58
3.2.15	ASSENTAMENTO DE TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO 600 MM	UNIDADE	8,00
3.2.16	ATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA 0,8 M³/POTÊNCIA 111 HP), LARGUR DE 1,5 A 2,5 M PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M COM SOLO ARGILOSO - ARENOSO AF 05/2016	M³	1444,86
3.2.17	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA 0,8 M³/POTÊNCIA 111 HP), LARGUR DE 1,5 A 2,5 M PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM ALTO NIVEL DE INTERFERENCIA AF 04/2016	M³	65,65
3.2.18	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE M³XKM) AF 12/2018	M³XKM	56367,49
3.2.19	TRANSPORTE COMERCIAL DE BRITA	M³XKM	984,86

LOTE B					
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
PAVIMENTAÇÃO					
SERVIÇOS PRELIMINARES					
1.1.1	SINAPI	74209/001	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M²	9,00
1.1.2	SINAPI	92970	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO COM UTILIZAÇÃO DE MARTELO PERFURADOR, ESPESSURA ATÉ 15 CM, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE	M²	1.833,49
1.1.3	SINAPI	95876	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE M³XKM) AF 12/2016	M³XKM	366,71
1.1.4	COMPOSIÇÃO	001	RETIEADA DE MEIO FIO COM EMPILHAMENTO	M	2.096,80
1.1.5	SINAPI	98524	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA AF 05/2018	M²	445,44
MOVIMENTAÇÃO DE TERRA					
1.2.1	SINAPI	7415/001	ESCAVAÇÃO E CARGA DE MATERIAL DE 1A CATEGORIA, UTILIZANDO TRATOR D ESTEIRAS 110 A 160 HP COM LAMINA, PESO OPERACIONAL 13 T E PA CARREGADEIRA COM 170 HP	M³	487,39
1.2.2	SINAPI	72961	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB LEITO ATÉ 20 CM DE ESPESSURA	M²	8484,29
1.2.3	SINAPI	95876	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE M³XKM) AF 12/2016	M³XKM	11530,48
BASE PARA PAVIMENTAÇÃO					
1.3.1	SINAPI	96396	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE OU SUB BASE COM BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE AF 09/2017	M³	843,98
1.3.2	SINAPI	96400	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE OU SUB BASE COM MACADAME SECO - EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE AF 09/2017	M³	641,45
1.3.3	SINAPI	83356	TRANSPORTE COMERCIAL DE BRITA	M³XKM	202,53
1.3.4	SINAPI	95876	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE M³XKM) AF 12/2016	M³XKM	12659,70
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA					
1.4.1	SINAPI	72943	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR 2C	M²	8147,26
1.4.2	SINAPI	95993	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAMADA DE ROLAMENTO, COM ESPESSURA DE 4,00 CM - EXCLUSIVE TRANSPORTE AF 03/2017.	M³	325,94
1.4.3	SINAPI	95303	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ DE MASSA ASFÁLTICA PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA	M³XKM	22812,19
RECAPEAMENTO					
RECAPEAMENTO ASFÁLTICO					
2.1.1	SINAPI	72943	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR 2C	M²	23251,42
2.1.2	SINAPI	95993	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAMADA DE ROLAMENTO, COM ESPESSURA DE 4,00 CM - EXCLUSIVE TRANSPORTE AF 03/2017.	M³	930,04
2.1.3	SINAPI	95303	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ DE MASSA ASFÁLTICA PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA	M³XKM	65103,98




3.0			DRENAGEM		
3.1			DRENAGEM SUPERFICIAL		
3.1.1	SINAPI	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA) PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO) AF 06/2016	M	44,50
3.1.2	SINAPI	94287	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO, EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA AF 06/2016	M	1576,65
3.1.3	COMPOSIÇÃO	2	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO, EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 4 CM ALTURA	M	5125,53
3.2			MICRODRENAGEM DE ÁGUA PLUVIAL		
3.2.1	SINAPI	90085	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,5 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE UMA COMPOSIÇÃO POR RECHO) COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (0,8 M³/111HP), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA AF 01/2015	M³	1064,96
3.2.2	COTAÇÃO	002	ESCORAMENTO DE VALAS POR BLINDAGEM 4,8X3,0 M ESTRONCAS DE 2,0 M	EQUIP*ME S	1,00
3.2.3	SINAPI	6454	FORNECIMENTO E LANÇAMENTO DE PEDRA DE MÃO	M³	25,97
3.2.4	SINAPI	94116	LASTRO COM PREPARO DE FUNDO, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA AF 06/2016	M³	25,97
3.2.5	SINAPI	74078/001	AGULHAMENTO FUNDO DE VALAS C/MACO 30 KG PEDRA DE MÃO H= 30 CM	M²	343,45
3.2.7	SINAPI	92816	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE AGUAS PLUVIAIS DIAMETRO DE 1200 MM JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO AF 12/2016	M	173,19
3.2.8	COMPOSIÇÃO	008	CAIXA PARA BOCA DE LOBO COMBINADA COM GRELHA RETANGULAR, EM ALVENARIA, COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS 1,3X1X1,2 AF 05/2018	UNIDADE	0,00
3.2.9	SINAPI	83716	GRELHA FF 30X90 CM, 135 KG, P/ CX RALO COM ASSENTAMENTO DE ARGAMASSA CIMENTO/AREIA 1:4 FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNIDADE	0,00
3.2.10	SINAPI	74224/1	POÇO DE VISITA PARA DRENAGEM PLUVIAL, EM CONCRETO ESTRUTURAL, DIMENSÕES INTERNAS DE 90X150X80 CM (LARGXCOMPXALT), PARA REDES DE 600 MM, EXCLUSOS TAMPÃO E CHAMINÉ	UNIDADE	5,00
3.2.11	SINAPI	98050	CHAMINÉ CIRCULAR PARA POÇO DE VISITA PARA ESGOTO EM CONCRETO PRÉ MOLDADO DIÂMETRO INTERNO = 0,6 M AF 05/2018	M	5,00
3.2.14	SINAPI	93362	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA 0,8 M³/POTÊNCIA 111 HP), LARGUR DE 1,5 A 2,5 M PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERENCIA AF 04/2016	M³	756,52

3.2.15	SINAPI	95876	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE M³XKM) AF 12/2018	M³XKM	8188,75
3.2.16	SINAPI	83356	TRANSPORTE COMERCIAL DE BRITA	M³XKM	431,17

A obra executada está sendo a pavimentação e qualificação viária de vias públicas na cidade de Itajubá MG, sendo o Lote A composto pelas vias:

Rua Almiro Gomes de Lima;

Avenida Doutor Antônio Braga Filho;

Avenida Capitão Chaves e Isaura Carneiro;

Rua José Theófilo.

O Lote B é composto pelas vias:

Rua Joaquim Severino de Paiva;

Rua Frutuoso Ramos de Lima;

Rua Miminda Viana;

Rua Laurinha Pinto;

Rua Vicente Sales Dias;

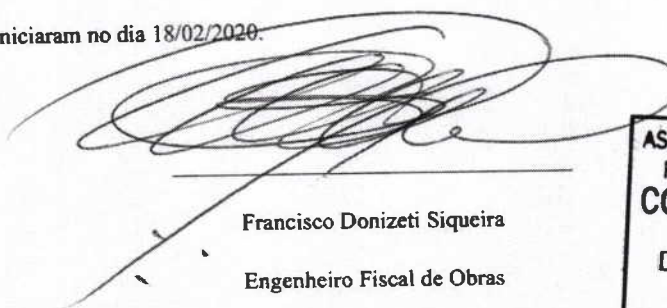
Rua Coronel ventinho Ribeiro;

Avenida José de Souza Nogueira;

Rua Antônio de Souza Camargo.

Os serviços se iniciaram no dia 18/02/2020.

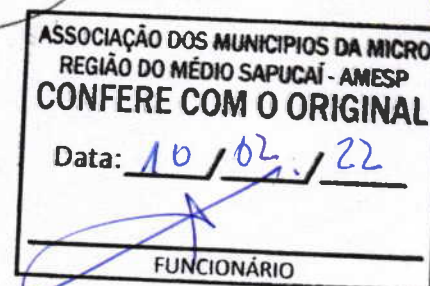



Francisco Donizeti Siqueira
Engenheiro Fiscal de Obras

CREA 60156/D

CPF 450.323.356-49

Itajubá 28/05/2020





Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
SANTA RITA DO SAPUCAÍ



CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 26.614.327/0001-47

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

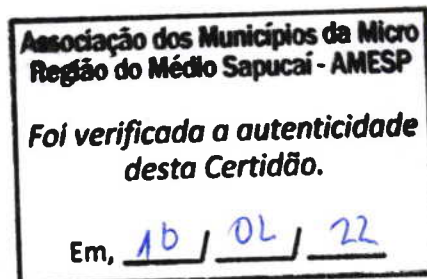
c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 31 de Janeiro de 2022 às 14:13



SANTA RITA DO SAPUCAÍ, 31 de Janeiro de 2022 às 14:13

Código de Autenticação: 2201-3114-1330-0422-2009

Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer



TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA**
Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 26.614.327/0001-47
Número de Ordem do Livro: 5
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA
NIRE	31210756735
CNPJ	26.614.327/0001-47
Número de Ordem	5
Natureza do Livro	Livro Diário
Município	SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA
Data do arquivamento dos atos constitutivos	28/11/2016
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2020
Quantidade total de linhas do arquivo digital	77970

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA
Natureza do Livro	Livro Diário
Número de ordem	5
Quantidade total de linhas do arquivo digital	77970
Data de início	01/01/2020
Data de término	31/12/2020

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 40.036.222,49	R\$ 81.850.664,21
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 31.930.745,64	R\$ 64.760.921,75
DISPONÍVEL		R\$ 3.478.648,81	R\$ 2.923.448,59
CAIXA		R\$ 89.277,63	R\$ 123.569,20
CAIXA GERAL		R\$ 89.277,63	R\$ 123.569,20
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 861.404,23	R\$ 2.398.420,08
SICOOB		R\$ 0,00	R\$ 46.028,34
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$ 861.404,23	R\$ 2.352.391,74
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA		R\$ 2.527.966,95	R\$ 401.459,31
APLICAÇÃO CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 2.527.966,95	R\$ 401.459,31
CLIENTES		R\$ 26.964.599,20	R\$ 58.941.074,67
DUPLICATAS A RECEBER		R\$ 26.964.599,20	R\$ 58.941.074,67
CLIENTES A RECEBER		R\$ 26.964.599,20	R\$ 58.941.074,67
OUTROS CRÉDITOS		R\$ 150.802,23	R\$ 310.328,41
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ADIANTAMENTO DE SALÁRIO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ADIANTAMENTO DE 13º SALÁRIO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR		R\$ 150.802,23	R\$ 310.328,41
ICMS A RECUPERAR		R\$ 150.802,23	R\$ 310.328,41
INSS A COMPENSAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ESTOQUE		R\$ 1.336.695,40	R\$ 2.586.070,08
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS		R\$ 1.336.695,40	R\$ 2.586.070,08
MERCADORIAS PARA REVENDA		R\$ 55.160,00	R\$ 0,00
MATÉRIA-PRIMA		R\$ 1.281.535,40	R\$ 2.586.070,08
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ 8.105.476,85	R\$ 17.089.742,46
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R\$ 5.037.600,00	R\$ 11.687.600,00
OUTROS CRÉDITOS		R\$ 5.037.600,00	R\$ 11.687.600,00
EMPRÉSTIMOS EM COMODATO		R\$ 1.160.000,00	R\$ 1.160.000,00
EMPRÉSTIMO EM COMODATO		R\$ 1.160.000,00	R\$ 1.160.000,00
OUTRAS CONTAS-LONGO PRAZO		R\$ 3.877.600,00	R\$ 10.527.600,00
EMPRÉSTIMOS EMPRESA MINERAÇÃO DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES		R\$ 2.650.000,00	R\$ 8.350.000,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 1 de 10



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUCOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
EMPRÉSTIMOS EMPRESA TUTOIA PARTICIPAÇÕES LTDA		R\$ 110.000,00	R\$ 110.000,00
EMPRÉSTIMOS EGBERTO BASTOS MOSTI		R\$ 558.800,00	R\$ 558.800,00
EMPRÉSTIMOS ANDREIA CRISTINA RODRIGUES MOSTI		R\$ 358.800,00	R\$ 358.800,00
EMPRÉSTIMOS VALCENIR PARONETTI DORTA		R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00
EMPRÉSTIMOS EMPRESA BRITA VALE LTDA ME		R\$ 0,00	R\$ 950.000,00
INVESTIMENTOS		R\$ 32.500,00	R\$ 32.046,61
CONTROLADAS E COLIGADAS - EQUIV. PATRIM.		R\$ 32.500,00	R\$ 32.046,61
PART EMPRESA LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO DE PAULA SPE LTDA		R\$ 32.500,00	R\$ 32.500,00
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL LOT. SÃO FRANCISCO DE PAULA SPE LTDA		R\$ 0,00	R\$ (453,39)
IMOBILIZADO		R\$ 3.035.376,85	R\$ 5.370.095,85
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		R\$ 1.325.376,85	R\$ 3.660.095,85
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 1.325.376,85	R\$ 3.660.095,85
VEÍCULOS		R\$ 1.710.000,00	R\$ 1.710.000,00
VEÍCULOS		R\$ 1.710.000,00	R\$ 1.710.000,00
PASSIVO		R\$ 40.036.222,49	R\$ 81.850.664,21
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 4.392.025,85	R\$ 8.660.352,34
FORNECEDORES		R\$ 356.390,46	R\$ 2.258.512,63
FORNECEDORES		R\$ 356.390,46	R\$ 2.258.512,63
TRANSPORTADORA BRITO & BRITO LTDA		R\$ 61.487,50	R\$ 0,00
NILZA DE CASSIA ROSA EPP		R\$ 0,00	R\$ 508,72
CENTRO OESTE ASFALTOS S/A		R\$ 0,00	R\$ 0,00
VIA VAREJO S/A		R\$ 0,00	R\$ 0,00
SULPECAS COM. E REPRES. LTDA		R\$ 9.317,78	R\$ 0,00
COMPANHIA ULTRAGAZ S A		R\$ 97.184,67	R\$ 49.861,36
LDA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		R\$ 5.100,00	R\$ 5.100,00
SOLOTEST APARELHOS PARA MECANICA DO SOLO		R\$ 0,00	R\$ 2.230,00
BETUNEL INDUSTRIA E COMERCIO S.A		R\$ 0,00	R\$ 293.990,44
LOJAS CEM S.A.		R\$ 0,00	R\$ 0,00
NTA- NOVAS TECNICAS DE ASFALTOS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 2 de 10



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
STRATURA ASFALTOS S/A		R\$ 0,00	R\$ 523.261,35
COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.		R\$ 795,00	R\$ 6.613,64
JOAO PAULO MARTINS 04568964652		R\$ 0,00	R\$ 0,00
RHOMA PECAS E SERVICOS P/ VEICULOS AUTOP		R\$ 0,00	R\$ 10.259,00
ANJOS EQUIPAMENTOS DE PROTECAO E FERRAME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
EVERTON FPS DISTR COM DE PECAS LTDA.		R\$ 5.130,00	R\$ 0,00
PACAEMBU AUTOPECAS LTDA.		R\$ 5.499,03	R\$ 58.688,29
CGM IMPORTADORA DE ROLAMENTOS E PECAS LT		R\$ 0,00	R\$ 0,00
SILVIO JOSE DA ROCHA - ME		R\$ 3.000,00	R\$ 7.432,60
VIDRACARIA ALVES LTDA - ME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
AUTO PECAS BRAESPA LTDA - EPP		R\$ 814,00	R\$ 9.453,04
ARTRONIC AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA - EPP		R\$ 0,00	R\$ 0,00
LUIZ CARLOS B VIEIRA CIA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
FPS INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS LTDA-E		R\$ 0,00	R\$ 0,00
AVANNX COMERCIO DE PEÇAS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CENTER BOB COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA		R\$ 3.317,61	R\$ 565,00
CENTRO OESTE IMPLEMENTOS PARA TRANSPORTE		R\$ 5.831,96	R\$ 0,00
CEZAR AUGUSTO DA SILVA BERNARDES ME		R\$ 1.218,00	R\$ 376,00
CALIFORNIA ACOS FINOS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ITA		R\$ 0,00	R\$ 1.155,89
ORESTES ALVES CORREA E CIA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 600,00
FOGACA E CUNHA LTDA ME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ADS COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA		R\$ 397,37	R\$ 0,00
MENDONCA & BERNARDO LTDA - ME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
COPER RODAS & ART INOX LTDA - EPP		R\$ 0,00	R\$ 1.440,00
GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS S/A		R\$ 0,00	R\$ 618.150,60
ATUAL VIDROS PARA MAQUINAS PESADAS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MASTER DISTRIBUIDORA DE PECAS E CORREIAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 3 de 10



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUCOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
TORETTA E FURLAN TRATORES E PECAS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MORELATE DISTR DE AUTO PECAS LTDA		R\$ 6.421,27	R\$ 2.958,00
MAGALHAES EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA EIRE		R\$ 0,00	R\$ 0,00
DISPAV IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO		R\$ 730,00	R\$ 4.220,00
DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
SACARIA COLOMBO LTDA ME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MANUEL RATAO TRATORES LTDA.		R\$ 0,00	R\$ 0,00
LAFARGEHOLCIM BRASIL SA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
LUBRIPECAS LTDA.		R\$ 0,00	R\$ 0,00
GS TRATOR PECAS IMPORTACAO COMERCIO E SE		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ODAIR BERTOLACINI DO NASCIMENTO ACESSORI		R\$ 0,00	R\$ 700,00
JL COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME		R\$ 5.141,94	R\$ 0,00
MADEIREIRA FERNAO DIAS LTDA - ME		R\$ 1.752,14	R\$ 1.305,00
GERALDO RAIMUNDO PAIVA		R\$ 0,00	R\$ 6.743,46
BAMAQ SA BANDEIRANTES MAQUINAS EQUIPAMEN		R\$ 0,00	R\$ 9.700,00
JRA EXTINTORES EIRELI ME		R\$ 0,00	R\$ 966,00
EQUIPE DISTRIBUIDORA LTDA		R\$ 5.922,00	R\$ 0,00
ELEMIG LTDA		R\$ 0,00	R\$ 336,24
ADMIR CORREIA DA SILVA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
COSTA E MENDES ENGENHARIA ELETRICA LTDA		R\$ 4.087,43	R\$ 33.157,13
ARCELORMITTAL BRASIL SA		R\$ 475,44	R\$ 25.354,55
CODEMA COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
PRODOESTE VEICULOS E SERVICO LTDA		R\$ 14.801,89	R\$ 10.191,52
SESSA & OLIVEIRA BALANCAS E SERVICOS LTD		R\$ 0,00	R\$ 0,00
PACALUB COMERCIO E LOGISTICA LTDA.		R\$ 0,00	R\$ 8.997,39
GOMINHA PNEUS LTDA		R\$ 23.080,21	R\$ 0,00
ADEMIR LEANDRO - ME		R\$ 0,00	R\$ 2.690,00
MADEREIRA POUSO ALEGRE EIRELI		R\$ 0,00	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 4 de 10



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUCOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
A SOBERANA DOS PARAFUSOS IND E COM LTDA		R\$ 0,00	R\$ 375,10
PAGLIARINI COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME		R\$ 594,60	R\$ 0,00
AUTO PECAS BOM JESUS LTDA-EPP		R\$ 24.546,00	R\$ 0,00
COPEGE - COMERCIO IMP.E EXP.DE PECAS E S		R\$ 41.388,70	R\$ 0,00
COR & CIA LTDA - ME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
GAPLAN CAMINHOS LESTE LTDA		R\$ 0,00	R\$ 550,00
GRAFICA AMARAL EMBALAGENS E EDITORA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
IMA BORRACHAS LTDA		R\$ 6.408,55	R\$ 0,00
IMPERIO DISTRIBUIDORA DE DESCARTAVEIS E LIMPEZA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 1.930,81
GABRIELA PRADO DE SOUZA ME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
EDSON MARTINS DE ARAUJO		R\$ 252,00	R\$ 1.805,10
C D B COMERCIO AGRICOLA LTDA - ME		R\$ 420,00	R\$ 0,00
NAIANNY TAINY DA SILVA XAVIER		R\$ 0,00	R\$ 13.982,00
INOVAR EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA MINERAÇÃO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
AUTO POSTO PETRODIAS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 7.187,24
EUSTACHIO JOSE DE OLIVEIRA		R\$ 0,00	R\$ 11.960,30
LUBSERT EQUIP. PARA ABAST. E LUBRIFICACAO LTDA-ME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MESQUITA E ARANTES COM DE EQUIP DE SEGURANÇA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Quimesp Quimica Ltda.		R\$ 0,00	R\$ 0,00
JOSIANE STRFEZZA DE MELLO 39068290819		R\$ 796,00	R\$ 0,00
HIDRAMAVE COMERCIO PRODUTOS HIDRAULICOS		R\$ 699,72	R\$ 0,00
KELLER SANTOS VITAL 42619012856		R\$ 295,00	R\$ 0,00
AMINOCAP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA -EPP		R\$ 0,00	R\$ 17.500,00
IRMEN MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA		R\$ 3.910,41	R\$ 11.451,61
FBM COMERCIO DE MANCAIS E ACESSORIOS IND		R\$ 0,00	R\$ 0,00
RENTAL SERVY LOCACAO E COMERCIO DE EQUIP		R\$ 4.320,00	R\$ 0,00
COMERCIAL RODRIGUES COMERCIO VAREJISTA D		R\$ 0,00	R\$ 0,00
POUSO ACO INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS		R\$ 0,00	R\$ 29.849,26

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 5 de 10



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUCOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
REGINA STTELA SILVA DORIGATI M.E.		R\$ 0,00	R\$ 0,00
PMA DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA		R\$ 769,66	R\$ 11.282,40
ANDRE CESAR MENDES NALDINI - ME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ACOPAIVA TUBOS E PERFIS LTDA		R\$ 4.140,00	R\$ 0,00
MAXI PARTS INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
LUIZ ANTONIO MAGALHAES ANDARE ME		R\$ 1.566,00	R\$ 0,00
INOVAR EQUIPAMENTOS E SERVICOS PARA MINERAÇÃO EIRELI		R\$ 3.400,00	R\$ 0,00
ESTILO AUTOMOVEIS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
SIMONE APARECIDA GODOY DE ALMEIDA 05394668671		R\$ 1.378,58	R\$ 0,00
FUSAO ACESSORIOS INDUSTRIAIS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
IRMAOS SILVA S.A		R\$ 0,00	R\$ 0,00
JBL PNEUS E AUTO CENTER LTDA		R\$ 0,00	R\$ 7.107,60
AUTO PECAS COMENDADOR LTDA		R\$ 0,00	R\$ 26.143,52
TOKSU-COMERCIO DE VEICULOS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TECNOMOBIL SISTEMAS ELETRONICOS EIRELI		R\$ 0,00	R\$ 0,00
O MARTINS COMERCIO DE MAQUINAS E FE		R\$ 0,00	R\$ 0,00
AUTO POSTO BRAZOPOLIS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CONSIGAZ DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA.		R\$ 0,00	R\$ 185.905,43
LUIZ FERNANDO GONCALVES E CIA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
POSTO SAO JOSE LTDA		R\$ 0,00	R\$ 5.454,14
BRITA VALE LTDA- FILIAL		R\$ 0,00	R\$ 0,00
GUSTAVO ADOLFO RODRIGUES SALOMON		R\$ 0,00	R\$ 0,00
F RUFINO FURTADO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ML AUTOPECAS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 3.444,60
EVER TON FPS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTD		R\$ 0,00	R\$ 0,00
BELGO BEKAERT ARAMES LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
LETICIA GALIANO BASTOS 07935748624		R\$ 0,00	R\$ 2.778,94
GESUEL BERALDO SILVA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
GABRIEL CARVALHO MARTINS		R\$ 0,00	R\$ 14.401,40

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 6 de 10



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUCOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
CRABI IND. E COM. DE PRE MOLDADOS E MATE		R\$ 0,00	R\$ 0,00
JESUS DE MARI ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
GIL PARAFUSOS E FERRAGENS		R\$ 0,00	R\$ 525,90
ALESAT COMBUSTIVEIS S.A.		R\$ 0,00	R\$ 17.145,00
CORPORACOES CELINHO AUTOPECAS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 1.947,70
IMPAR VEICULOS E PECAS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
FLASH PLACAS E LUMINOSOS LTDA .		R\$ 0,00	R\$ 150,00
GET PAINT INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
SIRIUS VIDRO FABRICACAO DE VIDROS EIRELI		R\$ 0,00	R\$ 0,00
BIGLAB EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS EI		R\$ 0,00	R\$ 0,00
PRISCILA CRABI MATERIAIS DE CONSTRUCAO L		R\$ 0,00	R\$ 0,00
AUTO POSTO AEROPAN LTDA		R\$ 0,00	R\$ 4.515,26
AUTO POSTO PARANA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
AKAD COMPUTACAO GRAFICA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CONSTRUTOR MAIS MATERIAIS PARA CONSTRUCA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
EDMILSON GOMES DA CRUZ 29702926882		R\$ 0,00	R\$ 0,00
VMC VALVULAS MAQUINAS E CAMARAS DE AR VI		R\$ 0,00	R\$ 0,00
COMAFFER FERRAGENS E ACESSORIOS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 29.350,00
MARJ TINTAS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ACM ALCOPLA COMERCIO DE CHAPAS METALICAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MARCELO IZAAC JUNIOR TEXTIL		R\$ 0,00	R\$ 0,00
DAOMING BRASIL TECIDOS E FILMES REFLETIV		R\$ 0,00	R\$ 0,00
LECIO BATISTA DE SOUZA - ME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CPE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
INDUSTRIAS MONTALBAM LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MAISFER FUNDIDOS FERRAGENS E FERRAMENTAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CENTRO AUTOMOTIVO TEIXEIRA & FERRAZ LTDA		R\$ 0,00	R\$ 266,08
LUBRISINT LUBRIFICANTES		R\$ 0,00	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 7 de 10



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
SINTETICOS ESPEC			
GUILHERME BRAGA ROSA ME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
DU'BLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI		R\$ 0,00	R\$ 0,00
AIR SERVICE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TP MADEIRAS E MOURÕES LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
AT GARCIA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA		R\$ 0,00	R\$ 1.106,72
QUEIROS E MAGALHAES EQUIPAMENTOS DE SEGU		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TERRAMIL CONSTRUÇOES E TERRAPLENAGEM LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
FERRO E ACO TAKONO SA		R\$ 0,00	R\$ 20.295,02
SEGURACO EQUIPAMENTOS DE PROTECAO LTDA.		R\$ 0,00	R\$ 3.822,28
FERMIX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
WOLF EQUIPAMENTOS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS SANTA MARIA EIRELI		R\$ 0,00	R\$ 159,00
POSTO DE SERVICO SANTA BARBARA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 1.955,74
ALANA MARA ALVES DURANS		R\$ 0,00	R\$ 2.500,00
CRH SUDESTE INDUSTRIA DE CIMENTOS S.A.		R\$ 0,00	R\$ 55.252,00
MASTERPONTO EQUIPAMENTOS E SISTEMAS EIRE		R\$ 0,00	R\$ 207,20
STEEL MINAS INDUSTRIA E COMERCIO DE TELHAS E FERRAGENS LTDA.		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TUBOS TIGRE-ADS DO BRASIL LIMITADA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
METSO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.		R\$ 0,00	R\$ 1.133,91
TREVISO BETIM VEICULOS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 12.767,19
TASSIO MARTINS DA COSTA GARCIA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 209,30
FRANCISCO SALES RODRIGUES NETO - CPF: 01		R\$ 0,00	R\$ 14.275,00
UPSIDE DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
DENILSON FRANCISCO DA SILVA 04955693644		R\$ 0,00	R\$ 1.341,00
BHM DIESEL LIMITADA		R\$ 0,00	R\$ 602,00
DANIEL EVERTON FERNANDES ME		R\$ 0,00	R\$ 10.001,98

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 8 de 10



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
TOP PNEUS CENTRO AUTOMOTIVO LTDA - ME		R\$ 0,00	R\$ 4.577,50
CAVR RECUPERAÇÃO E REMANUFATURAMENTO DE PEÇAS EM G		R\$ 0,00	R\$ 7.000,00
FF MAIS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA		R\$ 0,00	R\$ 13.975,00
DINATEC PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI		R\$ 0,00	R\$ 3.317,18
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 2.641.842,12	R\$ 4.019.186,13
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		R\$ 2.641.842,12	R\$ 4.019.186,13
ICMS A RECOLHER		R\$ 8.568,70	R\$ 1.911,71
ISS A RECOLHER		R\$ 11.965,53	R\$ 25.544,01
IMPOSTO DE RENDA A RECOLHER		R\$ 882.631,68	R\$ 1.334.301,91
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER		R\$ 491.634,56	R\$ 735.697,96
IRRF A RECOLHER		R\$ 2.027,97	R\$ 33.171,68
PIS A RECOLHER		R\$ 221.146,63	R\$ 335.607,55
COFINS A RECOLHER		R\$ 1.020.676,59	R\$ 1.548.966,19
CRF A RECOLHER		R\$ 137,17	R\$ 1.011,60
ISS RETIDO A RECOLHER		R\$ 1.138,83	R\$ 2.301,38
INSS RETIDO A RECOLHER		R\$ 1.242,32	R\$ 0,00
SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER		R\$ 672,14	R\$ 672,14
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA		R\$ 233.793,27	R\$ 1.222.653,58
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		R\$ 110.094,12	R\$ 325.111,98
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		R\$ 81.974,22	R\$ 325.111,98
FÉRIAS A PAGAR		R\$ 2.381,63	R\$ 0,00
RESCISÕES A PAGAR		R\$ 25.738,27	R\$ 0,00
13º SALÁRIO A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
OBRIGAÇÕES SOCIAIS		R\$ 123.699,15	R\$ 897.541,60
INSS A RECOLHER		R\$ 101.986,39	R\$ 807.366,56
FGTS A RECOLHER		R\$ 21.712,76	R\$ 90.175,04
OUTRAS OBRIGAÇÕES		R\$ 1.160.000,00	R\$ 1.160.000,00
CONTAS A PAGAR		R\$ 1.160.000,00	R\$ 1.160.000,00
EMPRÉSTIMO EM COMODATO		R\$ 1.160.000,00	R\$ 1.160.000,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 9 de 10



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ 0,00	R\$ 3.086.533,32
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		R\$ 0,00	R\$ 3.086.533,32
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 0,00	R\$ 3.086.533,32
FINANCIAMENTOS		R\$ 0,00	R\$ 3.086.533,32
EMPRÉSTIMO SICOOB		R\$ 0,00	R\$ 1.133.333,32
EMPRÉSTIMO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$ 0,00	R\$ 1.953.200,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 35.644.196,64	R\$ 70.103.778,55
CAPITAL SOCIAL		R\$ 10.000.000,00	R\$ 10.000.000,00
CAPITAL SUBSCRITO		R\$ 10.000.000,00	R\$ 10.000.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 10.000.000,00	R\$ 10.000.000,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 25.644.196,64	R\$ 60.103.778,55
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 25.644.196,64	R\$ 60.103.778,55
LUCROS ACUMULADOS		R\$ 25.644.196,64	R\$ 60.103.778,55
LUCRO DO PERÍODO		R\$ 0,00	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 10 de 10



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R\$ 39.347.944,82	R\$ 77.875.460,50
VENDA DE MERCADORIAS		R\$ 4.255.887,23	R\$ 4.481.739,22
SERVIÇOS PRESTADOS		R\$ 35.092.057,59	R\$ 73.393.721,28
(-) DEDUÇÕES		R\$ (3.897.277,29)	R\$ (6.967.954,57)
(-) (-) DEVOLUÇÃO DE VENDA DE MERCADORIAS		R\$ (146.910,13)	R\$ (99.180,00)
(-) (-) ICMS		R\$ (412.670,91)	R\$ (336.562,20)
(-) (-) ISS		R\$ (6.236,12)	R\$ (13.725,22)
(-) (-) COFINS		R\$ (1.176.031,06)	R\$ (2.332.704,14)
(-) (-) PIS		R\$ (254.806,73)	R\$ (505.419,21)
(-) (-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		R\$ (423.371,18)	R\$ (839.983,84)
(-) (-) IMPOSTO DE RENDA		R\$ (760.020,69)	R\$ (1.531.525,62)
(-) (-) SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA		R\$ (0,00)	R\$ (753,36)
(-) (-) ISS RETIDO		R\$ (717.230,47)	R\$ (1.308.100,98)
RECEITA LÍQUIDA		R\$ 35.450.667,53	R\$ 70.907.505,93
(-) CMV		R\$ (8.077.513,95)	R\$ (18.624.486,43)
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		R\$ (615,00)	R\$ (0,00)
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ (8.076.898,95)	R\$ (18.624.486,43)
LUCRO BRUTO		R\$ 27.373.153,58	R\$ 52.283.019,50
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (2.625.212,12)	R\$ (14.427.246,46)
(-) DESPESAS COM VENDAS		R\$ (698.908,05)	R\$ (1.850.966,36)
(-) FGTS		R\$ (10.019,12)	R\$ (0,00)
(-) FRETES E CARRETOS		R\$ (200.996,60)	R\$ (610.403,29)
(-) SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS		R\$ (487.886,83)	R\$ (1.240.463,07)
(-) BONIFICAÇÕES ENVIADAS		R\$ (5,50)	R\$ (100,00)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (1.926.304,07)	R\$ (12.576.280,10)
(-) COMBUSTÍVEL		R\$ (588.050,86)	R\$ (1.254.860,55)
(-) SALÁRIOS E ORDENADOS		R\$ (773.465,91)	R\$ (6.533.455,69)
(-) 13º SALÁRIO		R\$ (70.201,23)	R\$ (290.983,52)
(-) FÉRIAS		R\$ (71.301,26)	R\$ (541.827,59)
(-) INSS		R\$ (260.304,93)	R\$ (2.312.779,42)
(-) FGTS		R\$ (82.681,88)	R\$ (696.338,34)
(-) ALUGUÉIS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ (0,00)	R\$ (302.883,80)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 1 de 2



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) TAXAS DIVERSAS		R\$ (0,00)	R\$ (85,37)
(-) MULTAS DE MORA		R\$ (53.737,77)	R\$ (508.299,87)
(-) GNRE DIFAL		R\$ (0,00)	R\$ (207,44)
(-) MULTA DE TRÂNSITO		R\$ (0,00)	R\$ (187,42)
(-) IRRF/IOF APLICAÇÕES		R\$ (9.099,48)	R\$ (4.858,30)
FINANCEIRAS			
(-) JUROS DE MORA		R\$ (13.152,95)	R\$ (80.648,17)
(-) JUROS E COMISSÕES		R\$ (4.307,80)	R\$ (6.221,80)
BANCÁRIAS			
(-) JUROS SOBRE EMPRÉSTIMOS		R\$ (0,00)	R\$ (42.189,43)
E FINANCIAMENTOS			
(-) EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		R\$ (0,00)	R\$ (453,39)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 17.058,55	R\$ 11.178,53
JUROS DE APLICAÇÕES		R\$ 17.058,55	R\$ 11.178,53
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (2.325.861,09)	R\$ (3.407.369,66)
(-) MATERIAL DE USO E		R\$ (2.325.861,09)	R\$ (3.407.369,66)
CONSUMO			
RESULTADO OPERACIONAL		R\$ 22.439.138,92	R\$ 34.459.581,91
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ (241.275,75)	R\$ (0,00)
(-) PERDAS DE CRÉDITO DE INSS		R\$ (241.275,75)	R\$ (0,00)
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		R\$ 22.197.863,17	R\$ 34.459.581,91
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ 22.197.863,17	R\$ 34.459.581,91

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 2 de 2



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 8.0.5

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 31210756735	CNPJ 26.614.327/0001-47	
NOME EMPRESARIAL DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2020 a 31/12/2020
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário	NÚMERO DO LIVRO 5
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
contabilista	84185740620	EGBERTO BASTOS MOSTI:84185740620	298704771105038575 6	03/12/2020 a 03/12/2021	Não
Procurador	84185740620	EGBERTO BASTOS MOSTI:84185740620	298704771105038575 6	03/12/2020 a 03/12/2021	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.
D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 07/05/2021 às 15:53:19

54.EE.78.BE.9E.4C.A7.DC
57.54.55.7E.C2.D5.6B.CC

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: EGBERTO BASTOS MOSTI
REGISTRO.....	: MG-059256/O-7
CATEGORIA.....	: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF.....	: 841.857.406-20

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCMG contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: BELO HORIZONTE, 22/11/2021 as 10:38:17.

Válido até: 20/02/2022.

Código de Controle: 702911.

A aceitação desta Certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade no endereço eletrônico www.CRCMG.org.br



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2020

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL.

A Empresa Duro na Queda Construções Ltda é uma sociedade empresária Limitada, constituída em 28/11/2016, com objetivo de prestar serviços nas áreas de infra estrutura e construção civil, atuando com terraplanagem, asfaltamento, construção de obras de engenharia, estando apta a trabalhar na iniciativa privada ou no setor público, sua atuação se destina ao mercado nacional e sua forma de tributação é o Lucro Presumido.

NOTA 2 – DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS/FINANCEIRAS

As Demonstrações Contábeis e Financeiras foram elaboradas em reais e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base na Lei 6404/76, (alterada pela Lei 11638/2007 e Lei 11941/2009) e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

2.2 – DO RESULTADO

O resultado é apurado pelo regime de competência.

2.3 – DA RECEITA

A receita Operacional Bruta inclui os impostos e os descontos incidentes os quais estão representados como contas redutoras das receitas.

2.4 – DISPONIBILIDADES

O Disponível contemplam os numerários em caixa, saldos em conta corrente em bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Há um valor expressivo na conta de Clientes a Receber que espelha obras a receber de diversas prefeituras municipais em relação a projetos com participação da Caixa Econômica Federal e parte de um contencioso administrativo. Houve um agravamento nas condições de recebimento em função da Pandemia do novo Corona Vírus.

NOTA 3 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS.



3.- FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A Empresa mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

NOTA 4 – CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO, ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E AJUSTES

4.1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS - As práticas Contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade use do seu julgamento para o melhor critério na determinação das avaliações, estimativas e ajustes contábeis, bem como para os registros desses ativos e passivos, decorrentes dessas avaliações, estimativas, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, provisão para contingências e avaliação de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser diferente dos valores estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Sociedade deverá revisar as referidas estimativas e as premissas no mínimo uma vez por ano.

4.2 - CRÉDITOS – As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor da venda com os impostos de responsabilidade da Empresa já incluídos. Não houve necessidade de ajuste ao valor presente em função dos vencimentos serem de curto prazo (90 dias) e não há expectativa de perda nos recebimentos. As expectativas negativas já foram devidamente classificadas nas sub contas de Outros Créditos a Longo Prazo.

4.3 - ESTOQUE – Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição que não excedam o valor de mercado.

4.4 – ARRENDAMENTO MERCANIL (Leasing – Os contratos de Leasing financeiro estão contabilizados no imobilizado pelo valor principal.

4.5 - IMOBILIZADO – São contabilizados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta a estimativa do tempo da vida útil dos bens.

4.6 - PASSIVO CIRCULANTE – Os valores representados por fornecedores são de curto prazo. Não houve necessidade de ajuste ao valor presente.

NOTA 5 - INVESTIMENTOS EM OUTRAS EMPRESAS



**5.1 – INVESTIMENTO EM SOCIEDADE COLIGADA E CONTROLADA –
AVALIADOS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL:**

A empresa possui participação influente na empresa LOTEAMENTO SAO FRANCISCO DE PAULA SPE LTDA – CNPJ 32.211.726/0001-60 participando com 32,5% do capital da mesma.

NOTA 6 – AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:

6.1 – AUMENTO DO ATIVO RESULTANTES DE NOVAS AVALIAÇÕES

A empresa não reavaliou seus ativos por meio de laudos, estando os mesmos com valores contábeis de aquisição.

NOTA 7 – ÔNUS REAIS SOBRE ELEMENTOS DO ATIVO

Não existem empréstimos pendentes das aquisições do Ativo, as duplicatas descontadas estão lastreadas pelas venda a prazo da empresa.

NOTA 8 - TAXA E JUROS E GARANTIAS A LONGO PRAZO

Os juros e taxas as quais as operações da empresa estão sujeitas são as praticadas pelo mercado.

NOTA 9 - NÚMERO ESPÉCIE E CLASSES DAS AÇÕES DO CAPITAL

Não se aplica.

NOTA 10 – OPÇÕES DE COMPRAS DE AÇÕES

Não se aplica.

NOTA 11 – AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIOR

A diretoria da empresa decidiu reclassificar a conta de Lucros a Distribuir de exercícios anteriores para Reserva de Lucros Para Aumento de Capital.

São Sebastião da Bela Vista, 31 de Dezembro de 2020.

Gilberto Dantas Delgado Junior
RG – 439478984
CPF: 319.471.958-08
Administrador

Gilberto Dantas Delgado Junior
Administrador
Grupo Duro na Queda

Egberto Bastos Mosti
CRC-TC 59256
CPF: 841.857.406-20
Técnico Contabil.

Egberto Bastos Mosti
TC-CRC/MG 59256



GRUPO DURO NA QUEDA



DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.

CNPJ sob o nº 26.614.327/0001-47

2º Tabelionato de Notas de Pouso Alegre - MG
Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por mim
rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução
fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Pouso Alegre, 24/01/2022 15:11:30 14400

SELO DE CONSULTA: FJO57136
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 0865.2620.4686.7061
Quantidade de atos praticados: 1

Atos(s) praticado(s) por:
FABIANO CASSEMIRO DOS SANTOS - ESCRIVENTE
Emit: R\$7,04 TF: R\$2,19 Total: R\$9,23 ISS: R\$0,33
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.jmg.ju.br>



Nº DA
ETIQUETA
ABM740124

ANÁLISE CONTÁBIL-FINANCEIRA



NOME DA EMPRESA: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA**

CNPJ: **26.614.327/0001-47**

1-LIQUIDEZ CORRENTE	2-LIQUIDEZ SECA	3-LIQUIDEZ GERAL	4 - SOLVÊNCIA GERAL	5 - COMPOSIÇÃO DE CAPITAIS
------------------------	--------------------	---------------------	------------------------	-------------------------------

1- LIQUIDEZ CORRENTE

LC=ATIVO CIRCULANTE = 64.760.921,75 = **7,48**

PASSIVO CIRCULANTE 8.660.352,34

2- LIQUIDEZ SECA

LS=DISPONIBILIDADE+APLICAÇÕES FINANCEIRAS + CONTAS

A RECEBER+ OUTRAS ATIVOS RAPIDAMENTE CONVERSÍVEIS=64.450.593,34 = **7,44**

PASSIVO CIRCULANTE 8.660.352,34

3- LIQUIDEZ GERAL

LG=ATIVO CIRCULANTE+REALIZÁVEL A LONGO PRAZO=76.448.521,75 = **6,51**

(PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO) 11.746.885,66

4- SOLVENCIA GERAL

SG = ATIVO TOTAL = 81.850.664,21 = **6,97**

(PASSIVO CIRCULANTE+EXIGÍVEL A LONGO PRAZO) 11.746.885,66

5- COMPOSIÇÃO DE CAPITAIS

PATRIMÔNIO LÍQUIDO = 70.103.778,55 = **5,97**

(PASSIVO CIRCULANTE+EXIGÍVEL A LONGO PRAZO) 11.746.885,66

6- ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL

IEG=(PASSIVO CIRCULANTE+EXIGÍVEL A LONGO PRAZO) = 11.746.885,66 = **0,14**

ATIVO TOTAL 81.850.664,21

NOME DO CONTADOR: **EGBERTO BASTOS MOSTI**

CRC: MG 59.256 – Técnico Contábil

ASSINATURA:

DATA: 11/05/2021

Egberto Bastos Mosti
TC-CRC/MG 59256

NOME DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA: **GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR**

ASSINATURA:

DATA: 11/05/2021

OBSERVAÇÕES:

Gilberto Dantas Delgado Junior
Administrador / sócio
Grupo Duro na Queda

Estrada São João, S/N, Zona Rural - Bairro: Distrito São João, São Sebastião da
Bela Vista – MG- Caixa Postal: 34 -CEP: 37.567-000



DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 26.614.327/0001-47

À
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
Pregoeiro e Equipe de Apoio

Processo licitatório n. 010/2022

Modalidade: PREGÃO nº 003/2022

DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

DECLARO para os devidos fins que a empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.**, com sede na Estrada do São João Zona Rural s/nº, Bairro São João, São Sebastião da Bela Vista/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 26.614.327/0001-47, participante do processo licitatório – **PREGÃO nº 003/2022**, possui capital social integralizado no valor de **R\$ 10.000.000,00** (Dez milhões de reais), comprovado através da sua última alteração contratual anexa a esta.

São Sebastião da Bela Vista (MG), 10 de Fevereiro de 2022.


Gilberto Dantas Delgado Júnior
Representante Legal
CPF: 319.471.958-08
RG: 43.947.898-4 SSP-SP

26.614.327/0001-47
INSC. EST. 00287047330-46
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
ESTRADA SÃO JOÃO S/Nº ZONA RURAL CAIXA POSTAL
DISTRITO SÃO JOÃO CEP 37.567-000
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA MG




Estrada do São João, Zona Rural – B. São João – São Sebastião da Bela Vista – MG – Cep: 37.567-000
Tel.: (35) 3427-3351- www.gdq.com.br – licitacao@gdq.com.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 26.614.327/0001-47 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 28/11/2016
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.20-4-00 - Construção de edifícios
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita 19.21-7-00 - Fabricação de produtos do refino de petróleo 23.30-3-01 - Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda 28.69-1-00 - Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios 37.01-1-00 - Gestão de redes de esgoto 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos 38.21-1-00 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos 38.39-4-01 - Usinas de compostagem 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias 42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos 42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 42.22-7-02 - Obras de irrigação 42.91-0-00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais 42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas 42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente 43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO EST SAO JOAO	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO ZONA RURAL CXPST 34
-----------------------------------	---------------	---

CEP 37.567-000	BAIRRO/DISTRITO SAO JOAO	MUNICÍPIO SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA	UF MG
--------------------------	------------------------------------	---	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO EBM@EBMCONTABIL.COM.BR	TELEFONE (35) 3241-1592
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/11/2016
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **04/01/2022** às **09:45:14** (data e hora de Brasília).

Página: 1/3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 26.614.327/0001-47 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 28/11/2016
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
43.99-1-01 - Administração de obras
43.99-1-03 - Obras de alvenaria
46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral
46.84-2-99 - Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos
52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis
52.12-5-00 - Carga e descarga
68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios
71.11-1-00 - Serviços de arquitetura
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
71.20-1-00 - Testes e análises técnicas
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO EST SAO JOAO	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO ZONA RURAL CXPST 34
----------------------------	---------------	------------------------------------

CEP 37.567-000	BAIRRO/DISTRITO SAO JOAO	MUNICÍPIO SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA	UF MG
-------------------	-----------------------------	--	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO EBM@EBMCONTABIL.COM.BR	TELEFONE (35) 3241-1592
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/11/2016
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 04/01/2022 às 09:45:14 (data e hora de Brasília).

Página: 2/3

Assinaturas manuscritas em azul



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 26.614.327/0001-47 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 28/11/2016	
NOME EMPRESARIAL DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada					
LOGRADOURO EST SAO JOAO		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO ZONA RURAL CXPST 34		
CEP 37.567-000	BAIRRO/DISTRITO SAO JOAO	MUNICÍPIO SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA		UF MG	
ENDEREÇO ELETRÔNICO EBM@EBMCONTABIL.COM.BR		TELEFONE (35) 3241-1592			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/11/2016		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **04/01/2022** às **09:45:14** (data e hora de Brasília).

Página: **3/3**



Secretaria de Estado de
Fazenda
de Minas Gerais

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL

DADOS CADASTRAIS

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 002870473.00-46

CPF/CNPJ: 26.614.327/0001-47

NOME/NOME EMPRESARIAL: DURO NA QUEDA CONSTRUCOES LTDA

NOME FANTASIA:

CNAE PRINCIPAL / DESCRIÇÃO: 4120-4/00 - Construção de edifícios

DESMEMBRAMENTO:

CNAE SECUNDÁRIA / 0161-0/03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita

DESMEMBRAMENTO:

NATUREZA JURIDICA: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

REGIME DE RECOLHIMENTO: DEBITO E CREDITO

CATEGORIA: Único

DATA INSCRIÇÃO: 28/11/2016

MEI: não

SITUACAO INSCRIÇÃO: Ativo

DATA DA SITUAÇÃO DA 30/06/2021

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

CEP: 37567000

UF: MINAS GERAIS

MUNICIPIO: SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

DISTRITO / POVOADO:

BAIRRO: SAO JOAO

LOGRADOURO: ESTRADA - SAO JOAO

NUMERO: S/N

COMPLEMENTO DO CEP:

COMPLEMENTO: ZONA RURAL CXPST 34

EMITIDO EM

03/01/2022 17:58:33

**Consulta Pública ao Cadastro do Estado de Minas Gerais****Dados Principais**

CNPJ: 26.614.327/0001-47
Inscrição Estadual: 002870473.00-46
UF: MG
Nome Empresarial: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

Informações Complementares

CNAE-F Principal: 4120-4/00 - Construção de edifícios
CNAE-F Secundária: 0161-0/03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita
Data da Inscrição Estadual: 28/11/2016
Situação Cadastral: Habilitado - Ativo
Data Situação Cadastral: 30/06/2021
Regime de Recolhimento: DEBITO E CREDITO
Observações:
unidade auxiliar da CNAE:

Dados de Endereço:

CEP: 37567000
UF: MG Município: SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA
Distrito/Povoado:
Bairro: SAO JOAO
Logradouro: ESTRADA SAO JOAO
Número: S/N
Complemento: ZONA RURAL CXPST 34
Telefone: 3532411592





MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.370/0001-13

CARTÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL



A Prefeitura Municipal de São Sebastião da Bela Vista-MG, Estado de Minas Gerais, por seu Departamento de Tributos e Arrecadação, representada pela Diretora de Tributos e Arrecadação, Srta. Cláudia E. Marciano/ infra-assinado CERTIFICA, que consta no Cadastro Municipal a inscrição 43134000002, Contribuinte DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, CPF/CNPJ 26.614.327/0001-47, localizado Estrada SÃO JOÃO CX POSTAL 34 - SAO JOAO - SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA - MG - CEP 37.567-000, data de início: 30/11/2016, Estágio: ALTERAÇÃO

com as seguintes atividades: 4120-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, 0161-0/03 - SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE TERRENO, CULTIVO E COLHEITA

2330-3/01 - FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SÉRIE E SOB ENCOMENDA

2869-1/00 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO INDUSTRIAL ESPECÍFICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, PEÇAS E ACESSÓRIOS

3701-1/00 - GESTÃO DE REDES DE ESGOTO

3811-4/00 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS

3821-1/00 - TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS

3839-4/01 - USINAS DE COMPOSTAGEM

4110-7/00 - INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

4211-1/01 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS

4211-1/02 - PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS

4212-0/00 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS

4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS

4222-7/01 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO

4222-7/02 - OBRAS DE IRRIGAÇÃO

4291-0/00 - OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS

4292-8/01 - MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS

4299-5/99 - OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

4311-8/01 - DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E OUTRAS ESTRUTURAS

4313-4/00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM

4319-3/00 - SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO TERRENO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

4321-5/00 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA

4329-1/04 - MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS

4330-4/04 - SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL

4330-4/99 - OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO

4399-1/01 - ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS

4399-1/03 - OBRAS DE ALVENARIA

4679-6/99 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL

4684-2/99 - COMÉRCIO ATACADISTA DE OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

4744-0/99 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL



CARTÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL

4930-2/01 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL
4930-2/02 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL
4930-2/03 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS
5211-7/99 - DEPÓSITOS DE MERCADORIAS PARA TERCEIROS, EXCETO ARMAZÉNS GERAIS E GUARDA-MÓVEIS
5212-5/00 - CARGA E DESCARGA
6810-2/01 - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PRÓPRIOS
7111-1/00 - SERVIÇOS DE ARQUITETURA
7112-0/00 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA
7120-1/00 - TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS
7732-2/01 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES
7820-5/00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA
8299-7/99 - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
1921-7/00 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO REFINO DE PETRÓLEO.

O referido é verdade, dou fé.

São Sebastião da Bela Vista, 03 de Janeiro de 2022

CLAUDIA E. MARCIANO
DIRETORA DE TRIBUTOS E ARRECAÇÃO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA**



PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

2º Tabelionato de Notas de Pouso Alegre - MG
Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Pouso Alegre, 10/01/2022 14:25:37 24553

SELO DE CONSULTA: FGO25875
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 3697.0765.8260.7284
Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por:
KARINA FELSCH KERSUL - ESCRIVENTE
Emol: R\$7,04 TFX: R\$2,19 Total: R\$9,23 ISS: R\$0,33
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA
ABK476079



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

NÚMERO: 5

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

NOME: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

CPF/CNPJ: 26.614.327/0001-47

ENDEREÇO: ESTRADA SÃO JOÃO CX POSTAL 34 - SAO JOAO - SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA - MG -
CEP 37.567-000

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 43134000002

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:

QUADRA: LOTE:

VALIDADE: 05/04/2022


OBSERVAÇÃO:

A Fazenda Pública Municipal, atendendo à solicitação da parte interessada, CERTIFICA que, revendo seus arquivos e apontamentos, até a presente data, NÃO FORAM LOCALIZADOS débitos cuja responsabilidade tributária e/ou fiscal é vinculada ao contribuinte ou inscrição que especifica a presente, atestando na forma da lei pertinente.

Ressalva-se a Fazenda Pública no direito de constituir novos créditos incidentes sobre o contribuinte acima identificado e que, porventura, venham a ser apurados posteriormente a emissão da presente certidão, ressalvando-se, mais, no direito de consolidar ao contribuinte acima epigrafado os débitos porventura vinculados à outros contribuintes em decorrência da não atualização dos dados cadastrais.

Por ser verdade, firma a presente CERTIDÃO para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Sebastião da Bela Vista, 05 de Janeiro de 2022



CLAUDIA E. MARCIANO
DIRETORA DE TRIBUTOS E ARRECADAÇÃO





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA
CNPJ: 26.614.327/0001-47

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

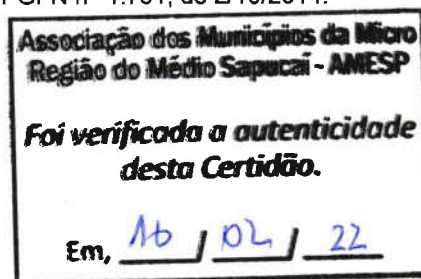
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:04:27 do dia 28/09/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/03/2022.

Código de controle da certidão: **4A98.AC3B.E840.9916**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

249

Assinatura

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Positiva com efeito de negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
26/01/2022CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
26/04/2022

NOME/NOME EMPRESARIAL: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 002870473.00-46

CNPJ/CPF: 26.614.327/0001-47

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: ESTRADA SAO JOAO

NÚMERO: S/N

COMPLEMENTO: ZONA RURAL CXPST 34,

BAIRRO: SAO JOAO

CEP: 37567000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN);

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO
002870473.00-46	03.000522981-70	Exigibilidade suspensa - parcelado

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 202200052021063

Associação dos Municípios da Micro
Região do Médio Sapucaí - AMESPFoi verificada a autenticidade
desta Certidão.

Em, 10 / 06 / 22



Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 26.614.327/0001-47

Razão Social: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

Endereço: EST SAO JOAO SN RURAL CP34 / SAO JOAO / SAO SEBASTIAO DA BELA
VISTA / MG / 37567-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/01/2022 a 12/02/2022

Certificação Número: 2022011416415374602065

Informação obtida em 14/01/2022 16:41:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

**Associação dos Municípios da Micro
Região do Médio Sapucaí - AMESP**

**Foi verificada a autenticidade
desta Certidão.**

Em, 10 / 01 / 22



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página 1 de 1

251

Assinatura

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Certidão n°: 46551343/2021

Expedição: 01/11/2021, às 16:44:45

Validade: 29/04/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 26.614.327/0001-47, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Associação dos Municípios da Micro
Região do Médio Sapucaí - AMESP

Foi verificada a autenticidade
desta Certidão.

Em, 10 / 02 / 22

À
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
Pregoeiro e Equipe de Apoio

Processo licitatório n. 010/2022

Modalidade: PREGÃO nº 003/2022

DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Prezados Senhores,

A empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ n.º 26.614.327/0001-47, com sede na Estrada do São João Zona Rural s/nº, Bairro São João em São Sebastião da Bela Vista - MG, CEP 37.567-000, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr. **Gilberto Dantas Delgado Júnior**, Brasileiro, casado, gerente administrativo residente domiciliado na Rua Argetina Grossi Tonini, n. 230, Apto 304, bloco 9, Pão de Açúcar na cidade de Pouso Alegre/MG, CEP 37.550-000, **DECLARA**, expressamente, que opta por não realizar visita técnica ao local de execução do objeto, assumindo todo e qualquer risco por esta decisão, bem como a responsabilidade na ocorrência de eventuais prejuízos que possam se dar em virtude da não realização da visita técnica. Neste ato, compromete-se ainda a prestar fielmente os serviços de acordo com o prescrito no edital e documentos em anexo, sendo tal declaração e manifestação fiel de sua livre vontade.

São Sebastião da Bela Vista (MG), 10 de Fevereiro de 2022.



Gilberto Dantas Delgado Júnior
Representante Legal
CPF: 319.471.958-08
RG: 43.947.898-4 SSP-SP

26.614.327/0001-47
INSC. EST. 00287047300-48
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
ESTRADA DO SÃO JOÃO S/Nº ZONA RURAL CAIXA POSTAL 21
37.567-000
SÃO JOÃO DO SÃO JOÃO CEP 37.567-000
SÃO JOÃO DO SÃO JOÃO DA BELA VISTA - MG

À

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

Pregoeiro e Equipe de Apoio

Processo licitatório n. 010/2022


Modalidade: PREGÃO nº 003/2022

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES
ADEQUADOS A EXECUÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO**

A empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.614.327/0001-47, com sede localizada na estrada São João, s/n, Zona Rural, Bairro São João, Município de São Sebastião da Bela Vista, Estado de Minas Gerais, CEP 37.567-000, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr. **Gilberto Dantas Delgado Júnior**, portador da Cédula de Identidade nº 43.947.898-4, SSP/SP, e do CPF nº 319.471.958-08, residente domiciliado brasileiro, casado, Gerente Administrativo, portador do RG 43.947.898-4 SSP/SP e do CPF n. 319.471.958-08, residente domiciliado na Rua Argetina Grossi Tonini, n. 230, Apto 304, bloco 9, Pão de Açúcar na cidade de Pouso Alegre/MG, CEP 37.550-000, **DECLARA**, para fins desta licitação, e sob as penas da Lei, que possui em disponibilidade os Equipamentos, Pessoal e Instalações Adequados a Execução da Presente Licitação que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP".

São Sebastião da Bela Vista (MG), 10 de Fevereiro de 2022.


Gilberto Dantas Delgado Júnior
Representante Legal
CPF: 319.471.958-08
RG: 43.947.898-4 SSP-SP


26.614.327/0001-47
INSC. EST. 00287047300-46
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
ESTRADA SÃO JOÃO S/Nº ZONA RURAL, CAIXA POSTAL: 3
DISTRITO SÃO JOÃO CEP 37.567-000
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA - MG

À
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
Pregoeiro e Equipe de Apoio

Processo licitatório n. 010/2022

Modalidade: PREGÃO nº 003/2022


DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES

Pelo presente Termo, a empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ n.º 26.614.327/0001-47, com sede na Estrada do São João Zona Rural s/nº, Bairro São João em São Sebastião da Bela Vista - MG, relativamente ao Processo licitatório, **PREGÃO n. 003/2022**, promovido pela **Associação dos Municípios da Microregião do Médio Sapucaí - AMESP**, por meio de seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, a inexistência de fatos supervenientes que obstaculizem a habilitação neste Processo Licitatório.

São Sebastião da Bela Vista (MG), 10 de Fevereiro de 2022.



Gilberto Dantas Delgado Júnior
Representante Legal
CPF: 319.471.958-08
RG: 43.947.898-4 SSP-SP


26.614.327/0001-47
INSC. EST. 00287047900-19
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
ESTRADA SÃO JOÃO S/Nº ZONA RURAL, CAIXA POSTAL
DISTRITO SÃO JOÃO CEP 37.567-000
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA - MG

Envelope nº. 02 "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO".
A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP.
Pregão n.º 03/2022.

Objeto: Registro de Preços – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

LICITANTE: LUIS OTÁVIO CRABI INDUSTRIA LTDA

RODOVIA BR 491 KM 221 Nº 570 - DISTRITO INDUSTRIAL

CNPJ: 41.537.193/0001-00 IE: 004019751.00-35

CEP: 37110-000 ELÓI MENDES - MG

TELEFAX: (35) 3264-1613 ou (35) 3212-3751 e-mail: licitacao@crabi.com.br

Associação dos Municípios da Micro
Região do Médio Sapucaí - AMESP

- PROTOCOLO -

Em, 16/02/22

Horas: 69:00





PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tabellionato de Notas da Comarca de Elói Mendes - MG

Autentico este documento, composto por 1 folha(s), por mim
pricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel
do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Elói Mendes, 09/02/2022

SELO DE CONSULTA: FAV68705
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 4048.3515.2206.9504

Quantidade de atos praticados: 1
Ato(s) praticado(s) por: Daise Silva - Esc. evento Autorizada
SSQ: R\$ 0,20 Emc.: R\$ 7,04 T.F.J.: R\$ 2,19 Valor Final: R\$ 9,43
Consulte a veracidade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA: ABC000109

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO: MG-21.408.027
DATA DE EMISSÃO: 04/08/2021

NOME: LUIS OTAVIO CRABI
FILIAÇÃO: LUIS CARLOS CRABI
SIMONE DA SILVA ALVES CRABI

DATA DE NASCIMENTO: 25/8/2003

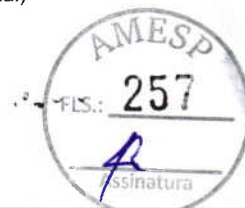
IDENTIFICADOR: VARGINHA-MG
NASC. LV-49 FL-173
ELOI MENDES-MG
CPF: 701.323.605-32

ADRIANA DE BARROS MONTEIRO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
LEI Nº 7.116 DE 28/06/03



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

2062

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGP2100242247

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS CÓDIGO DO ATO CÓDIGO DO EVENTO QTDE DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

1	090			CONTRATO
		208	1	EMANCIPACAO (QUANDO INSERIDA PROCESSO)
		316	1	ENQUADRAMENTO DE EPP

ELOI MENDES

Local

12 Abril 2021

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1/11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/328.204-6	MGP2100242247	31/03/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
113.724.956-06	JONATHAN PEREIRA CRABI
701.323.606-32	LUIS OTAVIO CRABI

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/11

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA



1. LUIS OTAVIO CRABI, nacionalidade BRASILEIRA, Estudante, Solteiro, data de nascimento 25/08/2003, nº do CPF 701.323.606-32, documento de identidade 21408027, SSP, MG, com domicílio / residência a RUA DR CARLOS DAYRELL FRANCA, número 7, bairro / distrito CENTRO, município ELOI MENDES - MINAS GERAIS, CEP 37.110-000 e

2. JONATHAN PEREIRA CRABI, nacionalidade BRASILEIRA, Engenheiro Civil, Solteiro, data de nascimento 11/04/1997, nº do CPF 113.724.956-06, documento de identidade 18121657, SSP, MG, com domicílio / residência a RUA GENERAL NEWTON J. DE SOUZA, número 26, bairro / distrito CENTRO, município ELOI MENDES - MINAS GERAIS, CEP 37.110-000.

Constituem uma sociedade empresária limitada, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o nome empresarial de LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA.

Parágrafo Único: A sociedade tem como nome fantasia LUIS OTAVIO CRABI.

Cláusula Segunda - O objeto social será FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO E DE ESTRUTURAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SERIE E SOB ENCOMENDA E A PRESTACAO DE SERVICOS DE APLICACAO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES E DEMAIS SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO.

Cláusula Terceira - A sede da sociedade é na RODOVIA BR 491, número 570, KM 221, bairro / distrito INDUSTRIAL, município ELOI MENDES - MG, CEP 37.110-000.

Cláusula Quarta - A sociedade iniciará suas atividades em 12/04/2021 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital social é R\$ 10.000,00 (DEZ MIL reais) dividido em 10.000 quotas no valor nominal R\$ 1,00 (UM real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

NOME	Nº DE QUOTAS	VALOR R\$
JONATHAN PEREIRA CRABI	100	100,00
LUIS OTAVIO CRABI	9.900	9.900,00
TOTAL	10.000	10.000,00

Cláusula Sexta - A administração da sociedade caberá ao administrador/sócio LUIS OTAVIO CRABI, sócio emancipado, o qual é, neste ato, investido dos poderes de administração e gerência conferidos pela Lei e por este Contrato Social para a prática de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade, tais como a utilização de seu nome empresarial e a representação plena, ativa e passiva, em juízo ou fora dele, perante fornecedores, instituições bancárias e terceiros em geral, bem como perante os Poderes Públicos Federais, Estaduais e Municipais, suas autarquias e repartições, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da Sociedade; sendo vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social, onerar ou alienar bens imóveis da Sociedade e/ou contratar empréstimos e financiamentos em prol da mesma, ou, ainda, assumir obrigações seja em favor de

MÓDULO INTEGRADOR: 7 MGP2100242247



MG12266372

1/3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 3/11

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA

qualquer dos quotistas ou de terceiros.

Parágrafo Primeiro: Será sempre indispensável a prévia aprovação, em Reunião/Assembleia de Sócios, pelos votos correspondentes à maioria absoluta do capital social, no mínimo, para a prática de quaisquer atos pelo administrador que extrapolem os poderes que lhe foram conferidos na Lei, neste Contrato Social e nos demais documentos que integrarão a presente Sociedade.

Parágrafo Segundo: Ao administrador é vedado fazer-se substituir no exercício de suas funções, sendo-lhe facultado, nos limites de seus poderes, constituir mandatários da Sociedade, especificados no instrumento de mandato os atos e operações que poderão praticar. Se a ausência do administrador for definitiva a administração da Sociedade caberá a outro administrador, eleito em Reunião/Assembleia de Sócios convocada com esta finalidade, observando-se sempre o disposto no art. 1.061 do Código Civil.

Parágrafo Terceiro: As procurações outorgadas pela Sociedade, através de seu administrador, deverão especificar os atos e operações que poderão ser praticadas em nome da Sociedade, e terão vigência limitada, exceto as outorgadas com a cláusula ad judícia, que poderão ser gerais e por prazo indeterminado.

Cláusula Sétima - O(s) signatário(s) do presente ato declara(m) que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Cláusula Oitava - Em caso de falecimento, fica ajustado que poderá haver a substituição do sócio pelos seus herdeiros, desde que, estes sejam os sucessores consanguíneos em linha reta dos Sócios sem limitação de grau.

Parágrafo Primeiro: No caso de restar apenas um sócio na sociedade, este transformará a sociedade em uma empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI), sociedade unipessoal ou em empresário individual.

Cláusula Nona - O sócio Luis Otavio Crabi foi emancipado em 10 de setembro de 2019 conforme escritura pública lavrada no primeiro ofício da Comarca de Elói Mendes/MG, no livro 188, folhas 164 e 165 outorgadas pelo seus pais.

Cláusula Décima - Pode o sócio ser excluído, quando a maioria dos sócios representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa segundo artigo 1.085, caput e §1º do CC/2002.

Cláusula Décima Primeira - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestara contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros apurados.

Parágrafo Primeiro: A distribuição dos lucros poderá ser feita antecipadamente durante o exercício social.

Parágrafo Segundo: A distribuição dos lucros poderá ser realizada de modo desproporcional do percentual das quotas, conforme concordância de todos os sócios.

MÓDULO INTEGRADOR: 7 MGP2100242247



MG12266372

2/3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/11

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA



Cláusula Décima Segunda - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, sendo ineficaz perante estes e a sociedade a alienação realizada sem a observância das regras estabelecidas neste contrato social.

Parágrafo Primeiro: O sócio que desejar alienar suas quotas, no todo ou em parte, deverá notificar por escrito o outro sócio, indicando o pretendo comprador e o valor por elas ofertado, devendo, ainda, fornecer cópia autenticada da oferta, devidamente assinada pelo terceiro interessado.

Parágrafo Segundo: Notificado, o sócio poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestar sua discordância com a alienação ou exercer direito de preferência em igualdade de condições com a proposta apresentada por terceiro.

Cláusula Décima Terceira - O administrador declara, sob as penas da lei, que não está incurso em quaisquer crimes previstos em lei ou restrições legais, que possa impedir o exercício da administração da sociedade conforme artigo 1.011, 1º do CC/2002.

Cláusula Décima Quarta - Fica eleito o foro de ELOI MENDES - MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando o(s) sócio(s) justo(s) e contratado(s), assinam o presente instrumento.

ELOI MENDES, 12 de Abril de 2021.

JONATHAN PEREIRA CRABI
Sócio

LUIS OTAVIO CRABI
Sócio/Administrador

MÓDULO INTEGRADOR: 7 MGP2100242247



MG12266372

3/3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/328.204-6	MGP2100242247	31/03/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
113.724.956-06	JONATHAN PEREIRA CRABI
701.323.606-32	LUIS OTAVIO CRABI

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 6/11

AMESP
260
F.L.S.:
Assinatura



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME

LUÍS OTÁVIO CRABI

CPF

SEM INFORMAÇÃO.

MATRÍCULA

0455180155 2003 1 00049 173 0011882 13

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

vinete e cinco de agosto de dois mil e três

DIA MÊS ANO
25/08/2003

HORA
16:05

NATURALIDADE
Varginha - MG

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Elói Mendes-MG

LOCAL, MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF

Hospital Regional do Sul de Minas, Varginha - MG

SEXO

Masculino

PLACIAÇÃO

LUIS CARLOS CRABI

SIMONE DA SILVA ALVES CRABI

AVÓS

JOSÉ BENEDITO CRABI e MARIA TERESA CRABI

OLÍMPIO ALVES COELHO e ALICE DA SILVA ALVES

GÊMEOS

NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)

NÃO

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO

vinete e oito de agosto de dois mil e três

NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCER

Consta na margem do assento. Emancipado por Escritura Publica, lavrada no 1º Ofício de Notas desta Comarca no lv. 188, fls. 164 e 165, outorgado por seus pais. Inscrita no lv. E-03, fls. 105 sob n. 601. Elói Mendes, 10 de setembro de 2019. O Esc. Aut.: Mateus Correa de Paiva Martins."

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
RG	---	---	---	---
PIS/NIS	---	---	---	---
Passaporte	---	---	---	---
Cartão Nacional de Saúde	---	---	---	---
TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	ZONA/SEÇÃO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor	---	---	---	---
CEP Residencial	---	---	---	---
Grupo Sanguíneo	---	---	---	---

Elói Mendes Cartório do Registro Civil
Oficial: Ana Lucia Machado Bueno de Moraes
Rua Dr. Rocha Braga nº 75 Centro
Elói Mendes-MG. 35-3264-1509

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé
Elói Mendes-MG, 31 de março de 2021.

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA - GERAL DE JUSTIÇA
Elói Mendes Cartório do Registro Civil - MG
Selo Digital: EKS48448 - Cod. Seg.: 5951.9801.4849.6866 -
Cod. e Quantidade do(s) ato(s) Praticado(s): 1 (7802), 1
(7901) Ato(s) Praticado(s) por: - - Emol.: R\$ 43,22 -
Tx. Judic.: R\$ 8,20 - Total: R\$ 51,42 - ISS: R\$ 1,22
Consulte a validade no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



Assinatura do Oficial/Substituto
Ana Lucia Machado Bueno de Moraes - OFICIAL
Mateus Correa de Paiva Martins - OFICIAL SUBSTITUTO
ANA PAULA SILVEIRA - ESCRIVENTE

RECIBO 010224121 MG-P



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/328.204-6	MGP2100242247	31/03/2021

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
113.724.956-06	JONATHAN PEREIRA CRABI
701.323.606-32	LUIS OTAVIO CRABI

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 8/11



DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE REGISTRO DIGITAL

Eu, LORRANA MICAELE DE SOUZA, com inscrição ativa no(a) CRC/(MG) sob o nº 122923, expedida em 06/04/2021, inscrito no CPF nº 126.634.406-39, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

1. Certidão de nascimento de Luis, - 1 página(s)

Eloi Mendes/MG, 12 de abril de 2021.

Nome do declarante que assina digitalmente: LORRANA MICAELE DE SOUZA



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, de NIRE 3121220961-8 e protocolado sob o número 21/328.204-6 em 31/03/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31212209618, em 12/04/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Kassia Maria Cardoso de Paula.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
701.323.606-32	LUIS OTAVIO CRABI
113.724.956-06	JONATHAN PEREIRA CRABI

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
113.724.956-06	JONATHAN PEREIRA CRABI
701.323.606-32	LUIS OTAVIO CRABI

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
701.323.606-32	LUIS OTAVIO CRABI
113.724.956-06	JONATHAN PEREIRA CRABI

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
126.634.406-39	LORRANA MICAEL DE SOUZA

Belo Horizonte, segunda-feira, 12 de abril de 2021



Documento assinado eletronicamente por Kassia Maria Cardoso de Paula, Servidor(a) Público(a), em 12/04/2021, às 12:27 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 21/328.204-6.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 10/11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte, segunda-feira, 12 de abril de 2021



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212209618 em 12/04/2021 da Empresa LOIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, Nire 31212209618 e protocolo 213282046 - 31/03/2021. Autenticação: 1E30C0BB2C10A75EF10B0F24C7EDBC6DA3792E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/328.204-6 e o código de segurança xX5q Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 11/11

2



LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA
Rodovia BR-491 km-221 nº570 – Distrito Industrial
CNPJ: 41.537.193/0001-00 IE: 004019751.00-35
CEP=37.110-000 - ELÓI MENDES/MG
TELEFAX: (35) 3264-1613 Ramal 29 e-mail: licitacao@crabi.com.br

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF o nº 41.537.193/0001-00, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) LUIS OTAVIO CRABI, portador(a) da Carteira de Identidade RG nº 21.408.027 e inscrito no CPF/MF sob o nº 701.323.606-32, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Elói Mendes/MG, 10 de Fevereiro de 2022.

41.537.193/0001-00
Luis Otávio Crabi Indústria Ltda.
Rod. BR 49 Km 221, 570
Bairro Industrial - CEP 37.110-000
Elói Mendes - MG

LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA – EPP

Sebastião Adilson Teodoro – Documento que lhe outorga poderes: Procuração

CPF 827.792.016-49 e RG M-8.327.510 SSP/MG



Residencial Dona Vita Empreendimentos
Imobiliarios Alfenas SPE LTDA
Av. Edson Rezende Silva, 81 — Distrito
Industrial
CEP: 37750-000 — Machado/MG
CNPJ: 35.454.930/0001-08 Insc. Est.: ISENT0
Telefone: (35) 3295 - 0300

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **41.537.193/0001-00**, presta e/ou prestou serviços de fornecimento de artefatos de concreto, e vem cumprindo fielmente com os prazos, condições estabelecidas e solicitadas por esta empresa.

Dentre os materiais fornecidos estão:

- Tubos de concreto nas medidas 400mm e 600mm sem armação
- Tubos de Concreto nas medidas de 1000mm com armação,

Conforme o exposto, asseguramos que os artefatos de concreto são de boa qualidade.

Sem mais para o momento,

É o que nos cumpre informar.

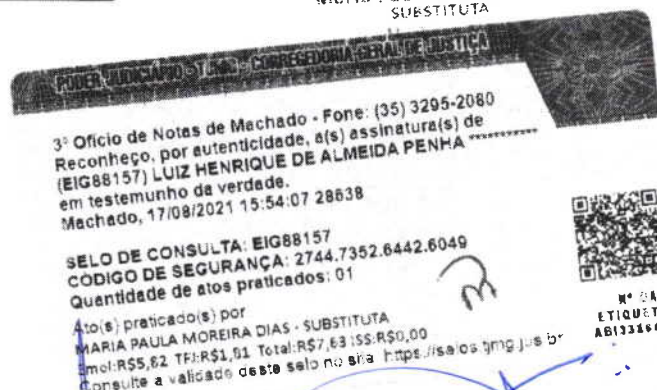
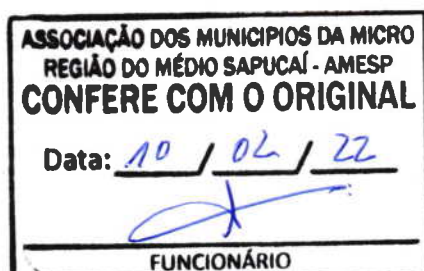
Atenciosamente,

Machado/MG, 28 de Julho de 2021

3º OFÍCIO


DIRETOR

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO
Maria Cecília Andrade L. Garcia
INTERINA
Maria Paula Moreira Dias
SUBSTITUTA



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA



Atestamos para os devidos fins, que a empresa **LUIS OTÁVIO CRABI INDÚSTRIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **41.537.193/0001-00**, presta e/ou prestou serviços de fornecimento de artefatos de concreto, e vem cumprindo fielmente com os prazos, condições estabelecidas e solicitadas por esta empresa.

Dentre os materiais fornecidos estão:

- Blocos sextavados de concreto de dimensões 25x25x8 cm;
- Blocos sextavados de concreto de dimensões 30x30x8 cm;
- Meio fio de concreto 80x30x10 cm;
- Anel de concreto 0,60x0,50 MF PA1

Conforme o exposto, asseguramos que os artefatos de concreto são de boa qualidade. Sem mais para o momento,
É o que nos cumpre informar.

Atenciosamente,

Varginha/MG, 28 de Julho de 2021

AGUAS CLARAS INCORP E EMPREED IMOB SPE LTDA
30.165.102/0001-28

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO
REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL

Data: 10 / 02 / 22

FUNCIONÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
2º Tabelionato de Notas de Lavras - MG
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de
(EUY16050) HENRIQUE ANTONIO LAGE BORGES
em testemunho de verdade.
Lavras, 29/07/2021 10:03:11 22336
SELO DE CONSULTA: EUY16050
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 8964.1079.4175.8715
Quantidade de atos praticados: 01
Atore(s) praticado(s) por:
NATHALIA RODARTE - ESCRIVENTE
Embr: R\$5,82 TFI: R\$1,81 Total: R\$7,63 ISS: R\$0,27
Consulte a validade deste selo no site: <https://seios.tjmg.jus.br>



Nº DA
ETIQUETA
AB1613086





Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ELÓI MENDES



CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

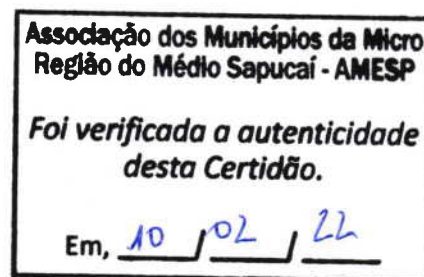
Nome: LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA
CNPJ: 41.537.193/0001-00

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;
- e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 24 de Janeiro de 2022 às 15:41



ELÓI MENDES, 24 de Janeiro de 2022 às 15:41

Código de Autenticação: 2201-2415-4120-0072-9372

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ELÓI MENDES

CERTIDÃO CÍVEL DE EXECUÇÃO CÍVEL NEGATIVA



CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Cumprimento de sentença, Cumprimento Provisório de Sentença, Execução de Título Extrajudicial, Execução de Alimentos, Execução Contra a Fazenda Pública, Execução Fiscal, Execução Hipotecária do Sistema Financeiro Nacional, Processo de Execução, Execução de Título Judicial - CEJUSC, Execução Extrajudicial de Alimentos, Cumprimento de Sentença de Obrigação de prestar alimentos, Cumprimento de Sentença - Lei Arbitral (Lei 9.307/1996), NADA CONSTA em tramitação contra:

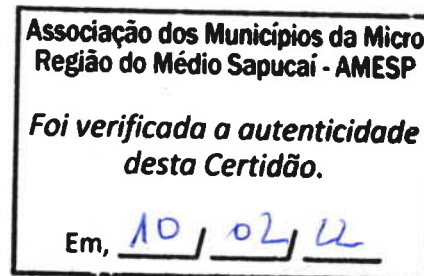
Nome: LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA
CNPJ: 41.537.193/0001-00

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;
- e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 24 de Janeiro de 2022 às 15:38



ELÓI MENDES, 24 de Janeiro de 2022 às 15:38

Código de Autenticação: 2201-2415-3812-0670-5682

Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: Luis Otavio Crabi Industria Ltda EPP
 Período da Escrituração: 12/04/2021 a 31/12/2021
 Número de Ordem do Livro: 1
 Período Selecionado: 12 de Abril de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

CNPJ: 41.537.193/0001-00



TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	Luis Otavio Crabi Industria Ltda EPP
NIRE	
CNPJ	41.537.193/0001-00
Número de Ordem	1
Natureza do Livro	Livro Diário
Município	ELOI MENDES
Data do arquivamento dos atos constitutivos	12/04/2021
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	12/04/2021
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	7911

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	Luis Otavio Crabi Industria Ltda EPP
Natureza do Livro	Livro Diário
Número de ordem	1
Quantidade total de linhas do arquivo digital	7911
Data de inicio	12/04/2021
Data de término	31/12/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 68.8F.82.A2.5A.B0.24.8B.37.C4.05.CE.D3.FF.A0.49.DE.E3.C7.6D-5, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Página 1 de 1

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: Luis Otavio Crabi Industria Ltda EPP

Período da Escrituração: 12/04/2021 a 31/12/2021

CNPJ: 41.537.193/0001-00

Número de Ordem do Livro: 1

Período Selecionado: 12 de Abril de 2021 a 31 de Dezembro de 2021



Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 0,00	R\$ 659.959,88
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 0,00	R\$ 640.746,57
DISPONIVEL		R\$ 0,00	R\$ 59.335,75
CAIXAS		R\$ 0,00	R\$ 59.335,75
CAIXA GERAL MATRIZ		R\$ 0,00	R\$ 59.335,75
BANCOS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CREDITOS A RECEBER		R\$ 0,00	R\$ 342.856,40
CLIENTES A RECEBER		R\$ 0,00	R\$ 339.466,94
CLIENTES A RECEBER		R\$ 0,00	R\$ 339.466,94
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS		R\$ 0,00	R\$ 3.389,46
ADIANTAMENTO DE FERIAS		R\$ 0,00	R\$ 3.380,66
CONVENIO FARMACIA		R\$ 0,00	R\$ 8,80
ADIANTAMENTOS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ESTOQUES		R\$ 0,00	R\$ 238.554,42
ESTOQUE INDÚSTRIA		R\$ 0,00	R\$ 238.554,42
MATÉRIA PRIMA		R\$ 0,00	R\$ 228.749,14
PRODUTOS ACABADOS		R\$ 0,00	R\$ 9.805,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 0,00	R\$ 19.213,31
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		R\$ 0,00	R\$ 16.000,00
EMPRESTIMOS A RECEBER		R\$ 0,00	R\$ 16.000,00
EMPRESTIMO A SOCIOS		R\$ 0,00	R\$ 16.000,00
INVESTIMENTOS		R\$ 0,00	R\$ 200,00
PARTICIPACOES SOCIETARIAS		R\$ 0,00	R\$ 200,00
COTA CAPITAL SICOOB		R\$ 0,00	R\$ 200,00
IMOBILIZADO		R\$ 0,00	R\$ 3.013,31
IMOBILIZADO		R\$ 0,00	R\$ 3.200,00
MOVEIS E UTENSILIOS		R\$ 0,00	R\$ 3.200,00
(-) (-) DEPRECIACAO ACUMULADA		R\$ (0,00)	R\$ (186,69)
(-) (-) DEPRECIACAO DE MOVEIS E UTENSILIOS		R\$ (0,00)	R\$ (186,69)
PASSIVO		R\$ 0,00	R\$ 659.959,88
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 0,00	R\$ 613.073,11

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 68.8F.82.A2.5A.B0.24.8B.37.C4.05.CE.D3.FF.A0.49.DE.E3.C7.6D-5, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Página 1 de 3

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: Luis Otavio Crabi Industria Ltda EPP

Período da Escrituração: 12/04/2021 a 31/12/2021

CNPJ: 41.537.193/0001-00

Número de Ordem do Livro: 1

Período Selecionado: 12 de Abril de 2021 a 31 de Dezembro de 2021



Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
OBRIGACOES COM TERCEIROS		R\$ 0,00	R\$ 613.073,11
FORNECEDORES		R\$ 0,00	R\$ 202.722,61
FORNECEDORES IMPOSTOS		R\$ 0,00	R\$ 2.637,06
FORNECEDORES FUNCIONARIOS		R\$ 0,00	R\$ 794,00
FORNECEDORES DE MATERIA PRIMA		R\$ 0,00	R\$ 195.277,05
FORNECEDORES DE PRESTACAO DE SERVICOS		R\$ 0,00	R\$ 2.711,00
FORNECEDORES		R\$ 0,00	R\$ 1.303,50
ADIANTAMENTOS		R\$ 0,00	R\$ 2.109,60
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES		R\$ 0,00	R\$ 2.109,00
VENDAS ENTREGA FUTURA		R\$ 0,00	R\$ 0,60
CONTAS A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
OBRIGACOES COM PESSOAL		R\$ 0,00	R\$ 57.836,29
SALARIOS A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 53.520,29
PRO-LABORE A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 3.916,00
AUTONOMO A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 400,00
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 10.433,34
FGTS A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 9.944,98
IRRF S/ SALARIO/FERIAS		R\$ 0,00	R\$ 488,36
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 35.587,54
SIMPLES NACIONAL A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 35.587,54
PROVISOES FERIAS/13º/ENCARGOS		R\$ 0,00	R\$ 99.387,71
PROVISAO DE FERIAS		R\$ 0,00	R\$ 99.387,71
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS		R\$ 0,00	R\$ 129.665,86
CHEQUE EM TRANSITO		R\$ 0,00	R\$ 4.035,87
DUPLICATAS DESCONTADAS		R\$ 0,00	R\$ 125.629,99
EMPRESTIMO COM TERCEIROS		R\$ 0,00	R\$ 72.696,50
EMPRESTIMO AOS SOCIOS		R\$ 0,00	R\$ 72.696,50
LIMITE BANCARIO		R\$ 0,00	R\$ 2.633,66
LIMITE BANCARIO BANCO SICOOB		R\$ 0,00	R\$ 2.633,66
PASSIVO NAO CIRCULANTE		R\$ 0,00	R\$ 24.400,00
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		R\$ 0,00	R\$ 24.400,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 68.8F.82.A2.5A.B0.24.8B.37.C4.05.CE.D3.FF.A0.49.DE.E3.C7.6D-5, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Página 2 de 3

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: Luis Otavio Crabi Industria Ltda EPP

Período da Escrituração: 12/04/2021 a 31/12/2021

CNPJ: 41.537.193/0001-00

Número de Ordem do Livro: 1

Período Selecionado: 12 de Abril de 2021 a 31 de Dezembro de 2021



Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
EMPRESTIMOS TERCEIROS		R\$ 0,00	R\$ 24.400,00
EMPRESTIMO DE TERCEIROS		R\$ 0,00	R\$ 24.400,00
PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 0,00	R\$ 22.486,77
CAPITAL SOCIAL		R\$ 0,00	R\$ 10.000,00
CAPITAL SUBSCRITO		R\$ 0,00	R\$ 10.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 0,00	R\$ 10.000,00
RESULTADOS ACUMULADOS		R\$ 0,00	R\$ 12.486,77
RESULTADOS ACUMULADOS		R\$ 0,00	R\$ 12.486,77
AJUSTE DE SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES		R\$ 0,00	R\$ 787,24
LUCRO DO PERIODO		R\$ 0,00	R\$ 11.699,53

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 68.8F.82.A2.5A.B0.24.8B.37.C4.05.CE.D3.FF.A0.49.DE.E3.C7.6D-5, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Página 3 de 3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: Luis Otavio Crabi Industria Ltda EPP

Período da Escrituração: 12/04/2021 a 31/12/2021

CNPJ: 41.537.193/0001-00

Número de Ordem do Livro: 1

Período Selecionado: 12 de Abril de 2021 a 31 de Dezembro de 2021



Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Receita Operacional Bruta		R\$ (0,00)	R\$ 1.370.937,20
3110101 VENDA A VISTA		R\$ (0,00)	R\$ 10.789,20
3110102 VENDA A PRAZO		R\$ (0,00)	R\$ 1.360.148,00
(-) Deduções e Abatimentos		R\$ 0,00	R\$ (145.566,59)
(-) 3110301 DEVOLUCAO DE VENDAS		R\$ 0,00	R\$ (34.320,50)
(-) 3110307 SIMPLES FEDERAL S/ VENDAS		R\$ 0,00	R\$ (111.246,09)
(-) Custo Operacional Bruto (CMV)		R\$ 0,00	R\$ (699.939,56)
(-) 4110103 SALARIOS		R\$ 0,00	R\$ (181.875,25)
(-) 4110104 HORA EXTRA		R\$ 0,00	R\$ (11.483,49)
(-) 4110105 ADICIONAL NOTURNO		R\$ 0,00	R\$ (19,66)
(-) 4110106 RESCISOES CONTRATUAIS		R\$ 0,00	R\$ (1.810,52)
(-) 4110108 FGTS		R\$ 0,00	R\$ (20.989,27)
(-) 4110109 FERIAS		R\$ 0,00	R\$ (75.258,58)
(-) 4110110 13º SALARIO		R\$ 0,00	R\$ (30.564,44)
(-) 4110112 ASSISTENCIA MEDICA		R\$ 0,00	R\$ (2.440,00)
(-) 4110113 SEGURO DE VIDA		R\$ 0,00	R\$ (3.557,19)
(-) 4110120 MANUTENÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 0,00	R\$ (544,80)
(-) 4110122 MATERIAL DE CONSUMO		R\$ 0,00	R\$ (400,00)
(-) 4110125 SERVIÇOS PRESTADOS PF		R\$ 0,00	R\$ (2.800,00)
(-) 4110132 ALIMENTAÇÃO		R\$ 0,00	R\$ (100,00)
(-) 4110201 CUSTO DE MATERIA PRIMA		R\$ 0,00	R\$ (368.096,36)
(-) Lucro Operacional Bruto (3-4)		R\$ (0,00)	R\$ (699.939,56)
(-) Despesas Operacionais		R\$ 0,00	R\$ (495.121,03)
(-) 4210205 MATERIAL DE ESCRITORIO		R\$ 0,00	R\$ (135,00)
(-) 4210210 SEGUROS		R\$ 0,00	R\$ (390,00)
(-) 4210213 DEPRECIACAO		R\$ 0,00	R\$ (186,69)
(-) 4210228 MANUTENÇÃO DE SOFTWARES/INSTALAÇÕES		R\$ 0,00	R\$ (6.240,00)
(-) 4210229 MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 0,00	R\$ (579,50)
(-) 4210230 ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES DE CLASSE		R\$ 0,00	R\$ (363,89)
(-) 4210239 SALARIOS		R\$ 0,00	R\$ (332.069,83)
(-) 4210240 HORA EXTRA		R\$ 0,00	R\$ (8.815,59)
(-) 4210241 RESCISOES CONTRATUAIS		R\$ 0,00	R\$ (9.888,12)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 68.8F.82.A2.5A.B0.24.8B.37.C4.05.CE.D3.FF.A0.49.DE.E3.C7.6D-5, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Página 1 de 2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: Luis Otavio Crabi Industria Ltda EPP

Período da Escrituração: 12/04/2021 a 31/12/2021

CNPJ: 41.537.193/0001-00

Número de Ordem do Livro: 1

Período Selecionado: 12 de Abril de 2021 a 31 de Dezembro de 2021



Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) 4210243 FGTS		R\$ 0,00	R\$ (33.761,13)
(-) 4210244 FERIAS		R\$ 0,00	R\$ (40.378,29)
(-) 4210245 13º SALARIO		R\$ 0,00	R\$ (35.809,56)
(-) 4210246 PRO-LABORE		R\$ 0,00	R\$ (5.550,74)
(-) 4210248 ADICIONAL NOTURNO		R\$ 0,00	R\$ (203,87)
(-) 4210249 GRATIFICAÇÕES		R\$ 0,00	R\$ (1.114,00)
(-) 4210272 RENOVAÇÃO DE CERTIFICADOS		R\$ 0,00	R\$ (175,00)
(-) 4210281 DIARIAS MOTORISTAS		R\$ 0,00	R\$ (8.316,00)
(-) 4210288 SERVICOS PARA LICITACOES		R\$ 0,00	R\$ (1.736,01)
(-) 4210304 TAXAS MUNICIPAIS		R\$ 0,00	R\$ (434,60)
(-) 4210305 TAXAS ESTADUAIS		R\$ 0,00	R\$ (7.581,99)
(-) 4210306 TAXAS FEDERAIS		R\$ 0,00	R\$ (1.391,22)
Receitas Financeiras		R\$ (0,00)	R\$ 1.347,74
3120101 JUROS RECEBIDOS		R\$ (0,00)	R\$ 787,04
3120102 DESCONTOS OBTIDOS		R\$ (0,00)	R\$ 560,70
(-) Despesas Financeiras		R\$ 0,00	R\$ (20.618,23)
(-) 4210401 JUROS PAGOS A FORNECEDORES		R\$ 0,00	R\$ (455,08)
(-) 4210402 JUROS S/ EMPRESTIMOS BANCARIOS		R\$ 0,00	R\$ (7.229,81)
(-) 4210403 DESCONTOS CONCEDIDOS		R\$ 0,00	R\$ (0,06)
(-) 4210404 DESPESAS BANCARIAS		R\$ 0,00	R\$ (1.396,77)
(-) 4210405 IOF		R\$ 0,00	R\$ (3.900,72)
(-) 4210407 JUROS ANTECIPAÇÃO DE RECEBÍVEIS		R\$ 0,00	R\$ (4.764,28)
(-) 4210410 JUROS SOBRE DESCONTO DE DUPLICATA		R\$ 0,00	R\$ (2.871,51)
Outras Receitas		R\$ (0,00)	R\$ 660,00
3210204 RECUPERACAO DE DESPESAS		R\$ (0,00)	R\$ 660,00
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício (19-20)		R\$ (0,00)	R\$ 11.699,53

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 68.8F.82.A2.5A.B0.24.8B.37.C4.05.CE.D3.FF.A0.49.DE.E3.C7.6D-5, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Página 2 de 2



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 9.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
	41.537.193/0001-00	
NOME EMPRESARIAL		
Luis Otavio Crabi Industria Ltda EPP		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	12/04/2021 a 31/12/2021
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
Livro Diário	1
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
68.8F.82.A2.5A.B0.24.8B.37.C4.05.CE.D3.FF.A0.49.DE.E3.C7.6D	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Signatário da ECD com e-CNPJ ou e-PJ	41537193000100	LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA:41537193000100	7924658749626936673	16/04/2021 a 16/04/2022	Sim
Diretor	70132360632	LUIS OTAVIO CRABI:70132360632	4715479690549019303	23/06/2020 a 23/06/2023	Não
Contador	08543673658	JOAO MARCOS MANTOVANI NAVES:08543673658	7695560202013549109	23/12/2021 a 23/12/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

68.8F.82.A2.5A.B0.24.8B.37.C4.05.CE.
D3.FF.A0.49.DE.E3.C7.6D-5

Escrutação recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 08/02/2022 às 15:58:53

BB.CA.2A.43.D5.81.75.9F
8B.8B.92.4F.82.6E.7C.BB

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo nos termos do Decreto nº 9.555/2018, dispensando-se qualquer outra forma de autenticação. Este recibo comprova a autenticação.



DECLARAÇÃO DE CALCULO DOS ÍNDICES

Razão Social: LUIS OTÁVIO CRABI

CNPJ: 41.537.193/0001-00

Ano Referência: 2021

Ativo Circulante:	640.746,57
Realizável a Longo Prazo:	16.000,00
Passivo Circulante:	613.073,11
Exigível a Longo Prazo:	24.400,00
Ativo Total:	659.959,88

Índice de Liquidez Geral (ILG)

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = 1,03$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC)

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = 1,05$$

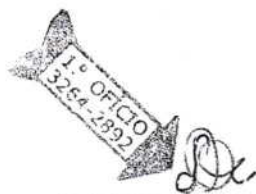
Grau de Endividamento (GE)

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} = 0,97$$

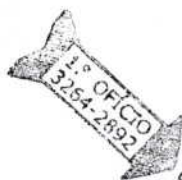
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO
REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL

Data: 10/02/22

FUNCIONÁRIO



LUIS OTAVIO CRABI
CPF: 701.323.606-32
SÓCIO ADMINISTRADOR



JOÃO MARCOS MANTOVANI NAVES
CPF: 085.436.736-58 CRC/MG: 120.688/O-3
CONTADOR

João Marcos Mantovani Naves
CONTADOR
CRC/MG 120.688/O-3



PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREDEIRIA GERAL DE JUSTIÇA

1º Tabelionato de Notas da Comarca de Elói Mendes - MG

Reconheço, por semelhança a assinatura de: LUIS OTAVIO CRABI.
Elói Mendes, 08/02/2022

SELO DE CONSULTA: FAV68683
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 5963/6578.9182.8436



Quantidade de atos praticados: 1
Ato(s) praticado(s) por: Daise Silva - Escrevente Autorizada
ISSQ: R\$ 0,20 Emol: R\$ 7,04 TFC: R\$ 2,19 Valor Final: R\$ 9,43
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA
ETIQUETA
ABC009186

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREDEIRIA GERAL DE JUSTIÇA

1º Tabelionato de Notas da Comarca de Elói Mendes - MG

Reconheço, por autenticidade a assinatura de: JOÃO MARCOS MANTOVANI NAVES.
Elói Mendes, 08/02/2022

SELO DE CONSULTA: FAV68684
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 9445.9607.3704.5174



Quantidade de atos praticados: 1
Ato(s) praticado(s) por: Daise Silva - Escrevente Autorizada
ISSQ: R\$ 0,20 Emol: R\$ 7,04 TFC: R\$ 2,19 Valor Final: R\$ 9,43
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA
ETIQUETA
ABC009187



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 41.537.193/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/04/2021
NOME EMPRESARIAL LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LUIS OTAVIO CRABI		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 23.30-3-01 - Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda 43.30-4-05 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores (Dispensada *) 43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente (Dispensada *)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO ROD BR 491	NÚMERO 570	COMPLEMENTO KM 221
CEP 37.110-000	BAIRRO/DISTRITO INDUSTRIAL	MUNICÍPIO ELOI MENDES
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTABILIDADE@CRABI.COM.BR		TELEFONE (35) 3264-1613
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/04/2021
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **24/01/2022 às 15:24:45** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Secretaria de Estado de
Fazenda
de Minas Gerais

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL

DADOS CADASTRAIS

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004019751.00-35

CPF/CNPJ: 41.537.193/0001-00

NOME/NOME EMPRESARIAL: LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA

NOME FANTASIA: LUIS OTAVIO CRABI

CNAE PRINCIPAL / DESCRIÇÃO: 2330-3/02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção

DESMEMBRAMENTO:

CNAE SECUNDÁRIA / 2330-3/01 - Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda

DESMEMBRAMENTO:

NATUREZA JURIDICA: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

REGIME DE RECOLHIMENTO: SIMPLES NACIONAL

CATEGORIA: Único

DATA INSCRIÇÃO: 12/04/2021

MEI: não

SITUACAO INSCRIÇÃO: Ativo

DATA DA SITUAÇÃO DA 12/04/2021

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

CEP: 37110000

UF: MINAS GERAIS

MUNICIPIO: ELOI MENDES

DISTRITO / POVOADO:

BAIRRO: INDUSTRIAL

LOGRADOURO: ROD BR 491

NUMERO: 570

COMPLEMENTO DO CEP:

COMPLEMENTO: KM 221

EMITIDO EM

24/01/2022 15:27:35

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ELÓI MENDES**
ESTADO DE MINAS GERAISPARA VALIDAÇÃO DESTE DOCUMENTO ACESSSE O SITE
PREFEITURAMODERNA.COM.BR (MEUIPTU) E INFORME O Nº DA
CERTIDÃO.

278

Assinatura

CERTIDÃO NEGATIVA**Nº: 0014539****Informações do Contribuinte**

CÓDIGO	961019	NOME DO CONTRIBUINTE	LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA		CPF / CNPJ	41.537.193/0001-00
ENDEREÇO	RUA BR 491		NÚMERO	570	COMPLEMENTO	KM221
NÚMERO CEP	37110000	MUNICÍPIO - UF	ELÓI MENDES - MG		BAIRRO	DIST. INDUSTRIAL
			APTO / SALA	NOME EDIFÍCIO		

Informações do Requerente

Nº DE DOCUMENTO	70132360632	NOME DO REQUERENTE	luis otavio crabi	FINALIDADE	
		OBSERVAÇÕES			

Data de Emissão: 01/02/2022 Hora de Emissão: 08:02:19**Validade: 02/05/2022**

De acordo com a Lei Complementar nº 005 de 23 de abril de 2007, que institui o Código Tributário deste município, CERTIFICAMOS QUE, revendo os livros de Lançamentos desta Prefeitura, o contribuinte acima descrito, NADA DEVE a Fazenda Municipal, referente a Impostos, Taxas ou Multas, até a presente data, com validade da presente certidão em noventa (90) dias.

Conforme Código Tributário Municipal, fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar eventuais débitos que vierem a ser apurados, mesmo referente a período anterior a emissão da presente certidão.

NADA MAIS havendo, o referido e verdade do que dou fé.

Elói Mendes(MG), 01 de Fevereiro de 2022





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA
CNPJ: 41.537.193/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

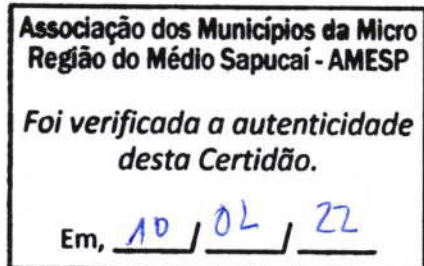
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:02:32 do dia 01/12/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/05/2022.

Código de controle da certidão: **EFDB.4901.7F87.D034**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS



CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
01/02/2022CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
02/05/2022

NOME/NOME EMPRESARIAL: LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004019751.00-35

CNPJ/CPF: 41.537.193/0001-00

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: ROD BR 491

NÚMERO: 570

COMPLEMENTO: KM 221,

BAIRRO: INDUSTRIAL

CEP: 37110000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: ELOI MENDES

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2022000521277643

Associação dos Municípios da Micro
Região do Médio Sapucaí - AMESP

Foi verificada a autenticidade
desta Certidão.

Em, 10 / 02 / 22



Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 41.537.193/0001-00**Razão Social:** LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA**Endereço:** RODOVIA ROD BR 491 570 KM 221 / INDUSTRIAL / ELOI MENDES / MG / 37110-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/01/2022 a 22/02/2022**Certificação Número:** 2022012415342562636905

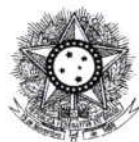
Informação obtida em 24/01/2022 15:34:25

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Associação dos Municípios da Micro
Região do Médio Sapucaí - AMESP

*Foi verificada a autenticidade
desta Certidão.*

Em, 10 / 01 / 22



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 41.537.193/0001-00
Certidão nº: 2855571/2022
Expedição: 24/01/2022, às 15:31:48
Validade: 22/07/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **41.537.193/0001-00**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

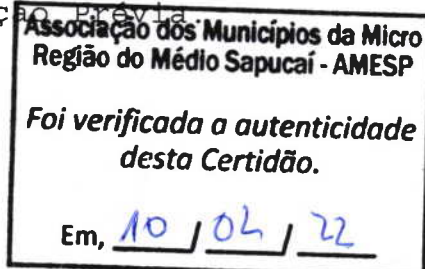
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA
Rodovia BR-491 km-221 nº570 – Distrito Industrial
CNPJ: 41.537.193/0001-00 IE: 004019751.00-35
CEP=37.110-000 - ELÓI MENDES/MG
TELEFAX: (35) 3264-1613 Ramal 29 e-mail: licitacao@crabi.com.br

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, CNPJ n.º 41.537.193/0001-00 é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2.006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão.

Elói Mendes/MG, 10 de Fevereiro de 2022.

41.537.193/0001-00
Luis Otávio Crabi Indústria Ltda.
Rod. BR 49 Km 221, 570
Bairro Industrial - CEP 37.110-000
Elói Mendes - MG

LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA – EPP

Sebastião Adilson Teodoro – Documento que lhe outorga poderes: Procuração

CPF 827.792.016-49 e RG M-8.327.510 SSP/MG



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
3121220961-8	41.537.193/0001-00	12/04/2021	12/04/2021

Endereço Completo:

RODOVIA BR 491 570 KM 221 - BAIRRO INDUSTRIAL CEP 37110-000 - ELOI MENDES/MG

Objeto Social:

FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO E DE ESTRUTURAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SERIE E SOB ENCOMENDA E A PRESTACAO DE SERVICOS DE APLICACAO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES E DEMAIS SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO.

Capital Social: R\$ 10.000,00

DEZ MIL REAIS

Capital Integralizado: R\$ xxxxxxxx

xxxxxxx

Microempresa ou
Empresa de Pequeno
Porte

EMPRESA PEQUENO
PORTE
(Lei Complementar
nº123/06)

Prazo de Duração

INDETERMINADO

Sócio(s)/Administrador(es)

CPF/NIRE Nome

113.724.956-06 JONATHAN PEREIRA CRABI

701.323.606-32 LUIS OTAVIO CRABI

Tér. Mandato

xxxxxxx

xxxxxxx

Participação

R\$ 100,00

R\$ 9.900,00

Função

SOCIO

SÓCIO /
ADMINISTRADOR

Status: xxxxxxxx

Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 12/04/2021

Número: 31212209618

Ato 090 - CONTRATO

Evento(s) 208 - EMANCIPACAO (QUANDO INSERIDA PROCESSO)

316 - ENQUADRAMENTO DE EPP

NADA MAIS#

Belo Horizonte, 24 de Janeiro de 2022 16:26

MARINELY DE PAULA BOMPIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C220000207752 e visualize a certidão)



22/037.776-6

Página 1 de 1

Data da consulta: 24/01/2022 12:54:55

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **41.537.193/0001-00**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA**



Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 12/04/2021**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Enquadramentos no SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Não Existem

Eventos Futuros (SIMEI)

Não Existem

Voltar

Gerar PDF

Several handwritten signatures and marks in blue ink at the bottom of the page. There are four distinct signatures, including a large stylized one, a smaller one, and two others that look like initials or short signatures.



LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA
Rodovia BR-491 km-221 nº570 – Distrito Industrial
CNPJ: 41.537.193/0001-00 IE: 004019751.00-35
CEP=37.110-000 - ELÓI MENDES/MG
TELEFAX: (35) 3264-1613 Ramal 29 e-mail: licitacao@crabi.com.br

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A empresa **LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA** com o CNPJ nº 41.537.193/0001-00, Declara a inexistência de fato impeditivo quanto à habilitação para participar neste Pregão, bem como estamos cientes de que devemos declará-los quando ocorridos durante o certame. Por ser verdade, firmamos a presente sob as penas da Lei.

Elói Mendes/MG, 10 de Fevereiro de 2022.

41.537.193/0001-00
Luis Otávio Crabi Indústria Ltda,
Rod. BR 49 Km 221, 570
Bairro Industrial - CEP 37.110-000
Elói Mendes - MG

LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA – EPP

Sebastião Adilson Teodoro – Documento que lhe outorga poderes: Procuração
CPF 827.792.016-49 e RG M-8.327.510 SSP/MG



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ELÓI MENDES
ESTADO DE MINAS GERAIS**

RUA CORONEL HORÁCIO ALVES PEREIRA, 335 - CENTRO
CNPJ: 20.347.225/0001-26



**ALVARÁ DE LICENÇA PARA
LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO 2022**

ALVARÁ Nº 09209

Concedemos a

85551 - LUIS OTAVIO CRABI

CNPJ/CPF

41.537.193/0001-00

Razão Social

LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA

Localizada a

RUA BR 491, Nº 570 - KM221 - DIST. INDUSTRIAL

A exercer a(s) seguinte(s) atividade(s)

Código	Atividade	(ATIVIDADE PRINCIPAL)
83476	2330-3/02 FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUÇÃO	
956	2330-3/01 FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SERIE E SOB ENCOMENDA	
83434	4330-4/05 APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	
83461	4399-1/99 SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	

Data de Abertura

12/04/2021

Válido até

31/12/2022

Horário de Funcionamento

Horário Especial

ELÓI MENDES, 6 de Janeiro de 2022

ENQUANTO SATISFIZER AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR

MANTER ESTE ALVARÁ SEMPRE EM LOCAL VISÍVEL

JOSÉ GUILHERME TOMBA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

MAICON RODRIGO SOUZA NOVAES
AGENTE FISCAL DE RENDAS

**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO
REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL**

Data: **10/01/22**

Observação:

HORARIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO DEVERÁ SEGUIR LEGISLAÇÃO VIGENTE NO MOMENTAO DA FISCALIZAÇÃO.

FUNCIONÁRIO

RUA CORONEL HORACIO ALVES PEREIRA, 335 - CENTRO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL – CREDENCIAMENTO, ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS.

Ata nº 03/2022

Data: 10 de Fevereiro de 2022.

Horário: 09h00mins.

Licitação: **Pregão Presencial para o Registro de Preços nº 03/2022.**Critério de julgamento: Menor Preço Global (Por Lote).Local da Abertura: Sala de Licitações da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP.Objeto: **LICITAÇÃO COMPARTILHADA para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**Prazo de execução: 12 meses.Órgão solicitante: AMESP.Validade da proposta: 60 diasPregoeiro e Equipe de Apoio:

Wagner do Couto – Pregoeiro.

José Vitor Rosa – Equipe de Apoio.

Roque José dos Santos – Equipe de Apoio.

EMPRESAS PARTICIPANTES	CNPJ Nº
LUIS OTÁVIO CRABI INDÚSTRIA LTDA	41.537.193/0001-00
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA	26.614.327/0001-47

ASSESSOR JURÍDICO
José Otávio Ferreira Amaral – OAB 74.071B

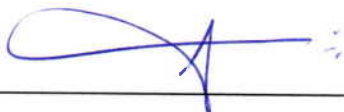
DIRETOR EXECUTIVO DA AMESP
Moacir Franco

O pregão nº 03/2022 foi publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios Mineiros na data de 27/01/2022, no Jornal Diário de Pouso Alegre/MG, na data de 27/01/2022, no site amesp@mg.gov.br bem como o aviso de edital foi fixado no quadro de avisos da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP. No dia e hora supramencionados, realizou-se a sessão pública para o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e propostas comerciais das empresas, na presença do pregoeiro e de sua equipe de apoio. Foi aberta a sessão pública, iniciando o período de recebimento dos elementos necessários à habilitação preliminar (envelopes de proposta comercial e documentação) e de identificação/credenciamento dos representantes legais, para procederem às atividades pertinentes ao presente pregão, conforme previsto no edital, tendo sido recebidos os envelopes da empresa acima elencadas. O pregoeiro e sua equipe de apoio efetuaram a verificação do atendimento das condições estabelecidas para a habilitação preliminar por parte das empresas participantes. As empresas licitantes foram consideradas aptas a prosseguirem no certame nada tendo a registrar. O pregoeiro e sua equipe de apoio iniciaram, imediatamente, a abertura dos envelopes de propostas comerciais. O pregoeiro e equipe de apoio informou aos representantes presentes os

procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do pregão, e ressaltou que a ausência quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicaria na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. As propostas comerciais apresentadas pelas licitantes foram analisadas pelo pregoeiro e equipe de apoio, tendo como base de avaliação as determinações do caderno convocatório. Chegou-se à fase de lances, ocasião em que as empresas classificadas tiveram a oportunidade de reduzir os preços ofertados. Foi prosseguida a sessão, onde se verificou os valores apresentados e seus lances. Levando em consideração o critério de julgamento à empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 26.614.327/0001-47**, vencedora do **lote 01** pelo menor preço global de **R\$ 4.797.000,00 (quatro milhões setecentos e noventa e sete mil reais)**. Ato contínuo procedeu-se a abertura do envelope nº 02 – DOCUMENTOS, da empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA**, onde se constatou que a mesma cumpriu com todos os documentos solicitados no edital, sendo, portanto, declarada **HABILITADA**. Empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 26.614.327/0001-47**, vencedora do **lote 02** pelo menor preço global de **R\$ 18.025.000,00 (dezoito milhões e vinte e cinco mil reais)**. Empresa **LUIS OTÁVIO CRABI INDÚSTRIA LTDA, CNPJ nº 41.537.193/0001-00**, vencedora do **lote 03** pelo menor preço global de **R\$ 24.948.000,00 (vinte e quatro milhões novecentos e quarenta e oito mil reais)**. Ato contínuo procedeu-se a abertura do envelope nº 02 – DOCUMENTOS, da empresa **LUIS OTÁVIO CRABI INDÚSTRIA**, onde se constatou que a mesma não cumpriu com o item 9.5.9 do Caderno Convocatório, estando, portanto **INABILITADA**. Diante do exposto, foi convocada a empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 26.614.327/0001-47**, classificada em segundo lugar com o menor preço e após negociação do Pregoeiro com o responsável legal da empresa, o mesmo, sem que houvesse a obrigatoriedade, aceitou a negociação no mesmo valor da empresa vencedora, ou seja, **R\$ 24.948.000,00 (vinte e quatro milhões novecentos e quarenta e oito mil reais)**. Empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 26.614.327/0001-47**, vencedora do **lote 03** pelo menor preço global de **R\$ 24.948.000,00 (vinte e quatro milhões novecentos e quarenta e oito mil reais)**. O representante da empresa **LUIS OTÁVIO CRABI INDÚSTRIA LTDA, CNPJ nº 41.537.193/0001-00**, manifesta, neste ato, o desejo de interpor recurso administrativo em face da inabilitação da empresa. O representante legal da empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 26.614.327/0001-47**, fica, desde já, intimado na interposição do contra recurso ao final do prazo de recurso. Nada mais havendo a tratar e para constar, eu, José Vitor da Rosa Júnior, membro da equipe de apoio, lavro a presente ata conforme termos e elementos a mim apresentados no ato desta reunião, que, tendo sido lida e achada de conforme, segue assinada pelos presentes.

Pouso Alegre/MG, aos 10 de Fevereiro de 2022.

PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO:



Wagner do Couto – Pregoeiro.





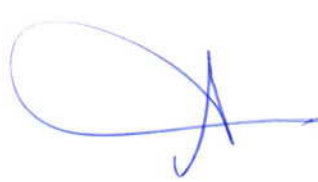

**CONSÓRCIO
AMESP**




José Vitor da Rosa Júnior – Membro da Equipe de Apoio.


Roque José dos Santos – Membro da Equipe de Apoio.

EMPRESAS PARTICIPANTES	ASSINATURA DOS REPRESENTANTES
LUIS OTÁVIO CRABI INDÚSTRIA LTDA	
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA	





Advogados

Luciano Adiel Lopes
OAB/MG 31930

Elisa Ferreira Lopes
OAB/MG 110.224

Luciano Ferreira Lopes
OAB/MG 135.920

**ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO WAGNER DO COUTO – DD. REPRESENTANTE
DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO
SAPUCAÍ – AMESP**

Associação dos Municípios da Micro Região do Médio Sapucaí - AMESP - PROTOCOLO - Em, <u>15</u> / <u>02</u> / <u>22</u> Horas: <u>15</u> : <u>05</u>

LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 41.537.193/0001-00, com sede na Rodovia BR 491, nº 570, km 221, Distrito Industrial, Elói Mendes/MG, CEP 37110-000, ora representada por seu diretor, **LUIS OTAVIO CRABI**, brasileiro, estudante, solteiro, nascido em 25/08/2003, inscrito no CPF sob o nº 701.323.606-32, RG nº 21408027, SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Dr. Carlos Dayrell França nº 07, Centro, Elói Mendes/MG, CEP 37.110-000, vem interpor **Recurso Administrativo** em face da decisão que determinou sua desclassificação do Pregão Presencial nº 03/2022 pelos motivos de fato e de direito abaixo expostos.

Requer o processamento do presente recurso, com sua remessa à autoridade superior, para que proceda ao seu julgamento.

Nestes termos, pede deferimento.



Advogados

Luciano Adiel Lopes
OAB/MG 31930

Elisa Ferreira Lopes
OAB/MG 110.224

Luciano Ferreira Lopes
OAB/MG 135.920



Elói Mendes, 14 de fevereiro de 2022

LUIS OTAVIO CRABI
INDUSTRIA
LTDA:41537193000100
Assinado de forma digital por LUIS
OTAVIO CRABI INDUSTRIA
LTDA:41537193000100
Dados: 2022.02.15 11:52:57 -03'00'

Luis Otávio Crabi

LUCIANO FERREIRA
LOPES:0830715967
9
Assinado de forma digital
por LUCIANO FERREIRA
LOPES:08307159679
Dados: 2022.02.15 11:20:09
-03'00'

Luciano Ferreira Lopes

OAB/MG 135.920
ELISA FERREIRA
LOPES:0525627
8630
Assinado de forma
digital por ELISA
FERREIRA
LOPES:05256278630
Dados: 2022.02.15
11:22:10 -03'00'

Elisa Ferreira Lopes

OAB/MG 110.224

Mozar Fernandes Rosa

OAB/MG 179.928



Advogados

Luciano Adiel Lopes
OAB/MG 31930

Elsa Ferreira Lopes
OAB/MG 110.224

Luciano Ferreira Lopes
OAB/MG 135.920

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM PREGÃO PRESENCIAL

Ref. Pregão Presencial nº: 03/2022

Recorrente: LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA

ILUSTRÍSSIMO SENHOR,

3

I - PRELIMINARMENTE

Cumpra esclarecer, inicialmente, que o recorrente manifestou sua intenção de recorrer ao final da sessão de classificação e habilitação, conforme se depreende da respectiva ata, cumprindo o que prevê o art. 4º, inc. XVIII da Lei nº 10.520/2002.

II - DOS FATOS

No dia 27/01/2022 foi lançado o Edital de Pregão Presencial nº 03/2002, para registro de preços, na forma de licitação compartilhada para a contratação de empresa para fornecimento de agregados minerais e de concreto para os municípios que compõem a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.



Advogados

Luciano Adiel Lopes
OAB/MG 31930

Elisa Ferreira Lopes
OAB/MG 110.224

Luciano Ferreira Lopes
OAB/MG 135.920

O recebimento das propostas iniciou-se em 10/02/2022 e a sua abertura foi marcada para o mesmo dia às 9h, para habilitação preliminar, sendo a recorrente habilitada.

A recorrente foi vencedora do LOTE 03, pelo menor preço global de R\$ 24.948.000,00 (vinte e quatro milhões novecentos e quarenta e oito mil reais). Entretanto no momento da abertura dos envelopes a recorrente foi inabilidade pelo não cumprimento do item 9.5.9 do Edital.

Em ato contínuo, a recorrente manifestou interesse em recorrer o que faz pautada nas seguintes razões.

4

III – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no §1º do art. 56 da Lei n. 8.666/93, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

Além das exigências e garantias devemos também analisar o fracionamento ocorrido no presente certamente, vez que o objeto a ser licitado, previsto no §1º do art. 23 da Lei de Licitações e Contratos, só é possível quando for demonstrada a viabilidade técnica e econômica de tal ato para a Administração.

Nos dizeres do Prof. Marçal Justen Filho:

“A obrigatoriedade do fracionamento respeita limites de ordem técnica e econômica. Não se admite o fracionamento quando tecnicamente isso não for viável ou, mesmo, recomendável. O fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. Não é possível desnaturar um certo objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de impossibilidade de execução satisfatória.” (In Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13ª ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 265).

Por se tratarem de escolhas administrativas, possuem caráter discricionário da Administração Pública, devendo ser acompanhadas da exposição de motivos, o que não ocorreu.

5

A Administração Pública ao exigir capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo não abaixo de 10% e fracionar os itens em três lotes de forma aleatório, sem motivação técnica, **demonstra um direcionamento e uma restrição na competitividade da licitação.**

O critério de julgamento das propostas é o de MENOR PREÇO GLOBAL BRUTO POR LOTE ofertado. Objeto é regra e não exceção, eis que **possibilita a participação de fornecedores com menor porte e, consequentemente aumenta a concorrência.**

A concorrência reflete a qualidade do produto/serviço, visto que quando há concorrência, há também a busca pela excelência e quanto melhor o produto maior as vendas e assim eleva-se todo o padrão da empresa, fazendo



Ludano Adiel Lopes
OAB/MG 31930

Elsa Ferreira Lopes
OAB/MG 110224

Ludano Ferreira Lopes
OAB/MG 135920

com que o empreendedor a saia da sua zona de conforto. Outro ponto que concorrência traz é a motivação.

Entretanto, verifica-se que não houve competitividade diante das **exigências exageradas e** da fração de lotes como ocorreu, não havendo justificativa técnica para a sua adoção na fase interna da licitação.

O edital foi realizado para uma associação que realizará compras na modalidade compartilhadas que são aquelas nas quais mais de um órgão se juntam para que um deles realize uma licitação para a contratação de um conjunto de produtos e/ou serviços de modo a atender a necessidade de todos os envolvidos.

6

Para a realização desse tipo de contratação, é preciso que os órgãos interessados estejam em sintonia para o sucesso do modelo.

A regra geral é que a licitação seja na modalidade pregão, do tipo menor preço, de forma **eletrônica**, para registro de preços. A utilização do modelo presencial também gera um desconforto na amplitude de competição do certame.

Destacamos três grandes vantagens nas compras compartilhadas. Em primeiro lugar, destacamos a **economia processual**, pois, em vez de se realizarem diversas licitações, é feita apenas uma para todos os órgãos participantes.



Advogados

Luciano Adel Lopes
OAB/MG 31930

Elsa Ferreira Lopes
OAB/MG 110224

Luciano Ferreira Lopes
OAB/MG 135.920

Em segundo lugar, o ganho de escala promovido pela agregação dos quantitativos demandados pelos órgãos permite a negociação **de um preço final mais vantajoso** para a Administração Pública.

Em terceiro lugar, em geral, as compras compartilhadas favorecem as especificações técnicas com maior qualidade, uma vez que se pode aproveitar a *expertise* técnica compartilhada entre os órgãos participantes na fase de planejamento.

Cada uma das vantagens mencionadas também traz benefícios para os licitantes. A economia processual, por exemplo, reflete-se nos licitantes, que podem participar de uma única licitação, concentrando o seu esforço, em vez de participar de forma dispersa de vários processos licitatórios.

Ademais, ao ter a garantia de um volume maior de fornecimento, os licitantes podem **oferecer preços unitários mais baixos e ganhar na escala dos produtos a serem vendidos**. Por fim, especificações técnicas melhores favorecem licitantes com produtos melhores e mais preparados, que passam a ter mais chances de vencer o processo.

Contudo, a Administração Pública deve se atentar a não restringir indevidamente a competição impossibilitando fornecedores menores, que possuem qualificação técnica, de participar e fornecer em menor volume e em determinadas regiões.



Luciano Adiel Lopes
OAB/MG 31930

Elsa Ferreira Lopes
OAB/MG 110224

Luciano Ferreira Lopes
OAB/MG 135.920

Conforme a Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XXI, no edital de licitação somente são permitidas as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Nesse sentido, é vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, criem restrições ou frustrem o seu caráter competitivo, ou estabeleçam qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato (Lei 8.666/93, Art. 3º, § 1º, I).

Apenas duas empresas participaram do certame licitatório e **somente uma possuía** a exigência do item 9.5.9, demonstrando a total FRUSTAÇÃO do processo administrativo que prejudicará aos associados.

A comprovação da boa situação financeira da empresa licitante deve ser realizada através de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação, sendo vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

O fracionamento sem motivação e a exigência excessiva devem ser consideradas ilegalidades insanáveis do edital devendo a Administração Pública rever seus atos, sendo uma de suas prerrogativas a possibilidade de revogar atos que não sejam mais necessários para o atendimento do interesse público, assim como anulá-los em caso de ilegalidade.

A Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal assim dispõe:

“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

A anulação de uma licitação segue as mesmas regras aplicáveis à anulação dos atos administrativos em geral: com base no poder de autotutela, a Administração Pública deve anular a licitação, de ofício ou **provocada**, sempre que constatar ou ficar demonstrada ilegalidade ou ilegitimidade no procedimento.

9

A revogação da licitação sofre restrições em relação à regra geral aplicável aos atos administrativos. Com efeito, a regra geral é a possibilidade de a Administração Pública, também com base no poder de autotutela, revogar os seus atos discricionários, por motivo de oportunidade e conveniência, ressalvadas somente aquelas hipóteses em que a revogação não é cabível.

Portanto, diferentemente da anulação, a revogação de uma licitação somente é possível em situações específicas e determinadas em Lei. Em termos de licitação, a anulação e a revogação da licitação, encontram guarida, no caso em testilha, no art. 49 da Lei nº 8.666/93, senão vejamos:

“Art. 49 - A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente

de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação.”

10

Resta comprovado que o edital do certame contém vício de ilegalidade insanável, qual seja, a inclusão de cláusula restritiva de participação de interessados, em ofensa ao princípio legal da maior amplitude participativa possível de licitantes.

IV – DOS PEDIDOS

Postos todos os fundamentos acima, pleiteia-se, respeitosamente, à V. Sra. que seja, por fim, julgado procedente este recurso, **REFORMANDO-SE A DECISÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO**, para, determinar a anulação de todos os atos do Pregão Presencial nº 03/2022.

Nestes termos, pede deferimento.

Elói Mendes, 14 de fevereiro de 2022



Advogados

Luciano Adiel Lopes
OAB/MG 31930

Elisa Ferreira Lopes
OAB/MG 110.224

Luciano Ferreira Lopes
OAB/MG 135.920

LUIS OTAVIO CRABI
INDUSTRIA
LTDA:415371930001
00

Assinado de forma digital por
LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA
LTDA:41537193000100
Dados: 2022.02.15 11:53:27
-03'00'

Luis Otávio Crabi

LUCIANO FERREIRA
LOPES:0830715967
9

Assinado de forma digital
por LUCIANO FERREIRA
LOPES:08307159679
Dados: 2022.02.15
11:20:41 -03'00'

Luciano Ferreira Lopes

OAB/MG 135.920

ELISA FERREIRA
LOPES:0525627
8630

Assinado de forma digital
por ELISA FERREIRA
LOPES:05256278630
Dados: 2022.02.15
11:22:37 -03'00'

Elisa Ferreira Lopes

OAB/MG 110.224

Mozer Fernandes Rosa

OAB/MG 179.928

11

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração **LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 41.537.193/0001-00, com sede na Rodovia BR 491, nº 570, km 221, Distrito Industrial, Elói Mendes/MG, CEP 37110-000, ora representada por seu diretor, LUIS OTAVIO CRABI, brasileiro, estudante, solteiro, nascido em 25/08/2003, inscrito no CPF sob o nº 701.323.606-32, RG nº 21408027, SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Dr. Carlos Dayrell França nº 07, Centro, Elói Mendes/MG, CEP 37.110-000, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **LUCIANO FERREIRA LOPES**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/MG 135.920, CPF nº 083.071.596-79, e **ELISA FERREIRA LOPES**, inscrito na OAB/MG 110.224, com escritório profissional na Rua Braz Biagini, nº79, Centro, Elói Mendes/MG, CEP 37110.000 – telefax (35) 3264.1916, ao qual confere todos os poderes “*ad judicia et extra*” podendo, para tanto, receberem citação, requererem assistência judiciária, proporem e variarem de ações, apresentarem embargos, impugnam embargos, acordarem, transigirem, recorrerem, arrolarem testemunhas, assinarem compromisso de inventariante e testamentário, partilha, amigável, prestarem declarações, contestarem, reconvirem, requererem medidas preventivas, preparatórias ou incidentes, promoverem protesto, notificações e interpelações, receber, dar recibos, quitação, impetrarem mandado de segurança, desistirem e substabelecerem, com ou sem reserva de poderes, sempre com a finalidade acima especificada agindo em conjunto ou separadamente, em qualquer Instância ou Tribunal. ¹

Elói Mendes, 15 de fevereiro de 2022



LUIS OTAVIO CRABI INDUSTRIA LTDA – EPP

Luis Otávio Crabi - Empresário

RG: MG – 21.408.027 CPF: 701.323.606-32



JOÃO LUIZ LOPES E ADVOGADOS
advocacia e consultoria

Edilaine Cristina Aidukas
José Geraldo Silva
Luis Otávio Fernandes Alves
Nathan Cunha Dutra

Wellington Ricardo Sabião
Thamiris Pâmala da Silva Cavalcanti
Bianca Rodrigues Pereira



**ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO WAGNER DO COUTO – REPRESENTANTE DA
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ -
AMESP.**

Pregão Presencial para o Registro de Preços nº 03/2022.

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº. 26.614.327/0001-47, com endereço na Estrada São João, S/Nº, Bairro São João, na cidade de São Sebastião da Bela Vista/MG, vem respeitosamente, no prazo legal, apresentar suas

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto por **LUIS OTÁVIO CRABI INDÚSTRIA LTDA,**
com base nas razões a seguir expostas:



JOÃO LUIZ LOPES E ADVOGADOS
advocacia e consultoria

Edilaine Cristina Aidukas
José Geraldo Silva
Luis Otávio Fernandes Alves
Nathan Cunha Dutra

Wellington Ricardo Sabião
Thamiris Pâmala da Silva Cavalcanti
Bianca Rodrigues Pereira



I - DOS FATOS

Consta na Ata nº. 03/2022 que em síntese descreve o seguinte:

"Foi aberta a sessão pública, iniciando o período de recebimento dos elementos necessários à habilitação preliminar (envelopes de proposta comercial e documentação) e de identificação/credenciamento dos representantes legais, para procederem às atividades pertinentes ao presente pregão, conforme previsto no edital, tendo sido recebidos os envelopes da empresa acima elencadas."

Dessa forma o pregoeiro e sua equipe de apoio efetuaram a verificação do atendimento das condições estabelecidas para a habilitação preliminar por parte das empresas participantes.

As empresas licitantes foram consideradas aptas a prosseguirem no certame nada tendo a registrar. O pregoeiro e sua equipe de apoio iniciaram, imediatamente, a abertura dos envelopes de propostas comerciais.

O pregoeiro e equipe de apoio informou aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do pregão, e ressaltou que a ausência quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicaria na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata.

As propostas comerciais apresentadas pelas licitantes foram analisadas pelo pregoeiro e equipe de apoio, tendo como base de avaliação as determinações do caderno convocatório.



JOÃO LUIZ LOPES E ADVOGADOS
advocacia e consultoria

Edilaine Cristina Aidukas
José Geraldo Silva
Luis Otávio Fernandes Alves
Nathan Cunha Dutra

Wellington Ricardo Sabião
Thamiris Pâmala da Silva Cavalcanti
Bianca Rodrigues Pereira



Chegou-se à fase de lances, ocasião em que as empresas classificadas tiveram a oportunidade de reduzir os preços ofertados. Foi prosseguida a sessão, onde se verificou os valores apresentados e seus lances.

A empresa recorrente foi vencedora do **lote 03** pelo menor preço global de **R\$ 24.948.000,00 (vinte e quatro milhões novecentos e quarenta e oito mil reais)**.

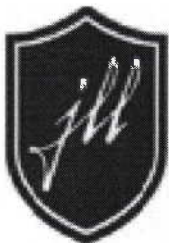
Ato contínuo procedeu-se a abertura do envelope nº 02 – DOCUMENTOS, da empresa recorrente, onde se constatou que a mesma não cumpriu com o item 9.5.9 do Caderno Convocatório, estando, portanto, INABILITADA.

Diante do exposto, foi convocada a empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 26.614.327/0001-47**, classificada em segundo lugar com o menor preço e após negociação do Pregoeiro com o responsável legal da empresa, o mesmo, sem que houvesse a obrigatoriedade, aceitou a negociação no mesmo valor da empresa vencedora, ou seja, R\$ 24.948.000,00 (vinte e quatro milhões novecentos e quarenta e oito mil reais), sendo assim declarada vencedora do **lote 03** pelo menor preço global de **R\$ 24.948.000,00 (vinte e quatro milhões novecentos e quarenta e oito mil reais)**.

Por conta da sua inabilitação a empresa recorrente apresentou o recurso administrativo.

Esta é a breve síntese do necessário.

II – PRELIMINARMENTE



JOÃO LUIZ LOPES E ADVOGADOS
advocacia e consultoria

Edilaine Cristina Aidukas
José Geraldo Silva
Luís Otávio Fernandes Alves
Nathan Cunha Dutra

Wellington Ricardo Sabião
Thamiris Pâmala da Silva Cavalcanti
Bianca Rodrigues Pereira



DO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO –

PRECLUSÃO

Nobre Pregoeiro, ao se analisar os argumentos trazidos pela recorrente em suas razões recursais, necessário não se conhecer do recurso apresentado, diante da preclusão para impugnar exigência do Edital.

Inicialmente cumpre destacar que a recorrente se insurge contra os termos da decisão que a inabilitou e declarou vencedora a outra empresa participante, ora recorrida, do presente Pregão.

Observa-se que a recorrente deixou de comprovar sua qualificação financeira, deixando, assim, de cumprir com a injunção contida no subitem 9.5.9 do Edital.

Em primeiro lugar, é importante registrar que a recorrente deixou de impugnar os termos do edital, mais precisamente as exigências afetas à qualificação financeira, a qual é o cerne do recurso apresentado.

O referido Edital é expresso ao prescrever:

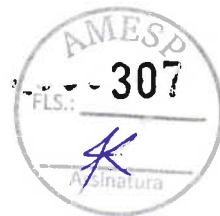
"3.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente PREGÃO, ou ainda, para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, observado o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações."



JOÃO LUIZ LOPES E ADVOGADOS
advocacia e consultoria

Edilaine Cristina Aidukas
José Geraldo Silva
Luis Otávio Fernandes Alves
Nathan Cunha Dutra

Wellington Ricardo Sabião
Thamiris Pâmala da Silva Cavalcanti
Bianca Rodrigues Pereira



Essa omissão, como é cediço, gera a preclusão consumativa do direito de questionar aspecto não impugnado oportunamente, razão porque o inconformismo da recorrente assenta-se no fato de que, a despeito da recorrida, ter atendido com as injunções editalícias referentes à qualificação financeira, foi declarada vencedora do Lote 03, diante da inabilitação da empresa recorrente.

Elucidativo, no particular, o entendimento da jurisprudência em casos que tais:

"LICITAÇÃO. INFORMÁTICA. CONTRATAÇÃO DE PROGRAMADORES. PONTUAÇÃO POR NÚMERO DE PROGRAMADORES COM REGISTRO EM CARTEIRA DE TRABALHO. PRETENSÃO DA LICITANTE DE ATRIBUIÇÃO DA MESMA PONTUAÇÃO AOS ANALISTAS DE SISTEMAS. IMPOSSIBILIDADE. IRRELEVÂNCIA DO ARGUMENTO DE GRADUAÇÃO SUPERIOR DOS ANALISTAS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL NO MOMENTO OPORTUNO.

1. "Sendo o procedimento licitatório dividido em etapas (editalícia, habilitatória, julgadora e adjudicatória) e contendo cada qual os mecanismos respectivos de impugnação, opera-se a preclusão quando se discute matéria que deveria ser tratada em fase anterior" (TRF1, AMS 0026745-37.2000.4.01.3400/DF, Juiz Federal Urbano Leal Berquó Neto (Conv.), DJ p.130 de 10/06/2003.

2. Além de serem distintas as funções/atribuições dos analistas de sistema e dos programadores, e o edital expressamente ressaltar a impossibilidade dessa comparação em norma não impugnada pela autora, o só fato de um analista, por ser mais graduado, poder desempenhar a função de programador, não implica que o faça melhor ou de forma mais



JOÃO LUIZ LOPES E ADVOGADOS
advocacia e consultoria

Edilaine Cristina Aidukas
José Geraldo Silva
Luis Otávio Fernandes Alves
Nathan Cunha Dutra

Wellington Ricardo Sabião
Thamiris Pâmala da Silva Cavalcanti
Bianca Rodrigues Pereira



apropriada, o que afasta a alegação de ser ilegal e injusto o critério de pontuação, por quantitativo de programadores, atribuído pela CEF e referendado pela sentença.

3. Apelação da autora não provida, prejudicado o agravo retido. (TRF-1 - AC: 200234000149991 DF 2002.34.00.014999-1, Relator: JUIZ FEDERAL OSMANE ANTONIO DOS SANTOS, Data de Julgamento: 13/08/2013, 2ª TURMA SUPLEMENTAR, Data de Publicação: e-DJF1 p.304 de 03/09/2013).

Em verdade, o instrumento convocatório é peça formal e pública que faz lei entre os licitantes e, entre estes e a Administração Pública. Em seu conteúdo, verificam-se parâmetros objetivos que servirão de medida para a aferição dos requisitos necessários ao êxito formal e material, qualitativo e quantitativo no certame.

A estrita obediência a tais parâmetros é revelada pelo referido princípio da vinculação ao edital. Mencionada diretriz de vinculação tem eficácia dúplice, atando tanto os administrados, quanto a própria administração pública aos termos do edital, que, com efeito, faz lei no âmbito do certame, fixando previamente, em nome da segurança e igualdade, as normas a serem cumpridas.

O e. Superior Tribunal de Justiça comunga de tese símile, veja-se:

**"STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Classe: ROMS - RECURSO ORDINARIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - 10847
Processo: 199900384245 UF: MA Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA
Data da decisão: 27/11/2001 Documento: STJ000414681 Fonte DJ
DATA:18/02/2002 PÁGINA:279 Relator(a) LAURITA VAZ**



JOÃO LUIZ LOPES E ADVOGADOS
advocacia e consultoria

Edilaine Cristina Aidukas
José Geraldo Silva
Luis Otávio Fernandes Alves
Nathan Cunha Dutra

Wellington Ricardo Sabião
Thamiris Pâmala da Silva Cavalcanti
Bianca Rodrigues Pereira



Ementa ROMS. LICITAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. DESCLASSIFICAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO EDITAL PELA EMPRESA RECORRENTE. DECISÃO ADMINISTRATIVA PROFERIDA SOB O CRIVO DA LEGALIDADE.

I - O edital é elemento fundamental do procedimento licitatório. Ele é que fixa as condições de realização da licitação, determina o seu objeto, discrimina as garantias e os deveres de ambas as partes, regulando todo o certame público.

II - Se o Recorrente, ciente das normas editalícias, não apresentou em época oportuna qualquer impugnação, ao deixar de atendê-las incorreu no risco e na possibilidade de sua desclassificação, como de fato aconteceu.

III - Recurso desprovido."

Desta forma, o recurso apresentado pela recorrente não deve ser conhecido, diante do inconformismo ser amparado em **exigência disposta no edital, a qual não restou impugnada oportunamente, o que configura a preclusão, na medida em que a exigência editalícia não atacada oportunamente não poderá ser impugnada a posteriori.**

Observa-se que o recurso apresentado pela recorrente no que tange a sua inabilitação por descumprimento de exigência do edital, obedece o disposto no § 1º, do art. 41, da Lei nº 8.666/93, não podendo a destempo e após a sua inobservância pretender a recorrente retirar-lhe a eficácia, sob argumentação desconexa com o interesse da administração e com o previsto no art. 3º do mesmo diploma legal.



JOÃO LUIZ LOPES E ADVOGADOS
advocacia e consultoria

Edilaine Cristina Aidukas
José Geraldo Silva
Luis Otávio Fernandes Alves
Nathan Cunha Dutra

Wellington Ricardo Sabião
Thamiris Pâmala da Silva Cavalcanti
Bianca Rodrigues Pereira



Portanto, desde já, requer seja acolhida a preliminar suscitada para assim não ser conhecido o recurso da recorrente, tendo em vista a ocorrência de preclusão da matéria ventilada.

III – DO MÉRITO

Acaso superada a preliminar suscitada, no mérito não merece acolhida os argumentos trazidos pela recorrente, na medida em que em nenhum momento demonstrou o cumprimento efetivo do que dispõe o item 9.5.9 do Edital que assim estabelece:

"9.5.9 Comprovação do Capital Social ou patrimônio líquido, não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º da Lei Federal nº 10.666/93, e suas alterações."

Diferente do que tenta fazer crer a recorrente, o Edital do presente procedimento em nada demonstra direcionamento e restrição à competitividade, prova disso, é que a própria recorrente se sagrou vencedora do Lote 03, **todavia, foi inabilitada por não cumprimento ao que determina o mencionado item 9.5.9 do Edital, no que tange à qualificação financeira.**

Observa-se que o Edital não afasta com a exigência contida no item 9.5.9 o caráter competitivo do certame, na medida em que de acordo com o art. 31, § 2º, da Lei 8.666/93, a Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da



JOÃO LUIZ LOPES E ADVOGADOS
advocacia e consultoria

Edilaine Cristina Aidukas
José Geraldo Silva
Luis Otávio Fernandes Alves
Nathan Cunha Dutra

Wellington Ricardo Sabião
Thamiris Pâmala da Silva Cavalcanti
Bianca Rodrigues Pereira



licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira do licitante.

O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

Portanto, não merece acolhida o entendimento da recorrente quanto a exigência referente à qualificação financeira. Conforme disposto por Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13. Ed., p. 451):

"a qualificação econômico-financeira corresponde à disponibilidade de recursos econômico-financeiros para a satisfatória execução do objeto da contratação (...)".

Assim, esta é a teleologia ou a finalidade das exigências de capacitação econômico-financeira estabelecidas no Edital. Em síntese, a Administração Pública necessita de assegurar-se de que o contratado terá condições financeiras de executar a avença pública travada.

Acerca da postura dos licitantes, de participarem da contenda com a ciência de alguma insuficiência documental (como se passa no caso vertente), mais adiante, complementa o mesmo doutrinador (op. cit., p. 228):

"A boa-fé do sujeito se comprova pela conduta de apresentação de documentos. A omissão em apresentar a documentação autoriza presunção de que o sujeito tinha plena ciência de não satisfazer as exigências de participação, tendo-se aventurado a disputar o objeto lícito"



JOÃO LUIZ LOPES E ADVOGADOS
advocacia e consultoria

Edilaine Cristina Aidukas
José Geraldo Silva
Luis Otávio Fernandes Alves
Nathan Cunha Dutra

Wellington Ricardo Sabião
Thamiris Pâmala da Silva Cavalcanti
Bianca Rodrigues Pereira



com a perspectiva de obter alguma vantagem duvidosa. Ocorrendo a inabilitação, aplica-se o princípio genérico de considerar-se o lance subsequente"

Afinal, em virtude do princípio da legalidade, a Administração não tem "faculdade" para agir, **MAS O DEVER JURÍDICO DE ATINGIR A FINALIDADE NORMATIVA PRÉ-DETERMINADA, QUAL SEJA: A ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.**

Dessa forma, a empresa sagrada vencedora do Lote 03, conforme disposto na Ata nº. 03/2022, aceitou a negociação no mesmo valor, o que demonstra que se atendeu a finalidade normativa.

Nesse sentido, importante destacar a razoabilidade das exigências contidas no Edital referente à qualificação-econômica financeira, eis que aderentes à legislação vigente e compatíveis com o objeto licitado.

Referida exigência contida no Edital, da qual culminou com a inabilitação da recorrente adequa-se à lei que, ao estipular a possibilidade de exigência de patrimônio líquido mínimo, visa assegurar que a Administração promova contratações com empresas sólidas e economicamente viáveis, como explicitamente declarado no texto legal **"para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado"**, não havendo nada de ilegal nisto, como supõe a recorrente.

Cumpre novamente destacar que o Edital prescreve o seguinte:



JOÃO LUIZ LOPES E ADVOGADOS
advocacia e consultoria

Edilaine Cristina Aidukas
José Geraldo Silva
Luis Otávio Fernandes Alves
Nathan Cunha Dutra

Wellington Ricardo Sabião
Thamiris Pâmala da Silva Cavalcanti
Bianca Rodrigues Pereira



"9.5.7. A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante os indicadores abaixo calculados pelas seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Geral (ILG) expressado da forma seguinte:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > 1,00.$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC) expressado da forma seguinte:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1,00.$$

Grau de endividamento (GE) expressado da forma seguinte:

$$\text{GE} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} = \text{ou} < 1,00$$

9.5.8. Para fins de avaliação da capacidade financeira, a empresa deverá apresentar juntamente com a documentação prevista no item 9.5.7. a memorial dos cálculos realizados assinado pelo representante legal da empresa e pelo Contador com indicação do número do registro no CRC.



JOÃO LUIZ LOPES E ADVOGADOS
advocacia e consultoria

Edilaine Cristina Aidukas
José Geraldo Silva
Luis Otávio Fernandes Alves
Nathan Cunha Dutra

Wellington Ricardo Sabião
Thamiris Pâmala da Silva Cavalcanti
Bianca Rodrigues Pereira



9.5.9 Comprovação do Capital Social ou patrimônio líquido, não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º da Lei Federal nº 10.666/93, e suas alterações.”

Este fato, isoladamente, já é suficiente para inabilitar a recorrente do certame, conforme constante da Ata nº. 03/2022 que a declarou inabilitada, pois, a empresa não conseguiu comprovar possuir qualificação econômica-financeira compatível com o objeto licitado.

É neste ponto que a recorrente demonstra sua irresignação, intempestiva, com os termos constantes do Edital, pois sustenta a tese de que o legislador possuiria um entendimento diverso do previsto no Edital, sem indicar, claramente, qual seria a mencionada intenção do legislador, tampouco, o efetivo cumprimento da exigência.

Objetivamente, resta claro que a recorrente deixou de atender ao requisito do edital, sendo correta a motivação da inabilitação, motivo pelo qual deve ser mantida a decisão que determinou a inabilitação da empresa recorrente e, conseqüentemente, declarou como vencedora a outra empresa participante.

IV -DOS PEDIDOS

Requer seja acolhida a preliminar suscitada e assim não seja conhecido o recurso, tendo em vista a ocorrência da preclusão, na medida em que as razões recursais pretende de forma obliqua impugnar exigência contida no Edital, o que se mostra inviável nesta fase do procedimento licitatório;



JOÃO LUIZ LOPES E ADVOGADOS
advocacia e consultoria

Edilaine Cristina Aidukas
José Geraldo Silva
Luis Otávio Fernandes Alves
Nathan Cunha Dutra

Wellington Ricardo Sabião
Thamiris Pâmala da Silva Cavalcanti
Bianca Rodrigues Pereira



Requer acaso superada a preliminar arguida, seja no mérito negado provimento ao recurso, tendo em vista que não trouxe a recorrente qualquer prova do cumprimento do que estabelece o item 9.5.9 do Edital, devendo assim ser mantida a decisão que determinou sua inabilitação.

Termos em que,
Pede juntada e deferimento.

São Sebastião da Bela Vista, 16 de fevereiro de 2022.
Assinado de forma digital por
GILBERTO DANTAS DELGADO
JUNIOR:31947195808
Dados: 2022.02.16 15:32:41 -03'00'
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.
Representante Legal



DECISÃO EM RECURSO HIERÁRQUICO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021

RECORRENTE: LUIS OTAVIO CRABI INDÚSTRIA LTDA

RECORRIDA: AMESP e DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.

EMENTA DECISÃO:

O Pregoeiro da AMESP diante das razões expostas, opina:

Conhecer do recurso interposto pela empresa LUIS OTAVIO CRABI INDÚSTRIA LTDA. contra o ato do Pregoeiro que decidiu pela sua inabilitação, para, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, de forma que seja mantida a decisão de inabilitação e, seja dado seguimento ao procedimento com a consequente adjudicação e homologação, encaminhando assim, o processo para autoridade competente para decisão.

1 - DAS FORMALIDADES LEGAIS

Cumpridas as formalidades legais, registra-se que a empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.** foi cientificada da existência e trâmite do respectivo Recurso administrativo interposto, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Licitação.

No exercício de seu direito, a empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.** apresentou tempestivamente suas contrarrazões ao recurso.



2 – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE LUIS OTAVIO CRABI INDÚSTRIA LTDA.

Em resumo a Recorrente se insurge quanto à sua inabilitação pelo descumprimento do item 9.5.9 do Edital.

Discorre acerca das exigências contidas no Edital que no seu entendimento, a Administração Pública ao exigir capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo não abaixo de 10% e fracionar os itens em três lotes de forma aleatória, sem motivação técnica, teria demonstrado um direcionamento e uma restrição na competitividade da licitação.

Segue de forma prolixa, porque não dizer, discorrendo, outros aspectos relacionados ao Edital de licitação, para ao final requerer a revogação do certame.

3 – DAS CONTRARRAZÕES DA EMPRESA DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.

Em suas contrarrazões ao recurso, alega a empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.**, em síntese:

a) Que ao se analisar os argumentos trazidos pela recorrente em suas razões recursais, necessário não se conhecer do recurso apresentado, diante da preclusão para impugnar exigência do Edital.

b) Que a recorrente deixou de impugnar os termos do edital, mais precisamente as exigências afetas à qualificação financeira, a qual é o cerne do recurso apresentado.



c) Que o recurso apresentado pela recorrente no que tange a sua inabilitação por descumprimento de exigência do edital, obedece o disposto no § 1º, do art. 41, da Lei nº 8.666/93, não podendo a destempe e após a sua inobservância pretender a recorrente retirar-lhe a eficácia, sob argumentação desconexa com o interesse da administração e com o previsto no art. 3º do mesmo diploma legal.

d) Que diferente do que tenta fazer crer a recorrente, o Edital do presente procedimento em nada demonstra direcionamento e restrição à competitividade, prova disso, é que a própria recorrente se sagrou vencedora do Lote 03, todavia, foi inabilitada por não cumprimento ao que determina o mencionado item 9.5.9 do Edital, no que tange à qualificação financeira.

Segue a empresa discorrendo acerca das legalidades das previsões editalícias para ao final requerer o acolhimento da preliminar suscitada e não conhecimento do recurso, tendo em vista a ocorrência da preclusão e a manutenção da decisão de inabilitação.

4 – DO MÉRITO

A questão deve ser dirimida considerando os princípios que regem os certames licitatórios, de acordo com nosso ordenamento jurídico.

Dispõe o art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, "in verbis:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade,



da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." (grifo nosso)

Marçal Justen Filho, em Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética, 8ª Edição, páginas 57, ao comentar o artigo 3º, da Lei de Licitações e especialmente abordar a questão dos princípios que devem reger as licitações públicas, com atenção primordial ao da LEGALIDADE, tece as seguintes considerações:

"O conceito de princípio foi exhaustivamente examinado por Celso Antônio Bandeira de Mello, quando afirmou que é a disposição expressa ou implícita, de natureza categorial em um sistema, pelo que conforma o sentido das normas implantadas em uma dada ordenação jurídico-positiva. Deve lembrar-se que a relevância do princípio não reside na sua natureza estrutural, mas nas suas aptidões funcionais. Vale dizer, o princípio é relevante porque impregna todo o sistema, impondo ao conjunto de normas certas diretrizes axiológicas. O princípio é importante não exatamente por ser a origem das demais normas, mas porque todas elas serão interpretadas e aplicadas à luz dele.

Lembre-se, ademais, que os princípios da ação agrupam as ações, colocando – as ao interno de



certas rubricas gerais, com a consequência de que, a partir daquele momento, as ações pertencentes à mesma categoria devem ser consideradas ou tratadas do mesmo modo. Portanto, o princípio permite solucionar conflitos não previstos explicitamente no corpo legislativo. Incidirá o postulado de que situações ou controvérsias similares deverão ser resolvidas segundo a linha fornecida pelo princípio aplicável.

O art. 3º sintetiza o conteúdo da Lei, no âmbito da Licitação. Os dispositivos restantes, acerca de licitação, desdobram os princípios do art. 3º, que funciona como norteador do trabalho hermenêutico e de aplicação da Lei de Licitações. Nenhuma solução, em caso algum, será sustentável quando colidente com o art. 3º. Havendo dúvida sobre o caminho a adotar ou a opção a preferir, o intérprete deverá recorrer a esse dispositivo. Dentro diversas soluções possíveis, deverão ser rejeitadas as incompatíveis com os princípios do art. 3º. Se existir mais de uma solução compatível com ditos princípios, deverá prevalecer aquele que esteja mais de acordo com eles ou que os concretize de modo mais intenso e amplo. Essa diretriz deve nortear a atividade tanto do administrador quanto do próprio Poder Judiciário. O administrador, no curso das licitações, tem de submeter-se a eles. O julgador, ao apreciar os conflitos derivados de



licitações, encontrará a solução através desses princípios."

Fica evidente que os Princípios que regem a licitação devem ser observados e seguidos de forma inafastável, e dentre eles se apresenta a LEGALIDADE, que no caso em questão, de extrema observância.

O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE impõe à Administração Pública sempre e, em todos os seus atos, atuar somente nos ditames da lei. Ou seja, o administrador somente pode realizar o que a lei expressamente lhe determine.

Ora, o Constituinte brasileiro, de forma expressa, no artigo 37 da CF/88, submeteu a Administração Pública aos princípios da LEGALIDADE, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência.

Segundo o primeiro desses princípios – o da LEGALIDADE – os administradores devem seguir estritamente a lei e só estão autorizados a agir quando assim autorizados.

Sobre o tema, ensina CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO:

"É o fruto da submissão do Estado à lei. É em suma a consagração da ideia de que a administração pública só pode ser exercida na conformidade da lei e que, de conseguinte, a atividade administrativa é atividade sublegal, infralegal, consistente na expedição de comandos complementares à lei." (in "Curso de Direito



Administrativo", 7ª ed., São Paulo: Ed. Malheiros, 1.995, p. 57).

Lado outro, temos como princípio da licitação a VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

O PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO nada mais é do que a observância restrita do que está estatuído no edital. Cabe a Comissão Permanente julgar atos de habilitação de acordo com o que está outorgado no instrumento convocatório.

Maria Sylvia Zanella di Pietro tece a seguinte consideração sobre o PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:

"Trata-se de princípio essencial cuja observância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no artigo 3º da Lei nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado no artigo 41, segundo o qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como os licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação



exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender às exigências concernentes à proposta, serão desclassificados (art. 48, inciso I)." (In "Direito Administrativo", 19ª ed., São Paulo: Ed. Atlas, 2006, p. 357).

A não observância do princípio da VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO se infringe uma série de princípios, dentre eles o da legalidade.

Feitas essas breves digressões, passamos à análise das razões e contrarrazões apresentadas.

Inicialmente temos que, as argumentações trazidas pela Recorrente relacionadas ao critério de julgamento, fracionamento e exigências habilitatórias, como bem salientado pela empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA. deveriam ter sido trazidas e apreciadas em sede impugnação ao edital e, não em fase recursal, de forma tais argumentações foram alcançadas pela preclusão.

Contudo, não se pode olvidar que a Administração tem o poder-dever de rever os seus atos de ofício ou por provocação quando eivado de ilegalidade consubstanciada no chamado "Princípio da Autotutela."

Porém no caso em tela não há qualquer fato ou ilegalidade que pudesse acarretar a revogação ou anulação do certame.



A exigência contida no item 9.5.9, qual seja, "**Comprovação do Capital Social ou patrimônio líquido, não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º da Lei Federal nº 10.666/93, e suas alterações.**" tem expressa previsão legal e se justifica em razão do vulto da licitação.

Lado outro, a exigência de comprovação da Qualificação Econômico-Financeira está intrinsicamente ligada a finalidade e a segurança da contratação, resguardados os interesses da Administração.

Constata-se que tal previsão busca garantir a perfeita execução dos futuros contratos.

Por seu turno, a Lei Federal nº 8.666/1993 prevê que, para a habilitação na licitação, exigir-se-á dos interessados documentação relativa à qualificação econômico-financeira, com o objetivo de aferir a capacidade do licitante de executar os compromissos que porventura lhe serão adjudicados, na hipótese de vencimento do certame.

No art. 31, detalha-se a documentação exigível para fins de qualificação econômico-financeira. Destaca-se:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

§1º. A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir



caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§2º. A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no §1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§3º. O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

Temos, portanto, que o objetiva a Lei pretende garantir é a capacidade financeira suficiente do licitante para cumprir com os compromissos que serão assumidos caso seja vencedor da licitação.

Dito isso, temos que a Recorrente não apresentou a comprovação exigida no item 9.5.9 o que impôs a sua inabilitação em obediência ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.



5. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e, em observância aos Princípios Basilares da Licitação, e à legislação de regência, r, **OPINA** o Pregoeiro da AMESP pelo conhecimento do Recurso interposto pela empresa **LUIS OTAVIO CRABI INDÚSTRIA LTDA.**, posto que tempestivo para, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo a decisão que a declarou inabilitada

Em face das razões acima e do posicionamento exarado, remetemos **a autoridade superior, para exame das razões do Pregoeiro da AMESP para decisão.**

Pouso Alegre, 28 de fevereiro de 2022.

Wagner do Couto
Pregoeiro da AMESP

De acordo:

José Otávio Ferreira Amaral
Assessor Jurídico da AMESP
OAB/MG 74.071-B



DESPACHO:

Diante de todo o exposto pelo Pregoeiro e Assessoria Jurídica, e, em observância aos Princípios Basilares da Licitação, e à legislação de regência, **DECIDO** por **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso interposto no **PREGÃO PRESENCIAL nº: 003/2021**, pela empresa **LUIS OTAVIO CRABI INDÚSTRIA LTDA**, posto que tempestivo, mantendo a decisão que a declarou inabilitada. **Após a comunicação aos licitantes, dê-se seguimento ao certame com o encaminhamento dos autos para adjudicação e homologação.**

Pouso Alegre, 28 de fevereiro de 2022.


Ronaldo Lauro Bueno
Presidente da AMESP

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
 CNPJ: 26.614.327/0001-47

À
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
 Pregoeiro e Equipe de Apoio

Processo licitatório n. 010/2022

Modalidade: PREGÃO nº 003/2022

A empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.614.327/0001-47, estabelecida à Estrada São João, Zona Rural s/nº bairro São João, na cidade de São Sebastião da Bela Vista - MG, vem pela presente apresentar em anexo, sua proposta de preços para a contratação.

LOTE 01									
AGREGADOS MINERAIS - AREIA									
ITEM	CÓDIGO	REFERENCIA	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT.	SEM BDI		COM BDI	
						Unitário	Total	Unitário	Total
1	M0080	SICRO-JUL-21	AREIA FINA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, (COM TRANSPORTE).	M3	18.000,00	73,21	1.317.747,94	90,50	1.629.000,00
2	M0081	SICRO-JUL-21	AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, (COM TRANSPORTE).	M3	18.000,00	71,19	1.281.346,06	88,00	1.584.000,00
3	M0028	SICRO-JUL-21	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, (COM TRANSPORTE).	M3	18.000,00	71,19	1.281.346,06	88,00	1.584.000,00
TOTAL						R\$	3.880.440,06	R\$	4.797.000,00

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 26.614.327/0001-47

LOTE 02									
AGREGADOS MINERAIS - PEDRA/BRITA									
ITEM	CÓDIGO	REFERENCIA	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT.	SEM BDI		COM BDI	
						Unitário	Total	Unitário	Total
1	M0005	SICRO-JUL-21	PEDRA BRITADA Nº.0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR (COM TRANSPORTE).	M3	18.000,00	93,62	1.685.236,08	115,74	2.083.288,84
2	M0191	SICRO-JUL-21	PEDRA BRITADA Nº.1, OU PEDRISCO (9,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M3	18.000,00	83,62	1.505.144,12	103,37	1.860.659,17
3	M0192	SICRO-JUL-21	PEDRA BRITADA Nº.2, OU PEDRISCO (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M3	9.000,00	83,57	752.122,28	103,31	929.773,56
4	4748	SINAPI NOV-21	PEDRA BRITADA OU BICA CORRIDA, NÃO CLASIFICADA (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M3	90.000,00	82,88	7.459.153,16	102,46	9.221.005,14
5	M1097	SICRO-JUL-21	PEDRA DE MÃO OU PEDRA RACHÃO PARA ARRIMO/FUNDAÇÃO, (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M3	9.000,00	79,27	713.441,19	98,00	881.956,00
6	4734	SINAPI NOV-21	SEIXO ROLADO PARA APLICAÇÃO EM CONCRETO, (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M3	18.000,00	115,41	2.077.444,32	142,67	2.568.136,67
7	M1135	SICRO-JUL-21	PÓ DE PEDRA (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	M3	5.400,00	71,92	388.394,11	88,91	480.132,80
TOTAL						R\$	14.580.935,27	R\$	18.024.952,18

LOTE 03									
AGREGADOS MINERAIS - PEDRA/BRITA									
ITEM	CÓDIGO	REFERENCIA	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT.	SEM BDI		COM BDI	
						Unitário	Total	Unitário	Total
1	679	SINAPI NOV-21	BLOQUETE / PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO, 25 CM X 25 CM, E= 10 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781) COR NATURAL	M2	180.000,00	47,47	8.544.308,65	58,68	10.562.474,35
2	712	SINAPI NOV-21	BLOQUETE / PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO, 25 CM X 25 CM, E= 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781) COR NATURAL	M2	180.000,00	39,55	7.119.311,93	48,89	8.800.893,41
3	40334	SINAPI NOV-21	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 300 MM	M	2.700,00	72,15	194.799,18	89,19	240.810,74
4	7745	SINAPI NOV-21	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 400 MM	M	2.700,00	81,42	219.832,33	100,65	271.756,72
5	7714	SINAPI NOV-21	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 500 MM	M	4.500,00	97,30	437.849,74	120,28	541.269,84
6	7725	SINAPI NOV-21	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE = 600 MM	M	4.500,00	157,55	708.953,59	194,76	876.408,43
7	7750	SINAPI NOV-21	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 800 MM	M	2.700,00	262,13	707.755,46	324,05	874.927,30
8	7765	SINAPI NOV-21	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 1000 MM	M	2.700,00	337,60	911.508,72	417,34	1.126.807,08
9	7766	SINAPI NOV-21	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 1200 MM	M	2.700,00	495,14	1.336.880,87	612,09	1.652.652,13
TOTAL						R\$	20.181.200,46	R\$	24.948.000,00

O preço global proposto para a contratação é de **R\$ 47.769.952,18** (Quarenta e sete milhões, setecentos e sessenta nove mil, novecentos e cinquenta dois reais e dezoito centavos), conforme planilha de preços anexa.

DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO

Agencia: 4537

Banco: Caixa Econômica Federal

Conta Corrente: 592-0

Destinatário: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.

Prazo de Execução: Conforme Edital. **Condição de Pagamento:** Conforme Edital.

Declaro que no preço ofertado encontra-se incluídos todos os tributos, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, insumos, impostos e lucro, ou seja, todas as despesas diretas e indiretas, que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto deste processo licitatório.

Validade da proposta: **60 (sessenta) dias**

São Sebastião da Bela Vista (MG), 03 de março de 2022.

Gilberto Dantas Delgado Júnior
Representante Legal
CPF: 319.471.958-08 RG: 43.947.898-4 SSP-SP

ATA Nº 02/2022**ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022**


O Pregoeiro da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP e a equipe de apoio, após análise da proposta apresentada pela empresa participante deste certame, tendo em vista o MENOR PREÇO GLOBAL da licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2022**, cujo objeto é a **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, Conforme especificações e condições descritas no Edital e no Termo de Referência. Resolve ratificar o resultado do presente pregão e adjudicar a(s) seguinte(s) empresa(s):


EMPRESA
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 26.614.327/0001-47, vencedora do lote 01 pelo menor preço global de R\$ 4.797.000,00 (quatro milhões setecentos e noventa e sete mil reais).
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 26.614.327/0001-47, vencedora do lote 02 pelo menor preço global de R\$ 18.025.000,00 (dezoito milhões e vinte e cinco mil reais).
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 26.614.327/0001-47, vencedora do lote 03 pelo menor preço global de R\$ 24.948.000,00 (vinte e quatro milhões novecentos e quarenta e oito mil reais).

O resultado do presente certame será levado ao conhecimento da autoridade superior para a devida homologação se achar de conforme.

Pouso Alegre/MG, aos 03 de Março de 2022.

PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO

Wagner do Couto – Pregoeiro.

José Vitor da Rosa Júnior – Membro da Equipe de Apoio.

Roque José dos Santos – Membro da Equipe de Apoio.

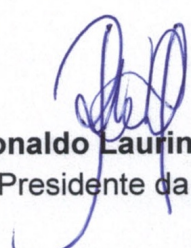
ATA Nº 03/2022

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022

O Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP **Sr. Ronaldo Laurindo Bueno**, no uso de suas atribuições legais, e ciente do parecer procedido pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, achando-o de conforme, homologa a seguinte empresa:

EMPRESA VENCEDORA
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 26.614.327/0001-47, vencedora do lote 01 pelo menor preço global de R\$ 4.797.000,00 (quatro milhões setecentos e noventa e sete mil reais).
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 26.614.327/0001-47, vencedora do lote 02 pelo menor preço global de R\$ 18.025.000,00 (dezoito milhões e vinte e cinco mil reais).
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 26.614.327/0001-47, vencedora do lote 03 pelo menor preço global de R\$ 24.948.000,00 (vinte e quatro milhões novecentos e quarenta e oito mil reais).
VALOR TOTAL DE R\$ 47.680.000,00 (QUARENTA E SETE MILHÕES SEISCENTOS E OITENTA MIL REAIS).

As quais foram as vencedoras do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022**, cujo objeto é a **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, conforme especificações e condições descritas no Edital e no Termo de Referência. Autorizando assim que seja realizado o contrato entre as partes licitantes.


Ronaldo Laurindo Bueno
Presidente da AMESP

Homologado em 03/03/2022.



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2022.

PROCESSO Nº 10/2022.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022.

Aos 07 (sete) dias do mês de março do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, pessoa jurídica de direito público, na forma de Consórcio Público, sediada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Bairro Centro, Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 20.362.307/0001-40 neste ato representado pelo Presidente, **Sr. Ronaldo Laurindo Bueno**, brasileiro, casado, professor, portador da Cédula de Identidade RG nº MG-8.347.682 SSP/MG, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 962.095.006-25, **AMESP**, e os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Município de BORDA DA MATA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Antônio Megale nº 86 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.912.023/0001-75, representado pelo Prefeito Municipal, Afonso Raimundo de Souza, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 016.718.278-13; **BUENO BRANDÃO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Pena nº 225 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.940.098/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Silvio Antônio Felix, brasileiro, casado, radialista, portador do CPF nº 876.059.376-87; **Município de CACHOEIRA DE MINAS – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça da Bandeira, nº 276 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.959/0001-92, representado pelo Prefeito Municipal, Dirceu D'Ângelo de Faria, brasileiro, casado, Servidor Público Municipal, portador do CPF nº 563.371.836-49; **Município de CAREAÇU – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Saturnino Faria, nº 140 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.388/0001-15, representado pelo Prefeito Municipal, Tovar do Santos Barroso, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 326.963.376-91; **Município de CAMANDUCAIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Targino Vargas, nº 45 Recanto dos Ipês, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.396/0001-61, representado pelo Prefeito Municipal, Rodrigo Alves de Oliveira, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 800.117.996-68; **Município de CARMO DA CACHOEIRA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Doutor Veiga Lima, nº 582 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.240.135/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Hécio Antônio Chagas Reis, brasileiro, viúvo, produtor rural, portador do CPF nº 148.981.016-15; **Município de CONCEIÇÃO DOS OUROS – MG**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça José Maria de Souza, nº 1, inscrito no CNPJ nº 18.677.609/0001-65, representada pelo Prefeito Municipal Sr. Luís Fernando Rosa de Castro, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 589.558.106-44; **Município de CONGONHAL – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Comendador Ferreira de Matos, nº 29 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.671.271/0001-34, representado pelo Prefeito Municipal, Moisés Ferreira Vaz, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 734.178.749-04, **Município de**

ESPÍRITO SANTO DO DOURADO – MG, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Antônio Paulino, nº 47 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.900/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Adauto Luiz Leal, brasileiro, professor, portador do CPF nº 907.199.806-15; **Município de ESTIVA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Prefeito Gabriel Rosa, nº 177 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.918/0001-04,, representado pelo Prefeito Municipal, Vagner Abílio Belizário, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 015.328.666-07; **Município de INCONFIDENTES – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Engenheiro A. Maciel, nº 190 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.028.829/0001-68, representado pela Prefeita Municipal, Rosângela Maria Dantas, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF nº 533.618.226-53; **Município de IPUÍUNA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua João Roberto da Silva, ° 40 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.179.226/0001-67, representado pelo Prefeito Municipal, Élder Cássio de Souza Oliva, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº 537.177.836-53; **Município de JACUTINGA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça dos Andradas, s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.914.128/0001-63, representado pelo Prefeito Municipal, Melquíades de Araújo, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 133.814.318-20; **Município de MONTE SIÃO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Maurício Zucato, nº 111 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 22.646.525/0001-31, representado pelo Prefeito Municipal, José Pocai Júnior, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 314.366.926-87; **Município de NATÉRCIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Justino Lisboa Carneiro, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.412/0001-16, representado pelo Prefeito Municipal, Gabriel Tiago de Vilas Boas, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 085.062.066-00; **Município de PARAISÓPOLIS – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça do Centenário, nº 103 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.025.965/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Everton de Assis Ferreira, brasileiro, casado, militar, portador do CPF nº 063.815.946-67; **Município de POÇO FUNDO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Tancredo Neves, nº 3.000, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.242.792/0001-76, representado pelo Prefeito Municipal, Rosiel de Lima, brasileiro, casado, servidor público, portador do CPF nº 043.207.206-36; **Município de SANTA RITA DO SAPUCAÍ – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Cel. Joaquim Neto, nº 333 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.192.898/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Wander Wilson Chaves, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 263.533.856-68; **Município de SÃO JOÃO DA MATA – MG**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Maria José de Paiva, Nº 546 - Centro - São João da Mata/MG, inscrito no CNPJ nº 17.935.206/0001-06, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rosemiro de Paiva Muniz, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.947.326-17; **Município de SÃO BENTO ABADE – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Odilon Gadbem Santos, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.877.176/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal, Eneias Machado de Souza, brasileiro, casado, torneiro mecânico, portador do CPF nº 073.086796-08; **Município de SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Coronel Erasmo Cabral, nº 334 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.370/0001-13, representado pelo Prefeito Municipal, Ronaldo Laurindo Bueno,

brasileiro, casado, professor, portador do CPF nº 962.095.006-25; **Município de SENADOR AMARAL – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Vereador José Alves de Resende, nº 34 Bairro Elisa Bueno, inscrito no CNPJ sob o nº 41.778.556/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Adenilson Lopez da Silveira, brasileiro, casado, comerciante portador do CPF nº 732.231.586-34; **Município de SENADOR JOSÉ BENTO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Daniel de Carvalho, nº 150 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.926/0001-42, representado pelo Prefeito Municipal, Fernando César Fernandes, brasileiro, casado, empresário portador do CPF nº 622.693.646-00; **Município de TOCOS DO MOJI – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Antônio Mariano da Silva, nº 36 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.601.656/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Givanildo José da Silva, brasileiro, casado, produtor agropecuário, portador do CPF nº 045.573.716-98; **Município de TURVOLÂNDIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Dom Otávio, nº 240 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.712.141/0001-00, representado pelo Prefeito Municipal, José Nelson Martins, brasileiro, casado, produtor rural, portador do CPF nº 852.840.336-04, doravante denominados **ORGÃO GERENCADOR / ÓRGÃO PARTICIPANTE**, e, de outro lado, a empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Estrada São João, s/nº, Zona Rural, Distrito São João, no Município de São Sebastião da Bela Vista, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 26.614.327/0001-47, com Inscrição Estadual registrada sob nº 31210756735, neste ato representado pelo **Sr. Gilberto Dantas Delgado Júnior**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 43.947.898-4 SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº 319.471.958-08, doravante denominada **DETENTORA**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/02, bem como o Edital referido, a proposta da **DETENTORA**, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS**, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA**, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**.

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições do Edital.

1.2. A **DETENTORA** desta Ata de Registro de Preços se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

3.1. A DETENTORA poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo ORGÃO GERENCIADOR, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo ORGÃO GERENCIADOR.

3.2. A Ata de Registro de Preços e os Contratos regular-se-ão, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

3.3. A Ata de Registro de Preços e o Contrato poderão, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

3.4. A ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

3.5. Os contratos decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93.

3.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.7. O prazo para o fornecimento do item solicitado será de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitida pela Prefeitura consorciada.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E DO PAGAMENTO.

4.1. DO VALOR.

4.1.1. O valor de referência para o fornecimento objeto desta Ata de Registro de Preços é de R\$ 4.797.000,00 (quatro milhões setecentos e noventa e sete mil

reais), para o LOTE 01; de R\$ 18.024.952,18 (dezoito milhões vinte e quatro mil novecentos e cinquenta e dois reais e dezoito centavos), para o LOTE 02; de R\$ 24.948.000,00 (vinte e quatro milhões novecentos e quarenta e oito mil reais), para o LOTE 03. **TOTAL DE R\$ 47.769.952,18 (QUARENTA E SETE MILHÕES SETECENTOS E SESSENTA E NOVE MIL NOVECIENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E DEZOITO CENTAVOS)**, que representa o total do fornecimento dos itens descritos da planilha de orçamento que integra a presente Ata de Registro de Preços.

4.2. DO PAGAMENTO.

4.2.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

4.2.2. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.2.3 A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

4.2.3.1 Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

- a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE e tomador dos serviços referentes à contratação;
- b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;
- c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos I e II, supra, conforme determinações do INSS.

4.3. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.4. A despesa referente ao fornecimento dos objetos será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

5.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela DETENTORA.

5.1.1. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período de um ano.

5.2 Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

5.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da DETENTORA e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

5.3.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

5.5. Na hipótese da DETENTORA solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

5.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

5.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.6. Fica facultada ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela DETENTORA.

5.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP, sendo lavrado termo aditivo.

5.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a DETENTORA **não poderá suspender o fornecimento do objeto** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

5.7.2. O ORGÃO GERENCIADOR deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela DETENTORA.

5.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da DETENTORA e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela DETENTORA, serão sempre mantidos.

5.10. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, bem como do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO E DO FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. As obrigações decorrentes da aquisição dos objetos constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e a DETENTORA poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

6.2. Na hipótese da **DETENTORA** primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a



**CONSÓRCIO
AMESP**



ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6.4. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

6.5. O objeto desta Ata de Registro de Preços deve ser executado diretamente pela DETENTORA, não podendo ser sub-empregado, cedido ou sub-locado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da DETENTORA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

6.6. O fornecimento será conforme demanda, de acordo com a necessidade, do ÓRGÃO PARTICIPANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE.

7.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora.

7.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

7.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento do objeto desta contratação.

7.4. Zelar pela boa qualidade dos objetos fornecidos, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

7.5. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e fiscalizar o recebimento do objeto;

7.6. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído.

7.7. Caberá a contratante rejeitar o objeto, caso o mesmo apresente deficiências e/ou irregularidades.

7.8. Comunicar à contratada quaisquer irregularidades encontradas no fornecimento do objeto.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA.

8.1. Entregar os objetos deste PREGÃO, conforme solicitação do ÓRGÃO PARTICIPANTE, obedecendo aos critérios detalhados no Termo de Referência, em total conformidade com o Edital e seus Anexos.



**CONSÓRCIO
AMESP**



8.2. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a entregar os objetos conforme exigido no Edital e em seus anexos;

8.3. Obriga-se a DETENTORA a manter durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.4. Paralisar, por determinação do ORGÃO PARTICIPANTE contratante, a entrega dos objetos que não esteja de acordo com Edital e seus anexos;

8.5. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade, e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto do Edital, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

8.6. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas de correntes das atividades envolvidas no escopo dos objetos fornecidos;

8.7. Não ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes do Contrato, sem a prévia e expressa concordância do ORGÃO PARTICIPANTE;

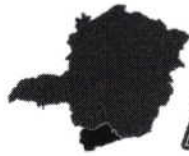
8.8. Caberá à DETENTORA responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar ao ORGÃO PARTICIPANTE contratante e a terceiros.

8.9. A DETENTORA obriga-se a fornecer o objeto a que se refere a Ata de Registro de Preços e as especificações descritas no Termo de Referência e no Edital, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações ou no caso de o objeto apresentar defeitos ou quaisquer outros vícios que não atendam os padrões mínimos de qualidade, ou entregue em quantidade inferior ao estabelecido pelo ORGÃO PARTICIPANTE contratante.

8.10. Caberá a DETENTORA substituir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem, defeitos ou quaisquer outros vícios que não atendam os padrões mínimos de qualidade, sem qualquer ônus ao ORGÃO PARTICIPANTE Contratante.

8.11. Permitir ao ORGÃO PARTICIPANTE contratante fiscalizar o fornecimento do objeto. A presença da fiscalização do ORGÃO PARTICIPANTE contratante não elimina e nem diminui a responsabilidade da DETENTORA para com suas obrigações contratuais e exigências demandadas.

8.12. A DETENTORA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.



**CONSÓRCIO
AMESP**



8.13. No ato da entrega do objeto a DETENTORA deverá fornecer ao ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante o "comprovante de pesagem de cada carregamento do objeto (agregado)", onde deverá constar o local de entrega, nome do motorista condutor com a respectiva assinatura, placa do veículo, data de entrega, horário de entrega e quantidade do objeto fornecido.

8.14. A DETENTORA deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante, durante a execução do objeto.

8.15. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

5.16. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

8.17. Assumir, automaticamente, ao firmar a Ata de Registro de Preços, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas no fornecimento, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

8.18. Resguardar a ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes do fornecimento, por força de contrato.

8.19. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos objetos fornecidos.

8.20. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor.

CLÁUSULA NONA – DO TERMO CONTRATUAL.

9.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de termo contratual, podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

9.2. A recusa da DETENTORA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

9.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela DETENTORA, inclusive quanto ao preço.

9.4. O eventual contrato resultante da presente Ata de Registro de Preços poderão ser alterados nos termos do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa;

a) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

10.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

10.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

10.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço - OS.

10.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

• Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	R\$ 150,00
02	R\$ 250,00
03	R\$ 350,00
04	R\$ 500,00
05	R\$ 2.500,00

• Tabela 2

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento; por dia.	04
02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
03	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
04	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
05	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
06	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
07	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
08	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02

10.7. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

10.8. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;
- d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE após o recebimento da Nota de Empenho;
- e) apresentação, ao ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da



**CONSÓRCIO
AMESP**



licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

f) f)inexecução total do objeto.

10.9. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES/ ÓRGÃO GERENCIADOR e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

10.10. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

10.11. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a DETENTORA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

10.12. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO.

11. Fica eleito o foro da cidade de Pouso Alegre/MG, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Pouso Alegre/MG, aos 07 de Março de 2022.


AMESP

ORGÃO GERENCIADOR

Presidente Ronaldo Laurindo Bueno


BORDA DA MATA


ORGÃO PARTICIPANTE


Prefeito Afonso Raimundo de Souza


BUENO BRANDÃO

ORGÃO PARTICIPANTE

Prefeito Silvio Antônio Félix


CACHOEIRA DE MINAS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Dirceu D'Ângelo de Faria


CARÉACU
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Tovar dos Santos Barroso


CAMANDUCAIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rodrigo Alves de Oliveira


CARMO DA CACHOEIRA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Hélcio Antônio Chagas Reis


CONCEIÇÃO DOS OUROS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Luís Fernando Rosa de Castro


CONGONHAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Moisés Ferreira Vaz


ESPÍRITO SANTO DOURADO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Adalto Luiz Leal


ESTIVA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Vagner Abílio Belizário



**CONSÓRCIO
AMESP**



X

CG


INCONFIDENTES
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeita Rosângela Maria Dantas


IPUIUNA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Elder Cássio de Souza Oliva



JACUTINGA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Melquiades de Araújo


MONTE SIÃO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Pocai Júnior


NATÉRCIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Gabriel Tiago de Vilas Boas


PARAISÓPOLIS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Everton de Assis Ferreira


POÇO FUNDO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rosiel de Lima


SANTA RITA DO SAPUCAÍ
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Wander Wilson Chaves



CONSÓRCIO AMESP



SÃO BENTO ABADE
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Eneias Machado de Souza

SÃO JOÃO DA MATA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rosemiro de Paiva Muniz

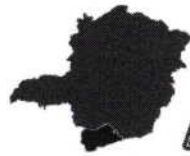
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ronaldo Laurindo Bueno

SENADOR AMARAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ademilson Lopes da Silveira

SENADOR JOSÉ BENTO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Fernando Cesar Fernandes

TOCOS DO MOJI
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Givanildo José da Silva

TURVOLÂNDIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Nelson Martins
GILBERTO DANTAS
DELGADO
Assinado de forma digital por
GILBERTO DANTAS DELGADO
JUNIOR:31947195808
Dados: 2022.03.08 11:31:42 -03'00'
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
Gilberto Dantas Delgado Júnior
EMPRESA DETENTORA



CONSÓRCIO AMESP



Anexo I
Ata de Registro de Preços nº 03/2022

LOTE 01

Agregados Minerais - Areia

ITEM	CÓDIGO	REFERÊNCIA	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	SEM BDI		COM BDI	
						Unitário	Total	Unitário	Total
1	M0080	SICRO-JUL-21	AREIA FINA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, COM TRANSPORTE).	m³	18.000,00	73,21	1.317.780,00	90,50	1.629.000,00
2	M0081	SICRO-JUL-21	AREIA FINA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, COM TRANSPORTE).	m³	18.000,00	71,19	1.281.420,00	88,00	1.584.000,00
3	M0028	SICRO-JUL-21	AREIA FINA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, COM TRANSPORTE).	m³	18.000,00	71,19	1.281.420,00	88,00	1.584.000,00
TOTAL						R\$ 3.880.620,00		R\$ 4.797.000,00	

LOTE 02

Agregados Minerais - Pedra/Brita

ITEM	CÓDIGO	REFERÊNCIA	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	SEM BDI		COM BDI	
						Unitário	Total	Unitário	Total
1	M0005	SICRO-JUL-21	PEDRA BRITADA Nº.0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	m³	18.000,00	93,62	1.685.236,08	115,74	2.083.288,84
2	M0191	SICRO-JUL-21	PEDRA BRITADA Nº.1, OU PEDRISCO (9,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	m³	18.000,00	83,62	1.505.144,12	103,37	1.860.659,17
3	M0192	SICRO-JUL-21	PEDRA BRITADA Nº.2, OU PEDRISCO (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	m³	9.000,00	83,57	752.122,28	103,31	929.773,56
4	4748	SINAPI NOV-21	PEDRA BRITADA OU BICA CORRIDA, NÃO CLASIFICADA (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR), (COM TRANSPORTE).	m³	90.000,00	82,88	7.459.153,16	102,46	9.221.005,14
5	M1097	SICRO-JUL-21	PEDRA DE MÃO OU PEDRA RACHÃO PARA ARRIMO/ FUNDAÇÃO, (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR), (COM TRANSPORTE).	m³	9.000,00	79,27	713.441,19	98,00	881.956,00
6	4734	SINAPI NOV-21	SEIXO ROLADO PARA APLICAÇÃO EM CONCRETO, POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, (COM TRANSPORTE).	m³	18.000,00	115,41	2.077.444,32	142,67	2.568.136,67
7	M1135	SICRO-JUL-21	PÓ DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/ FORNECEDOR), (COM TRANSPORTE).	m³	5.400,00	71,92	388.394,11	88,91	480.132,80
TOTAL						R\$ 14.580.935,27		R\$ 18.024.952,18	

LOTE 03

Agregados Minerais - Agregados de Concreto

ITEM	CÓDIGO	REFERÊNCIA	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	SEM BDI		COM BDI	
						Unitário	Total	Unitário	Total
1	679	SINAPI NOV-21	BLOQUETE / PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO, 25CM X 25CM, E=10 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781) COR NATURAL.	m²	180.000	47,47	8.544.308,65	58,68	10.562.474,35
2	712	SINAPI NOV-21	BLOQUETE / PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO, 25CM X 25CM, E=8CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781) COR NATURAL	m²	180.000	39,55	7.119.311,93	48,89	8.800.893,41
3	40334	SINAPI NOV-21	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 300 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	m	2.700	72,15	194.799,18	89,19	240.810,74



CONSÓRCIO AMESP



4	7745	SINAPI NOV-21	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 400 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	m	2.700	81,42	219.832,33	100,65	271.756,72
5	7714	SINAPI NOV-21	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 500 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	m	4.500	97,30	437.849,74	120,28	541.269,84
6	7725	SINAPI NOV-21	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 600 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	m	4.500	157,55	708.953,59	194,76	876.408,43
7	7750	SINAPI NOV-21	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PB, DN 800 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	m	2.700	262,13	707.755,46	324,05	874.927,30
8	7765	SINAPI NOV-21	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 2, PB, DN 1000 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	m	2.700	337,60	911.508,72	417,34	1.126.807,08
9	7766	SINAPI NOV-21	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 2, PB, DN 1200 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	m	2.700	495,14	1.336.880,87	612,09	1.652.652,13
TOTAL							R\$ 20.181.200,46	R\$ 24.948.000,00	

GILBERTO DANTAS
DELGADO
JUNIOR:31947195808

Assinado de forma digital por
GILBERTO DANTAS DELGADO
JUNIOR:31947195808
Dados: 2022.03.08 11:32:28
-03'00'

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
Gilberto Dantas Delgado Júnior
EMPRESA DETENTORA

AMESP
ORGÃO GERENCIADOR
RONALDO LAURINDO BUENO
PRESIDENTE



**ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO
MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP**

**SECRETARIA EXECUTIVA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA
MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP – Ata
de Registro de Preços nº 03/2022, com a empresa DURO NA
QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ nº
26.614.327/0001-47 - Processo Licitatório nº 10/2022 –
Pregão Presencial para o Registro de Preços nº 03/2022 na
forma de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA
FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE
CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM
A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA
MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.
Valor Total da Ata de Registro de Preços R\$ 47.769.952,18
(QUARENTA E SETE MILHÕES SETECENTOS E
SESSENTA E NOVE MIL NOVECENTOS E
CINQUENTA E DOIS REAIS E DEZOITO CENTAVOS).
Vigência: O prazo de vigência, objeto da Ata de Registro de
Preços, será de 12 (doze) meses. De acordo com a Lei Federal
nº 8.666/93. Data da assinatura: 07/03/2022. Dotações
orçamentárias: As despesas referentes à execução dos
serviços, objeto da contratação, será empenhada na
dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE
signatário da Ata de Registro de Preços.**

**Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador:2A0882E0**

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros
no dia 09/03/2022. Edição 3216
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>



Recebido em 14/09/2022
À *Layra Lopes Sal*

AMESP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

Referencias: Processo 10/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

Vimos por meio deste solicitar aditivo ao presente contrato, eis que se trata de fato não previsto pela Administração durante o período da licitação e contratação.

A vigência prevista em contrato firmado entre as partes, vigorou desde 10 de março de 2022, sendo que os valores outrora pactuados se encontram defasados. Desta forma será necessário o realinhamento de preços, seja celebrado entre as partes um aditivo contratual.

Para que o aditivo se torne viável, necessitamos que os preços contratuais sejam reajustados conforme suas tabelas referenciadas na planilha contratual consensuada no edital.

É de praxe que os preços contratuais sejam corrigidos anualmente (revisão inflacionária), porém, tivemos um ano atípico devido ao transtorno econômico advindo da pandemia em que atravessamos globalmente, que acarreta inflação muito acima do histórico das duas últimas décadas, bem como a diminuição da produção, em decorrência das ordens de paralisação das atividades, lock down, dentre outras medidas que impactaram na cadeia produtiva, gerando o aumento de preço dos insumos, a exigir o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Desta forma o nosso entendimento é que a atualização de valores se caracteriza nos itens contratuais abaixo:

“13.5. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força

Estrada do São João, Zona Rural – B. São João – São Sebastião da Bela Vista – MG – Cep: 37.567-000
Tel.: (35) 3427-3351- www.gdq.com.br

CONHEÇA NOSSOS OUTROS SERVIÇOS:

BR MIX – CONCRETO USINADO: Pouso Alegre (35) 3425-4181 – Cambuí (35) 3431-2897

AREAL : (35) 98843-5234

PEDREIRA: (35) 3421-3351





maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata de Registro de Preços e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

13.6. A revisão de preços se traduz em condição excepcional de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual"

Que se baseia na lei :

Alínea "d" parágrafo 6º do Artigo 65 do referido diploma legal:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

De acordo com as características enquadradas no artigo e seu inciso supracitado, apresentamos no Anexo I, a planilha contratual com os valores originais do edital, valores atualizados conforme tabelas de referência, valores atualizados aplicando o desconto cedido no certame e percentual de reajuste sobre o valor contratado.

No Anexo II, foram incluídas todas as páginas das tabelas de referência, com os itens pertinentes destacados, para auxílio na conferência, mesmo se tratando de arquivos públicos para consulta.

Ante o exposto solicitamos o deferimento de aditivo com a atualização dos itens que somados resultam no valor de **R\$ 17.175.042,00 (Dezessete milhões, cento e setenta e cinco mil e quarenta e dois reais)** e postergação do prazo contratual no mesmo prazo contratado válido a partir da





sua assinatura, ou, enfim, a liberação da continuidade da obra nos termos projetados, com responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE acerca dos fatos aqui informados.

Atenciosamente,

São Sebastião da Bela vista, 13 de setembro de 2022.

Gilberto Dantas Delgado Júnior

Representante Legal

CPF: 319.471.958-08

RG: 43.947.898-4 SSP-SP

GILBERTO DANTAS DELGADO JÚNIOR
ADMINISTRADOR / NÃO SÓCIO
GRUPO DURO NA QUEDA



Estrada do São João, Zona Rural – B. São João – São Sebastião da Bela Vista – MG – Cep: 37.567-000
Tel.: (35) 3427-3351- www.gdq.com.br

CONHEÇA NOSSOS OUTROS SERVIÇOS:

BR MIX – CONCRETO USINADO: Pouso Alegre (35) 3425-4181 – Cambuí (35) 3431-2897

AREAL : (35) 98843-5234

PEDREIRA: (35) 3421-3351



ANEXO I



Estrada do São João, Zona Rural – B. São João – São Sebastião da Bela Vista – MG – Cep: 37.567-000

Tel.: (35) 3427-3351- www.gdq.com.br

CONHEÇA NOSSOS OUTROS SERVIÇOS:

BR MIX – CONCRETO USINADO: Pouso Alegre (35) 3425-4181 – Cambui (35) 3431-2897

AREAL : (35) 98843-5234

PEDREIRA: (35) 3421-3351



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - REALINHADA



CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO									
PREÇO PRESENCIAL Nº 05/2022									
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
ITEM	POSTO	CODIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	PREÇO UNIT. SEM BDI	BDI	PREÇO A EXECUTAR COM BDI	DATA: 20/06/2022
LOTE 01 - ADREÇADOS MINERAIS - AREIA									
1	LOTE 01 - ADREÇADOS MINERAIS - AREIA								
1.1	SICRO JULHO/21	M0000	AREIA FINA	M3	18 000	73,29	90,50	1 319 133,60	R\$
1.2	SICRO JULHO/21	M0001	AREIA GROSSA	M3	18 000	71,48	88,00	1 286 719,20	R\$
1.3	SICRO JULHO/21		AREIA MÉDIA	M3	18 000	71,74	88,00	1 291 402,80	R\$
2	LOTE 02 - ADREÇADOS MINERAIS - PEDRA - BRITA								
2.1	SICRO JULHO/21	M0005	PEDRA BRITADA Nº 0 - OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) PORTO PEDREIRA/FORNECEDOR	M3	18 000	93,67	113,70	2 042 800,00	R\$
2.2	SICRO JULHO/21	M0101	PEDRA BRITADA Nº 1 - OU PEDRISCO (9,5 A 18 MM) PORTO PEDREIRA/FORNECEDOR	M3	18 000	83,66	103,40	1 861 200,00	R\$
2.3	SICRO JULHO/21	M0102	PEDRA BRITADA Nº 2 - OU PEDRISCO (18 A 38 MM) PORTO PEDREIRA/FORNECEDOR	M3	9 000	83,61	103,30	929 700,00	R\$
2.4	SNAPI NOV/21	4746	PEDRA BRITADA OU BICA CORRIDA NÃO CLASSIFICADA (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR)	M3	90 000	82,92	102,50	9 225 000,00	R\$
2.5	SICRO JULHO/21	M1087	PEDRA DE MÃO OU PEDRA RACHÃO PARA ARRIMO/FUNDAÇÃO (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR)	M3	9 000	79,31	98,00	882 000,00	R\$
2.6	SNAPI NOV/21	4734	SEXO RECALDO PARA APLICAÇÃO EM CONCRETO (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR)	M3	18 000	115,47	142,45	2 564 100,00	R\$
2.7	SICRO JULHO/21	M1135	Nº 0 DE PEDRA PORTO PEDREIRA/FORNECEDOR	M3	5 400	71,96	88,90	480 060,00	R\$
3	LOTE 03 - PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO								
3.1	SNAPI NOV/21	679	ALCANTARAL / TUBO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO 20CM X 25CM E=10 CM RESISTÊNCIA DE 35 MPa (NBR 5711) COR NATURAL	M2	180 000	60,26	58,66	10 846 800,00	R\$
3.2	SNAPI NOV/21	712	ALCANTARAL / TUBO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO 20CM X 25CM E=10 CM RESISTÊNCIA DE 35 MPa (NBR 5711) COR NATURAL	M2	180 000	50,21	48,89	9 037 800,00	R\$
3.3	SNAPI NOV/21	40334	TUBO CONCRETO ARMADO CLASSE PA 1 PB DN 300 MM PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8960)	M	2 700	91,59	89,25	247 293,00	R\$
3.4	SNAPI NOV/21	7748	TUBO CONCRETO ARMADO CLASSE PA 1 PB DN 400 MM PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8960)	M	2 700	103,36	100,68	279 072,00	R\$
3.5	SNAPI NOV/21	7714	TUBO CONCRETO ARMADO CLASSE PA 1 PB DN 500 MM PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8960)	M	4 500	123,52	120,32	555 840,00	R\$
3.6	SNAPI NOV/21	7725	TUBO CONCRETO ARMADO CLASSE PA 1 PB DN 600 MM PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8960)	M	4 500	200,00	194,92	900 000,00	R\$
3.7	SNAPI NOV/21	7790	TUBO CONCRETO ARMADO CLASSE PA 1 PB DN 800 MM PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8960)	M	2 700	332,77	324,31	888 478,00	R\$
3.8	SNAPI NOV/21	7795	TUBO CONCRETO ARMADO CLASSE PA 2 PB DN 1000 MM PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8960)	M	2 700	426,57	417,66	1 127 682,00	R\$
3.9	SNAPI NOV/21	7796	TUBO CONCRETO ARMADO CLASSE PA 2 PB DN 1200 MM PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8960)	M	2 700	626,57	612,66	1 697 139,00	R\$
TOTAL GERAL						R\$	44.104.920,30	R\$	47.769.679,00
TOTAL GERAL						R\$	25.619.682,00	R\$	24.947.919,00
TOTAL GERAL						R\$	10.846.800,00	R\$	10.558.800,00
TOTAL GERAL						R\$	9.037.800,00	R\$	8.800.200,00
TOTAL GERAL						R\$	247.293,00	R\$	240.975,00
TOTAL GERAL						R\$	279.072,00	R\$	271.863,00
TOTAL GERAL						R\$	555.840,00	R\$	541.440,00
TOTAL GERAL						R\$	900.000,00	R\$	877.140,00
TOTAL GERAL						R\$	888.478,00	R\$	875.637,00
TOTAL GERAL						R\$	1.157.139,00	R\$	1.127.682,00
TOTAL GERAL						R\$	1.697.139,00	R\$	1.654.182,00
TOTAL GERAL						R\$	44.104.920,30	R\$	47.769.679,00
TOTAL GERAL						R\$	25.619.682,00	R\$	24.947.919,00
TOTAL GERAL						R\$	10.846.800,00	R\$	10.558.800,00
TOTAL GERAL						R\$	9.037.800,00	R\$	8.800.200,00
TOTAL GERAL						R\$	247.293,00	R\$	240.975,00
TOTAL GERAL						R\$	279.072,00	R\$	271.863,00
TOTAL GERAL						R\$	555.840,00	R\$	541.440,00
TOTAL GERAL						R\$	900.000,00	R\$	877.140,00
TOTAL GERAL						R\$	888.478,00	R\$	875.637,00
TOTAL GERAL						R\$	1.157.139,00	R\$	1.127.682,00
TOTAL GERAL						R\$	1.697.139,00	R\$	1.654.182,00
TOTAL GERAL						R\$	44.104.920,30	R\$	47.769.679,00
TOTAL GERAL						R\$	25.619.682,00	R\$	24.947.919,00
TOTAL GERAL						R\$	10.846.800,00	R\$	10.558.800,00
TOTAL GERAL						R\$	9.037.800,00	R\$	8.800.200,00
TOTAL GERAL						R\$	247.293,00	R\$	240.975,00
TOTAL GERAL						R\$	279.072,00	R\$	271.863,00
TOTAL GERAL						R\$	555.840,00	R\$	541.440,00
TOTAL GERAL						R\$	900.000,00	R\$	877.140,00
TOTAL GERAL						R\$	888.478,00	R\$	875.637,00
TOTAL GERAL						R\$	1.157.139,00	R\$	1.127.682,00
TOTAL GERAL						R\$	1.697.139,00	R\$	1.654.182,00
TOTAL GERAL						R\$	44.104.920,30	R\$	47.769.679,00
TOTAL GERAL						R\$	25.619.682,00	R\$	24.947.919,00
TOTAL GERAL						R\$	10.846.800,00	R\$	10.558.800,00
TOTAL GERAL						R\$	9.037.800,00	R\$	8.800.200,00
TOTAL GERAL						R\$	247.293,00	R\$	240.975,00
TOTAL GERAL						R\$	279.072,00	R\$	271.863,00
TOTAL GERAL						R\$	555.840,00	R\$	541.440,00
TOTAL GERAL						R\$	900.000,00	R\$	877.140,00
TOTAL GERAL						R\$	888.478,00	R\$	875.637,00
TOTAL GERAL						R\$	1.157.139,00	R\$	1.127.682,00
TOTAL GERAL						R\$	1.697.139,00	R\$	1.654.182,00
TOTAL GERAL						R\$	44.104.920,30	R\$	47.769.679,00
TOTAL GERAL						R\$	25.619.682,00	R\$	24.947.919,00
TOTAL GERAL						R\$	10.846.800,00	R\$	10.558.800,00
TOTAL GERAL						R\$	9.037.800,00	R\$	8.800.200,00
TOTAL GERAL						R\$	247.293,00	R\$	240.975,00
TOTAL GERAL						R\$	279.072,00	R\$	271.863,00
TOTAL GERAL						R\$	555.840,00	R\$	541.440,00
TOTAL GERAL						R\$	900.000,00	R\$	877.140,00
TOTAL GERAL						R\$	888.478,00	R\$	875.637,00
TOTAL GERAL						R\$	1.157.139,00	R\$	1.127.682,00
TOTAL GERAL						R\$	1.697.139,00	R\$	1.654.182,00
TOTAL GERAL						R\$	44.104.920,30	R\$	47.769.679,00
TOTAL GERAL						R\$	25.619.682,00	R\$	24.947.919,00
TOTAL GERAL						R\$	10.846.800,00	R\$	10.558.800,00
TOTAL GERAL						R\$	9.037.800,00	R\$	8.800.200,00
TOTAL GERAL						R\$	247.293,00	R\$	240.975,00
TOTAL GERAL						R\$	279.072,00	R\$	271.863,00
TOTAL GERAL						R\$	555.840,00	R\$	541.440,00
TOTAL GERAL						R\$	900.000,00	R\$	877.140,00
TOTAL GERAL						R\$	888.478,00	R\$	875.637,00
TOTAL GERAL						R\$	1.157.139,00	R\$	1.127.682,00
TOTAL GERAL						R\$	1.697.139,00	R\$	1.654.182,00
TOTAL GERAL						R\$	44.104.920,30	R\$	47.769.679,00
TOTAL GERAL						R\$	25.619.682,00	R\$	24.947.919,00
TOTAL GERAL						R\$	10.846.800,00	R\$	10.558.800,00
TOTAL GERAL						R\$	9.037.800,00	R\$	8.800.200,00
TOTAL GERAL						R\$	247.293,00	R\$	240.975,00
TOTAL GERAL						R\$	279.072,00	R\$	271.863,00
TOTAL GERAL						R\$	555.840,00	R\$	541.440,00
TOTAL GERAL						R\$	900.000,00	R\$	877.140,00
TOTAL GERAL						R\$	888.478,00	R\$	875.637,00
TOTAL GERAL						R\$	1.157.139,00	R\$	1.127.682,00
TOTAL GERAL						R\$	1.697.139,00	R\$	1.654.182,00
TOTAL GERAL						R\$	44.104.920,30	R\$	47.769.679,00
TOTAL GERAL						R\$	25.619.682,00	R\$	24.947.919,00
TOTAL GERAL						R\$	10.846.800,00	R\$	10.558.800,00
TOTAL GERAL						R\$	9.037.800,00	R\$	8.800.200,00
TOTAL GERAL						R\$	247.293,00	R\$	240.975,00
TOTAL GERAL						R\$	279.072,00	R\$	271.863,00
TOTAL GERAL						R\$	555.840,00	R\$	541.440,00



ANEXO II



Estrada do São João, Zona Rural – B. São João – São Sebastião da Bela Vista – MG – Cep: 37.567-000
Tel.: (35) 3427-3351- www.gdq.com.br

CONHEÇA NOSSOS OUTROS SERVIÇOS:

BR MIX – CONCRETO USINADO: Pouso Alegre (35) 3425-4181 – Cambuí (35) 3431-2897

AREAL : (35) 98843-5234

PEDREIRA: (35) 3421-3351

TABELAS REFERENCIAIS

CGCIT		SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO		DNIT	
Minas Gerais - Abril/2022					
Código	Descrição	Unidade	Preço Unitário (R\$)		
M0005	Brita 0	m³	136,2702		
M0028	Areia média	m³	138,1605		
M0080	Areia fina	m³	138,3640		
M0081	Areia grossa	m³	133,9299		
M0191	Brita 1	m³	129,5255		
M0192	Brita 2	m³	128,7193		
M1097	Pedra de mão ou rachão	m³	125,5508		
M1135	Pó de pedra	m³	124,0667		

PREÇOS DE INSUMOS - BANCO NACIONAL				
MES DE COLETA: 07/2022				
LOCALIDADE: 1950 - BELO HORIZONTE				
ENCARGOS SOCIAIS (%) HORISTA 115,19 MENSALISTA 73,23				
CODIC	DESCRIÇÃO DO INSUMO	UNIDADE MEDIDA	ORIGEM	PREÇO MEDIANO R\$
679	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO / HEXAGONAL, 25 CM X 25 CM, E - 10 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781), COR NATURAL	M2	CR	70,52
712	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO / HEXAGONAL, 25 CM X 25 CM, E - 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781), COR NATURAL	M2	CR	58,76
4748	PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	CR	37,00
4734	SEIXO ROLADO PARA APLICAÇÃO EM CONCRETO (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	M3	CR	345,25
7725	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 600 MM	M	C	230,76
40334	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 800 MM	M	CR	105,68
7745	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 400 MM	M	CR	113,25
7714	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 500 MM	M	CR	142,52
7750	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 800 MM	M	CR	383,35
7765	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 1000 MM	M	CR	494,48
7766	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 1200 MM	M	CR	725,24



Estrada do São João, Zona Rural - B. São João - São Sebastião da Bela Vista - MG - Cep: 37.567-000
Tel.: (35) 3427-3351 - www.gdq.com.br

CONHEÇA NOSSOS OUTROS SERVIÇOS:

BR MIX - CONCRETO USINADO: Pouso Alegre (35) 3425-4181 - Cambuí (35) 3431-2897

AREAL : (35) 98843-5234

PEDREIRA: (35) 3421-3351

Pouso Alegre/MG, aos 21 de Setembro de 2022.

De: Ronaldo Laurindo Bueno
Presidente da AMESP

Para: Wagner do Couto
Pregoeiro

ASSUNTO: PEDIDO DE ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2022 -
PREGÃO Nº 03/2022

Senhor Pregoeiro,

Pedimos por gentileza, que seja realizado o **REAJUSTE DE PREÇOS** dos itens constantes da Planilha de Custos, que somados resultam no valor total de **R\$ 17.175.042,00 (dezessete milhões cento e setenta e cinco mil e quarenta e dois reais), representando o percentual de 35,95% (trinta e cinco vírgula noventa e cinco por cento)**, do valor inicial da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 65 § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 da Cláusula Quinta da Ata de Registro de Preços. CONFORME PLANILHA DE VALORES ANEXA.

Ata de Registro de Preços nº 05/2022, pertencente ao Pregão Presencial nº 05/2022, cuja empresa vencedora foi à empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, conforme solicitação e justificativa apresentada pela empresa em tela.

Atenciosamente,



Ronaldo Laurindo Bueno
Presidente da AMESP



**1º TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL
REAJUSTE DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FIRMADO ENTRE A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP E A EMPRESA DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP e a empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.614.327/0001-47, qualificados na Ata de Registro de Preços firmado em 10 de Março de 2022, em decorrência do Processo Licitatório de Pregão Presencial para o Registro de Preços nº 03/2022, firmam o presente Termo Aditivo para o REAJUSTE DE PREÇOS, conforme justificativa em anexo, assinada pelo Presidente, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente, o Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 03/2022, celebrado entre as partes o REAJUSTE DE PREÇOS dos itens constantes da Planilha de Custos, que somados resultam no valor total de R\$ 17.175.042,00 (dezesete milhões cento e setenta e cinco mil e quarenta e dois reais), representando o percentual de 35,95% (trinta e cinco vírgula noventa e cinco por cento), do valor inicial da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 65 § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 da Cláusula Quinta da Ata de Registro de Preços. CONFORME PLANILHA DE VALORES ANEXA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços, firmada em 07 de março de 2022.



E por estarem de acordo, firmam as partes o presente aditivo contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Pouso Alegre/MG, aos 21 de Setembro de 2022.


AMESP
ORGÃO GERENCIADOR
Ronaldo Laurindo Bueno
Assinado de forma digital por
GILBERTO DANTAS DELGADO
JUNIOR:31947195808
Dados: 2022.09.26 14:12:38
-03'00'
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
DETENTORA
Gilberto Dantas Delgado Júnior
Sócio Administrador
CPF: 319.471.958-08
RG: 43.947.898-4



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - REALINHADA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAS E DE CONCRETO PARA OS MUNICIPIOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO									
PREÇO PRESENCIAL Nº 03/2022									
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
ITEM	FORTE	ODIGAO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	BOI	PREÇO UNIT. SEM IML	PREÇO UNIT. COM IML 23,62%	Data: 21/09/2022
							PREÇO A EXECUTAR SEM BOI	PREÇO A EXECUTAR COM BOI 23,62%	
							R\$	R\$	
1. LOTE 01 - AGREGADOS MINERAS - AREA									
1.1	SICRO JULHO-21	M006	AREA FINA	M3	18.000	73,26	3.897.263,46	4.797.069,00	
1.2	SICRO JULHO-21	M001	AREA GROSSA	M3	18.000	71,48	1.286.719,20	1.584.000,00	
1.3	SICRO JULHO-21		AREA MEDIA	M3	18.000	71,74	1.281.402,80	1.584.000,00	
2. LOTE 02 - AGREGADOS MINERAS - PEDRA / BRITA									
2.1	SICRO JULHO-21	M005	PEDRA BRITADA Nº3 - OU PEDRISCO (4,5 A 8,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR	M3	18.000	93,67	1.886.087,00	2.082.600,00	
2.2	SICRO JULHO-21	M008	PEDRA BRITADA Nº1 - OU PEDRISCO (8,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR	M3	18.000	83,66	1.506.836,80	1.861.200,00	
2.3	SICRO JULHO-21	M002	PEDRA BRITADA Nº2 - OU PEDRISCO (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR	M3	9.000	83,61	752.520,60	929.700,00	
2.4	SNAP1 - NOV-21	4718	PEDRA BRITADA OU BICA CORREDO, NÃO CLASSIFICADA POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR	M3	30.000	82,92	7.462.800,00	9.225.000,00	
2.5	SICRO JULHO-21	M107	PEDRA DE MÃO OU PEDRA RACHADA PARA ABRINDO FUNDAÇÃO (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR)	M3	9.000	79,31	713.614,30	882.000,00	
2.6	SNAP1 - NOV-21	4734	SELO RECALADO PARA APLICAÇÃO EM CONCRETO POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR	M3	18.000	115,47	2.078.480,00	2.564.100,00	
2.7	SICRO JULHO-21	M105	PO DE PEDRA POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR	M3	5.400	71,96	386.554,00	480.050,00	
3. LOTE 03 - PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO									
3.1	SNAP1 - NOV-21	679	BOCAVETE / TUBO A INTERVALO DE CONCRETO - MODELO 150X150X2000 - 4" DIAM. 150X150X2000 - RESISTENCIA DE 35 MPa (PRF RFI) CONCRETO	M2	180.000	60,26	10.846.800,00	10.558.800,00	
3.2	SNAP1 - NOV-21	712	BOCAVETE / TUBO INTERVALADO DE CONCRETO - MODELO 200X200X2000 - 4" DIAM. 200X200X2000 - RESISTENCIA DE 35 MPa (PRF RFI) CONCRETO	M2	180.000	50,21	9.037.800,00	8.800.200,00	
3.3	SNAP1 - NOV-21	4034	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PRF DN 300 MM PARA AGUAS PLUVIAIS (PRF RFI)	M	2.700	91,59	247.293,00	248.075,00	
3.4	SNAP1 - NOV-21	7745	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PRF DN 400 MM PARA AGUAS PLUVIAIS (PRF RFI)	M	2.700	103,36	279.072,00	271.863,00	
3.5	SNAP1 - NOV-21	7775	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PRF DN 500 MM PARA AGUAS PLUVIAIS (PRF RFI)	M	4.500	123,52	555.640,00	541.440,00	
3.6	SNAP1 - NOV-21	7796	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PRF DN 600 MM PARA AGUAS PLUVIAIS (PRF RFI)	M	4.500	200,00	900.000,00	877.140,00	
3.7	SNAP1 - NOV-21	7796	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PRF DN 800 MM PARA AGUAS PLUVIAIS (PRF RFI)	M	2.700	332,77	898.479,00	876.637,00	
3.8	SNAP1 - NOV-21	7795	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 2, PR DN 1000 MM PARA AGUAS PLUVIAIS (PRF RFI)	M	2.700	428,57	1.157.139,00	1.127.682,00	
3.9	SNAP1 - NOV-21	7796	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 2, PR DN 1200 MM PARA AGUAS PLUVIAIS (PRF RFI)	M	2.700	628,57	1.697.139,00	1.654.182,00	
					TOTAL GERAL		R\$	R\$	
							44.104.920,30	47.769.579,00	

REALINHAMENTO

ITEM	FORTE	ODIGAO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	BOI	PREÇO UNIT. SEM IML	PREÇO UNIT. COM IML 23,62%	Data: 21/09/2022
							PREÇO A EXECUTAR SEM BOI	PREÇO A EXECUTAR COM BOI 23,62%	
							R\$	R\$	
1. LOTE 01 - AGREGADOS MINERAS - AREA									
1.1	SICRO JULHO-21	M006	AREA FINA	M3	18.000	73,26	3.897.263,46	4.797.069,00	
1.2	SICRO JULHO-21	M001	AREA GROSSA	M3	18.000	71,48	1.286.719,20	1.584.000,00	
1.3	SICRO JULHO-21		AREA MEDIA	M3	18.000	71,74	1.281.402,80	1.584.000,00	
2. LOTE 02 - AGREGADOS MINERAS - PEDRA / BRITA									
2.1	SICRO JULHO-21	M005	PEDRA BRITADA Nº3 - OU PEDRISCO (4,5 A 8,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR	M3	18.000	93,67	1.886.087,00	2.082.600,00	
2.2	SICRO JULHO-21	M008	PEDRA BRITADA Nº1 - OU PEDRISCO (8,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR	M3	18.000	83,66	1.506.836,80	1.861.200,00	
2.3	SICRO JULHO-21	M002	PEDRA BRITADA Nº2 - OU PEDRISCO (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR	M3	9.000	83,61	752.520,60	929.700,00	
2.4	SNAP1 - NOV-21	4718	PEDRA BRITADA OU BICA CORREDO, NÃO CLASSIFICADA POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR	M3	30.000	82,92	7.462.800,00	9.225.000,00	
2.5	SICRO JULHO-21	M107	PEDRA DE MÃO OU PEDRA RACHADA PARA ABRINDO FUNDAÇÃO (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR)	M3	9.000	79,31	713.614,30	882.000,00	
2.6	SNAP1 - NOV-21	4734	SELO RECALADO PARA APLICAÇÃO EM CONCRETO POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR	M3	18.000	115,47	2.078.480,00	2.564.100,00	
2.7	SICRO JULHO-21	M105	PO DE PEDRA POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR	M3	5.400	71,96	386.554,00	480.050,00	
3. LOTE 03 - PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO									
3.1	SNAP1 - NOV-21	679	BOCAVETE / TUBO A INTERVALO DE CONCRETO - MODELO 150X150X2000 - 4" DIAM. 150X150X2000 - RESISTENCIA DE 35 MPa (PRF RFI) CONCRETO	M2	180.000	60,26	10.846.800,00	10.558.800,00	
3.2	SNAP1 - NOV-21	712	BOCAVETE / TUBO INTERVALADO DE CONCRETO - MODELO 200X200X2000 - 4" DIAM. 200X200X2000 - RESISTENCIA DE 35 MPa (PRF RFI) CONCRETO	M2	180.000	50,21	9.037.800,00	8.800.200,00	
3.3	SNAP1 - NOV-21	4034	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PRF DN 300 MM PARA AGUAS PLUVIAIS (PRF RFI)	M	2.700	91,59	247.293,00	248.075,00	
3.4	SNAP1 - NOV-21	7745	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PRF DN 400 MM PARA AGUAS PLUVIAIS (PRF RFI)	M	2.700	103,36	279.072,00	271.863,00	
3.5	SNAP1 - NOV-21	7775	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PRF DN 500 MM PARA AGUAS PLUVIAIS (PRF RFI)	M	4.500	123,52	555.640,00	541.440,00	
3.6	SNAP1 - NOV-21	7796	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PRF DN 600 MM PARA AGUAS PLUVIAIS (PRF RFI)	M	4.500	200,00	900.000,00	877.140,00	
3.7	SNAP1 - NOV-21	7796	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 1, PRF DN 800 MM PARA AGUAS PLUVIAIS (PRF RFI)	M	2.700	332,77	898.479,00	876.637,00	
3.8	SNAP1 - NOV-21	7795	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 2, PR DN 1000 MM PARA AGUAS PLUVIAIS (PRF RFI)	M	2.700	428,57	1.157.139,00	1.127.682,00	
3.9	SNAP1 - NOV-21	7796	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA 2, PR DN 1200 MM PARA AGUAS PLUVIAIS (PRF RFI)	M	2.700	628,57	1.697.139,00	1.654.182,00	
					TOTAL GERAL		R\$	R\$	
							44.104.920,30	47.769.579,00	

GILBERTO DANTAS
DELGADO
JUNIOR:31947195808
Assinado de forma digital por
GILBERTO DANTAS DELGADO
JUNIOR:31947195808
Data: 2022.09.28 08:23:16
-0100

PREÇO EDITAL	54.522.502,47
PREÇO FINAL	47.769.579,00
DIFERENÇA	6.752.923,47
DESCONTO (%)	12,39%

PREÇO FINAL	47.769.579,00
PREÇO REALINHADO	R\$ 64.944.821,00
DIFERENÇA	R\$ 17.175.042,00
DESCONTO (%)	35,95%



SECRETARIA EXECUTIVA
EXTRATO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP – 1º TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL – REAJUSTE DE PREÇO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2022 – Decorrência: Pregão Presencial nº 03/2022 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.
Empresa Detentora: Duro na Queda Construções Ltda. O
ORGÃO PARTICIPANTE pagará a empresa detentora da Ata de Registro de Preços, a seguinte importância: O **REAJUSTE DE PREÇOS** dos itens constantes da Planilha de Custos, que somados resultam no valor total de **R\$ 17.175.042,00 (dezesete milhões cento e setenta e cinco mil e quarenta e dois reais), representando o percentual de 35,95% (trinta e cinco vírgula noventa e cinco por cento),** do valor inicial da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 65 § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 da Cláusula Quinta da Ata de Registro de Preços. **CONFORME PLANILHA DE VALORES ANEXA.**
Dotação Orçamentária: A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

Publicado por:

Moacir Franco

Código Identificador:CD32522A